

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

Gustavo Resgala

**PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO PRÁTICAS URBANAS:
uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Belo Horizonte, MG
2019

Gustavo Resgala

**PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO PRÁTICAS URBANAS:
uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Linha de Pesquisa: Organização do Espaço e Alternativas Socioambientais.

Orientador: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Belo Horizonte, MG

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S586p

Resgala, Gustavo.

Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas [manuscrito] : uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento / Gustavo Resgala. - 2019.

241f. : il.

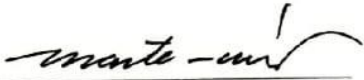
Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór.


Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço (Arquitetura)- Aspectos sociais- Teses. 2. Periferias urbanas- Teses. 3. Economia solidária- Teses. 4. Economia social- Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.


CDD 711.3


Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 31 de julho de 2019 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (Orientador-FACE-UFMG) 

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça (EA-UFMG) 

Profa. Dra. Sibelle Cornélio Diniz (FACE-UFMG) 

Profa. Dra. Luciana Correa do Lago (IPPUR-UFRJ) 

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira (ICSA-UNIFAL) 

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

À Tathiana Pio

AGRADECIMENTOS

Dadas as circunstâncias profissionais e familiares em que optei ingressar no doutorado, posso dizer que esse foi um entre os passos mais ousados (e desejados) que já dei.

Direciono aqui agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização da tese. Sobretudo, agradeço pela confiança que foi por elas depositada em mim para dar cabo de todo processo.

Primeiramente, agradeço aos gestores, em diferentes instâncias, que permitiram que houvessem investimentos na educação pública. Agradeço à Capes, que financiou esta pesquisa. E ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG), pelos recursos para as visitas de campo e participação em eventos.

Agradeço imensamente aos meus pais, por serem criaturas incríveis, constituindo um apoio sem o qual não seria possível esse novo caminho. Estendo os agradecimentos aos meus irmãos Gabriel, Camila e Carla, e sobrinha Celina.

Fecho o ciclo de doutorado com profunda gratidão à minha esposa, a quem dedico todo trabalho, pela cumplicidade e parceria, no desejo de que possamos construir juntos outros processos ricos como foram esses últimos quatro anos. Aos meus filhos – Maria, Caio e Martim –, agradeço pela experiência magnífica que é tê-los em minha vida.

À equipe de amigos com quem trabalhei na empresa Tectran, tão presentes no processo de ingresso no doutorado, agradeço pela vivência de multidisciplinaridade e de diversidade com que conduzimos tantos projetos. Em especial, à amiga Maria Elisa, que sugeriu o tema dessa pesquisa.

Também agradeço à amiga Eliene, pelo apoio na prova de inglês, requisito para o ingresso no doutorado, e pela ajuda na tradução de artigo para publicação.

Já a gratidão e admiração à Professora Jupira Mendonça se estende desde minha experiência como seu orientando de mestrado. Sua contribuição vai muito além das páginas deste trabalho.

Agradeço aos professores Harley, Rodrigo e Sibelle, cujas disciplinas foram fundamentais para a condução da pesquisa. Agradeço também à Sibelle e ao Professor Anderson Cavalcanti, as essenciais contribuições que recebi na banca de qualificação.

Aos colegas do grupo de estudo, pesquisa e extensão Colmeia Solidária, minha admiração pela seriedade com que inserem a economia popular e solidária às discussões e práticas da UFMG.

Agradecimentos especiais aos integrantes dos bancos comunitários visitados. Obrigado pela luta e por tamanho esforço em prol de transformação social. Ao João Lopes e Janice, de Esmeraldas/MG, e Nilton Alves, de Igarapé/MG, pela disposição em me receberem nos vários encontros e reuniões. À equipe da associação APJ, de Teófilo Otoni/MG, sobretudo à diretoria (Joana, Soares, Lindaura e Lindayane), pela acolhida, confiança e forma amiga com que me acolheram. À equipe do Banco Bem, em Vitória/ES, por fazerem de minha visita uma experiência irrestrita aos objetivos da tese. Cito em especial Geisiele, Walmir e Leonora, sendo esta última a chave para o entendimento das dinâmicas em torno dos bancos comunitários e do movimento de economia solidária. Ao Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, agradeço pela disponibilidade e despojamento com que conduziu nossas conversas.

Estendo agradecimentos a todas as pessoas entrevistadas e as com que tive contato nas visitas de campo. Foram momentos ricos, que renderam aprendizados muito além daqueles inseridos neste trabalho.

Agradeço ao Magno Macêdo do Ites/UFBA, por disponibilizar importantes informações para a pesquisa. Aos amigos Lissandra, Maria Júlia, e Pe Élcio, pela hospedagem nas viagens para encontro acadêmico e visitas de campo. À querida amiga Clara Peron, agradecimentos pelo fraterno apoio durante todo o processo da pesquisa e pela tradução do resumo da tese. E à Clarisse Lessa que, de forma amiga e profissional, elaborou o arquivo de apresentação para a defesa.

Agradeço também a amizade de Camila Novaes e Ana Paula Duque, que compartilharam comigo das dores e delícias de um processo de doutoramento. E aos colegas professores do UNIFEMM, em especial à Flávio de Castro, pelo crescimento e parceria que temos mantido nesses poucos, mas frutíferos anos.

Presto ao Roberto Monte-Mór agradecimentos especiais. Sua competência amplamente reconhecida no campo acadêmico somou-se à extrema gentileza e leveza com que conduziu o processo de orientação. Sou grato pela confiança constante que depositou em mim nesse tempo.

Enfim, minha homenagem e agradecimento à Deus, que, de forma precisa, fez desse processo uma sólida experiência com Ele.

RESUMO

Esta tese compõe uma investigação das possibilidades de se ter, em experiências de economia social e solidária, uma proposta de construção de relações urbanas emancipatórias. Especificamente, busca-se evidenciar a dimensão socioespacial das práticas de finanças solidárias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), associações comunitárias criadas em mais de 100 comunidades pobres do Brasil. A metodologia de funcionamento dos bancos determina que estes atuem em quatro eixos centrais: fundo de crédito, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. A pesquisa traça um caminho analítico/investigativo, pelo qual são exploradas as influências dos processos econômicos na produção do espaço da cidade, com enfoque à configuração das periferias, de forma a evidenciar aspectos da pobreza e da identidade urbana, do conceito de desenvolvimento e das dinâmicas socioeconômicas em escala local/comunitária. Chega-se, pois, ao entendimento de que o conjunto de ações dos bancos comunitários são capazes de evidenciar uma nova economia em sua dimensão espacial, ao propor um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída. Todavia, para além da análise da proposta metodológica dos BCDs, esta tese busca consolidar uma leitura crítica das experiências dos BCDs ao elaborar e identificar um conjunto de aspectos que permitem validar seus possíveis significados urbanos. Constata-se, enfim, que as práticas dos BCDs constituem um fenômeno complexo, com interfaces que atuam na inclusão financeira e urbana das populações atendidas, ao mesmo tempo que visam propor uma diferenciação dessas comunidades em sua lógica de fazer economia e, assim, de ser cidade. As ilustrações que as visitas de campo proporcionaram para a composição de tal quadro, indicam, ainda, que o objetivo de inclusão financeira tem sido mais evidente se comparado aos esforços de diferenciação (e emancipação) urbana das periferias em questão.

Palavras-chave: Produção do espaço. Periferias urbanas. Economia solidária. Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This thesis constitutes an investigation into the possibility of having a proposal for developing emancipatory urban relationships in experiences of social and solidarity economy. Specifically, its purpose is to demonstrate the socio-spatial dimension of the practices of solidarity finances of the Community Development Banks (CDBs), community associations created in more than 100 poor communities in Brazil. The operation methodology of these banks determines them to act in four central points: credit funds, local circulating currency, local producer's fairs and solidarity economy training. This research draws an analytical/investigative way through which the influences of economical process on the production of the city space are explored, focusing on the configuration of the peripheries, in order to demonstrate aspects of the poverty and of the urban identity, of the concept of development and of the socio-economic dynamics into a local/community scale. That leads us to understand that the set of actions of the community banks enable to verify a new economy in its spatial dimension, since they propose a return to the local, to the space produced and lived from initiatives of the community constituted there. Though, beyond the analysis of the methodological approach of the CDBs, this thesis intends to consolidate a critical reading of the experiences of the CDBs as it elaborates and identifies a set of aspects that enable to validate their possible urban meanings. Therefore, it is verified that the practices of the CDBs constitute a complex phenomenon, having interfaces that act on the financial and urban inclusion of the population assisted by them, at the same time that they aim to propose the differentiation of these communities due to their logic in making economy and, thus, of being a city. The illustrations that the field visit provided in order to compose this picture indicate that the aim of financial inclusion has been more evident if compared to the efforts for urban differentiation (and emancipation) of the peripheries studied.

Keywords: Production of space. Urban peripheries. Solidarity economy. Community Development Banks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – BCDs criados no Brasil, por estado	121
Figura 2 - Área urbana, distrito de Melo Viana, Esmeraldas, MG	137
Figura 3 - João Lopes exibindo cédulas de Esmeralda	139
Figura 4 - Sede do Banco Esmeralda no Bairro Tijuco	139
Figura 5 – Bairro Novo Igarapé e Centro de Igarapé/MG	144
Figura 6 - Sede do Banco Igarapé	145
Figura 7 - Zona Sul de Teófilo Otoni/MG	151
Figura 8 - Zona Sul de Teófilo Otoni, a partir do Bairro Teófilo Rocha	152
Figura 9 – Av. João XXIII e edificação da APJ, onde funciona o Banclisa	152
Figura 10 - Cédula de 1 lisa	157
Figura 11 – Espaço no qual funciona o Banclisa, o Caixa Aqui e a Central de Comercialização Solidária	157
Figura 12 - Sede do Banco Bem / Associação Ateliê de Ideias	164
Figura 13 - Cédulas da moeda Bem	164
Figura 14 - Inserção do Território do Bem na malha urbana de Vitória/ES	166
Figura 15 - Rua Tenente Setubal, principal acesso e eixo de comércios e serviços locais do Bairro São Benedito	172
Figura 16 - Placa no São Benedito, resultado das reivindicações por “endereçamento” – nome de vias, ceps e placas indicativas	172

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - BCDs criados no Brasil, de 1998 a 2018, por região	122
Gráfico 2 - BCDs em funcionamento em 2019	123
Gráfico 3 - Estrutura organizacional da Associação Ateliê de Ideias	183
Quadro 1 - Bancos comunitários cadastrados no e-dinheiro e número de usuários e comércios vinculados a cada cadastro, em dezembro de 2018	127
Tabela 1 - Créditos concedidos de Outubro/2005 a Setembro/2018 pelo Banco Comunitário Bem, Vitória/ES	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
Adsor	Associação de Defesa e Desenvolvimento Solidário da Região
AL	Alagoas
AP	Amapá
APJ	Aprender Produzir Juntos
AM	Amazonas
Asmoconp	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
BA	Bahia
Bacen	Banco Central do Brasil
Banclisa	Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada
Banpop	Banco Popular do Pequeno Empreendedor
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Ceará
CEP	Código de Endereçamento Postal
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DF	Distrito Federal
EPS	Economia Popular e Solidária
ES	Espírito Santo
Fapex	Fundação de apoio à pesquisa e à extensão
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GO	Goiás
Ites	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
Lets	Local Exchange and Trade System
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
n.a.	não se aplica
Nesol	Núcleo de Economia Solidária
Oscip	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará
PB	Paraíba
PLC	Projeto de Lei Complementar
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PR	Paraná
RBBC	Rede Brasileira de Bancos Comunitários
RBC	Renda Básica de Cidadania
RGS	Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
S.I.	Sem Informação
SP	São Paulo
SPB	Sistema de Pagamento Brasileiro
TO	Tocantins
UD	Unidade Doméstica
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE CAPITALISTA.....	24
2.1	A cidade e a lógica de produção industrial	24
2.2	A(s) periferia(s)	29
2.3	Espaços e identidades: categorizações	36
3	ECONOMIA(S) – DOS PRINCÍPIOS POLANYANOS ÀS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	46
3.1	A(s) economia(s) segundo Karl Polanyi	46
3.2	A economia popular e solidária, social e plural: economia(s) enraizada(s).....	53
3.3	Dinheiro e moeda: uma abordagem sociológica	63
4	AS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	76
4.1	Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento	79
4.2	Moeda social circulante local: a proposta de uma moeda enraizada.....	86
4.3	A visão dos Bancos Comunitários como prática emancipatória	91
5	ILUSTRAÇÕES/CASOS	98
5.1	Panorama dos BCDs no país	100
5.1.1	Banco Palmas, Fortaleza/CE.....	100
5.1.2	Rede Brasileira de Bancos Comunitários.....	112
5.1.3	Banco Mumbuca, Maricá/RJ	131
5.2	Acompanhamento de duas experiências na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	135
5.2.1	Banco Comunitário Esmeralda.....	136
5.2.2	Banco Comunitário Igarapés	143

5.3	Visita às experiências de Teófilo Otoni/MG e Vitória/ES.....	147
5.3.1	Banclisa – Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada	150
5.3.2	Banco Comunitário Bem	163
5.4	BCDs: um horizonte de (em) transformação na periferia urbana?...185	
6	CONCLUSÃO	199
7	REFERÊNCIAS.....	209
	APÊNDICE A – BCDS NO BRASIL.....	227
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	234
	ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA DOS BCDS.....	239
	ANEXO B – INFORMATIVO BANCO MUMBUCA, DEZEMBRO 2018	242

1 INTRODUÇÃO

A presente tese propõe uma investigação das ações dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) como possíveis instrumentos de emancipação urbana. Para tanto, são exploradas as influências dos processos econômicos na produção do espaço urbano, e evidenciados aspectos da pobreza e identidade urbana, do conceito de desenvolvimento e das dinâmicas socioeconômicas em escala local/comunitária.

Os BCDs são associações comunitárias presentes em diversas localidades no Brasil que são responsáveis por ações de desenvolvimento local. A metodologia de funcionamento dos bancos determina que estes atuem em quatro eixos centrais: fundo de crédito, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária.

Compondo o campo das finanças solidárias, as ações dos bancos comunitários de desenvolvimento preveem seguir os princípios da economia solidária, tendo nos aspectos de cooperação a busca por distinguir-se da lógica competitiva da economia de mercado.

A economia solidária pode ser, grosso modo, definida como um modelo de práticas econômicas associativas intrinsecamente vinculado a questões culturais regionalizadas e com um engajamento sociopolítico popular, ou seja, defensor dos direitos dos trabalhadores e da preservação ambiental na medida em que questiona os mecanismos políticos, sociais e econômicos que privilegiam a acumulação do capital.

As moedas locais são apresentadas pelos bancos comunitários como “moedas sociais”. São impressas em papel moeda com nomes e ilustrações que remetem à identidade da comunidade local, e suas cédulas dispõem de dispositivos de segurança, como holograma, número de série e marca d'água.

Além de atuarem integradas ao microcrédito em prol do fortalecimento das atividades de produção, comércio e serviços locais, as novas moedas acabaram configurando-se como importantes ferramentas de divulgação dos bancos comunitários. Fato esse que atraiu a atenção de estudiosos e também da mídia, a partir dos quais são evidenciados os aspectos inovadores dessas experiências e seus efeitos, bem como a relação dessa modalidade monetária com a hegemonia da moeda nacional circulante, o Real.

Ganham vulto as questões referentes à carga simbólica, política ou mesmo institucional, atreladas às moedas, ao constituírem-se como o dinheiro exclusivo dos moradores de bairros e comunidades pobres, ou seja, o dinheiro de quem, em tese, não teria dinheiro.

A partir de reflexão crítica sobre a literatura, formula-se a hipótese de que o conjunto de ações do banco comunitário possibilita evidenciar uma nova economia em sua dimensão espacial, ao propor um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída.

Nesse sentido, por um caminho analítico e exploratório, a pesquisa tem como objetivo central localizar e detalhar os aspectos que são condicionantes para que as ações dos bancos comunitários sejam capazes de os revelarem enquanto instrumento de fortalecimento de uma nova “urbanidade”, ou seja, de uma nova forma coletiva de “ser cidade”. Tal proposta tem em vista o conceito de urbano do filósofo Henri Lefebvre enquanto processo socioespacial emancipatório.

Integram, nesse sentido, fatores de coesão urbana, fortalecimento de empreendimentos de economia solidária ou redes de solidariedade, incentivo à produção local, conectividades com áreas urbanas centrais, afirmação de identidade coletiva e níveis de aceitação e adesão à moeda local.

O primeiro empreendimento denominado de Banco Comunitário de Desenvolvimento, o Banco Palmas, foi criado em 1998 por iniciativa da associação comunitária do Conjunto Palmeiras, um bairro da periferia de Fortaleza/CE. A inovação da experiência do Banco Palmas de adicionar uma nova moeda – a moeda Palmas – ao modelo de microcrédito solidário¹ consolidou-o como referência para diversos estudos no Brasil, sendo também abordada em análises internacionais².

A disseminação pelo país de novos bancos seguindo esse mesmo formato deu-se a partir de uma parceria do Banco Palmas com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que fora vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) até 2018.

¹ De forma simplória, tem-se, nesse contexto, o termo “solidário” correspondendo à subversão da lógica utilitarista, de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos custos, para a lógica da confiança e da cooperação, “que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e na adoção de critérios igualitários” (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 162).

²Ganham destaque os estudos vinculados ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, e os trabalhos do *Instituto de la Moneda Social*, na Espanha.

A presente tese analisa a metodologia aplicada pelos BCDs, levando em conta os princípios da economia solidária a que tais experiências estão atreladas. E como subsídio para, por fim, categorizar os fatores capazes de associar o BCD ao fortalecimento de uma dinâmica urbana local diferenciada, são apresentadas algumas experiências da implantação de bancos comunitários em áreas urbanas periféricas no país.

Como arcabouço teórico, é construída uma visão que busca destacar no processo de crescimento urbano, a influência da lógica econômica hegemônica. Conformam-se assim, dois pilares de análise: o processo de produção do espaço urbano e a economia em suas diferentes manifestações. São então adotados como pontos de partida os estudos do filósofo Henri Lefebvre, que abordam o processo capitalista de produção do espaço urbano, e o pensamento do historiador econômico Karl Polanyi, que dá luz à pluralidade original da economia e denuncia a “falácia” pela qual a economia de mercado é instituída como única forma de ação econômica.

De fato, na medida em que historicamente a economia de mercado influi como instância hegemônica nas dinâmicas sociais de produção do espaço urbano, há que se pensar então qual o possível papel nessa produção das práticas plurais da economia, mais propriamente da economia popular e solidária.

A fim de revelar a hegemonia da lógica capitalista industrial na configuração das cidades, são apresentados os processos de *boom* no crescimento das grandes cidades e a conformação de extensas periferias urbanas como espaços, *a priori*, desprovidos de condições efetivas para manifestações políticas, culturais e apropriações coletivas das riquezas ali geradas – aspectos inerentes aos conceitos relacionados à origem e definição da cidade cunhados por Henri Lefebvre (2008a) e detalhados por Monte-Mor (2001; 2006a; 2006b).

O pensamento filosófico de Lefebvre contribui no entendimento da cidade de modo a abarcar as complexidades em torno de sua expansão – uma teoria do espaço social sob o pressuposto de sua produção, ou seja, enquanto obra da ação de diferentes sujeitos. Tal visão permite que sejam, então, contemplados aspectos de vitalidade ao urbano, fatores esses que estariam em um contínuo e histórico processo de supressão pela lógica da industrialização.

Tem-se em vista, assim, a classificação de Henri Lefebvre (1993) dos diferentes processos componentes da produção do espaço urbano (espaço social, espaço abstrato e espaço diferencial), junto à distinção apresentada por ele entre urbano

enquanto processo socioespacial emancipatório e urbano industrial, processo de produção do espaço advindo unicamente da lógica de industrialização.

A visão de um espaço diferencial é trabalhada na leitura das formas contra-hegemônicas de produção do espaço urbano – mais especificamente, das áreas periféricas.

Monte-Mór (2001; 2006a; 2006b) constrói uma estruturação conceitual da cidade composta pela tríade festa, poder e excedente, tratando, respectivamente, das dimensões cultural (experiência coletiva), política e econômica da vida urbana. Se seguirmos nesta ótica, o capitalismo industrial, por constituir uma lógica de produção industrial, acumulação de capital e exploração da força de trabalho, acaba por produzir um tecido urbano que nega a cidade quando compõe espaços que inibem manifestações políticas, culturais e apropriações coletivas das riquezas.

A abordagem do processo de construção social da identidade do sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) evidencia as contradições inerentes à sociedade contemporânea a partir das categorias de identidade legitimadora e identidade de resistência. Tais conceitos são utilizados nessa pesquisa no entendimento de que os aspectos presentes na dinâmica local de uma comunidade urbana podem ser identificados tanto como legitimadores da lógica hegemônica, referindo-se às relações de cunho capitalista expressas nas ações cotidianas econômicas e sociais, como florescedores de uma identidade que resiste a tal lógica, embasados em princípios como cooperação, reciprocidade e domesticidade, como preveem ser as ações da economia popular e solidária aqui investigadas.

Aliado à formulação lefebvriana de diferença e de identidade de resistência de Castells, temos a definição de Furtado (1978) para o “verdadeiro desenvolvimento”, o qual, diferentemente da ideia de crescimento econômico, recebe um caráter endógeno, ao ser tido como “expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (FURTADO, 1978, p. 80). Tal conjunto de conceitos é, pois, subsídio para a análise das interfaces em torno do objetivo central dos bancos comunitários, que é o de promover um desenvolvimento local da área urbana atendida.

Já o outro pilar conceitual trata da definição de economia, e parte dos estudos de Polanyi, cujas análises apresentam a problemática da naturalização e da autonomia dos fenômenos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana, que são assim convertidas em “meros acessórios” dos mercados nas

sociedades modernas. Polanyi descreve o processo de desnaturalização da sociedade pela autonomia da economia em um *continuum* histórico – ressaltando que, antes da emergência moderna do "sistema oferta-demanda-preço", eram as relações econômicas que se encontravam enraizadas (ou incrustadas) e subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc. (POLANYI, 2012; BONALDI, 2014).

Na perspectiva de Polanyi são abertas possibilidades de análise da economia em sua dimensão plural – economias –, na diversidade de fenômenos com dinâmicas e objetivos distintos da lógica hegemônica e autorreguladora de mercado.

Enquanto finanças solidárias, os bancos comunitários, objetivam, em tese, a conformação de relações econômicas diferenciadas da lógica de mercado. Nesse sentido, os estudos de Polanyi são aqui adotados como base para abordar as dimensões econômicas populares e solidárias. Inicia-se essa abordagem com a categorização de Milton Santos dos dois circuitos da economia urbana. A partir do que é denominado pelo autor como circuito inferior, é proposto um caminho analítico que leva até às formulações de José Luís Coraggio e Paul Singer sobre economia popular e economia solidária, respectivamente.

Nesse campo, destacam-se os conceitos cunhados por Coraggio de reprodução simples e reprodução ampliada da vida³. Reprodução simples da vida refere-se à manutenção da vida com o mínimo, a sobrevivência. Já a reprodução ampliada denota um sentido alternativo, “*una contraposición efectiva, al motor histórico de la acumulación infinita*” (CORAGGIO, 1994, p 53 *apud* FERREIRA; BERTUCCI, 2005, 12). A reprodução ampliada da vida refere-se não apenas à colocação em um sentido sistêmico da satisfação das necessidades básicas, mas à melhoria da qualidade de vida de forma contínua e generalizada. “Isso não nega a necessidade da ‘acumulação’, mas a mantém subordinada à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre produção e reprodução” (FERREIRA; BERTUCCI, 2005, p. 12).

A reprodução ampliada da vida é um conceito utilizado comumente em estudos sobre comunidades que evidenciam formas de produção não capitalistas em diferentes tipos de associatividade no trabalho e no território, como cooperativas,

³ Coraggio faz uma analogia aos conceitos de reprodução simples do capital e reprodução ampliada do capital da teoria marxista.

agricultura familiar, atividades tradicionais, clubes de troca, e também, atividades de finanças, como microcréditos, fundos rotativos e as moedas sociais.

Neste sentido, a emergência e fomento de processos econômicos diversos que se contrapõem à hegemonia da lógica padrão capitalista, nos quais se enquadra a economia popular e solidária, ganha traços de um horizonte de solução para a pobreza urbana. Contudo, os ganhos mais evidentes das atividades de economia popular e solidária não se revelam nos índices de renda, mas nos resultados em torno de aspectos que envolvem melhoria das condições gerais de vida, empoderamento, fortalecimento de laços comunitários, e autoestima coletiva (DINIZ, 2016). Surge daí o esforço de investigar as estreitas inflexões desses novos processos econômicos em suas dimensões econômica, política, social e espacial.

Com o viés, *a priori*, de combater a exclusão financeira de comunidades pobres, a criação dos bancos comunitários acaba por propor uma nova dinâmica não somente financeira – tendo em vista o formato solidário de concessão de crédito e a criação da moeda local –, mas também com significados urbanos e sociais. Assim, ao utilizar-se de uma leitura da produção do espaço, esta pesquisa propõe alimentar o debate crítico, em curso no Brasil, sobre as disputas em torno da produção e do uso da cidade.

Grosso modo, a moeda local visa a se conformar como um acordo feito entre um grupo de pessoas para o uso de um meio de pagamento restrito ao espaço onde vivem (um incentivo para o consumo local) e que é coexistente com a moeda nacional. Lee (1999 *apud* MENEZES, 2007) apresenta a moeda como sendo o mais geográfico dos fenômenos econômicos, ao mesmo tempo que permite a produção econômica e a reprodução social no tempo e no espaço.

Nesse sentido, ganha evidente destaque nesta tese a análise sobre os significados de se delimitar uma área urbana para que essa receba um instrumento de compra e venda exclusivo, tornando-se, pelo menos simbolicamente, uma área diferenciada, singular.

É dado enfoque à proposta do banco comunitário de disseminar uma nova forma de se “fazer economia” vinculando-a às dinâmicas sociais e políticas da localidade. No decorrer da tese, é construído um caminho analítico do banco comunitário em sua capacidade de interferir e se contrapor (em certa medida) ao modo hegemônico, global e abstrato de produção do espaço urbano.

Assim, uma questão que se coloca é: uma economia local diferenciada, que conta inclusive com uma nova base monetária (territorializada), pode influir ou impactar nas condições sociais e urbanas de uma localidade? Se sim, quais as condições? Se sim, tal influência teria como efeito a inclusão financeiro-urbana dessas comunidades ou a sua diferenciação? Sendo, portanto, o levantamento e o detalhamento de tais condições e de tais possíveis efeitos, a finalidade deste estudo.

A definição e análise dos fatores condicionantes contribui para a construção de uma visão crítica sobre as práticas de finanças solidárias aqui analisadas, que possibilite avaliar a proposta política e econômica de constituírem essas uma experiência coletiva diferencial, desalienadora e, de fato, comunitária. E por outro lado, viabiliza também evidenciar os possíveis descompassos encontrados em sua realidade prática, que podem estar apontando para a inserção de tais experiências na lógica financeiro-capitalista.

A partir de fontes secundárias, complementadas com entrevistas, é constituído um panorama da situação dos bancos comunitários no Brasil. Apresenta-se o processo de criação do primeiro banco no ano de 1998 – o Banco Palmas, em Fortaleza/CE –, que consolidou sua metodologia a fim de replicá-la em demais comunidades interessadas em montar seu próprio banco. São então levantados os números referentes aos bancos comunitários já criados no país. Também é apresentado o caso do Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, sendo atualmente tido como referência aos demais bancos nas perspectivas de implementação de tecnologia digital, mais precisamente no uso do sistema e-dinheiro, que permite retornos financeiros ao banco, bem como mecanismos para firmar novas parcerias com entidades públicas e privadas.

Foram realizadas visitas a quatro bancos comunitários. Três em Minas Gerais, sendo dois na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nas cidades de Esmeraldas e Igarapé, e um na Região do Vale do Mucuri, no município de Teófilo Otoni. Também foi visitado o Banco Bem, em Vitória/ES, que, além de manter um conjunto de ações consolidadas em sua comunidade, desempenha importante papel no acompanhamento e articulação dos bancos comunitários da região sudeste do país.

Utilizo, pois, das informações coletadas em cada experiência como subsídio para consolidar a argumentação construída na tese. Ou seja, a partir dos estudos dos conceitos em torno da produção do espaço, da abordagem da economia enraizada aos aspectos sociais, formulo um olhar sobre os exemplos analisados que permite

identificar os elementos ali existentes (ou não) capazes de fazer das finanças solidárias um instrumento conectado com o processo de produção do espaço local.

Além da Introdução, esta tese é composta por mais cinco seções. O capítulo 2 trata da produção social do espaço, sendo destacada a existência de lógicas (hegemônicas e contra-hegemônicas) inerentes ao crescimento urbano e, mais propriamente à constituição das periferias. Já o capítulo 3 destaca as inflexões em torno dos processos econômicos e demais instâncias da sociedade, desde a teoria de Polanyi, que abarca a economia de mercado como economia desenraizada dos aspectos sociopolíticos, a apresentar a economia popular e solidária em sua proposta de uma economia enraizada nos aspectos sociais e culturais, e também definir dinheiro e moeda sob um viés sociológico.

O capítulo 4 trata mais propriamente dos bancos comunitários e das moedas locais, por uma análise de sua proposta metodológica, bem como de alguns estudos já realizados a respeito. Nesse capítulo são apresentadas as condicionantes para as práticas solidárias se constituírem em práticas urbanas.

O capítulo 5 monta o panorama nacional dos bancos comunitários em rede e traz os casos práticos estudados e visitados durante a pesquisa. Tais ilustrações subsidiaram a elaboração dos aspectos condicionantes apresentados no capítulo anterior a esse. Nesse sentido, ainda no capítulo 5, tendo em vista os exemplos práticos, é feita uma discussão e análise de tais aspectos.

Por fim, na conclusão da tese, são feitas considerações do percurso de análise desenvolvido ocupando-se em apontar perspectivas futuras de novas frentes de pesquisa, dada as complexidades presentes nas práticas aqui abordadas.

De fato, muitas são as experiências com moedas sociais no mundo que emergem de momentos de graves crises nacionais, e sem o apoio de políticas públicas. Já no Brasil, a expansão dos bancos comunitários ocorreu a partir de um programa público federal e, conforme experiências aqui analisadas, o apoio estatal (mesmo que restrito ao poder municipal) manteve-se como importante pilar para o seu funcionamento.

Relevante destacar, sobretudo, o contexto político e econômico do período em que foi desenvolvida a tese. A pesquisa teve início na segunda metade de 2015, um ano após o início de uma forte crise econômica no país, e coincidente com o princípio de um processo de crise política que culminou no *impeachment* em 2016 da

presidente Dilma Rousseff – período das primeiras inserções em campo. Processo esse, que evidenciou intensas mudanças políticas no país.

De fato, os bancos comunitários se revelaram diretamente impactados pelo cenário político, uma vez que a maior parte dos bancos já criados, foram implantados e se mantiveram graças à parceria com órgãos públicos, sobretudo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

Criada em 2003, no segundo ano do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), a Senaes se manteve nos dois mandatos de Lula e também nos dois mandatos de Dilma Rousseff, também do PT, até meados de 2016, quando, após processo de *impeachment* da presidente, a Secretaria passou a ser uma subsecretaria durante a gestão de Michel Temer.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em suas diferentes instâncias, atribui a tal governo o desmonte institucional da Secretaria e de suas ações, expresso mais propriamente na alteração de seu secretário, o economista Paul Singer, à frente desde de sua criação, e na transformação em uma subsecretaria de governo.

Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, a pasta deixa o Ministério do Trabalho e Emprego e passa a ser vinculada ao Ministério da Cidadania. A postura economicamente liberal do atual governo, junto à sua posição política de confronto direto com as pautas progressistas de esquerda, aponta para a perspectiva de desfavorecimento das demandas de movimentos sociais de cunho popular, no qual se inclui a economia solidária.

Tal conjuntura expressa-se nas práticas solidárias pela busca por novas parcerias ou por estratégias de provisão financeira. Ganha destaque a implementação do sistema eletrônico e-dinheiro, que funciona como: *internet banking*, cartão bancário e aplicativo de celular para compra e venda em comércios e serviços cadastrados.

Cenário esse que evidencia o caráter de inventividade de tais experiências (RIGO, 2014), sobretudo no que diz respeito ao Banco Palmas (Fortaleza/CE), ao Banco Mumbuca (Maricá/RJ) e ao Banco Bem (Vitória/ES) que, em proporções diferentes, desempenham papel de influenciadores dos demais bancos.

O sistema e-dinheiro é apresentado pela Rede de Bancos Comunitários como a moeda social eletrônica dos bancos comunitários, prevendo, assim, a substituição da moeda local em papel. Todavia, mais que se efetivar enquanto uma nova ferramenta de compra e venda, o e-dinheiro acaba por indicar alterações significativas nas dinâmicas territoriais, financeiras e de gestão dos bancos comunitários.

De fato, a cada compra efetivada pelo aplicativo, é descontada da operação uma taxa de 2%, sendo 1% direcionado ao Instituto Banco da Periferia, que atua na manutenção e gerenciamento do uso da plataforma a nível nacional, e o outro 1% é revertido ao banco comunitário responsável pelo cadastro do comércio onde foi efetuada a compra.

Ainda em processo de implementação e consolidação, o uso do cartão e do aplicativo e-dinheiro se constituem, assim, em uma ação do banco que possibilita um retorno financeiro destinado à sua manutenção e, especialmente, à alimentação de sua carteira de crédito. Para que se efetive, é preciso, contudo, que sejam criadas parcerias além dos comércios locais, que possibilitem a injeção de um montante considerável de dinheiro no sistema.

Nesse sentido, há que se pensar em que medida aspectos relacionados tanto aos níveis de inclusão tecnológica das comunidades atendidas, quanto à inserção de um mecanismo financeiro com ganhos de escala e de recursos – e à diferente forma de abrangência territorial (virtual) da “nova moeda eletrônica” – podem ameaçar os objetivos do banco comunitário até então propagados de desenvolvimento endógeno de uma localidade urbana. Tais questões evidenciam problemáticas diversas na prática dos bancos comunitários, bem como apontam possibilidades de futuras pesquisas que possam ser desenvolvidas em torno do tema.

Assim, as discussões e considerações ao fim dessa tese apontam para o entendimento das práticas solidárias dos bancos comunitários de desenvolvimento como um fenômeno complexo, que apresenta interfaces que atuam (de forma dialética) na inclusão financeira e urbana das populações atendidas, ao mesmo tempo que visam propor uma diferenciação dessas comunidades em sua lógica de fazer economia e, assim, de ser cidade.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE CAPITALISTA

Este capítulo trata da produção do espaço urbano, sendo destacada a existência de lógicas (hegemônicas e contra-hegemônicas) inerentes ao crescimento urbano e, mais propriamente à constituição das periferias. São, pois, abordados os efeitos da lógica industrial como determinante para a dinâmica de crescimento e expansão urbanas.

É também evidenciada a complexidade socioespacial em torno do conceito de periferias, que constitui a configuração urbana e social objeto dessa pesquisa. Tal definição é tida para além da ideia de um *lócus*, para abranger um processo dialético entre a hierarquia social e a configuração físico-espacial, com inflexões também econômicas, políticas e culturais.

São apresentados ainda os conceitos de urbano utópico, de urbanização extensiva, bem como as classificações de diferentes visões de espaços trabalhados por Henri Lefebvre na obra *The Production of Space* (1993; 2000). É dado relevante enfoque também no entendimento de Manuel Castells da construção das identidades coletivas.

Tal construção conceitual sobre espaço e urbanização se alinhará no decorrer da tese a outras linhas temáticas para compor os fundamentos para a compreensão das ações das práticas de finanças solidárias, nas quais se enquadram os bancos comunitários, em suas manifestações espaciais. Entendendo o processo de crescimento das cidades como um processo de produção social do espaço urbano.

2.1 A cidade e a lógica de produção industrial

Conforme estudos da sociologia urbana, os problemas que permeiam a realidade da cidade – como segregação, adensamento e insalubridade – foram, a partir do surgimento da cidade industrial, potencializados e expandidos junto com a dinâmica de acumulação de capital.

De fato, a lógica do capitalismo industrial é hegemônica nas cidades para além dos meios e espaços da produção, sendo fator determinante para todas as demais esferas da vida, isto é, para a reprodução das relações sociais, políticas, culturais etc. (LEFEBVRE, 2008a; MONTE-MÓR, 2006b; SILVA, 2015). Em uma visão inspirada no pensamento filosófico de Henri Lefebvre (2008b), Silva (2015) aborda o processo

histórico de apropriação da cidade pela indústria constituindo um “movimento duplo”, segundo o qual:

[...] a indústria tanto retorna às cidades quanto produz as suas próprias áreas urbanizadas; se apropria da cidade e a recria. Onde encontrou cidades antigas a indústria delas se apropriou intensamente. As cidades pré-existentes se expandem; surgem cidades operárias e subúrbios, surgem assentamentos precários. Onde a industrialização não ocupa ou fixa a mão de obra disponível proliferam cidades amputadas, dotadas apenas do indispensável à reprodução precária. (p. 236).

Há, portanto, uma nova dinâmica no processo de produção do espaço, que atinge inclusive o campo, estendendo no território as infraestruturas e as *condições gerais de produção* relativas à produção e ao consumo para o mercado⁴.

No limite, temos os exemplos das cidades construídas nos ideais modernistas difundidos no mundo a partir da década de 1920. Para essas, “buscava-se impor à divisão social do trabalho na cidade a hierarquia, rigidez e lógica da divisão técnica do trabalho na fábrica.” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 67).

No Brasil, cidades monoindustriais como Volta Redonda e Ipatinga, entre muitas outras, espelharam em seu planejamento esse modelo de urbanismo subordinado à lógica produtiva industrial, hierarquizando rigidamente os espaços urbanos e os serviços ligados à reprodução segundo o papel funcional no processo de produção. (MONTE-MÓR, 2006c, p. 67).

De forma menos sistemática, ainda hoje, a lógica industrial exerce forte influência na cidade, transformando o espaço em mercadoria e a urbanização, de forma hegemônica, em um processo de expansão fabril. Conforme aponta Silva (2015, p. 332): “Trata-se de perceber como a lógica da indústria penetrou profundamente na prática social e por isso mesmo pareceu tornar-se a única lógica possível, ocultando assim suas próprias limitações”.

No caso brasileiro, a hegemonia das relações capitalistas industriais no processo de crescimento das cidades do país se consolida com a instalação do modo de produção fordista na periferia mundial.

Lipietz (1989) descreve como fordismo o regime de “acumulação intensiva do capital”, que é baseado na produção em série e no consumo de massa que se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial. Após a reconstrução na Europa, que foi, “por sua própria natureza, de caráter extensivo” (LIPIETZ, 1989, p. 307) e a Guerra

⁴ O conceito de condições gerais de produção foi resgatado de Marx e ampliado por Christian Topalov e Jean Lojkine para se referir aos valores de uso complexo exigidos pelo capital e pelo trabalho em suas versões contemporâneas fordistas. (MONTE-MÓR, 2006c).

da Coreia, os países da Europa Ocidental e o Japão, experimentaram por cerca de 20 anos uma modernização sem precedentes, um novo crescimento intensivo. Nesse período, a elevação do poder de compra dos assalariados acompanhou o aumento da produtividade.

A relação salarial fordista evidenciou uma homogeneização tanto das condições de trabalho quanto dos meios e modos de vida, proporcionando uma relação direta entre elevação dos salários, aumento da produção e ganhos de consumo. (CASTEL, 2013).

O regime fordista ganhou novos moldes a partir dos anos 60, quando alguns países do “Terceiro Mundo” iniciaram um processo de industrialização, sendo em muitos casos, financiado por transferências de créditos e de tecnologia provenientes dos países centrais. O denominado fordismo periférico mundial traz consigo, além de diversas outras especificidades (ou precariedades) em relação ao fordismo central, um processo de explosão urbana/metropolitana sem precedentes e em moldes diferentes ao ocorrido nos países centrais (LIPIETZ, 1989). O fordismo periférico abrangeu países da América Latina, como México e Brasil, também do leste europeu, e da Ásia, como a Coreia do Sul.

Lipietz descreve esse como sendo um “subfordismo”, que utiliza da tecnologia e do modelo de consumo fordianos em “uma tentativa de industrialização” (LIPIETZ, 1989, p. 310), mesmo que não haja condições sociais no processo de trabalho e tampouco referente à norma de consumo de massas.

O fordismo na periferia mundial, e particularmente no Brasil, desenvolveu, por um lado, uma classe operária e uma classe média que se estabeleceu em um quadro de vida “quase fordista”, e por outro, um setor imenso da classe trabalhadora que não usufruiu dos benefícios do milagre econômico: os trabalhadores migrantes das áreas rurais, os trabalhadores do setor informal e os ocupados nas pequenas firmas do setor formal.

Sobre a explosão urbana gerada pelo fordismo periférico, Lipietz (1989) aponta que “o fordismo, na medida em que é periférico, sabe implantar-se somente nas metrópoles” (p. 329), ou seja, apenas nos pontos do território onde a modernização havia chegado. Fato este que reforça a noção de incompletude ou de um “quase fordismo” que caracterizou o fordismo periférico.

Além dos investimentos serem direcionados a partes do Brasil (concentrados no eixo sudeste-sul e gerando disparidades regionais em níveis altíssimos), no interior

das cidades os padrões do urbanismo desenvolvimentista foram aplicados a restritas porções urbanas, formando verdadeiras “ilhas de primeiro mundo” cercadas de um mar de pobreza e precariedade, constituído por favelas, cortiços e loteamentos populares. (MARICATO, 2009; MONTE-MÓR, 2006c).

Se, na maioria das metrópoles dos países desenvolvidos, o mercado (esfera dominante de acesso aos recursos) convive com a redistribuição realizada pelos regimes de bem-estar social que se implantaram naqueles países, nos países periféricos, diferentemente, esse processo foi **incompleto**, e a precária acumulação prévia à industrialização demandou a formação do setor informal e de uma urbanização precária e desigual. (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2015, p. 18, grifo nosso).

Tem-se, assim, a chegada da indústria fordista na cidade da periferia mundial, que reconfigura seus espaços e os subordina ao seu modo de produção. Além disso, a indústria atrai para a cidade uma classe dominada, que adentra os espaços urbanos não como cidadã, mas como “serva”.

As periferias metropolitanas e das capitais e cidades médias cresceram enormemente nas décadas de 60 e 70. Por outro lado, a necessidade de expandir e integrar mercados de bens duráveis alimentou a expansão urbano-industrial em todo o território nacional, incluindo a fronteira amazônica (Becker, 1982). As preocupações geopolíticas dos militares estenderam os sistemas de transportes e de comunicações, assim como outros braços do Estado por todo o território, incluindo a legislação trabalhista, os seguros sociais, serviços de saúde e educação, sistema bancário, enfim, todo o aparato que podemos reunir sob o rótulo de condições gerais de produção. A extensão dessas condições urbano-industriais virtualmente a todo o espaço nacional criou as bases para a integração espacial sob a égide do urbano: *a urbanização extensiva*. (MONTE-MÓR, 2006c, p. 73, grifo do autor).

O conceito “urbanização extensiva”, cunhado por Monte-Mór⁵ (1994, 2005, 2006c), inspirado nos estudos do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, trata, pois, do processo de expansão urbana, conforme moldes iniciados na década de 60 e 70, que ganha, virtualmente, dimensões globais ao carregar consigo as condições de produção urbano-industriais a todo e qualquer lugar, para além das cidades. Ou seja, para ele, mesmo as comunidades mais distantes dos núcleos urbanos têm, gradualmente, desde o início desse processo, desenvolvido dinâmicas de vida social, política e econômica nitidamente urbanas. Tendo em vista, nesse caso, o sentido de urbano enquanto substantivo, para além de um atributo da cidade: “um processo de expansão urbana para além das cidades.” (MONTE-MÓR, 1994, 2005, 2006c).

⁵ Segundo o autor, tal conceito tem como inspiração o pensamento de Henri Lefebvre nos aspectos centrais sobre o fenômeno urbano.

Ao final de década de 1970, as condições (urbanas) de produção (industrial) e de reprodução (coletiva) já estavam estendidas muito além dos limites das grandes cidades, incorporando territórios metropolitanos e áreas rurais ao longo das rodovias e conectando cidades e *roças* aos centros urbanos-industriais. Essa *urbanização extensiva*, que se processa para além das cidades e representa, em última instância, a dominação final do campo pela lógica urbana, ganhou o espaço regional e estendeu-se ao longo das rodovias e sistemas de comunicação e energia, cobrindo virtualmente todo o território nacional e carregando consigo, em maior ou menor grau, os serviços urbanos requeridos pela vida (urbano-industrial) contemporânea, desde aqueles básicos ligados à reprodução da força de trabalho até, mais recentemente, os mais complexos de gestão e apoio à produção. (MONTE-MÓR, 2005, p. 435, grifo do autor).

Monte-Mór (2001, 2006a, 2006b) constrói ainda, a partir do pensamento de Henri Lefebvre sobre a origem e definição da cidade, uma estruturação conceitual da cidade composta pela tríade festa, poder e excedente, tratando, respectivamente, das dimensões cultural (experiência coletiva), política e econômica da vida urbana.

Se seguirmos nesta ótica, o capitalismo industrial, por constituir uma lógica de produção, acumulação e exploração da força de trabalho, acaba por expandir um tecido urbano desprovido de centralidade, de caráter de cidade, ou seja, que nega a cidade ao compor espaços desprovidos de condições para manifestações políticas, culturais e apropriações coletivas das riquezas ali geradas.

Nos anos 1980 o sistema fordista entra em crise, dando espaço para uma ampla reestruturação social e política. Surgem assim, os primeiros indícios da “acumulação flexível” – termo utilizado por Harvey (2009) para definir as inovações no processo de produção –, que se conforma como um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta do anterior.

A acumulação flexível nasce como uma reação direta à rigidez do fordismo. Com esse modelo, há uma alteração significativa na relação de poder nas instituições. O quadro de flexibilização do mercado de trabalho acabou por acentuar a vulnerabilidade de grupos desprivilegiados, abrindo espaço para subcontratações e precarização (e fragilidades) na relação empregador e empregado.

De fato, com o fim do fordismo, também a configuração do crescimento urbano teve uma importante reestruturação que marca o início de novas leituras sobre as cidades. A “metrópole fordista keynesiana”, um “produto” tido como acabado para os estudiosos urbanos, se dissipa junto com a suficiência das ideias que se ancoravam em suas dinâmicas. (COSTA, 2003).

Assim como as diferenças marcadas entre o urbano do fordismo central e do periférico, as mudanças decorrentes do fim do modelo fordista e intensificação do processo de globalização conformaram um tipo diferente de cidade nos países periféricos (as *megacities*) se comparado aos efeitos desses mesmos processos na conformação das *globalcities* dos países centrais⁶.

As *megacities*, como são definidas pela literatura urbana, se caracterizam por uma urbanização dispersa, com expressivo crescimento essencialmente demográfico – não necessariamente econômico e tecnológico –, apresentando graves problemas sociais, com forte incidência de pobreza e altas taxas de violência.

A administração urbana no mundo subdesenvolvido tenta, ao máximo, fazer com que as megacidades se assemelhem aos moldes da cidade global. E isso se faz essencialmente garantindo a “invisibilidade” dos pobres, à medida que se esconde as favelas e as periferias. (CANETTIERI, 2014).

2.2 A(s) periferia(s)

Em países subdesenvolvidos, de industrialização fordista periférica e incompleta, como o Brasil, os espaços ‘incompletamente organizados’ (SANTOS, 1978) e as periferias urbanas precárias proliferaram com áreas de sub-habitação e ausência de serviços urbanos e sociais básicos. Essa suburbanização precária que se iniciou nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, com a industrialização substitutiva de importações, produziu periferias pobres parcialmente integradas à dinâmica urbana. A expansão do modelo fordista a partir dos anos sessenta, contrariamente à expectativa de maior inclusão social, resultou no agravamento das condições de exclusão urbana [...]. (MONTE-MÓR, 2006c, p. 68).

Corrêa (1995) classifica os agentes que atuam na produção da cidade, sendo eles: o Estado, os grupos excluídos da sociedade (sobretudo por processos de autoconstrução de moradias), os proprietários dos meios de produção (abordando, assim, a indústria), os proprietários fundiários e os promotores imobiliários (estes últimos englobando as nuances do capital imobiliário).

Marques (2005) aborda os diferentes tipos de capitais “concretos e específicos” que agem no cenário urbano, sejam aqueles que têm o espaço como secundário em

⁶ Saskia Sassen (1991 *apud* MONTE MÓR, 2006c) foi quem, nos anos noventa, melhor e mais amplamente sistematizou o paradigma das cidades globais, as definindo como os centros de comando e inovação da economia globalizada (e fragmentada). Seus estudos se pautaram na identificação de Nova York, Londres e Tokyo como as três grandes cidades que comandam os espaços econômicos integrados, deslocando-se das economias nacionais ou de um caráter internacional, e articulando-se entre si em um processo mais cooperativo do que competitivo.

sua atividade produtiva ou aqueles formados pelos capitais produtores do ambiente construído, os quais têm o espaço como central no seu processo de valorização. Incluem-se neste último os capitais envolvidos com a promoção imobiliária, os capitais construtores de infraestrutura urbana e os envolvidos com a promoção de serviços urbanos. O autor indica, ainda, a necessidade de que sejam elaborados estudos específicos e detalhados sobre cada conjunto de atividades, pois, para ele, apenas o primeiro grupo (o capital imobiliário) encontra referente citação na literatura dos estudos urbanos.

Partindo da compreensão de que a questão da propriedade privada integra o “jogo capitalista” (SINGER, 1979, p. 21), o mercado fundiário regula as distâncias sociais objetivadas na cidade – processo da produção espacial entendido como resultado da dominação social de classes. Sob este aspecto, revela-se a fundamental presença do Estado no processo de mercantilização fundiária através do provimento de serviços de infraestrutura urbana, instrumentos regulatórios e incentivos diversos que interferem no “valor” aferido à terra, o que, de certa forma, direciona a expansão urbana e reforça a espacialização das desigualdades sociais entre classes no território.

Bourdieu (1997) tem o território urbano como peça-chave nas disputas por apropriação de bens e serviços. A liderança na disputa pela localização no espaço urbano é determinada pela posse do capital, sob suas diferentes vertentes – capital social, cultural ou econômico-financeiro. Nesse sentido, aqueles desprovidos de capital se “assentam” em regiões até então à margem dos interesses especulativos do mercado imobiliário, como as periferias urbanas, favelas e cortiços. São áreas predominantemente residenciais, marcadas ou pela irregularidade da ocupação ou nas quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda.

O autor defende ainda que a expressão social reificada sobre o espaço (físico) pode ocasionar o chamado efeito de naturalização, que faz das fronteiras sociais fenômenos naturais. Una-se a isso, a inércia das estruturas sociais que, segundo ele, se justificam pelo fato de estarem inscritas ao espaço físico. Em uma sociedade hierarquizada, todo o espaço exprime “distâncias sociais”. O poder dos agentes sociais, que a própria posse do capital proporciona sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço apropriado por estes. (BOURDIEU, 1997).

Para Lefebvre (2008a), a formação do espaço urbano periférico configura um processo de dominação burguesa que nega às classes inferiores o direito à cidade – um urbano *sem festa, poder e excedente econômico*. (SILVA, 2015).

Sendo assim, temos aqui a ideia de periferização compreendida além de um *lócus* para um processo dialético entre a hierarquia social e a configuração físico-espacial, com inflexões também econômicas, políticas e culturais.

As divisões sociais objetivadas, ou seja, fisicamente realizadas no espaço, se reproduzem já na mentalidade e na percepção individual. Como em um teatro, os lugares com melhor condição física, ou seja, mais confortáveis ou com uma melhor localização frente ao espetáculo, são destinados àqueles com maior acumulação de capital, seja, capital financeiro, cultural ou social. Na medida em que os lugares do teatro se mostram mais distantes do palco ou com menos conforto, se tornam mais baratos e mais acessíveis àqueles de uma condição social inferior. Neste exemplo, os chamados locais *vip's* revelam uma estruturação física desejável e superior, atendendo às demandas sociais de seus ocupantes, caracterizados como privilegiados na sociedade. (RESGALA, 2011, p. 28).

De inspiração marxista, há uma visão consolidada da periferia definida como espaço da reprodução da força de trabalho, marcado por uma situação de carência e tido como socialmente homogêneo, sendo seus problemas resultado da ação negativa do Estado⁷ e do mercado de trabalho. Contudo, ainda que sintetize a dinâmica de periferização da moradia destinada a famílias de baixa renda, essa conceituação não esgota as possibilidades de constituição dos espaços periféricos que se tornam cada vez mais diversificados.

Desde meados da primeira década dos anos 2000, têm ganhado espaço estudos que revelam uma complexidade muito maior da estrutura social urbana que a vista nos estudos clássicos. Se por um lado, os espaços exclusivos das camadas mais pobres são evidentes, por outro, a diversidade da estrutura socioeconômica e a complexidade de sua distribuição espacial continuam em crescimento. Sendo assim, embora o espaço urbano se mantenha marcadamente segmentado, as áreas periféricas revelam internamente a emergência de uma nova dinâmica entre moradia

⁷ Os padrões de crescimento periférico urbano são usualmente tidos como resultado da ausência de planejamento e ordenação estatal – como é o caso dos loteamentos populares aprovados sem a devida provisão de infraestrutura, dos parcelamentos irregulares ou clandestinos e das invasões de terra – contudo, também há a consolidação de tais padrões nos tradicionais moldes da construção de grandes conjuntos habitacionais por políticas públicas, ou seja, neste caso por meio da ação direta do Estado. (RESGALA, 2011; 2012; RESGALA; SORAGGI, 2013).

e trabalho, além de um relativo grau de heterogeneidade social. (MARQUES; TORRES, 2005; LAGO, 2009; TONUCCI, 2009; ANDRADE, 2016).

Andrade (2016) e Canetti (2015) apontam que, ainda que haja uma crítica ao modelo centro *versus* periferia, baseada tanto no debate internacional quanto nas mudanças que tornaram o espaço urbano mais complexo socioespacialmente (fragmentado, disperso, extensivo, difuso, reticular, fractal), isso não chega a constituir o atual abandono das categorias centro e periferia nas análises urbanas. Além do mais, para Canetti (2015), o conceito de centro-periferia continua imprescindível na explicação do fenômeno urbano contemporâneo, sendo, contudo, necessária sua ressignificação.

Entende-se, então, que essas categorias devem agora ser tratadas “não como pares exclusivos de uma ordem espacial, mas como territórios da metrópole.” (ANDRADE, 2016, p. 102). Daí a pertinência, segundo Andrade (2016), de se tratar de periferias no plural, dada a sua maior diferenciação interna.

Nesses termos, tem destaque o trabalho desenvolvido por Torres e Marques (2001) que apontou transformações relevantes na configuração socioespacial das periferias metropolitanas já na década de 1990.

De fato, nos anos 1970, as periferias eram descritas pela literatura urbana como sendo “os espaços mais externos da metrópole, relativamente homogêneos, habitados por população de baixa renda, cuja sobrevivência em condições precárias estava associada à venda continuada de sua força de trabalho” (TORRES; MARQUES, 2001, p. 65). Para os anos 80/90, segundo Torres e Marques (2001), os dados apresentados pelo Censo de 1991 apontaram melhorias significativas nessas regiões, o que levou à percepção – “ao menos para uma parte da produção acadêmica” (p. 65) – de que essas áreas estariam se conformando em amplos espaços de classe média baixa.

A pesquisa desses autores contrapõe frontalmente tal visão, alegando ser essa um fruto da “lei das médias” de indicadores, e que acaba por esconder a real situação das periferias urbanas naquele momento que, sob padrões de atendimento muito melhorados, revelavam uma “extrema pauperização, péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco.” (TORRES; MARQUES, 2005, p. 50).

Seus estudos indicaram a existência de espaços periféricos heterogêneos e extremamente diferenciados, que incluem áreas já bem servidas e inseridas na malha urbana junto a outras cuja população era submetida cotidianamente a condições ainda

mais adversas do que as vivenciadas nas décadas de 1970 e 1980. Seriam, pois, estas últimas uma espécie de “hiperperiferias” que se espalham entre as periferias crescentemente integradas em termos urbanos.

O conceito de hiperperiferia se aplicaria, assim, àquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais – pior acesso à infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc. –, apresentam condições adicionais de exclusão urbana, incluindo riscos ambientais e demais formas de desigualdades sociais e residenciais.

Se a maior parte da população das atuais periferias está mais integrada, portanto, os grupos sociais habitantes das hiperperiferias aparentemente passaram da “dependência à irrelevância”, para usarmos as palavras de Castells (1991). (TORRES; MARQUES, 2001, p. 65).

Lago (2018), ao avaliar um conjunto de estudos sobre as décadas de 80, 90 e 2000, estabelece premissas para a análise da organização social do território das metrópoles brasileiras em suas novas tendências. Dentre as questões abordadas, dá-se aqui destaque aos aspectos relacionados aos novos níveis de homogeneização social das áreas urbanas.

Antes, faz-se importante destacar o entendimento que muitas das análises urbanas tiveram dos efeitos da homogeneização social para a população mais pobre. Torres (2005) aponta que diversos estudos urbanos evidenciam que a homogeneidade social de uma região urbana tem forte influência na estrutura de oportunidades de ascensão social do grupo que ali reside, no sentido de que “crescer em bairros com alta concentração de pobreza tem efeitos negativos consideráveis em termos de avanço educacional, gravidez na adolescência e atividade criminal” (p. 96): fatores que tendem a contribuir para a perpetuação da pobreza, mesmo que a longo prazo.

Lago (2018), por outro lado, acrescenta a essa visão a dimensão de coesão social que uma área socialmente homogênea é capaz de evidenciar. Segundo ela, o perfil social de um bairro, ou seja, o grau de diversidade ou homogeneidade social de uma área, exerce forte influência sobre as ações das pessoas que ali vivem, bem como das instituições e demais agentes que ali atuam. Assim, o perfil social de uma área deve não mais ser entendido apenas como resultado das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais na disputa pela apropriação da

cidade, mas também como um importante fator na construção sociopolítica de um grupo em um território.

Áreas mais exclusivas das classes superiores, que estão cada vez mais exclusivas pelas nossas pesquisas; ou áreas mais tipicamente operárias, que estão sendo desmantelados nesses 30 anos, por exemplo, abrigam grau de coesão de classe que possibilita estratégias e condições de vida urbana específicas entre aqueles ali residentes. (LAGO, 2018, s.p.).

Nesse sentido, é construída analiticamente uma relação entre concentração territorial, coesão de classe, e o poder que determinado grupo exerce nas dinâmicas urbanas. Lago (2018) evidencia um processo crescente de fragmentação e diversificação social das periferias. Havendo nessas, por um lado, um processo de consequente aproximação entre grupos socialmente distintos e, por outro, a redução do grau de interação entre eles em função do confinamento das classes superiores em espaços privados e consequente estigmatização dos espaços da pobreza.

Tem-se assim, nas metrópoles de hoje, a prevalência de uma classe dominante política e territorialmente, e uma classe trabalhadora diversa economicamente e fragmentada politicamente, culturalmente e territorialmente.

De fato, tal entendimento se revela de suma importância para as análises aqui desenvolvidas, tendo em vista que as experiências com bancos comunitários de desenvolvimento, objeto da presente pesquisa, tendem a depender em grande parte dos níveis de coesão social e urbana precedentes à sua implementação.

Dentre as denominações analíticas que buscam ressaltar as complexidades presentes na organização territorial, tem sido empregado em diversos estudos o conceito de cidade fractal de Soja (2000). Tal sentido de fractalidade do tecido urbano leva em conta uma complexa e flexível reestruturação dos padrões urbanos de polarização – fruto da combinação entre os novos processos de urbanização característicos da contemporaneidade capitalista e dos processos históricos de exclusão e segregação socioespacial.

Vislumbra-se, assim, a cidade, antes um mosaico fordista, agora como um caleidoscópio social urbano, “em uma geografia social fragmentada e polimorfa” (TONUCCI, 2009, p. 2), com “fragmentos multiarticulados, em escalas diversas e intensidades variadas.” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 80).

A cada mudança conjuntural expressiva, com tendência a se mostrar estrutural, na taxa de juros, na conjuntura política nacional ou local, no comércio exterior ou no preço da energia, as peças saem do lugar, se

reorganizam e novo desenho aparece no espaço urbano-regional. (MONTE-MÓR, 2006c, p. 80).

Tem-se, por essa visão, um esforço de compreensão das áreas urbanas enquanto partes fragmentadas e, ao mesmo tempo, intensamente articuladas entre si. Nesse sentido, tendo em vista o conceito de urbanização extensiva de Monte-Mór (2006c), não seriam apenas as metrópoles e suas periferias que apresentariam tal configuração fractal, mas todo o espaço resultante do processo extensivo de urbanização.

Em suma, as análises urbanas atuais no país acabam por evidenciar novas e diferentes formas de organização das diversidades urbanas e desigualdades sociais, figurando, inclusive, algumas em que há intensificação da segregação e de conflitos frente à complicada proximidade dos diferentes grupos sociais. (ANDRADE, 2016; TONUCCI, 2009).

Nas metrópoles, a periferização da pobreza nas décadas anteriores dá lugar a uma periferização crescente das populações ricas e médias, fechando-se em condomínios, buscando simulacros do campo e mesmo da cidade, em unidades semiautônomas, que recriam em negativo o 'arquipélago carcerário' de outro discurso contemporâneo (DAVIS, 1990, 1998). [...]. Entre nós, ricos e pobres fecham seus espaços de vida, aumentam sua segregação socioespacial e aprofundam as lutas de classes travestidas de vários matizes na cidade, no campo, nas florestas, nos espaços de fluxos das drogas, das armas, do dinheiro lavado. (MONTE-MÓR, 2006c, p. 80).

Assim, a reestruturação econômica mundial acaba por evidenciar o fim do objeto de estudo das análises estruturalistas: a "metrópole fordista keynesiana", um "produto" tido como acabado, que se dissipa junto com a suficiência das ideias que se ancoravam em suas dinâmicas. (COSTA, 2003).

De acordo com Costa (2003) e Topalov (1988), frente às diversas leituras da dinâmica urbana e regional que marcaram as últimas décadas, fica a impressão de que estamos presenciando um momento de crise no pensar a cidade. Essa situação de incertezas, segundo Costa (2007, p. 6), teria como um dos aspectos os "questionamentos em torno da suficiência dos paradigmas críticos de orientação estruturalista e marxista em dar resposta à complexidade dos fenômenos socioespaciais urbanos".

Há de se considerar que as análises urbanas de cunho estruturalista e marxista introduziram importantes avanços no conhecimento do processo urbano no capitalismo. No entanto, o enfoque economicista da economia política tem como

desvantagem, segundo Fainstein (1997, p. 23), “a negação da validade de percepções subjetivas que orientam o comportamento humano” e, segundo Gottdiener (1993, p. 370), o fato de desconsiderar “a importância que a dimensão espacial tem para a análise dos fenômenos urbanos.”

Nesse sentido, o próximo item utiliza de contribuições teóricas do campo da filosofia e sociologia visando, pois, avançar no olhar sobre a cidade. Tal abordagem prevê auxiliar no entendimento das experiências de bancos comunitários enquanto potenciais propulsoras para a emergência do urbano utópico nas periferias.

2.3 Espaços e identidades: categorizações

A ótica eminentemente espacial da teoria de Henri Lefebvre evidencia uma natureza unitária para a cidade que abrange diversos aspectos econômicos, políticos e sociais, que são ou negligenciados ou não trabalhados em conjunto por outras teorias urbanas.

A visão lefebvriana de cidade e região enquanto espaços socialmente produzidos vai além da condição de um produto (o ambiente construído), para uma noção de processo: obra de uma contraditória relação entre os diferentes agentes construtores da vida urbana. Para Lefebvre, além de ser meio de produção, o espaço é também um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder. (LEFEBVRE, 1993; 2000).

Na busca por abrangermos as complexidades inerentes aos processos urbanos, o pensamento filosófico de Henri Lefebvre leva-nos à compreensão da composição urbana enquanto um sistema de *layers*, onde diferentes processos de produção do espaço se sobrepõem e se misturam, visão esta que legitima os conflitos e contradições característicos da realidade da cidade.

Apresento os tipos de espaço de Lefebvre pela metáfora do sistema de *layers*; entendo-os em um funcionamento semelhante a um *software* de desenho gráfico ou de geoprocessamento, pelo qual é possível sobrepor camadas com ferramentas de transparência, mesclas de seus atributos, ou até de ocultar certos elementos, conforme o que se deseja para a análise. Assim, conforme o ponto de vista da análise, é possível, para um mesmo espaço geográfico, serem evidenciados diferentes processos que configuram ali diferentes tipos de espaços. Lefebvre classifica os

processos de produção do espaço conforme os agentes que ali atuam e seus interesses diversos.

O filósofo se utiliza do conceito de espaço social, que se refere ao espaço de apropriação da vida social, “ou espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1979, p. 290 *apud* COSTA, 2003, p. 12); utiliza também do conceito de espaço abstrato, ou espaço da expropriação, comandado pela lógica da produção e acumulação capitalista: “Esse espaço [espaço abstrato] formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. (LEFEBVRE, 1993, p. 49, tradução nossa).

Segundo Lefebvre, o espaço abstrato “carrega a negatividade em relação ao que o precede e o suporta: o histórico, o religioso-político”, ao passo que “funciona positivamente em relação à suas implicações: técnicas, ciências aplicadas, saber ligado ao poder” (2000, p. 128, tradução livre: Pereira e Martins⁸). O espaço abstrato é instrumental, manipulado por autoridades, de modo que silencia e abafa a vida cotidiana. Ele reduz as diferenças/particularidades, tendendo à homogeneidade.

Vislumbra-se, assim, uma urbanização ao mesmo tempo que fragmentada, sem fronteiras:

Elas [as fronteiras] desapareceram entre a cidade e o campo, entre as periferias e os centros, entre os subúrbios e os núcleos urbanos, entre o domínio dos automóveis e o das pessoas. [...]. E, todavia, tudo é separado, projetado isoladamente sobre “lotes” e “ilhas” desunidas: os “equipamentos”, os imóveis, o habitat: os espaços, como os trabalhos na divisão social e técnica do trabalho, são especializados. (LEFEBVRE, 2000, p. 239, tradução livre: Pereira e Martins).

O espaço abstrato é, pois, “apoiado pelo saber não crítico (positivo), sustentado por uma capacidade de violência terrificante, mantido por uma burocracia que se apodera dos resultados do capitalismo ascendente em seu proveito [...]” (LEFEBVRE, 2000, p. 130, tradução livre: Pereira e Martins)

Nesse sentido, as relações socioespaciais são tomadas dialeticamente como produtor e produto, e a relação entre valor de uso e valor de troca produz, ao mesmo tempo, um espaço social de usos e um espaço abstrato de expropriação. Das

⁸A referência utilizada de Lefebvre (1993; 2000), do livro *The Production of Space*, foi, em sua maior parte, lida na versão em processo de tradução por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), divulgada virtualmente pelo grupo de pesquisa do CNPq “Morar de outras maneiras”.

contradições inerentes ao espaço abstrato, surge o chamado “espaço diferencial” que, baseado no conceito de diferença, busca resistir ao poder de homogeneização da lógica de acumulação⁹.

A categoria de espaço diferencial se aproxima em muito da noção de espaço social, tendo, pois, ênfase nas “possibilidades de transformação, nos movimentos sociais, nos germes da política implícitos no espaço e revelados e potencializados pelas relações sociais ali estabelecidas.” (COSTA, 2015, p. 43). Segundo Lefebvre (1993; 2000), o espaço diferencial visa reunir o que o espaço abstrato separa: “as funções, os elementos e momentos da prática social” (2000, p. 131, tradução livre: Pereira e Martins).

O conceito lefebvriano de diferença não se baseia nas particularidades individuais, “mas nas diferenças que emergem de um processo de luta”. Dessa forma, com o foco na luta cotidiana, esse conceito não se enquadra nas diferenças em termos étnicos e de gênero, mas sim frente às relações homogeneizadoras impostas pela dinâmica capitalista, que reduz o espaço social (de usos) a um espaço abstrato de expropriação (de trocas). (COSTA; COSTA, 2005).

Também outra relação pode ser feita a partir da abordagem do sociólogo espanhol Manuel Castells do processo de construção social da identidade. No que diz respeito a atores sociais, Castells (1999) define o conceito de identidade como sendo “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” (p. 22). Destaca-se, pois, que podem haver identidades múltiplas para um mesmo indivíduo ou ainda um ator coletivo.

O autor entende tais expressões englobando tanto movimentos de tendências ativas voltadas à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo, como também uma gama maior de movimentos reativos

que cavam suas trincheiras de resistência em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da religião, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar ora ameaçada pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnoeconômicas e movimentos sociais transformacionais. (CASTELLS, 1999, p. 18).

⁹Tendo como base o potencial de emancipação social, este espaço encontra na vida cotidiana seu agente produtor, com o objetivo de “resgatar o valor de uso do espaço da tendência em transformá-lo unicamente em valor de troca.” (COSTA, 2003, p. 13).

De fato, mesmo que seu estudo não abarque a dimensão espacial proposta neste trabalho¹⁰, sua classificação das formas e origens de construção de identidades também evidencia as contradições inerentes à dinâmica urbana. A análise de Castells sobre o poder das identidades coletivas, se concentra fundamentalmente nos movimentos sociais e na política enquanto resultado da interação entre processos de “globalização induzida pela tecnologia” (1999, p. 18), partindo, pois, de uma leitura da sociedade organizada em redes, que caracteriza muitas de suas análises.

Identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas ou formadas por instituições dominantes, e construídas por meio de processos de individuação, ou seja, se constituem à medida que se tornam progressivamente distintas e independentes. No caso da formação da identidade a partir de instituições dominantes, essa só se consolida quando seus atores a internalizam, “construindo seu significado com base nessa internalização” (CASTELLS, 1999, p. 23)

A construção da identidade coletiva, segundo Castells (1999) ocorre, sempre, em um contexto marcado por relações de poder. Neste sentido, são por ele distintas três formas e origens de construção de identidades, quais sejam:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. [...]
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Este é o caso por exemplo do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p. 24, grifos do autor).

Entende-se a identidade legitimadora como a que origina a sociedade civil, ou seja, a que consolida um conjunto de organismos, arranjos e atores que, mesmo que

¹⁰Para as devidas ressalvas frente às divergências entre as teorias de Castells e Lefebvre, ver Soja (1993) e Gottdiener (1993).

conflitantes, acabam por reproduzir as fontes de dominação estrutural. Assim, permite-nos a compreensão de que esse padrão social legitimador, dominante e dominador (assim como o “padrão” lefebvriano espacial da expropriação) tende a promover a manutenção das desigualdades socioespaciais: uma homogeneização que elimina, de forma avassaladora, as diferenças e as possibilidades de emancipação social.

Concordo que há riscos em adicionar à discussão da importância do fator espacial a contribuição de Castells, já que este, conforme Gottdiener (1993), ignora a dimensão territorial/espacial na análise da cidade. Mas, na busca por parâmetros que evidenciem um caminho de confronto às contradições presentes na cena urbana, encontramos o que o autor destaca como “identidade de resistência”.

Para Castells (1999, p. 24), a visão de uma força de resistência (identidade de resistência) a esse processo legitimador provém “de atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”, baseando-se em princípios diferentes, ou mesmo opostos a estes. A identidade destinada à resistência, segundo Castells, dá origem à formação de comunas, ou comunidades, tendo em vista o contexto de sociedade em rede, que trata o autor.

O termo comunidade refere-se à formação de um grupo em um processo progressivo de se diferenciar (em seu significado) da sociedade civil. Acaba, pois, por apresentar certa interface com o conceito *Gemeinschaft* de Ferdinand Tönnies – apresentado mais adiante neste item –, no que se refere ao aspecto de retorno (historicamente dizendo) da comunidade às bases sociais de reciprocidade, afeto e solidariedade.

O contexto histórico integra determinantemente a construção das formas de identidade, assim como essa vale-se também dos aspectos geográficos, biológicos, institucionais (produtivos ou reprodutivos), da memória coletiva, dos aparatos de poder e das revelações de cunho religiosos. (CASTELLS, 1999).

A identidade de resistência é defensiva, reativa. Enquanto a identidade de projeto é propositiva, visando produzir sujeitos, não no sentido de indivíduos, mas no sentido de ator social coletivo “pelo qual indivíduos atingem significado holístico em sua experiência” (p. 26) e visando expandir-se “no sentido de transformação da sociedade” (p. 26). Entende-se, assim, que a identidade de projeto, quando constituída a partir da identidade de resistência, ocorre quando há um avanço sobre

a “trincheira” da opressão, da defesa, da resistência, da reação, para “um projeto de vida diferente” (CASTELLS, 1999, p. 26).

O autor aponta que no contexto da modernidade, a identidade de projeto foi constituída a partir da sociedade civil, tendo como exemplo o socialismo que nasce do movimento trabalhista. Já no contexto da sociedade em rede, a identidade de projeto, “se é que se pode desenvolver” (p. 28), origina-se a partir da resistência comunal, abordando o processo de transformação da “resistência comunal em sujeitos transformacionais” (CASTELLS, 1999, p. 28).

Tais distinções de identidade são abordadas por Castells tendo em vista as diferentes conjunturas em que se sobressaem, como o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, a identidade étnica e a identidade territorial, sendo aqui dado destaque a abordagem desta última.

[...] não creio que seja impreciso afirmar que ambientes locais, per se, não induzam um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, uma identidade distintiva. O provável argumento dos autores comunitaristas, coerente com minha própria observação intercultural, é que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. Apresento a hipótese de que, para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não necessariamente revolucionários), pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e o novo significado pode ser produzido. (CASTELLS, 1999, p. 79).

Conforme a citação, supõem-se que para constituir uma comunidade, é preciso que haja uma mobilização por meio de movimentos sociais urbanos e que, segundo o autor, podem ter como meta o atendimento das necessidades de condições de vida (urbana) e consumo coletivo, a afirmação da identidade cultural local e a conquista de autonomia política local e maior participação na qualidade de cidadãos. (CASTELLS, 1999, p. 79).

Em relação ao papel do movimento social na construção do significado coletivo da comunidade, Castells (1999, p. 80) destaca ainda que sua importância se dá não apenas no período de duração do movimento (normalmente curto), mas contribui determinantemente para a memória coletiva da comunidade. Guardadas as devidas proporções, tal afirmação pode ser relacionada à experiência do Banco Comunitário Palmas apresentada no item 5.1.1, no que diz respeito à moeda local Palmas, uma vez que mesmo tal moeda tendo sua circulação arrefecida drasticamente nos últimos

anos, seu significado enquanto ferramenta de afirmação de uma distinção territorial permanece no discurso dos atores locais.

Castells evidencia que, de modo geral, os movimentos urbanos que configuram as comunidades locais apresentam uma natureza defensiva e reativa. Para ele, suas ações são entrincheiradas, de modo que “fingem” que constroem, sob a proteção das “muralhas” da comunidade local, “uma nova sociedade que eles próprios reconhecem ser inatingível” (CASTELLS, 1983 *apud* CASTELLS, 1999, p. 80). Nesse sentido, o autor exalta em tal identidade um aparente sentido de “projeto” dissimulado sob a real forma de resistência.

A identidade de resistência é comunal, na medida que desenvolve redes internas de solidariedade e reciprocidade, mas também é reativa e defensiva, cujos atores constroem uma consciência coletiva no sentido de se entenderem explorados e/ou excluídos. Sobre a relação entre resistência e projeto:

[...] a (re)construção do significado por parte de identidades defensivas rompe com as instituições da sociedade, acenando com a promessa de reconstrução a partir das bases, ao mesmo tempo entrincheirando-se em um paraíso comunal. É possível que, dessas comunas, novos sujeitos – isto é, agentes coletivos de transformação social – possam surgir, construindo novos significados em torno da identidade de projeto (CASTELLS, 1999, p. 86).

Em suma, assim como a categorização dos diferentes espaços de Lefebvre, também a definição de tipos diferentes de identidade coletiva de Castells deve ser tida como relacional, ou seja, sempre utilizada em análises tendo em vista o contexto histórico e social a que se aplica.

De fato, a categorização proposta por Castells trata de distinções sociais muito mais evidentes se comparadas com as análises aqui desenvolvidas das comunidades que constituem seus bancos comunitários. Contudo, a abordagem sociológica de Castells aqui é utilizada enquanto um esforço de percepção para os horizontes que tais experiências são capazes de apontar.

É possível adicionar ainda a esse quadro os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies do final do século XIX e início do XX, que se referem a dois tipos ideais de organizações sociais. Grosso modo, tais termos podem ser atribuídos, respectivamente, aos conceitos de sociedade e comunidade, em relação aos diferentes níveis de escala social que representam. Ou seja, *Gemeinschaft* acaba por tratar de uma vida social de conjunto (comunidade), em uma população relativamente reduzida, e *Gesellschaft* trata de uma dinâmica social

em maior escala (sociedade). Na *Gemeinschaft* há uma consciência coletiva e um sentimento de pertencimento. Já na *Gesellschaft* sobressai uma consciência individualista, e as relações se dão por meio de “contratos”, ou seja, por regras estabelecidas por uma instância superior (Estado).

Polanyi (2012) utiliza de tal conceituação ao tratar do processo de abstração dos processos econômicos em relação às demais esferas da vida (política, social, cultural), questão trabalhada no item 3.1. O autor propõe uma relação dos conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, de Tönnies, tendo em vista o predomínio, respectivamente, do *status* e do *contractus* nesses padrões sociais.

Segundo Polanyi (2012), a organização social entendida como sociedade (*Gesellschaft*) revela um predomínio do *contractus* sobre o *status*, sendo o *contractus* definido por “direitos e deveres decorrentes de acordos bilaterais” (p. 234), assegurados por aspectos legais. Enquanto na organização comunidade vigora o *status*, ou seja, a posição do indivíduo na família, títulos, herança, nome, etc. A noção do predomínio do *status* permitiu a Polanyi tecer inflexões a respeito dos aspectos de reciprocidade e redistribuição presentes nas relações econômicas no padrão de comunidade.

Na comunidade (*koinonia*), seus integrantes são ligados por fortes sentimentos de amor, afeto (*philia*) – comportamento de reciprocidade, de aceitar o ônus e fazer partilhas mútuas. Já as relações de sociedade são, vias de regra, burocráticas, formais, e possuem uma complexa divisão do trabalho. (POLANYI, 2012).

De fato, Tönnies, assim como Polanyi, apresenta tais conceitos por um viés histórico, sendo a comunidade precedente à sociedade. Contudo, o autor não revela nessa visão uma irreversibilidade de tal quadro, tendo como ideal para a contemporaneidade o restabelecimento da comunidade em detrimento da sociedade (TÖNNIES, 1887 *apud* POLANYI, 2012).

Buscando, enfim, integrar os conceitos tratados neste capítulo, retoma-se a ideia do processo de urbanização extensiva que leva consigo a expansão do *modus vivendi* de sociedade a todo território. Pensa-se, pois, tal *modus* em sua configuração socioespacial abstrata e enquanto reprodutor da identidade legitimadora, que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Como exemplo, dentre muitos outros e complexos aspectos, tem-se a dinâmica de preços das terras urbanas, importante agente na distribuição das populações (classes) no território.

O capitalismo e o neocapitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das autoestradas, dos aeroportos, das redes de informação. Nesse espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu (LEFEBVRE, 2000, p. 134, tradução livre: Pereira e Martins).

Ainda assim, segundo Monte-Mór (1994), se por um lado a expansão do tecido urbano-industrial constitui uma ameaça concreta à cidadania, de outro, frente à oportunidade gerada pela crise das instituições, acaba por revelar possibilidades de novos arranjos socioterritoriais “que resgatem outras mediações e articulações possíveis que a expansão da modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista tem destruído.” (p. 178).

Nesse sentido, o horizonte de extensão do tecido urbano pode apontar também para um horizonte de (re)politização da cidade, na emergência da *práxis* urbana – eis, assim o urbano utópico de que trata Lefebvre.

Já em relação à criação de bancos comunitários de desenvolvimento, objeto da presente tese, o conceito de urbanização extensiva é entendido no que diz respeito aos territórios e às populações onde se estabelecem tais experiências. Os bancos comunitários, em tese, visam levar aos territórios de baixa renda (muitos conformando periferias metropolitanas, áreas de favelas, ou também comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e rurais em graus relativos de isolamento), serviços bancários e financeiros, que são atributos típicos da sociedade urbana. Porém, o fazem na busca por superar a abstração econômica para uma economia plural, ou seja, integrada e enraizada com vida cotidiana local.

Ou seja, se a urbanização extensiva evidencia a demanda pela inclusão dessas comunidades “marginais” ao sistema financeiro (no sentido de estarem à margem do acesso a esses serviços), a proposta de fazê-lo via um modelo de finanças caracterizado como solidário revela duas estratégias: a formulação de um meio de inclusão financeira de tais comunidades; e a formulação de respostas endógenas e diferenciadas aos problemas sociourbanos locais, ou seja, a integração entre ações econômicas, sociais, políticas e culturais com foco nas realidades locais, tendo por objetivo antes de incluir-se, desenvolver-se.

A busca por uma produção pautada em outros objetivos, que não o lucro, e em outras relações com o trabalho e com os recursos naturais, é fortalecida ainda pelo processo de urbanização extensiva (MONTE-MÓR,

2015). A extensão das condições gerais de produção aos territórios implica também a politização do espaço social. Formas de organização coletivas pautadas na colaboração e na reciprocidade ganham espaço nas novas formas urbanas, o que pode ser ilustrado pelo avanço em número e organização dos movimentos sociais em torno de pautas como a produção agro ecológica, o comércio justo, a conservação ambiental, a autoconstrução, etc. O maior acesso às redes de comunicação e transportes, à escolarização formal, e mesmo à proteção conferida pela legislação se tornam substratos para a organização em torno da economia social e solidária. (DINIZ, 2016, p. 16).

Tem-se, aqui, por fim, a visão de Monte-Mór (1994) da necessidade de que sejam exploradas as possibilidades de criação e fortalecimento de uma ampla economia popular urbana, nos moldes propostos por Coraggio (1991), e tratados no item 3.2. Defende, pois, que as cidadanias que parecem querer nascer desse processo de (re)politização devem constituir suas ações alicerçadas em uma outra (nova e velha) economia, voltada à garantia da reprodução coletiva, e se diferenciando, assim, determinadamente da economia mundial – centrada na exclusão de espaços e populações, destruidora do ambiente natural e social por ela excluída.

Assim, o capítulo seguinte prevê avançar no entendimento da economia em sua dimensão plural, abarcando desde o contexto histórico de abstração ou despreendimento da economia das demais instâncias da vida até o entendimento da proposta da economia popular e solidária (à qual se integram as ações dos bancos comunitários), visando, pois, à visão da economia como: “gestão do espaço de vida, da casa coletiva, o *nomos* do *oikos*¹¹, sua organização socioambiental, cultural e política. E econômica, claro.” (MONTE-MÓR, 2015, p. 58).

¹¹ O autor refere-se ao significado etimológico da palavra ‘economia’, que tem origem do grego *oikos* (casa) e *nomos/nemo/nomein* (lei, gerenciar, eu administro). Assim, *Oikonomia* diz respeito ao ‘cuidado da casa’.

3 ECONOMIA(S) – DOS PRINCÍPIOS POLANYANOS ÀS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Este capítulo destaca as inflexões entre os processos econômicos e demais instâncias da vida social. É, pois, abordada a teoria de Karl Polanyi que entende a economia de mercado como economia desenraizada dos aspectos sociopolíticos, e revela o sentido substantivo para a economia, a partir do qual são lançadas as bases para o entendimento da economia em sua pluralidade. Nesta linha de pensamento, inserem-se os estudos sobre a economia popular e solidária, que abrangem as práticas dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) aqui analisadas, tendo em vista sua proposta de fortalecer uma economia enraizada nos aspectos sociais e culturais.

O capítulo traz ainda um item que trata especificamente da conceituação de moeda e dinheiro em uma noção sociológica, considerando que as análises da economia ortodoxa tratam o dinheiro abstratamente descolado das relações sociais.

Assim, tendo em conta o objeto desta tese de relacionar as práticas econômicas de base local dos BCDs – que inclusive contam com uma modalidade monetária específica – com o processo de produção do espaço urbano periférico, torna-se fundamental o entendimento da economia de forma enraizada às demais instâncias da vida.

3.1 A(s) economia(s) segundo Karl Polanyi

Continuador da grande tradição do pensamento social europeu de sua época, Polanyi nunca reconheceu fronteiras rígidas entre as disciplinas, transitando pela economia, a história, a antropologia e a sociologia. Buscou compreender os traços gerais da sociedade capitalista no contexto de uma teoria comparada dos sistemas econômicos e da mudança institucional. Sempre enfatizou a excepcionalidade da sociedade moderna, a primeira que inseriu a força de trabalho e a terra no circuito mercantil, transformando a economia em um domínio independente, “desenraizado” das demais instituições sociais. (BENJAMIN, 2002, orelha do livro).

Este item apresenta a problemática da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana, fazendo-a a partir da visão do historiador econômico Karl Polanyi (2000; 2012).

De acordo com seus estudos históricos, a palavra economia é recente na sociedade, tendo pouco mais de 250 anos¹². De acordo com ele, quando vigorava o *status*, ou seja, a posição do indivíduo na família, títulos, herança, nome, etc, a economia se via enraizada em instituições não econômicas – organizada por canais não econômicos –, e por isso, permanecia sem nome. No *status*, a economia era ditada por aspectos de reciprocidade e redistribuição. Ou seja, o enraizamento dos processos econômicos à sociedade inviabilizava distingui-los dos demais aspectos.

Segundo Polanyi (2012), o desenraizamento da economia se dá a partir do predomínio na sociedade do *contractus* sobre o *status*, sendo o *contractus* definido por “direitos e deveres decorrentes de acordos bilaterais” (p. 234), ou melhor, por aspecto legal da troca. “Por isso não surpreende que uma sociedade baseada no *contractus* possua uma esfera econômica de troca institucionalmente separada e motivacionalmente distinta, ou seja, a do mercado” (p. 235).

Segundo Polanyi (2012), a economia do século XIX, caracterizada como desenraizada, “situou-se fora do resto da sociedade, mais especificamente do sistema político e governamental”, alcançando uma autonomia pela qual as leis de oferta e procura se distinguem enquanto leis próprias, descoladas das demais, que passaram a vigorar “motivadas pelo medo da fome e pela esperança do ganho” (POLANYI, 2012, p. 232).

Apresenta, dessa forma, uma versão oitocentista da esfera econômica independente na sociedade:

Pode-se imaginar o vasto e abrangente mecanismo da economia funcionando sem a intervenção consciente da autoridade humana, do Estado ou do governo; nenhuma outra motivação senão o pavor da miséria e o desejo de lucros legítimos precisa ser invocada; nenhuma outra exigência jurídica é imposta senão a proteção da propriedade e o cumprimento dos contratos; dada a distribuição dos recursos, do poder aquisitivo e das escalas individuais de preferência, o resultado será um ótimo de satisfação das necessidades para todos. (POLANYI, 2012, p. 233).

Polanyi defende que a economia deva ser enxergada como sendo um processo instituído, pois leva em conta que, conforme suas pesquisas de civilizações pré-capitalistas e capitalistas, os princípios de comportamentos econômicos no decorrer da história são sustentados por padrões institucionais.

¹² Em artigo originalmente publicado em 1957, Polanyi afirma que o termo economia foi cunhado há 200 anos na França (POLANYI, 2012).

Conforme Polanyi (2012), há outras instituições além do mercado onde estão enraizados aspectos econômicos, mais especificamente, os relacionados à subsistência do homem. Essa afirmativa evidencia a distinção feita pelo autor de dois significados do termo econômico, que “nada têm em comum” (p. 63), uma vez que apresentam “raízes distintas e independentes uma da outra” (p. 63).

As atividades não ligadas ao mercado, mas à subsistência humana, abrangem o significado para o termo econômico denominado substantivo. É, pois, relacionado ao fato de que os seres humanos precisam de um meio físico que os sustente. Já o outro significado, o formal, é ligado, por sua vez, à definição de escassez, sendo daí o verbo maximizar ou economizar (a fim de obter preços mais baixos, ou seja, fazer o melhor possível com os meios que se possui). Refere-se a uma determinada situação de escolha entre diferentes usos de um conjunto de meios, induzida por uma insuficiência destes.

O significado substantivo deriva da dependência do homem relativamente à Natureza, do intercâmbio com seu ambiente natural e social. Então, se o significado substantivo segue as leis da Natureza, o formal segue as leis da mente (escolhas). Este é decorrente da lógica, enquanto aquele é decorrente da realidade.

Neste sentido, o autor denuncia como “falácia economicista” a lógica hegemonicamente difundida que reduz o conceito e a prática do econômico ao mercado. Na obra “A Grande Transformação”, de 1944, ao destacar a descoberta histórica de que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais, Polanyi (2000) classifica os três princípios de comportamentos que, não associados basicamente à economia, dirigiram as economias tribais e arcaicas, sendo a reciprocidade e a redistribuição os mais evidentes¹³, e tendo também a domesticidade.

Já no artigo intitulado “A economia como processo instituído”, de 1957, Polanyi (2012) dedica-se ao estudo de como são instituídas as economias empíricas, partindo da análise de processos históricos e sociais pelos quais a economia adquire unidade e estabilidade, ou seja, “da interdependência e da recorrência de suas partes” (p. 302). Isso acontece, segundo ele, pela combinação de três padrões econômicos principais

¹³ Polanyi (2000) contraria Adam Smith ao afirmar que a economia nas sociedades pré-capitalistas não era impulsionada pelo ganho e o pelo lucro. Segundo ele, os mercados existiam, mas tinham papel residual, ou seja, não eram determinantes para assegurar a ordem na produção e na distribuição, que seria garantida pelos comportamentos de reciprocidade e redistribuição nessas sociedades.

constatados empiricamente e que podem ser chamados de “formas de integração”, quais sejam: a reciprocidade, a redistribuição e a troca (mercantil). Importante, pois, destacar que esses padrões se situam como modelos de transação, e não como designações de economias inteiras ou de sistemas econômicos.

A análise de Laville (2001) busca, pois, relacionar a obra de Polanyi à visão convergente de outros autores – Boulding (1973), Mauss (1923), Perroux (1960) e Razeto Migliaro (1988) –, ao determinar os três princípios econômicos reciprocidade, redistribuição e mercado como fundamentos para o entendimento não somente das sociedades arcaicas, mas também da economia moderna. Nesse caso, o padrão de comportamento de domesticidade é apresentado enquanto integrante do princípio de reciprocidade.

Segundo Polanyi (2012, 2000), a reciprocidade é entendida nos benefícios gerados por relações entre grupos e pessoas, sendo associados à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco. Os estudos do autor sobre sociedades tribais revelaram a retribuição de serviços e bens de forma simétrica entre grupos e pessoas.

O ciclo de reciprocidade se opõe à troca de mercado, porque é inseparável das relações humanas que envolvem desejos de reconhecimento e poder, e se distingue da redistribuição na medida em que não é imposto por uma autoridade central. (POLANYI, 2000 *apud* LAVILLE, 2001). O comportamento de reciprocidade só integra a economia quando há estruturas simetricamente organizadas, como um sistema simétrico de grupos de parentesco, por exemplo.

A domesticidade é entendida por Laville (2001) como uma forma particular de reciprocidade exercida dentro da unidade familiar básica, chamada por Polanyi “administração doméstica”. Polanyi trata desse conceito sob a ótica de Aristóteles, relacionando a domesticidade à produção para o autossustento.

Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, uma produção acessória para o mercado, argumenta ele, não precisa destruir a autossuficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade. (POLANYI, 2000, p. 74).

Nesse sentido, afirma ainda que, “enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica autossuficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar.” (POLANYI, 2000, p. 74).

O princípio da redistribuição trata da forma de integração pela qual a produção (bens e serviços) é entregue a um centro de armazenagem (a uma autoridade), a partir do qual é realizada sua distribuição (ou repartição).

A redistribuição pressupõe a presença de um centro de alocação na comunidade, cuja organização e a validação se dá pela constituição de uma estrutura institucional. De fato, segundo Polanyi, princípios de comportamento como esse (como também a reciprocidade), não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem à sua aplicação.

Segundo Polanyi (2012), o princípio da redistribuição permanece também para os propósitos de ideais sociais do modelo de Estado de bem-estar, pelo qual uma autoridade pública é responsável por impor obrigações e conferir direitos sociais, alguns dos quais implicam financiamento redistributivo.

Polanyi ressalta a importância de que haja um respaldo institucional para que tais comportamentos possam se manifestar enquanto princípios socioeconômicos. Dessa forma, tem como arranjos institucionais para reciprocidade, domesticidade, redistribuição e troca (mercantil), respectivamente, a simetria, a autarquia, a centralidade e o mercado¹⁴.

Só num ambiente simetricamente organizado é que o comportamento de reciprocidade resulta em instituições econômicas de peso; só quando se instalaram centros de alocação é que os atos individuais de compartilhamento podem produzir uma economia redistributiva; e só na presença de um sistema de mercados formadores de preços é que os atos de troca dos indivíduos resultam em preços flutuantes que integram a economia” (POLANYI, 2012, p. 305)

O princípio da troca (mercantil) é o princípio majoritário na economia de mercado, que caracteriza a sociedade moderna, compondo um sistema controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, ou seja, a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável.

A economia de mercado para Polanyi (2000) é um sistema econômico particular que tem sua plenitude no século XIX¹⁵, e que apresenta como implicações sociais a

¹⁴ Segundo Polanyi (2000, p. 68), a reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade.

¹⁵ O termo “plenitude” refere-se aqui ao sentido de consolidar-se, alcançar maturação.

configuração do que ele conceitua como a Sociedade de Mercado, na qual as relações sociais são subordinadas pela lógica mercantil.

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. (POLANYI, 2000, p. 89).

Neste sentido, Polanyi descreve mercadorias como sendo, empiricamente:

[...] objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço. (POLANYI, 2000, p. 93).

Por meio da fixação de preços, o princípio de mercado autorregula a junção entre oferta e demanda de bens e serviços (igual a demanda ao preço dos bens disponíveis). Por esse princípio, são tidos como bens também o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, salários, aluguel e juros (POLANYI, 2000).

Os próprios termos indicam que os preços formam rendas: juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem (POLANYI, 2000, p. 90).

Nesse sentido, o princípio de mercado pressupõe a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. Os preços acabam por controlar a produção e a distribuição de bens, pois dependem dos preços os lucros (dos dirigentes da produção).

De fato, o trabalho, a terra e o dinheiro são elementos tidos como essenciais da indústria – e não se configuram, por sua natureza, em mercadorias. Contudo, segundo o autor, a forma fictícia segundo a qual esses elementos são tidos como possíveis de serem produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade, “[...] e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, isso fato, a autorregulação do sistema.” (POLANYI, 2000, p. 94).

De forma geral, Polanyi (2000, 2012) apresenta como nas sociedades modernas os diversos aspectos da sociabilidade foram convertidos em “meros acessórios” dos mercados. O autor ressalta que antes da emergência moderna do “sistema oferta-demanda-preço” eram as relações econômicas que se encontravam enraizadas e subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc. (POLANYI, 2000, 2012; BONALDI, 2014).

Para ele, as práticas econômicas se naturalizam na sociedade à medida que se abstraem e se desenraizam do território – o autor apresenta a economia formal como uma lógica hegemônica sobre os demais aspectos da sociedade, sendo global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar.

Na “A Grande Transformação” (POLANYI, 2000), Polanyi desvenda os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais. Tal separação tem o ápice para sua consolidação no momento em que o mercado se constitui em uma esfera autônoma, autorregulável, e com vistas a dominar toda a sociedade pelo processo de transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria (fictícia).

Polanyi afirma ainda ser insustentável o postulado da mercadoria fictícia trabalho, terra e dinheiro, pois ao permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resulta, segundo ele, no desmoronamento da sociedade.

Tendo em vista ser esse um mecanismo insustentável e autodestrutivo, há historicamente o surgimento de contramovimentos que preveem cercar o avanço da lógica de mercado. Os “contramovimentos estabilizadores” preveem minimizar os efeitos desastrosos do capitalismo sobre as relações sociais.

Diante dos riscos inéditos que traz a expansão atual do sistema capitalista, a "economia alternativa" é alvo de fortes esperanças, das quais os novos movimentos sociais são uma das manifestações. (LAVILLE, 2004, p. 42).

E é nesse contexto de contramovimentos e na perspectiva de a economia ultrapassar a lógica de mercado e abranger suas pluralidades, que diversos estudos localizam as experiências denominadas de economia popular e solidária (LAVILLE, 2004). De fato, tal campo de estudos tem se consolidado nas últimas décadas com base nas críticas feitas por Polanyi à economia tradicional.

Afinal, entendendo as dinâmicas dos sistemas econômicos hegemônicos de mercado enquanto uma imposição política (e não algo “natural”, inerente às relações sociais) é possível assumir uma postura crítica e questionadora frente a eles, ou seja, de recusa a segui-los e de negação a enxergar a economia como parte separada das demais esferas sociais/culturais.

Tem-se, portanto, na perspectiva trazida por Polanyi, a abertura de possibilidades de investigação da economia em sua dimensão plural – economias –,

enquanto uma diversidade de fenômenos com dinâmicas e objetivos distintos da lógica hegemônica e autorreguladora de mercado.

Uma das principais deficiências da teoria econômica tradicional está em não reconhecer que **a economia é plural** e que, portanto, além do cálculo e da barganha, podem existir e coexistir outros princípios e valores na economia que não somente a lógica do mercado. Esses valores podem ser expressos na economia, por exemplo, mediante dimensões da cultura, da política, da religião. Negar a existência dessas dimensões na economia significa deixar de “vislumbrar novas perspectivas teóricas e práticas concernentes à Economia Solidária” e sua importância “como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.” (KRAYCHETE, 2002, p. 1). Essa proposta parece contraditória diante da cultura na qual estamos inseridos. (ARAUJO, 2009, s.p., grifo nosso).

3.2 A economia popular e solidária, social e plural: economia(s) enraizada(s)

A necessidade de ir além da economia desenraizada não pode ser compreendida como um retorno a uma economia enraizada propriamente dita. É provável que seja essa a razão porque Polanyi raramente fala em “reenraizar” a economia na sociedade e por que, quando o faz, dá a essa expressão um significado claro: o de um controle social dos processos econômicos, capaz de preservar e desenvolver as liberdades modernas e de questionar a limitação institucional imposta pelo sistema de mercado. Hoje, os movimentos alternativos no mundo inteiro, assim como as contribuições teóricas, buscam uma saída das consequências desastrosas, para o ambiente humano, social e natural, da atual fase neoliberal e, em termos gerais, da economia capitalista de mercado. (CANGIANI, 2002, p. 30)

Tendo em vista a perspectiva da teoria de Polanyi trabalhada no item anterior, esta seção trata da economia popular e solidária prevendo abordá-la como um contramovimento da manifestação da economia em sua dimensão plural, que abrange diversos aspectos da sociabilidade humana.

Inicia-se esta discussão com a categorização cunhada por Milton Santos (1977) dos dois circuitos constitutivos da economia urbana – circuito superior e inferior –, propondo uma leitura da categoria de circuito inferior como antecessora dos debates em torno de economia popular e solidária.

Milton Santos (1977) propõe uma visão do desenvolvimento e da urbanização em países subdesenvolvidos como sendo fruto de um processo seletivo e incompleto de industrialização e de modernização. A reconfiguração tida como necessária nesses países para atender aos interesses externos acabou por constituir, segundo o autor, dois sistemas de fluxos econômicos: o superior e o inferior.

O circuito superior é composto pelos setores com elevados níveis de organização que são beneficiados pela modernização tecnológica e capital intensivo; ele mantém alto grau de integração às economias dos países centrais e objetiva a

acumulação do capital. Já o circuito inferior abrange as atividades articuladas à localidade, com capital escasso e trabalho abundante, e com seu grau de organização em padrão “rudimentar¹⁶” (SANTOS, 1977, p. 43). É tido primordialmente como a pequena produção manufatureira, em grande parte artesanal, e do comércio não moderno, incluindo ainda as atividades domésticas.

O sistema superior utiliza um importante e elevado nível tecnológico, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto no sistema inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”, geralmente do local de origem ou localmente adaptada e recriada. O primeiro é **imitativo**, enquanto o segundo dispõe de um considerável potencial **criativo**. (SANTOS, 1977, p. 43, grifo nosso).

Nesse sentido, tem-se a prevalência no circuito inferior do trabalho familiar e autônomo, com altas margens de variação na estipulação dos preços dos produtos, prevalecendo a barganha e os acordos pessoais.

No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida. (SANTOS, 2008, p. 102).

O circuito inferior apresenta, segundo Santos, um estado de permanente transformação, já que sua sobrevivência depende da capacidade de seus setores de se adaptarem às mudanças conjunturais ditadas pelas dinâmicas do circuito superior. Isso revela, portanto, certa relação de subordinação do circuito inferior ao superior.

O circuito superior mantém controle sobre os meios de comunicação e sobre a informação, e recebe apoio em grande medida do aparelho do Estado e de crédito, enquanto o inferior recorre a arranjos de ajuda mútua.

Sendo elaborada por Santos no final da década de 1970, tal categorização ainda permite ser aplicada em análises atuais, mesmo que evidencie algumas dificuldades, visto que a divisão entre os setores componentes dos dois circuitos atualmente não é tão clara quanto nos anos 70 e 80, além de haver uma ampla e complexa interação entre as atividades dos dois sistemas.

Embora Milton Santos assuma que a noção de dualismo entre os circuitos tenha sido o ponto de partida para suas análises, ele rejeita tal formato ao identificar a dinâmica de complementariedade e competição que perpassa a relação entre os dois sistemas. Estabelece, assim, uma leitura pela qual ambos os sistemas são fruto

¹⁶ Santos (1977) utiliza do termo “rudimentar” para contrapor ao nível de organização burocrático que caracteriza o circuito superior. Assim, mesmo que haja algumas organizações extremamente complexas no circuito inferior, essas acabam por não serem legíveis para os padrões da sociedade hegemônica.

de um mesmo processo de transformação da lógica de produção dos países subdesenvolvidos ocorrido a partir da segunda metade do século XX.

Contrariando diversas teorias do desenvolvimento, Santos afirma não haver uma tendência de desaparecimento ou substituição do circuito inferior pelo superior à medida que se consolida o processo de desenvolvimento, no que diz respeito ao avanço no sentido tecnológico ou mesmo na formalização seguindo os ditames do Estado. “O circuito inferior não é visto como um ‘degrau’ do processo de desenvolvimento a ser ultrapassado, mas sim como uma característica estrutural, alimentada dentro do próprio sistema.” (DINIZ, 2017, p 5).

Essa visão prevê contrapor-se à ideia de setor informal, que acaba por enfatizar e, assim reduzir, as atividades econômicas do circuito inferior à sua condição precária institucional e trabalhista. Por mais que o termo “mercado de trabalho informal” possa ter sido usado para análises mais amplas em alguns estudos a respeito das alternativas de renda para trabalhadores pobres no meio urbano¹⁷, o termo é aqui entendido, grosso modo, compondo as práticas econômicas que não têm registros junto ao Estado, ou seja, não contribuem com impostos, não emitem nota fiscal e nem contam com empregados formalizados, tampouco recolhimento de encargos sociais.

Outro aspecto evidenciado por Santos é o estado de permanente transformação do circuito inferior, visão que se contrasta à noção de imobilismo e homogeneidade comumente associada às práticas do circuito.

Tais características atribuídas às dinâmicas do circuito inferior encontram, assim, forte relação com o campo de estudos da categoria economia popular na América Latina, que ganhou vulto a partir da década de 1980, tendo como principais expoentes Luís Razeto e Jose Luís Coraggio¹⁸.

Para Coraggio (2003), a economia popular é definida para além da categoria social de seus atores (tidos fundamentalmente como os pobres, os excluídos do mercado de trabalho assalariado formal),

¹⁷ Nesses termos, Diniz (2016) cita os estudos de Hart (1973), o relatório da OIT sobre emprego de 1972 e também a análise com viés neoliberal de De Soto (1987, 2001), esses que entendem o circuito inferior como um “degrau” no processo de desenvolvimento, tendendo ao desaparecimento ou substituição pelo superior na medida em que ocorra a formalização junto ao Estado ou a melhoria dos níveis tecnológicos

¹⁸ A seleção de publicações organizadas no portal dedicado à obra de José Luis Coraggio indica o enfoque no tema de economia popular a partir de um artigo de 1987 (CORAGGIO, 1987) e o portal dedicado à obra de Luis Razeto indica o livro “Las Organizaciones Económicas Populares” de 1982.

[...] *sino por la calidad de sus relaciones de reciprocidad, cooperación) y por su escala organizativa, suficientemente pequeña como para que permitiera relaciones económicas interpersonales no mediadas por el mercado y la competencia, que – siguiendo la tradición marxiana – eran vistos, junto con el Estado, como fuerzas alienantes.* (CORAGGIO, 2003, p. 15).

Segundo Tiriba (2003), os conceitos de economia formal e economia informal não são suficientes para explicar a complexidade das relações sociais, “pois os critérios de legalidade ou ilegalidade do empreendimento não servem como critério para classificá-lo neste ou naquele setor da economia” (p. 45). Neste sentido, para a autora, o conceito de economia popular permite diferenciar a racionalidade das formas de fazer a economia. Assim, enquanto a economia informal vê-se associada diretamente à flexibilização das relações entre capital e trabalho, a economia popular se liga à reprodução ampliada da vida, e não do capital. (TIRIBA, 2003; DINIZ, 2016).

Na economia popular, tem-se como aspectos determinantes as relações de cooperação e os valores de reciprocidade expressos entre os membros de cada unidade, bem como sua reduzida escala organizativa.

Esta economia se baseia no trabalho familiar, por conta própria, artesanal, na autoconstrução da moradia, na economia camponesa. Sua dinâmica combina a produção doméstica com as relações mercantis, numa conexão difusa entre valores de uso e valores de troca que não caminha para o desaparecimento nem para a desconexão com o mercado. O trabalho é o principal fator produtivo dessas unidades [...]. (DINIZ 2017, p. 6).

Coraggio (2003) define como sendo a organização econômica – ou unidade de análise econômica – característica da economia popular as Unidades Domésticas (UDs) e suas extensões associativas. A economia popular inclui a produção associada (cooperativas, associações, grupos de compra, sistemas de troca locais), os pequenos negócios familiares e o trabalho individual (autônomos, “conta própria”), voltados ou não ao mercado. (CORAGGIO, 2003; DINIZ, 2017).

As UD's, que são normalmente ligadas às relações locais e/ou familiares, são microunidades de gestão do sistema de produção que permitem uma organização de recursos e capacidades de seus associados, visando atender às necessidades de todo conjunto em um horizonte de *reprodução ampliada da vida* (CORAGGIO, 2003).

Para Coraggio, o conceito de reprodução simples da vida refere-se ao mantimento da vida dos integrantes da unidade com o mínimo, a sobrevivência. Já a reprodução ampliada prevê uma melhoria progressiva na qualidade de vida dos

membros em diversos aspectos. Portanto, diferenciando-se substancialmente do objetivo de reprodução do capital.

O aspecto mais importante em torno da categorização das UD's é que sua principal força produtiva é formada pelo conjunto das capacidades de trabalho de seus integrantes. Nesse sentido, outro termo trabalhado por Coraggio é referente ao *fundo de trabalho* de uma UD, como sendo “*el conjunto de energias, disposiciones y capacidades manuales e intelectuales para trabajar, que aportaban los miembros de una UD.*” (CORAGGIO, 2003, p. 17).

Conceitualmente, o fundo de trabalho contém duas grandes categorias: trabalho mercantil e trabalho de reprodução propriamente dita. Dentre essa última inclui-se o produto do trabalho que não é direcionado para o mercado, que é feito para autoconsumo – para ser desfrutado pela própria UD –, onde se podem incluir as diversas atividades ligadas ao trabalho doméstico, como cozinhar, cuidar de crianças, limpeza, conserto de móveis e a construção da casa.

Coraggio evidencia ainda a necessidade de que seja constituído um projeto político a partir da construção (ou identificação) de um setor de economia centrado no trabalho. Pois defende que a economia popular não seja tida como “a alternativa”, ou seja, um sistema social novo que se auto-organiza nos subterrâneos do mundo enquanto aguarda o fim do capitalismo para assim, se instaurar na sociedade. Mas sim:

Supone diferenciar entre la economía popular realmente existente subordinada a la cultura, valores e poderes de la sociedad y el Estado capitalistas -, y la posibilidad que contiene de devenir una economía de trabajo – por oposición a la economía del capital. (CORAGGIO, 2003, p. 19).

Nesse sentido, é importante ter-se em conta que a realização de tal possibilidade é indissociável do desenvolvimento (em seu conceito de emancipação social) da sociedade, para que, de fato, seja vislumbrado um amplo e coletivo estado de questionamento da soberana lógica de acumulação de capital que possibilite a consolidação da reprodução ampliada da vida como objetivo legítimo das atividades econômicas.

Como uma forma de produzir e distribuir bens e serviços que têm como horizonte a satisfação de valores de uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem, o conceito de economia popular nos remete ao significado etimológico da palavra ‘economia’, a qual se origina do grego *Oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro). Assim como *Oikonomia* diz respeito ao ‘cuidado da casa’ (entendida como morada do ser), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não

vivem da exploração da força de trabalho alheio, vêm tentando garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo (aí incluído o Planeta Terra, como nossa Casa Comum). (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 103 *apud* TIRIBA, 2003, p. 48)

No caso brasileiro, há um cenário específico em relação à economia dos setores populares, no que tange às atividades classificadas como economia solidária, cujo debate tem sua origem no cooperativismo europeu, assumindo contornos peculiares ao se concentrar na produção coletiva autogestionária (DINIZ, 2016).

Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações. (DINIZ, 2017, p. 7).

De fato, sobretudo nos últimos dez anos, as ações integrantes da economia solidária quase sempre se viram atreladas às políticas públicas implantadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes¹⁹), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os movimentos sociais de economia solidária, integrados pelo Fórum Nacional de Economia Solidária, tiveram influência direta na instituição da Secretaria e também em suas posteriores ações.

Tendo sido a Senaes coordenada pelo professor e economista Paul Singer²⁰, a efetivação das políticas e práticas no país acabou por se moldar conforme o entendimento desse autor da economia solidária, manifesto em seus estudos.

Se para Coraggio (2000), a unidade básica de análise da economia popular é a unidade doméstica, já para Singer (2000a), a célula da economia solidária é a unidade produtiva, pois entende que a unidade doméstica não é, necessariamente, voltada para a produção de mercadorias, mas para o consumo. As divergências entre as definições dos autores aparecem também em Singer (2000a) ao expor que a

¹⁹ A Senaes foi criada em 2003, no primeiro ano do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Manteve-se nos dois mandatos de Lula e também nos dois mandatos de Dilma Roussef, também do PT, até meados de 2016, quando, após processo de *impeachment* da presidente, a Secretaria passou a ser uma subsecretaria de governo durante gestão de Michel Temer. Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, a pasta deixa o Ministério do Trabalho e Emprego e passa a ser vinculada ao Ministério da Cidadania.

²⁰ Paul Israel Singer era economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido titular por 13 anos (de junho de 2003 a junho de 2016) da Senaes.

categoria de unidades domésticas de Coraggio, ao abranger todos trabalhadores não rentistas, acaba por incluir também os autônomos de alta renda e excluir os rentistas miseráveis (dependentes das transferências governamentais) (DINIZ, 2016).

De fato, a economia solidária acaba por se enquadrar como parte da economia popular: a organização em associatividades, que é considerada por Tiriba (2003, p. 39) como a “unidade mais avançada em economia popular”.

Por outro lado, Coraggio (2013a) chega a evidenciar os aspectos de solidariedade que se vêm presentes também nas esferas empresarial capitalista e na economia do setor público²¹, entendendo, assim, a economia solidária como o conjunto das práticas solidárias nas três esferas da economia. Para ele, a economia solidária se configura como *“la corriente ideológica más significativa para impulsar la economía social en América Latina”* (CORAGGIO, 2002, p. 2), tendo por economia social *“un concepto-paraguas referido a las organizaciones usualmente entendidas como organizaciones ‘económicas’ voluntarias que buscan a la vez un resultado económico en sentido amplio (no sólo pecuniario) y un producto en relaciones sociales”* (p. 2).

Todavia, mesmo compreendendo o sentido de solidariedade expresso nas outras esferas econômicas, reitera-se para a presente tese, o entendimento da economia solidária como integrante da esfera de economia popular, tendo em vista o cenário brasileiro, nos ditames do movimento social de economia solidária do país, bem como nos das políticas públicas a ele vinculadas.

Assim, por definição, a economia solidária é composta por unidades produtivas organizadas coletivamente e de forma autogestionária, caracterizada por princípios socialistas ou cooperativistas (SINGER, 2000a; SINGER 2002b; DINIZ, 2016). Paul Singer tem como os fundamentos da economia solidária a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Para ele, tais princípios teriam, assim, como “resultado natural”, a solidariedade e a igualdade (SINGER 2002b, p. 10).

²¹ Coraggio (2013) defende que a lógica solidária é capaz de se manifestar, além da esfera da economia popular, também nos setores de economia empresarial privada e economia pública, seja em organizações filantrópicas, em práticas diversas de gestão associadas, na seguridade social, em políticas de redistribuição, saúde, educação, etc.

O autor defende que a economia solidária deve ser uma nova forma de organização, e não parte integrante do capitalismo; um modo de produção intersticial, inserido nos vácuos deixados pelo capitalismo (SINGER, 2002a). Gaiger (2003 *apud* DINIZ, 2016) critica essa proposição, e aponta a dificuldade da economia solidária em consolidar bases tecnológicas próprias. Assim, este autor associa a economia solidária enquanto uma “forma social de produção” que é abrigada, mesmo que contraditoriamente, no modo de produção capitalista.

Para Singer, o caminho que a economia solidária deve percorrer segue a proposta de se estabelecer enquanto:

Uma alternativa superior à capitalista. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas [...] uma vida melhor. (SINGER, 2002a, p. 114).

O objetivo por uma “vida melhor” descrito por Singer se relaciona estreitamente com o conceito de *reprodução ampliada da vida* cunhado por Coraggio (2003), descrito anteriormente.

Em suma, Singer tem a economia solidária como concebida pelos “utópicos” em uma proposta de uma nova sociedade que une “a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002b, p. 115).

Singer afirma ainda que a economia solidária não visa se limitar apenas a uma resistência à lógica vigente (seja econômica, social e até urbana), mas propõe uma dinâmica desalienante, uma nova alternativa, um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” (SINGER, 2000b, p. 13).

Os estudos citados por Diniz (2016) evidenciam ainda que os ganhos mais evidentes das atividades de economia solidária não se revelam nos índices de renda, mas nos relevantes resultados em torno de aspectos que envolvem: melhoria das condições gerais de vida, empoderamento, fortalecimento de laços comunitários e autoestima coletiva.

Para as políticas de economia solidária do Brasil, são considerados empreendimentos econômicos solidários aqueles que possuem concomitantemente as seguintes características: ser uma organização coletiva e democrática; ser uma organização permanente; exercer atividades de natureza econômica como razão

primordial de sua existência; e ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados. (BRASIL, 2012).

Os bancos comunitários de desenvolvimento, objeto de análise desta tese, compõem a economia solidária, integrando, mais especificamente, o campo das finanças solidárias.

Tendo em vista ser essencialmente restritiva tal definição, muitas das análises sobre o tema utilizam do termo economia popular e solidária (EPS), tendo como elementos centrais neste conceito a recusa do emprego da força de trabalho como uma mercadoria (TIRIBA, 2003) e a dimensão sociopolítica em suas práticas, “tanto no sentido da democracia interna às unidades, quanto de autonomia decisória em relação ao setor público e ao setor privado (não sujeição ao controle de outras instituições, ainda que parceiras).” (DINIZ, 2016, p. 61).

A economia popular e solidária ganhou expressão no Brasil na década de 1990, como uma resposta das classes populares ao desemprego e à precarização do trabalho em curso. Nos anos 2000, ganhou espaço nas políticas públicas e cresceu em organização e alcance (DINIZ, 2017, p. 3).

Importante fator desse crescimento, no Brasil, foi a consolidação de políticas públicas em diversos níveis de apoio a tais práticas, sobretudo em nível federal, com a criação em 2003 da Senaes, conforme já descrito.

Análises mais recentes de Coraggio (2013a; também 2011; 2012; 2013b *apud* DINIZ, 2017), levantam que na última década a discussão da EPS tem se aproximado mais intensamente do que entende por “economia social e solidária”, inserindo-se além da problemática urbana – até então foco dos projetos políticos, econômico e societários da EPS –, para um debate mais amplo, “de compreensão da economia e de leitura das realidades dos países onde mais se desenvolveu, notadamente a França e o Canadá, além de outros países europeus.” (DINIZ, 2017, p. 11).

Nesse sentido, a “economia social e solidária” seria, tanto nos países periféricos quanto nos centrais, “um conjunto de iniciativas no sentido de um sistema econômico ideal, a substituir a ‘economia do capital’ marcada pela precarização e mercadificação do trabalho (DINIZ, 2017, p. 3).

De acordo com Diniz (2017), os debates em torno da economia popular e solidária, que antes eram centrados em estudos-diagnósticos da heterogeneidade das formas de produção e trabalho na América Latina, têm possibilitado atualmente uma

aproximação com vertentes teóricas e práticas de outras localidades do globo, mesmo os países centrais, ao revelar maior ênfase – se comparados com as análises do final do século XX – nos aspectos de questionamento da sociedade de mercado e na “proposição de uma ‘outra economia’ centrada no trabalho e na pluralidade de princípios econômicos” (p. 3).

É, assim, evidenciada uma atual articulação do contexto latino-americano com os países centrais referente às elaborações em torno da convivência entre princípios econômicos diversos, acercando, assim, o campo da economia popular e solidária das ideias de economia social e economia plural²².

Em relação ao conceito de “economia social”, Coraggio (2009) aponta que

Su adjetivación como economía “social” significa que todos los hechos económicos son hechos sociales, en los que se juega la multidimensionalidad de la sociedad humana: lo económico no puede existir fuera de la naturaleza, sin lo material, pero tampoco fuera de lo simbólico, la cultura y la política; pretender lo contrario es propiciar, como el neoliberalismo, que se liberen automatismos que han mostrado ser destructivos de la vida. (CORAGGIO, 2009, p. 8).

De forma a ficar mais clara a diferenciação entre economia solidária e economia social, trago o entendimento de Coraggio (2013), de que a solidariedade está implícita na definição de economia social, “*pues sin ella no es posible lograr el objetivo propuesto*” (p. 33). Por outro lado, considera que há organizações econômicas solidárias que são absorvidas em suas conquistas econômicas particulares, sem a finalidade de regeneração social ou de modificar seu contexto, ou seja, sem se enquadrar como economia social. Nesse sentido, a economia social e solidária é entendida como um horizonte de mudanças estruturais nas sociedades.

Já em relação ao conceito de economia plural, este é definido por Laville (2009) como uma categoria que busca evidenciar a existência de princípios diferentes da lógica “unicista” do mercado no comportamento econômico – visão, pois, fundamentada na teoria de Polanyi, no sentido substantivo reconhecido para a economia. Segundo Laville, a economia plural acaba por representar a economia real, à medida que evidencia que as relações econômicas são permeadas por princípios

²² Há uma diversidade de conceitos nesse campo, visto que abrangem projetos e práticas variados, todavia, se revelam próximos do ponto de vista de seus objetivos. Tais conceitos são: economia do trabalho, economia plural, economia social e solidária, economia popular solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia solidária, e economia para a vida (DINIZ, 2017).

plurais, assim como plurais são suas formas institucionais. E, por isso, deve ser entendida para além da visão abstrata e monolítica de mercado.

No mesmo caminho, é possível perceber nas análises mais recentes de Coraggio – também em referência à Polanyi – o entendimento de que a pluralidade econômica não deve ser entendida apenas enquanto horizonte, mas se manifesta nas relações já existentes, sobretudo na periferia mundial.

De fato, por laços de domesticidade, reciprocidade e redistribuição, a pluralidade econômica é evidente em grande parte das relações econômicas, que incluem por exemplo, as políticas redistributivas do Estado. Ocorre, todavia, certo grau de cegueira nas análises e práticas da economia ortodoxa, para as quais o princípio de mercado é universal.

Por fim, o arcabouço reflexivo desenvolvido nesse capítulo prevê subsidiar o desenvolvimento dos próximos capítulos, de definição e análise da metodologia proposta para os bancos comunitários de desenvolvimento, bem como o capítulo de descrição e análise dos casos visitados. De fato, enquanto parte integrante do campo de finanças solidárias no país, os bancos comunitários preveem, em tese, o fortalecimento de conformação de relações econômicas diferenciadas da lógica de mercado, seguindo os princípios e determinações do movimento “sociopoliticoeconômico” de economia solidária do Brasil, cujos debates tem se ampliado em escala (articulação com países centrais) e em conteúdo (na busca por uma nova e alternativa economia).

Complementando a discussão sobre a economia, o item seguinte trata da conceituação de dinheiro e moeda.

3.3 Dinheiro e moeda: uma abordagem sociológica

O dinheiro é um sistema incompletamente unificado e a busca de seu propósito único é um beco sem saída. Isso explica as muitas tentativas infrutíferas de determinar suas “natureza e essência”. Devemos nos contentar em listar os propósitos a que servem os objetos quantificáveis efetivamente chamados de dinheiro. (POLANYI, 2012, p. 331).

Este capítulo prevê conceituar dinheiro e moeda por um viés diferente da abordagem tradicional das ciências econômicas que vê a moeda como mercadoria

fictícia²³, limitando-a a um instrumento técnico do mercado. São aqui referenciados estudos que buscam evidenciar o uso da moeda como uma relação social. Relação essa determinada e, também, determinante nas dinâmicas sociais, culturais e políticas do contexto a qual se insere.

De antemão, destaca-se que os conceitos moeda e dinheiro em alguns casos configuram sinônimos, mas, de forma geral, dinheiro refere-se ao meio – um símbolo – pelo qual se efetua algumas operações, como o pagamento, a realização de uma troca indireta, a padronização de uma unidade de conta ou ainda como um meio de proporcionar uma reserva de valor.

Já a moeda é tida como uma das representações físicas para o dinheiro (pequeno objeto redondo de metal, geralmente de cor prata ou cobre) ou ainda como a especificação do tipo de dinheiro que é corrente em um determinado país ou território. Nesse último caso, temos o papel-moeda ou moeda fiduciária como uma representação (mais abstrata e menos útil) da moeda que, sem exigir lastro, é amparada por legislações locais e garantida pela confiança da população usuária, assim como toda moeda.

Se o papel moeda visto como um signo, simboliza as moedas, então, em nossos termos, ele simboliza aquilo que já é um símbolo, ou seja, o dinheiro. Os símbolos não “representam” meramente alguma coisa. São sinais materiais – orais, visuais ou puramente imaginários – que fazem parte da situação definida da qual participam, e por isso ganham sentido. (POLANYI, 2012, p. 333).

De fato, o limite entre as definições de dinheiro e moeda não é claro, visto que as origens dos termos se confundem com suas funções. A palavra dinheiro, em português, *dinero*, em espanhol assim como *denaro*, em italiano, tem origem no latim *denarius*, nome de uma moeda de prata do Império Romano²⁴. Já na Alemanha e França, o termo dinheiro remete a alguns metais nobres que foram usados para cunhar moedas, como prata na França (*argent*, em francês) e ouro na Alemanha (*gold*, em alemão, tendo a variação para *geld* para dinheiro). (SANDRONI, 1999).

²³ Conforme apontado no item 3.1, o dinheiro, assim como o trabalho e a terra, não se configuram, por sua natureza, em mercadorias, mas a forma fictícia segundo a qual esses elementos são tidos como possíveis de serem produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade moderna (POLANYI, 2000).

²⁴ 1 *denarius* era equivalente a dez ases, que eram moedas de cobre de uso corrente na Roma Antiga. (SANDRONI, 1999).

No inglês essa distinção de significados ocorre de maneira um pouco mais evidente, contando, pois, com três termos: *money*, *currency* e *coin*. *Money* conservou durante anos o sentido específico de moeda, ou seja, do objeto físico utilizado como meio de pagamento, até o final do século passado, quando se generalizou seu significado como dinheiro (SANDRONI, 1999). Tem-se *currency* como moeda no sentido do dinheiro que é usado em um determinado país, região ou ainda limitado no tempo e para uma atividade específica, como as moedas sociais que são utilizadas em feiras e em clubes de troca. E *coin* refere-se à moeda enquanto o pequeno pedaço redondo de metal que é usado como dinheiro.

A fim de resgatar uma visão histórica do dinheiro na sociedade primitiva e antiga, serão aqui utilizados os estudos de Karl Polanyi. Busca-se ainda complementar tal visão com base nos estudos de Nigel Dodd e Viviana Zelizer, importantes autores da nova sociologia econômica.

Como tratado no item 3.1, Polanyi (2000, 2012) baseia seus estudos da economia a partir da análise institucional. Essa abordagem permite distinguir o sentido substantivo da economia do seu sentido formal. O sentido substantivo é tido como o processo instituído a partir do intercâmbio do homem com seu ambiente natural e social que oferta continuamente meios para satisfazer as necessidades humanas. Tal método permite então que o autor escape da chamada “falácia economicista” que consiste na identificação automática da economia com sua forma de mercado, ou seja, com seu sentido formal.

Os três estudos de Polanyi (2012) a serem referenciados neste capítulo são originalmente de 1957 (*The semantics of money-uses*), 1958 (*The economy as an instituted process*) e de 1977 (*The livelihood of man*²⁵), reunidos em uma mesma obra que foi traduzida para o português em 2012.

Para Polanyi, em uma abordagem antropológica, o dinheiro pode ser entendido como um sistema semântico semelhante, em linhas gerais, à linguagem, à escrita ou aos pesos e medidas. Tais sistemas se diferem, sobretudo, em seus objetivos e nos respectivos sinais utilizados.

A linguagem e a escrita comunicam ideias; pesos e medidas expressam relações físicas quantitativas. Quanto aos sinais, a linguagem falada usa sons orais; a escrita usa ideogramas ou caracteres visuais; os

²⁵ Livro publicado 13 anos após a morte de Polanyi, em 1977, organizado por Harry H. Pearson, e traduzido para o português em 2012.

pesos e medidas usam objetos físicos como base de símbolos. (POLANYI, 2012, p. 153).

Polanyi classifica quatro diferentes funções desempenhadas pelo dinheiro, quais sejam: meio de pagamento, unidade de conta (ou padrão de valor), reserva de riqueza e meio de troca²⁶. Nesse sentido, o dinheiro se assemelha ao sistema de pesos e medidas, mais especificamente em sua função de unidade de conta, no que concerne à união entre símbolos e objetos físicos, sendo, pois, diferente quanto ao propósito. De fato, há casos em que o dinheiro é usado como sistema de medidas, mas nele não são avaliados o comprimento, o tamanho, o peso de um objeto, mas sim, sua importância numa situação e contexto específico.

Já o paralelo do dinheiro com a fala e a escrita apresenta todos os três como sistemas semânticos complexos que são organizados por um código de regras que configura a forma correta de usar os objetos, os sons e os caracteres como elementos dos respectivos sistemas. “Cada um deles emprega um número limitado de símbolos ‘para todos os fins’.” (POLANYI, 2012, p. 154).

É nesse sentido que Polanyi defende uma diferenciação entre o dinheiro primitivo e o moderno. Segundo ele, as sociedades primitivas não conhecem o dinheiro “para todos os fins”, sendo seus diferentes usos realizados por objetos simbólicos diferentes. Tinha-se um tipo de objeto como meio de pagamento, outro como padrão de valor, outro para acumular riqueza e outro objeto ainda para efeito de troca: “Na Babilônia de Hamurábi, o meio de pagamento era a cevada e o padrão universal era a prata; nas trocas, que existiam em pequeníssimo número, ambas eram usadas, ao lado de azeite, lã e outros gêneros essenciais.” (POLANYI, 2012, p. 324).

Nesse sentido, se for comparar aos sistemas da fala e da escrita, em que todos os sons orais ou letras do alfabeto estão aptos a serem usados em todos os tipos de palavras, então se teria uma língua em que os verbos consistissem em um grupo de letras, os substantivos, em outro, e também diferentes grupos de letras para adjetivos e advérbios.

Segundo Polanyi, nas sociedades primitivas e arcaicas os quatro diferentes usos do dinheiro permaneceram institucionalmente separados e independentes entre si. Inclusive, conforme os estudos do autor, as funções de meio pagamento, unidade

²⁶ Em um dos estudos aqui referenciados, Polanyi estipula apenas três usos, não ressaltando o entesouramento como um deles.

de conta e acumulação de riqueza, foram historicamente precedentes ao uso do dinheiro como meio de troca. Sendo assim, em relação ao reconhecimento do dinheiro como um sistema semântico, o dinheiro primitivo se diferenciaria do dinheiro moderno no grau de unificação dos seus sistemas simbólicos²⁷.

Para o autor, em geral, nas sociedades modernas, os vários usos do dinheiro se unificaram a partir de seu uso como meio de troca²⁸. Ou seja, o dinheiro que serve de meio de troca também executa todas as outras funções, seja de pagamento, unidade de conta ou reserva de valor.

A suposição “o dinheiro é um meio de troca” é para Polanyi uma das mais poderosas no pensamento moderno. O autor questiona estudiosos da economia que apresentam o meio de troca como critério essencial do uso do dinheiro não apenas na sociedade moderna, mas também na primitiva. Essa “abordagem modernizante”, segundo Polanyi, distorceu a imagem da natureza do dinheiro e, com isso, “criou um obstáculo quase insuperável para a análise das economias sem mercado” (POLANYI, 2012, p. 161) – ponto de relevante importância para a proposta da presente tese de análise da economia em suas manifestações plurais.

Para uma análise institucional do dinheiro, Polanyi indica que deva ser construído um entendimento a partir dos objetos físicos utilizados como dinheiro, os objetos monetários. Segundo ele, “[...] nenhum objeto material é dinheiro em si; ao contrário, qualquer objeto na situação apropriada, pode funcionar como dinheiro.” (POLANYI, 2012, p. 156).

A definição funcional do dinheiro surge a partir dos objetos quantificáveis comumente designados como dinheiro e das operações observáveis efetuadas com eles. (POLANYI, 2012, p. 157).

Em Polanyi (2012), a característica essencial para um objeto ser tido como dinheiro, é que ele seja quantificável. Conchas, moedas, plumas, medidas de cevada, cédulas bancárias ou inúmeras outras coisas intercambiáveis podem ser vistas como dinheiro se configurarem meios de pagamento, padrão de valor, entesouramento de riqueza, ou meio de troca.

Também o sociólogo Nigel Dodd (1997), aponta nessa direção. Esse autor contesta estudos que focam na definição materialista do dinheiro, como de Jevons

²⁷ Idem 28.

²⁸ Tal argumentação é, pois, refutada por Nigel Dodd (1999), conforme será apresentado mais adiante neste capítulo.

(1875 *apud* DODD, 1997) que sustenta que um objeto monetário deveria ter cinco características: as de ser portátil, indestrutível, homogêneo, divisível e cognoscível. Para Dodd, tais características não devem determinar ou distinguir um objeto monetário de um não-monetário, mas apenas seriam úteis para compreender limitações físicas às possibilidades de certos objetos poderem servir de dinheiro em contextos pré-modernos. Afinal, segundo Dodd (1997), “qualquer objeto, em princípio, pode ser usado como dinheiro desde que seja designado como tal” (p. 18).

Evidencia-se nesse caso, que também o aspecto “quantificável” apontado por Polanyi como requisito de um objeto monetário acaba por representar, na verdade, razões que fazem com que demais objetos possam ser improváveis (e não impossíveis) de serem tidos como dinheiro.

Segundo Polanyi, nas sociedades antigas, os diferentes usos para o dinheiro são representados por objetos simbólicos. Importante destacar que Polanyi identifica duas extensões para o significado do dinheiro. A primeira que abrange, ao lado dos quatro usos, a utilização de objetos monetários como recursos para as operações; e a outra extensão abrange objetos que não os físicos, ou seja, as unidades ideais ou de conta.

Excepcionalmente, o termo dinheiro também se aplica a algo diferente de unidades físicas. Essas “unidades ideais” são sinais escritos, palavras faladas ou atos registrados, empregados nos usos do dinheiro. Assim, a “operação” consiste em manipular dívidas formadas por essas unidades, com um efeito semelhante ao do uso de unidades físicas. (POLANYI, 2012, p. 160).

As mais antigas economias dos templos da Mesopotâmia, assim como os primeiros mercadores assírios, compensavam as contas sem a intervenção de objetos monetários (POLANYI, 2012, p. 323).

Polanyi apresenta e descreve as quatro funções do dinheiro dando especial destaque para a função de pagamento, que, segundo ele, precedeu historicamente o uso do dinheiro como meio de troca. “Se há um uso mais ‘básico’ que outro, trata-se, antes, do uso como pagamento [não comercial] ou como padrão.” (POLANYI, 2012, p. 335).

Em seus estudos, entende-se como pagamento o cancelamento de uma obrigação mediante a entrega de objetos quantificáveis. A entrega é a operação econômica em jogo, e o cancelamento da obrigação é o efeito desejado da operação. Polanyi defende que, historicamente, a operação de pagamento é ligada antes a

questões religiosas e políticas, que a relações econômicas. Defende ainda que pagamento não é, inicialmente, um termo econômico

Atividades como cortejar, casar, abster-se, dançar, cantar, vestir-se, banquetear-se, lamentar-se, lacerar-se ou até matar-se podem constituir modos de cumprir obrigações, mas não são pagamentos no sentido monetário do termo (POLANYI, 2012, p. 163)

Nesse sentido, é evidenciada a quantificação como elemento essencial do uso do dinheiro como pagamento. “A punição aproxima-se do pagamento quando o processo de se livrar da culpa é quantificado, como quando as chibatadas, o número de voltas em torno do templo ou os dias de jejuns redimem o delito” (POLANYI, 2012, p. 164). Nesses casos, mesmo que não haja entrega de objetos quantificáveis, há uma perda de valores vitais ou de *status* para quem efetua o pagamento.

Contudo, a diferença de quando, na operação de pagamento, há a entrega de objetos quantificáveis é que o recebedor ganha aquilo que o pagador perde. Isso ocorre mesmo quando a obrigação do pagamento não é concebida enquanto atividade econômica – Polanyi apresenta os exemplos de pagar uma multa, um imposto ou um tributo, oferecer dádivas e contra dádivas ou honrar deuses ou ancestrais.

Assim, para o autor, para que seja considerado dinheiro, a situação de “ter uma obrigação” precisa do seguinte requisito: “que outra situação diferente quanto à natureza da obrigação, possa ser satisfeita com os mesmos meios” (POLANYI, 2012, p. 159).

É, pois, na necessidade de manter uma reserva para eventuais pagamentos (fazendo com que esses não levem à falência ou ao desprestígio social) que Polanyi apresenta, em parte, as raízes da função do dinheiro como acúmulo de riqueza. Assim como o pagamento não é, inicialmente, um termo econômico, a riqueza – que nas sociedades primitivas consiste sobretudo em tesouro –, é originalmente uma categoria mais social que de subsistência.

O tesouro deve ser distinguido de outras formas de riqueza armazenada, principalmente da relação com a subsistência, tendo em vista que o conceito tesouro se aproxima a bens de prestígio, “objetos de valor” e objetos cerimoniais. (POLANYI, 2012, p. 342).

Para essa função, a “operação” consiste em guardar, armazenar ou conservar objetos quantificáveis, tendo dois objetivos diferentes e complementares: a opção de não usar o objeto no presente, mas guarda-lo para um uso futuro ou a opção de ter

vantagens com sua posse, “especialmente o poder, o prestígio e a influência que decorrem dela.” (POLANYI, 2012, p. 160).

E sobre a relação do entesouramento com o uso do dinheiro como meio de troca, Polanyi aponta que:

Quando o dinheiro está presente como meio de troca, é claro que ele se presta prontamente a funcionar como reserva de riqueza. Mas, tal como no caso do pagamento, a precondição é estabelecer objetos quantificados como meio de troca (POLANYI, 2012, p. 166).

Já o uso como padrão de valor parece ligar-se mais à função de trocas que pagamento ou reserva. Segundo Polanyi, “o escambo e a armazenagem de gêneros essenciais foram as duas fontes muito distintas das quais surgiu a necessidade de um padrão” (POLANYI, 2012, p. 340). De fato, tais funções parecem ter pouco em comum, a não ser pelo fato de que nenhuma das duas poderia ser praticada de maneira eficaz na falta de um padrão.

Na ausência de um meio de troca, a contabilidade de um famoso caso de escambo na antiga Babilônia configurou-se assim: a terra foi avaliada em 816 siclos de prata, enquanto os artigos oferecidos em troca foram avaliados, também em siclos de prata, da seguinte maneira: carroça, 100; seis arreios para cavalos, 300; asno, 130, arreios para asno, 50; um boi, 30; e o restante distribuído pelos itens menores. (POLANYI, 2012, p. 341).

Com esse e outros exemplos, o autor evidencia que o meio de troca não pode ter dado origem aos outros usos do dinheiro, como muitos dos estudos econômicos e sociológicos indicam²⁹. Suas utilizações como pagamento, reserva e unidade de conta tiveram origens separadas e se institucionalizaram independentemente umas das outras: “parece quase contraditório imaginar que fosse possível fazer pagamentos com um dinheiro com o qual não era possível fazer compras.” (POLANYI, 2012, p. 341).

Já em relação ao uso do dinheiro como meio de troca, tem-se como operação duas trocas consecutivas: o fato de se adquirir unidades de um objeto quantificável por troca direta, a fim de adquirir os objetos desejados por meio de outro ato de troca.

Polanyi evidencia que os usos do dinheiro, assim como as atividades comerciais, são capazes de atingir um nível quase ilimitado de desenvolvimento, “não

²⁹ Polanyi (2012) cita os economistas Smith e Ricardo, além de sociólogos como Mauss, Spencer e Durkheim e Simmel.

apenas fora de economias dominadas por mercados, mas também na própria ausência de mercados.” (POLANYI, 2012, p. 324).

Importante destacar aqui que as moedas sociais, a serem melhor definidas no capítulo seguinte, têm como função primordial a de serem meio de troca. A pesquisadora Heloísa Primavera (2002, 2009), importante referência no acompanhamento e análise de experiências de clubes de trocas na Argentina e de bancos comunitários no Brasil, se reconhece como responsável pela denominação ‘social’ dada a tais moedas de circulação restrita, defende ser a moeda social ‘contrária’ à moeda oficial à medida que esta, a moeda do sistema financeiro, que, segundo ela, é “a moeda concentradora da riqueza em poucas mãos” (2009, s.p.), é, pois, profundamente antissocial. A moeda social, para a pesquisadora, não é escassa, mas suficiente. De acordo com Primavera, não há benefícios em ter poupança em moeda social, pois esta só existe como tal se não for acumulada, se ela circular.

Nesse sentido, a moeda social, ao se prestar unicamente a meio de troca, se diferenciaria substancialmente da lógica monetária moderna definida por Polanyi à medida que não prevê em si a unificação das diversas funções do dinheiro. Sendo, pois, a lógica moderna a responsável pela abstração da economia das demais instâncias da vida cotidiana, ter a moeda social uma dinâmica econômica como “pré-moderna” acaba por ensejar a hipótese da moeda social se configurar enquanto instrumento de reafirmação do retorno, surgindo do processo de reenraizamento da economia às relações sociais, culturais e territoriais, em nível local.

Por outro lado, Nigel Dodd (1997; 2014) rejeita o entendimento de Polanyi da moeda moderna como congregadora de todas as possíveis funções do dinheiro. Dodd busca refutar também a ideia de Polanyi (como também de Marx, Nietzsche e Simmel) de que “*money’s relationship with culture is overwhelmingly a threatening, destructive one.*” (DODD, 2014, p. 13). Pois o autor sustenta que o dinheiro (mesmo o moderno) é ricamente infundido das condições culturais de sua produção e uso.

Dodd tem como “insustentável” a visão de Polanyi de que a ação econômica moderna consiste na busca racional pela satisfação máxima – o significado formal da economia. Pois, para Dodd (1997, p. 20), o comportamento econômico moderno não pode ser reduzido apenas à finalidade de maximização e tampouco divorciado de outras finalidades também significativas.

Assim como os demais autores da Nova Sociologia Econômica, Nigel Dodd revela análises muito próximas à de Polanyi no que se refere à definição de economia

em seu significado substantivo, ou seja, na integração entre as relações econômicas e as relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade. O contraste que aqui se evidencia entre esses autores, é, pois, em relação à visão da diferenciação que Polanyi ressalta entre o dinheiro pré-moderno e o moderno.

Dodd discorda da ideia de que o dinheiro moderno seja de uso geral, ou seja, que cumpra todas as possíveis funções monetárias. Para ele, não existe modalidade de dinheiro que atenda a todas essas funções simultaneamente.

Na prática, as notas de curso legal forçado raramente são utilizadas como reserva de valor. Notas e moedas representam unidades de valor padrão sem expressá-las literalmente. Aliás, se o fizessem, valeriam muito mais do que seus equivalentes de curso legal forçado. Cheques, cartões de crédito e saques bancários servem apenas de meios de pagamento. (DODD, 1997, p. 21).

A definição de dinheiro, para Dodd, deve concentrar-se em duas funções específicas: meio de troca (no qual se integraria a função de pagamento) e reserva de valor. O autor trata como algo inerente a todos os objetos monetários e financeiros a unidade de conta abstrata na qual são expressos. E aponta ainda que a relações entre essas duas funções, ou melhor, entre os graus de eficiência com que um determinado instrumento monetário ou financeiro as preenche, tende a ser inversamente proporcional.

Por exemplo, notas e moedas correntes tendem a perder valor ao longo do tempo por causa da inflação, por isso sua melhor utilização é principalmente para fins de troca e pagamento. Por outro lado, os ativos que armazenam valor com estabilidade ao longo do tempo ou até se valorizam são vinculados a títulos ou outros investimentos que dificultam sua conversão numa modalidade adequada para pagamento ou troca, talvez perdendo valor com a conversão ou devendo cumprir prazos que retardam a conversão. (DODD, 1997, p. 22).

Na medida em que Dodd determina duas funções básicas para o dinheiro – de forma que o pagamento seja integrado à função troca –, e delega a função de unidade de conta como algo inerente a todos os objetos monetários, ele acaba por evidenciar uma diferença relativa da teoria de Polanyi, que inclusive esbarra na crítica que esboça a este.

Para Polanyi, os quatro usos que atribui ao dinheiro nas sociedades primitivas e arcaicas, perduraram institucionalmente separados e independentes entre si, distinguindo, inclusive, a função de unidade de conta dos demais usos. Ou seja, mesmo o papel desempenhado pelo dinheiro de padrão de valor não unificava suas demais funções. Nesse sentido, a unificação das “modalidades monetárias” defendida

por Polanyi em relação à sociedade capitalista moderna, pelo menos para a função de padrão de valor (definido pela “moeda corrente”), encontra, pois, respaldo na visão de Dodd.

Adiciona-se ainda a classificação elaborada por Viviana Zelizer (1994; 2007), socióloga considerada, junto à Dodd e demais estudiosos, integrante da Nova Sociologia Econômica. A autora ressalta os significados sociais impressos nas trocas monetárias a partir do conceito de “vinculação” (*earmarking*) ou “marcação social” (MAIA, 2015). Esse conceito refere-se aos diferentes tratamentos dados ao dinheiro que sinalizam a natureza das relações entre os indivíduos que o usam para um tipo particular de transação. Tais tratamentos determinam diferentes combinações de unidades de conta. (ZELIZER, 2007).

São, pois, evidenciadas três formas diferentes de manifestação da marcação social ao dinheiro.

1. Establishing social practices that sort otherwise identical media into distinct categories. Depending on how it is used, when, and most importantly for what type of social relation, the same physically indistinguishable medium (e.g., dollar or a euro) can serve as a wage, a bonus, a tip, a gift, an allowance, charity, or a remittance. Each calls for a different set of routines representing its character.

2. Creation of segmented media in the form of tokens, coupons, scrip, chits, food stamps, affinity credit cards, local currencies, money orders, vouchers, or gift certificates, which are appropriate for restricted sets of relations and transfers, and in many cases are not legal tender within the larger economy.

3. Transformation of selected objects into monetary media, as with cigarettes, postage stamps, subway tokens, poker chips, or baseball cards. (ZELIZER, 2007, p. 1062)

No segundo formato são apontadas as moedas locais, entendidas pela autora como objetos heterogêneos selecionados pelos indivíduos aos quais são atribuídos usos e significações que lhes permitem serem reconhecidos como portadores de valor de troca em determinado arranjo social, e dessa maneira, representar e operar como moedas na vida social cotidiana (ZELIZER, 1994 *apud* MAIA, 2015)

Segundo Zelizer, o processo de *earmarking* é difuso e consolidado, e vincula a moeda a relações sociais diversas, em uma junção equivalente, em força e relevância, ao processo de emissão oficial de uma moeda corrente. Assim, a autora defende que tal visão trata de um fenômeno que atua como componente fundamental das economias capitalistas e, portanto, precisa ser incorporado nas teorias sobre a moeda. (ZELIZER, 1994 *apud* MAIA, 2015).

Para ela, os fenômenos monetários consistem e dependem de práticas sociais: *“By treating consumption, distribution, and transfers of assets as market-mediated processes, analysts abstract away the concrete social relations and practices that constitute and drive consumption, distribution, and transfers of assets.”* (ZELIZER, 2007, p. 1063).

Por fim, de forma a subsidiar o próximo item que trata especificamente das moedas locais vinculadas aos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, ressalta-se o processo identificado por Dodd (2005) de crescente diversificação de recursos, ou modalidades monetárias ao mesmo tempo do processo de homogeneização das moedas oficiais.

Dentre essas ele cita o dinheiro eletrônico, ou *e-money*, utilizado como ferramenta de fidelização de clientela em esquemas corporativos, como ocorre em programas de acumulação de milhas aéreas, dentre outros. Também são apontados, nesse quadro as moedas sociais³⁰, como complementares à moeda corrente e que buscam infundir lógicas diferenciadas aos sistemas econômicos – evidenciando nessas uma importante ferramenta de desenvolvimento local e meio de “construção de comunidade.” (GLOVER, 1999; LEE, 1996; SEYFANG, 2004 *apud* DODD, 2005, p. 560).

O autor cita os estudos de Cohen (2004 *apud* DODD, 2005) que sugerem que, sendo o futuro do dinheiro impulsionado exclusivamente pela lógica da concorrência, revela-se improvável que moedas locais sobrevivam neste contexto. E, segundo as evidências levantadas, tais sistemas geralmente falham, frente às impossibilidades de que uma efetiva rede de trocas seja criada em uma esfera limitada de circulação, sem a complexidade necessária para tal. Todavia, Dodd defende que os sistemas de moedas sociais/locais buscam atender a um conjunto específico de objetivos políticos, com foco no local. Questão essa que revela, portanto, que tais moedas não visam competir com as moedas emitidas pelo Estado. (DODD, 2005).

Dodd reitera, ainda, que deve ser integrado aos referenciais teóricos sobre a moeda em geral que as suas formas alternativas, ou seja, que os vários tipos de moeda em circulação possuem, do ponto de vista sociológico, propriedades que lhes são específicas. (DODD, 2005).

³⁰ Dood (2005) cita os Lets (Local Exchange Trading System), os Green Dollars e os Bancos de Tempo.

Tendo, pois, em vista o referencial teórico para o entendimento de economia e dinheiro enquanto relações sociais, o capítulo seguinte apresenta as práticas de finanças solidárias impulsionadas pelos bancos comunitários de desenvolvimento, apresentando a metodologia a que seguem e suas possíveis interfaces sociopolíticas.

4 AS PRÁTICAS SOLIDÁRIAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Dinheiro é um mero meio de troca, e essa é a função dos bancos comunitários e das moedas sociais. Aliás, o dinheiro sempre foi isso, uma forma de mediar trocas entre as pessoas. Guardar dinheiro para dinheiro gerar mais dele mesmo é o papel dos bancos tradicionais. O grande problema da humanidade é a estagnação financeira. Você pega o dinheiro, guarda no banco, lá ele não produz nada e cresce sozinho. As grandes fortunas se fazem assim, com a especulação financeira. É dinheiro rendendo dinheiro, e não produzindo. Aliás, o que produz um banco tradicional? Nada. Ele ganha dinheiro vendendo dinheiro, isso é o fim do mundo. O dinheiro é um meio, não é um fim. Por isso que chamamos de socioeconomia solidária, porque a economia tem de estar a serviço da sociedade. (MELO NETO SEGUNDO³¹, 2016).

Celso Furtado, economista brasileiro e referência nos estudos sobre desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento e papel do Estado, trata, na obra “Criatividade e dependência na civilização industrial” (1978) do conceito de desenvolvimento, entendendo-o como processo na perspectiva de constituição de uma “civilização industrial”, essa que integraria não apenas a acumulação, a tecnologia e o padrão de consumo, mas abrangendo também a criatividade e a cultura. Em suas análises, o autor entende que o processo de industrialização da periferia mundial não chegou a constituir um desenvolvimento real (mesmo com ganhos econômicos expressivos), pois elevou os índices de dependência dos países periféricos dos países centrais. Tal dependência é, ao mesmo tempo, tecnológica e intrinsecamente conectada a aspectos culturais.

O autor faz um paralelo do processo de industrialização da América Latina com as estratégias adotadas por Japão e União Soviética, cujos processos de implantação de indústrias foram acompanhados de um “projeto de afirmação nacional”. Por tal meio, foi possível a esses países assimilar transformações sociais em moldes semelhantes à estrutura produtiva e social europeia.

Na obra “Cultura e desenvolvimento em época de crise”, de 1984, Furtado dedica um capítulo ao entendimento do desenvolvimento como processo endógeno. Nesse, é feita uma leitura do contexto econômico mundial, tratando do processo de

³¹ João Joaquim de Melo Neto Segundo, é líder comunitário atuante no Conjunto Palmeiras, Fortaleza/CE, fundador do Banco Palmas, e integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

introdução de padrões de consumo do centro na periferia, seguindo a lógica de difusão da civilização industrial. (FURTADO, 1984).

A ideia de desenvolvimento, para o autor, refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem. Sendo mais do que transformação, o desenvolvimento é tido como invenção, comportando um elemento de intencionalidade. Nesses termos, Furtado resume inovação não como resposta a um desafio, mas antes, como a “manifestação de uma possibilidade” (1984, p. 106).

A partir daí o autor abre espaço ao entendimento do desenvolvimento como sendo um dos possíveis resultados da apropriação do excedente de uma sociedade, na ideia de que a emergência de um excedente proporciona um horizonte de opções. Contudo, dentre os fins que se tem destinado historicamente ao excedente, Furtado aponta que apenas excepcionalmente este é usado para o desenvolvimento, com vistas a “abrir caminho à realização das múltiplas potencialidades dos membros de uma sociedade” (1984, p. 106). Nessa abordagem, o desenvolvimento envolve processos de criatividade tanto vinculados à técnica, ou seja, “ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar a sua capacidade de ação”, quanto vinculados aos valores “que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial”. (FURTADO, 1984, p. 107).

Segundo Furtado (1984), a passagem da “simples modernização” ao desenvolvimento estrutura-se na esfera social. Nesse sentido, a endogeneidade é definida como “a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (p. 108). O autor faz um estudo das possibilidades de endogeneização do desenvolvimento na periferia mundial mediante a capacidade de se acessar a tecnologia moderna mantendo a autonomia de decisão. Nessa ótica, a ideia de desenvolvimento endógeno funda-se no “desejo de preservação da própria identidade na aventura comum de unificação do processo civilizatório” (FURTADO, 1984, p. 124).

Em uma análise sobre as mudanças no mundo contemporâneo, Monte-Mór (2015) evidencia que Furtado aprofunda o debate sobre desenvolvimento ao enfatizar a sua dimensão endógena, criativa e libertária. O trecho seguinte, de Furtado, expressa bem essa visão:

Sendo o desenvolvimento a **expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade**, o autoritarismo (de qualquer tipo, não apenas militar, mas das elites) ao

bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade frustra o verdadeiro desenvolvimento (FURTADO, 1978, p. 80, grifo nosso).

Monte-Mór (2015) ressalta que tal desconstrução do conceito de desenvolvimento já se apontava em outras análises socioeconômicas da segunda metade do século XX, citando a visão estruturalista consolidada na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que “insistiu que desenvolvimento, diferentemente de crescimento econômico, implicava transformações estruturais na economia e na sociedade.” (MONTE-MÓR, 2015, p. 66).

Monte-Mór expande tal entendimento para os movimentos questionadores da contemporaneidade, cujas discussões giram em torno da crítica à hegemonia da cultura ocidental, dos debates sobre a vida cotidiana, da crítica sistemática ao Produto Interno Bruto como medida de bem-estar e emancipação socioeconômica, e da emergência de novos conceitos como Felicidade Interna Bruta, Pós-Desenvolvimento³², entre outros. Segundo o autor, tais posturas acabam por anunciar polarizações e redefinições radicais sobre a natureza do desenvolvimento.

Críticas ao “des-envolvimento”³³ das populações locais de suas práticas socioculturais como condição para a entrada de uma racionalidade hegemônica baseada nas relações capitalistas e na modernização do consumo têm informado a (re)organização das relações sociais de produção orientando-as para novos arranjos, novos modos de integração social e econômica, sugerindo transformações conceituais e práticas para um futuro próximo. Outras possibilidades se colocam, portanto. (MONTE-MÓR, 2015, p. 66).

É, pois, nesse contexto que a presente tese busca ressaltar nas experiências de finanças solidárias aspectos de empoderamento comunitário que possam evidenciar, por meio da economia, ares de criatividade e resolubilidade frente os desafios locais. Dessa forma, o denominado “desenvolvimento endógeno” é aplicado

³² O conceito de Felicidade Interna Bruta nasceu no Butão na década de 1970 e vem sendo apropriado no mundo ocidental nos últimos anos, resultando, em 2012, no relatório – *World Happiness Report* – do *The Earth Institute*, da Universidade de Columbia, Nova York, liderado por acadêmicos como Jeffrey Sachs e outros. (MONTE-MÓR, 2015). Já o conceito pós-desenvolvimento surgiu na década de 1980, junto com pós-colonialismo, pós-modernismo, e outros “pós” (MONTE-MÓR; RAY, 1995 *apud* MONTE-MÓR, 2015). Ganha destaque a coletânea *The post-development reader* (RAHNEMA; BAWTREE, 1997 *apud* MONTE-MÓR, 2015) que conta com textos de Arturo Escobar, Marshall Sahlins, Ivan Illitch e outros teóricos.

³³ Monte-Mór (2015, p. 66) ressalta o sentido etimológico das palavras para designar desenvolvimento, desde o português des-envolver, até o inglês de-envelop (“desenvelocar”) e o espanhol des-arrollar (“desembrulhar”).

nesta análise em um nível local/urbano, evidenciando processos de desenvolvimento (verdadeiro) de comunidades periféricas, no que tange a seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

Tal conceito é também amplamente utilizado nos materiais e cartilhas do movimento de economia solidária e da Senaes, ao tratar dos objetivos dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs).

Nesse sentido, o presente capítulo visa apresentar a metodologia dos BCDs em sua proposta de disseminar práticas solidárias em nível local, e, portanto, territorializado. O primeiro item trata do banco comunitário e sua proposta de inclusão financeira de comunidades pobres por uma nova economia.

O segundo item do capítulo trata da moeda local, sendo discutido o seu caráter social, sua relação com a moeda nacional, e também seu caráter local e complementar.

O terceiro item deste capítulo apresenta os aspectos categorizados nesta tese que se constituem como condicionantes para que tais experiências se manifestem enquanto dinâmicas urbanas diferenciais. Tais aspectos foram elaborados com base nas propostas solidárias inerentes às atividades dos bancos comunitários.

Importante destacar que as incursões em campo, apresentadas no capítulo 5, foram importantes para a construção desse capítulo 4. De fato, a apresentação da metodologia e dos efeitos (em diferentes instâncias) esperados nas ações do BCDs, levam em conta os discursos presentes nas experiências visitadas em campo, suas fragilidades e contradições.

4.1 Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Conforme dados de 2015³⁴, 36% da população no país não tinha acesso a serviços financeiros oficiais, seja por bancos públicos ou privados. De fato, mesmo que esse índice revele, conforme a pesquisa, o menor percentual em nove anos no país, indicando um paulatino crescimento no que tem sido denominada de taxa de bancarização da população, ainda assim os 36% representam um maciço populacional de 48,5 milhões de brasileiros sem acesso ao sistema bancário.

³⁴Pesquisa realizada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) e pelo Instituto Ipsos. A sondagem foi feita no mês de abril de 2015 com 1.200 consumidores, em 72 municípios do país.

Tal exclusão desses muitos brasileiros deve-se tanto pela falta de renda dessas pessoas, pela realidade informal de trabalho, por morarem em áreas irregulares (como favelas e “ocupações”), quanto pela ausência de documentos, dentre outros – além de muitas vezes se verem integrados a comunidades em que quase a totalidade dos membros está na mesma condição.

Paul Singer (2009) faz a classificação do sistema financeiro como que composto por 3 partes:

I. uma parte capitalista, formada por intermediários financeiros - bancos, companhias de seguro, corretoras etc. - que têm por objetivo fundamental o lucro, mais precisamente o maior retorno sobre o capital investido. II. outra parte é estatal, composta por bancos federais e estaduais, que não deveriam visar lucro, mas a prestação de serviços ao público. E III. uma grande variedade de intermediários financeiros, parte dos quais poderia ser chamada de social ou solidária, composta por bancos e outros intermediários financeiros privados que não visam lucro, mas o atendimento das necessidades de comunidades excluídas do acesso aos serviços das outras duas partes. (SINGER, 2009, p. 69).

Nesse terceiro grupo, além dos arranjos de cunho social ou solidário, há instituições que, ao contrário, visam à maximização dos lucros no atendimento das comunidades, como agiotas e empresas comerciais de empréstimos ou de sorteio de prêmios voltadas à baixa renda.

Singer (2009) denomina como instituições financeiras sociais ou solidárias aquelas que não visam ganhos pecuniários para si, abrangendo as entidades de microcrédito que atuam com fontes estatais ou internacionais, e as associações de poupança e crédito, como as cooperativas de crédito, que atuam com fundos rotativos alimentados pelos sócios locais. Cita também a configuração de clubes de troca, que são associações autogestionárias que utilizam moedas sociais específicas para a circulação local.

De fato, o termo “finanças” refere-se à utilização do dinheiro e, em geral, a todas as atividades que conformam o fluxo monetário de entrada e saída ao longo do tempo. Contudo, segundo Muñoz (2009), tal conceituação não faz qualquer referência a quem sejam os atores envolvidos, os objetivos almejados, etc., “preocupações estas que se fazem necessárias ao apontar-se que, em seu desenvolvimento ‘normal’, as finanças hegemônicas captam recursos de muitos para gerar crescente concentração e centralização entre poucos.” (MUNOZ, 2009, p. 208). Nesse sentido, as finanças solidárias conformam-se como uma resposta a essa lógica, pois visam democratizar os recursos financeiros a operar a serviço das necessidades da população com base

em princípios como a ética e a solidariedade, e priorizando o atendimento aos excluídos do sistema bancário tradicional (MUÑOZ, 2009; COELHO, 2003).

Ademais, as instituições financeiras solidárias inserem-se no campo das práticas de economia solidária, e preveem, a princípio, viabilizar suporte financeiro aos empreendimentos desse modelo econômico. Como trabalhado no item 3.2, a economia solidária no Brasil tem se conformado como um conjunto de unidades produtivas organizadas coletivamente e de forma autogestionária – por princípios socialistas ou cooperativistas – e que constituem movimentos sociais de economia solidária – concentrados no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES³⁵) – junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes³⁶).

O campo das finanças solidárias no Brasil é formado por três segmentos: fundos solidários, cooperativas de crédito e bancos comunitários, objeto desta tese. No caso dos bancos comunitários, suas ações concentram-se não somente na viabilização de suporte financeiro e operacional aos empreendimentos coletivos vinculados à economia solidária, mas também atuam no apoio financeiro às comunidades pobres em seus produtores, prestadores de serviço, comerciantes e seus consumidores. Ou seja, além de operarem com microcrédito, buscando atuar junto a comunidades (e não apenas a microprodutores, como é mais comum), também, em muitos casos, os bancos funcionam como clubes de troca solidários, tendo como propósito criar um mercado para um pequeno grupo, podendo, contudo, expandir-se para bairros inteiros.

Esse é o caso da experiência do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, o primeiro, segundo Singer (2009), a projetar um clube de trocas que em princípio tem como sócios os 35 mil habitantes do Conjunto (e mais moradores em bairros próximos), operando a partir da circulação de uma moeda local – a moeda Palmas, que circula desde o ano 2000³⁷.

³⁵ De acordo com o site institucional do FBES, o movimento de economia solidária no Brasil tem como segmentos os empreendimentos de economia solidária, as entidades de assessoria e a rede de gestores públicos, e constitui-se nas instâncias formadas pelos fóruns locais, estaduais, macro regionais e o fórum brasileiro (FBES, s.d.).

³⁶ Conforme já apontado na nota 19, a Senaes, criada em 2003, no primeiro ano do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido do Trabalhadores (PT), manteve-se nos dois mandatos de Lula e também nos dois mandatos de Dilma Roussef, também do PT, até meados de 2016, quando, após processo de impeachment da presidente, a Secretaria passou a ser uma subsecretaria de governo durante gestão de Michel Temer. Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, a pasta deixa o Ministério do Trabalho e Emprego e passa a ser vinculada ao Ministério da Cidadania.

³⁷ O Banco Palmas é melhor descrito no item 5.1.1.

De fato, tem sido referência para os estudos no Brasil, sendo também abordada em análises internacionais³⁸, a inovação da experiência do Banco Palmas de adicionar uma moeda social ao modelo de microcrédito solidário.

O Banco Palmas é tido como o primeiro empreendimento denominado de Banco Comunitário de Desenvolvimento, sendo criado por iniciativa popular na periferia de Fortaleza/CE. Já a disseminação pelo país de novos bancos seguindo esse mesmo formato deu-se a partir de políticas públicas federais ligadas à Senaes de fomento a empreendimentos de economia solidária.

A fim de possibilitar a sistematização e disseminação da metodologia dos bancos comunitários no país, foi criado no início dos anos 2000 pelo Banco Palmas o Instituto Palmas, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sendo então responsável por operar os programas da Senaes ligados aos novos bancos, junto a outras entidades executoras³⁹.

Em relação à disseminação no país pela Senaes da metodologia que foi criada e consolidada na periferia de Fortaleza, Nascimento (2015) aponta que tal processo acaba por colocar o Banco Palmas em outro nível institucional:

Nesse sentido, o Banco/Instituto Palmas deixa de ser simplesmente uma organização sem fins lucrativos – desenvolvida, gerida e utilizada pela própria comunidade do Conjunto Palmeiras - para ser uma instituição que tem como uma de suas finalidades principais replicar e disseminar seu modelo comunitário “de cima para baixo” – ao contrário do próprio Banco Palmas que foi criado “de baixo para cima”, pela e para a população. (NASCIMENTO, 2015, p. 29).

Essa visão possibilita identificar o Instituto Palmas e a Senaes como agentes externos responsáveis pela configuração e formato de gestão dos bancos no interior das comunidades. Contudo, isso não chega a pôr em xeque os conceitos de desenvolvimento endógeno e autogestão atrelados às experiências dos bancos. Uma vez que a ação do Instituto e da Secretaria se limita à formação, estímulo e motivação

³⁸Ganham destaque os estudos vinculados ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, e os trabalhos do *Instituto de la Moneda Social*, na Espanha.

³⁹ Conforme apontado no item 5.1.2, no convênio vigente nos anos 2010-2012 para o apoio à criação de novos BCDs, o Instituto Palmas atuou como entidade executora de dimensão nacional, sendo as entidades regionais: o Instituto Capital Social da Amazônia de Belém/PA; a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da Universidade de São Paulo (USP); e o Banco Bem de Vitória/ES. Já os convênios firmados a partir do Edital de 2013 tiveram como entidades executoras de 2013 a 2015: o Nesol enquanto entidade executora nacional; o Instituto Capital Social da Amazônia, o Instituto Palmas e o Banco Bem/Ateliê de Ideias como entidades regionais. (PAULA, 2015).

das comunidades, não impossibilitam a autonomia no processo de instituição e gestão de cada banco comunitário.

Soma-se a isso a proposta de integração entre os bancos existentes em formato de rede, com a conformação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários em 2006, um ano após a Senaes ter iniciado seu projeto junto ao Instituto de apoio à implantação e consolidação de novos bancos comunitários no país. A Rede de Bancos Comunitários é composta por mais de 100 bancos em diferentes regiões do país.

De fato, ainda que se procure aplicar uma mesma metodologia para todo o território, cada experiência de banco comunitário acaba por revelar dinâmicas e propósitos especiais para os quais foi criada, posto que, sendo autogeridas, entende-se que sua consolidação é um processo em constante construção e que sua criação deva ser uma iniciativa – um desejo intrínseco – da própria comunidade. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007; MENEZES, 2007; FRANÇA FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009).

Em 2007, no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foi elaborado o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (INSTITUTO PALMAS, 2007), sendo, pois, baseado na experiência do Banco Palmas, e também dos demais bancos criados até então.

Segundo o termo, presente no anexo A, as ações do BCD devem ter por base os princípios da Economia Solidária. Os BCDs são definidos como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de uma “reorganização” das economias locais.

O BCD tem como objetivo promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. O que culmina, segundo o Termo de Referência, em ações de apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: “empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 1).

Seguem, abaixo, as características do BCD enumeradas no Termo de Referência:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;

2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 1)

Os BCDs são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Dessa forma, é constituída uma equipe de coordenação para o BCD vinculada a tal organização, sendo sua gestão compartilhada, tendo “forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 2).

De acordo com o Termo de Referência, a manutenção do BCD deve dar-se por meio da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário, composto de fontes diversas, como “doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados, prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 2).

França Filho e Silva Júnior (2009) classificam as ações dos BCDs em torno de quatro eixos centrais, quais sejam: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Segundo os autores, diferente das práticas de microcrédito convencionais, que são orientadas à pessoa ou organização individual, as ações dos BCDs são voltadas ao território ao qual pertencem os bancos, seja ele uma comunidade, um bairro, ou um pequeno município⁴⁰. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas

⁴⁰ Segundo o Termo de Referência, a fim de possibilitar o funcionamento adequado da metodologia, os BCDs devem atender a uma população de no máximo 50 mil habitantes.

capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local.

Segundo França Filho e Silva Júnior (2009), a construção de redes de prossumidores⁴¹ (produtores + consumidores) acaba por materializar “a expressão concreta de uma **outra economia nos territórios**” (p. 31, grifo nosso), na medida que busca promover um desenvolvimento endógeno na área urbana, e implica uma “ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico” (p. 31).

Silva Júnior (2007) pontua algumas peculiaridades no Banco Comunitário que dificultam seu enquadramento dentre os formatos tradicionais de microfinanças, microcrédito e finanças solidárias, quais sejam:

i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local. (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 1).

Os empréstimos concedidos a juros baixos pelos bancos são divididos em duas categorias: empréstimos para produção e para consumo. Além do limite no valor para cada categoria, outra diferença é que os empréstimos para produção são concedidos em real, já o de consumo é dado por moeda local, que é válida apenas nos comércios e prestadores de serviços locais.

Outro importante aspecto dos bancos é o sistema de garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua, o aval solidário. A consulta se dá à rede de relações de vizinhança – o agente entra em contato com vizinhos e pessoas próximas ao solicitante – e não a sistemas de proteção de crédito.

Nesse sentido, é possível compreender o aval solidário como uma forma de sistematizar práticas de finanças já existentes em muitas das comunidades, evidenciando a pluralidade econômica que há nesses locais. Assim, o BCD acaba por

⁴¹ Mais recentemente, os agentes e coordenadores dos BCDs, com o intuito de adicionar o aspecto de atuação política e social/comunitária ao termo “prossumidores”, passaram a adotar “prossumatores”, expressão que busca unir as palavras: produtores, consumidores e atores.

ampliar e consolidar práticas econômicas que existentes localmente, mas de forma difusa, para que se tornem repostas efetivas às demandas locais.

O aval solidário visa garantir também que os empréstimos para produção, feitos em moeda oficial, sejam direcionados a fomentar atividades econômicas que atendam demandas da comunidade local, inviabilizando, por exemplo, que um residente local pegue empréstimo visando seu comércio localizado em outra região.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento é tido como um empreendimento de economia solidária que tem, a princípio, como sócios, os moradores de toda uma região urbana (e/ou rural). Além de operarem com microcrédito buscando uma atuação junto a comunidades (e não apenas microprodutores como é mais comum), os bancos também, em muitos casos, funcionam como clubes de troca, tendo como propósito criar um mercado para um grupo limitado, podendo, se expandir para bairros inteiros.

Tal potencial de extensa abrangência e adesão pela população ganha força no instrumento da moeda social de circulação local, que visa a conformação de um extenso clube de trocas em toda área delimitada como de atendimento do banco, conforme apresentado no item seguinte.

4.2 Moeda social circulante local: a proposta de uma moeda enraizada

O Brasil não precisa de uma outra moeda. A que nós temos (os reais) já nos basta. Ela cumpre bem o papel para a qual foi criada (comprar, poupar, acumular, aplicar, especular...).

As moedas sociais circulantes dos bancos comunitários não têm esses propósitos, não objetivam lucro, nem se consideram uma moeda paralela. Elas são um ativo de caráter econômico e pedagógico, que traz em si os valores de uma outra economia (a economia solidária) e buscam, através dos laços de cooperação entre os moradores, ajudar na criação de redes locais, onde todos na comunidade ganham quando produzem e consomem uns dos outros. (MELO NETO SEGUNDO, 2012).

A moeda social dos bancos comunitários no Brasil teve sua criação inspirada nas moedas sociais dos clubes de troca argentinos, propondo a expansão da lógica dos clubes a toda uma região urbana, processo esse apresentado no item 5.1.1, junto ao relato sobre o Banco Palmas.

Os clubes de troca são comumente criados em situações de crise financeira, em que aqueles com dificuldades em vender seus produtos ou serviços passam a se reunir para realizar permutas entre si. Geralmente, os clubes constituem eventos com intervalos mensais. O processo de realização das trocas passou a exigir a

organização de um mercado e um sistema de preços, demandando a criação de uma moeda específica para essa atividade (SINGER, 2008).

De acordo com Primavera (2002), as moedas sociais são substitutas da moeda oficial, quando esta se encontra em carência. São denominadas “sociais” por serem produzidas e administradas por seus próprios usuários⁴², visando distribuir a riqueza ao invés de concentrá-la, “como tão bem o faz a moeda oficial graças ao mecanismo do juro bancário.” (s.p.).

As moedas sociais, para ela, “devem ser usadas como instrumentos de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro e são uma forma de empoderamento das pessoas.” (PRIMAVERA, 2002, s.p.). Para a autora, entretanto, a maior parte dos usuários das moedas sociais não chega a adentrar no que denomina de “fase reflexiva” do processo de sua utilização, ou seja, ignoram seu significado de transformação social e política. Deixa clara, assim, a importância da mobilização e formação dos usuários da nova moeda por parte dos promotores dos clubes de troca, de forma a “recuperar o sentido de inclusão social perdida (não financeira!).” (s.p.).

Assim como apontado no item 3.3, ao se prestar unicamente a meio de troca, a moeda social acaba por diferenciar-se da lógica monetária moderna de unificação das diversas funções do dinheiro, conforme define Polanyi (2012). Se de fato, tem-se a lógica moderna como responsável pela abstração da economia das demais instâncias da vida cotidiana, então a moeda social pode ser entendida como originada do processo de reenraizamento da economia às relações sociais, culturais e territoriais, em nível local.

Concordando com tal afirmativa, Soares (2011) evidencia dois significados recorrentes atribuídos à moeda social, quais sejam:

- 1) “meio de troca” alternativo ou complementar (BLANC, 1998), capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes; e/ou
- 2) prática de reinvenção da economia, almejando reconstruí-la em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. (SOARES, 2011, p. 55).

Segundo a autora, em ambos os casos a moeda social deve, pois, ser entendida como “uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em

⁴² Primavera (2009) se reconhece como responsável por nomear como “social” as moedas usadas nos clubes de trocas.

evidência as relações de poder que comumente subjazem às atitudes mercantis e ainda, mais especificamente, ao instrumento monetário tradicional.” (SOARES, 2011, p. 55).

Para a moeda social constituir-se como “circulante local” e ter sua circulação contínua no tempo, mas restrita a um dado território (comunidade, bairro/conjuntos de bairros ou mesmo um pequeno município), ou seja, não se limitar aos eventos dos clubes de troca ou feiras solidárias, foi, pois, necessária, no caso dos bancos comunitários, a formulação do lastro da moeda em reais a ser depositado no banco, bem como a instalação de dispositivos de segurança em suas cédulas⁴³.

Pela moeda social circulante local é configurado um clube de trocas em que todos os habitantes de um mesmo território são participantes, visando integrar espacialmente e economicamente a produção, a comercialização e o consumo – ainda assim, vinculando-se à militância política e atuação comunitária, fatores comuns aos BCDs.

Importante destacar que, antes que as moedas sejam aceitas enquanto instrumento monetário, seu processo de criação, por meio de assembleias comunitárias para a escolha do nome e ilustrações em suas cédulas – que remetem à identidade local –, por si, já evidenciam tal proposta de “enraizamento”. Ou seja, seu aspecto simbólico tende a anteceder e prevalecer sob seu uso monetário.

Os BCDs adotam como estratégia para o fomento ao uso da moeda social e a fidelização da clientela do bairro, o estímulo aos comerciantes e produtores locais a oferecerem desconto no preço das mercadorias quando a compra é paga na moeda local. A atuação dos BCDs junto aos comerciantes prevendo uma adesão destes à moeda, tem por base o trabalho feito pelo Banco Palmas na criação da Moeda Palmas no início dos anos 2000: “Esse acordo fez com que um volume acrescido de compras dos moradores tenha se concentrado nas lojas, mercearias, quitandas etc. no Grande Jangurussu, beneficiando não só o comércio, mas também as unidades de produção lá estabelecidas.” (SINGER, 2013, p. 37).

⁴³ De fato, muitas são as moedas dos Clubes de Troca que também dispõem de dispositivos de segurança. Assim, a afirmação que aqui se faz, refere-se ao entendimento (segundo as pesquisas primárias e secundárias aqui realizadas) de que haja uma maior exigência de dispositivos de segurança nas moedas locais dos BCDs, tendo em vista a maior abrangência territorial destas e as dificuldades para seu gerenciamento, bem como para a adesão e confiabilidade dos comerciantes locais.

O escoamento da moeda pode dar-se por empréstimos concedidos pelos BCDs (na linha de crédito de consumo), pelos trocos em moeda local dados pelos vendedores, por pagamento de parte do salário de funcionários locais conforme comum acordo e, também, pela troca nos bancos comunitários de reais pela moeda local por qualquer interessado nos descontos oferecidos pelos comerciantes e produtores locais.

Se levado a cabo seu significado para o fortalecimento de uma “nova relação monetária” (SOARES, 2011), a moeda local possibilitaria identificar em que medida a ação da economia solidária é capaz de abranger toda uma área urbana (e não apenas um pequeno grupo de adeptos).

Grosso modo, as vantagens de operar a moeda local em relação à moeda oficial revelam-se nos descontos para os clientes e nos menores custos para os comerciantes/prestadores/produtores com taxas de máquinas de cartões e manutenção de contas bancárias. Nesse caso, é preciso avaliar também em que medida tais vantagens podem colocar em xeque o caráter social da moeda ao inseri-la em uma dinâmica de competição à moeda oficial, ou seja, inserindo-a na dinâmica capitalista.

Ainda que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários procure aplicar uma mesma metodologia que foi criada e é coordenada pelo Instituto Palmas em Fortaleza às práticas de circulação de moedas locais, cada experiência acaba por revelar dinâmicas e propósitos especiais para os quais foi criada, “posto que nasce da própria comunidade e é um processo de constante construção” (MENEZES, 2007, p. 48). Assim, tendo em comum a delimitação espacial em sua circulação, as iniciativas de instituição das novas moedas revelam especificidades locais que acabam por permitir que muitos aspectos de análise, como é o caso do regime legal e regulatório abordado pela tese de Freire (2011), estejam ainda em aberto⁴⁴⁴⁵.

⁴⁴ Foram elaborados dois projetos de leis federais de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina que visam assegurar legalmente as atividades dos BCDs, sendo complementares ao artigo 192 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que trata do sistema financeiro nacional. O primeiro, Projeto de Lei Complementar (PLC) 88/2003, foi arquivado em 2005 e o segundo projeto, o PLP 93/2007, está em tramitação. Esses são brevemente descritos no item 5.1.1.

⁴⁵ A tese de Marusa Freire (2011), que atuou como coordenadora geral do centro de estudos jurídicos da procuradoria-geral do Banco Central, entre outros cargos, é apresentada pelo Instituto Banco da Periferia, entidade vinculada à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, como referência para um entendimento legal/jurídico dos BCDs e das moedas locais. De fato, recentemente, com a implementação do sistema e-dinheiro, o Instituto tem induzido os BCDs a substituírem integralmente a

Segundo o estudo de Freire (2011), o adequado funcionamento das moedas locais dos BCDs está sujeito a diversas circunstâncias “de fato e de direito” presentes nas realidades sociais em que são implantadas. Ainda, como as moedas apresentam-se com diferentes denominações e formas jurídicas, diversos fatores legais e regulatórios continuam abertos e em discussão em quase todas as instâncias jurídicas. Contudo, a autora concentra-se em aspectos frente à liberdade de associação e à liberdade de contratar inerentes às moedas, para evidenciar algumas possíveis formas de organizá-las e estruturá-las juridicamente.

[...] as moedas sociais podem ser convenientemente organizadas sob as categorias do direito das obrigações e do direito dos contratos (Lei 10.406, de 2002) e podem ser estruturadas de formas simultaneamente compatíveis com a política monetária sob a responsabilidade do Banco Central (art. 164 da CRFB), a regulamentação bancária (art. 192 da CRFB; Lei 4.595, de 1964), as normas do sistema de pagamentos brasileiro (Lei 10.214, de 2001) e as políticas públicas direcionadas à concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º da CRFB). (FREIRE, 2011, p. 7).

Já a presente tese visa a levantar outra possível compreensão na análise da circulação de uma moeda local, que é a ótica espacial de seus possíveis efeitos e significados. Ou seja, a busca por evidenciar na adoção de relações econômicas de base local e social (entendendo que está a serviço das comunidades que as criam e implementam) os aspectos de produção de um espaço diferencial frente à abstração, que é hegemônica na produção das cidades e metrópoles.

Tem-se em vista que, sumariamente, a moeda local configura-se em um acordo feito entre pessoas de uma mesma comunidade visando o incentivo ao consumo local, sendo seu uso coexistente com a moeda nacional. Em sua pesquisa, Menezes (2007) utiliza a afirmação de Roger Lee de que a moeda é o mais geográfico dos fenômenos econômicos, na medida em que permite a produção econômica e a reprodução social no tempo e no espaço (LEE, 1999 *apud* MENEZES, 2007).

Assim, a reflexão desta tese busca evidenciar aspectos que sugerem que as ações dos BCDs, nas quais inclui-se a moeda local, possam surgir de um processo de (re)enraizamento do dinheiro na medida em que este é capaz de promover certa autonomia de um grupo sobre as riquezas geradas por ele.

moeda em papel pelo uso do aplicativo e-dinheiro de compra e venda. O sistema e-dinheiro que, por constituir *internet banking*, permite aos BCDs serem tidos como *findtech* de microcrédito e, enfim, terem um marco regulatório que assegure suas atividades.

Propõe-se ainda destacar nas experiências dos BCDs aspectos que revelem a conformação de dinâmicas econômicas, sociais e culturais que sejam alternativas – ou diferenciais – à lógica hegemônica de produção e reprodução da qual se compõe o sistema financeiro-monetário oficial – lógica essa abstrata, genérica, desenraizada.

Para tanto, o item seguinte busca levantar os aspectos que seriam necessários para que uma prática de finanças solidárias se manifeste enquanto uma prática alinhada ao processo de produção social do espaço, conforme marco teórico aqui adotado.

4.3 A visão dos Bancos Comunitários como prática emancipatória

Tendo em vista a caracterização dos bancos comunitários e o destaque dado à criação da moeda local, este item busca levantar os aspectos possíveis de relacionar tais práticas ao desenvolvimento de uma consciência coletiva (e, assim, de uma dinâmica) emancipatória da comunidade atendida.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância do fortalecimento dos setores de produção, comércio e serviços locais a partir das ações dos BCDs. Ações essas que acabam por se conformarem em um impulso para fazer dessas periferias urbanas diferentes do que “nasceram para ser” – ou seja, de intervir o processo de produção do espaço que as deram origem enquanto *lócus* da pobreza urbana (e por isso, da ausência de produção e de circulação de riquezas).

Tal efeito é possível pelo acesso aos recursos financeiros pela comunidade por meio de empréstimos dos BCDs, devendo tal concessão ser intrinsecamente alinhada às ações de capacitação para produção e serviços, de fomento à formação de empreendimentos coletivos solidários e de educação financeira, além das ações de estímulo à comercialização por meio da realização de feiras e eventos e da criação da moeda social circulante local.

Assim sendo, o objetivo dos BCDs de promover um desenvolvimento endógeno se realizaria, em um primeiro momento, a partir do aquecimento da economia da comunidade, realizado pela comunidade e para a comunidade. Em tese, é prevista uma dinâmica pela qual os bens produzidos sejam consumidos pela própria comunidade.

No processo de levantar os aspectos possíveis de fazer das ações dos BCDs práticas urbanas, tornam-se também relevantes as ações de incentivo à produção

local pela conformação de empreendimentos coletivos autogeridos. Tendo em vista os princípios da economia solidária que tais modelos de empreendimento seguem, estes acabam por evidenciar uma prática econômica diferenciada dos empreendimentos capitalistas, vinculando-se ao processo de fortalecimento dos laços coletivos de cada comunidade.

Contudo, mesmo quando não haja a constituição de empreendimentos que sigam todas as determinantes da “cartilha” da economia solidária do país (BRASIL, 2012), apresentadas no item 3.2, ainda assim é possível perceber nos empreendimentos locais apoiados pelos BCDs a disseminação e manifestação, em diferentes níveis, da lógica de reciprocidade, cooperação e domesticidade, bem como o objetivo de *reprodução ampliada da vida*.

Tendo em vista a proposta dos BCDs de “empreender na periferia”, a moeda social circulante local surge como um forte símbolo (e instrumento) de empoderamento da população local. A moeda visa possibilitar um horizonte no qual as riquezas geradas pela comunidade, circulem nela própria. Nesse caso, além dos benefícios de aumento nas vendas e no consumo local, há a afirmação do pertencimento coletivo daquela população àquele território.

Conforme apontado no item anterior, assim como toda moeda, a moeda social dos BCDs é dependente da confiança e adesão da comunidade para seu funcionamento. Nesse sentido, à circulação da moeda precede a existência de uma coesão urbana entre os moradores que evidencie já a necessidade de desenvolvimento local e de reter as riquezas ali geradas. Ademais, Hirota⁴⁶ (2016) tem o fortalecimento da coesão não apenas como um pré-requisito, mas também como uma meta, um objetivo social fundamental das moedas sociais pelo mundo: “*Um hecho destacable es que el éxito de diferentes monedas sociales se basa en el lazo fomentado a lo largo de muchos años entre los socios.*” (HIROTA, 2016, s.p.).

Podemos adicionar à constatação da coesão urbana, que prefigura e objetiva a criação da moeda, os conceitos de territorialidade e regionalismo trabalhados por Markusen (1981). A autora define regionalismo como sendo “reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos

⁴⁶ “Miguel” Yasuyuki Hirota é pesquisador japonês da Universidade de Valência, Espanha, e colaborador do *Instituto de La Moneda Social*, tendo atuado na promoção e investigação de moedas sociais em 23 países/regiões (incluindo o Brasil).

do Estado” (MARKUSEN, 1981, p. 83). Essa caracterização faz do regionalismo um fenômeno composto pelas relações sociais entre um grupo e outro de pessoas – e não de um lugar com outro lugar –, além de possibilitar o uso da qualificação territorial que os distingue, de forma a identificar uma “arena” de luta: “uma arena política – mesmo que o conteúdo da luta seja econômico ou cultural” (MARKUSEN, 1981, p. 83). Assim, a diferenciação territorial, resultante de possíveis diversidades econômicas e culturais entre populações, não é, necessariamente, base para a definição regional ou para a luta regional, “[a] menos que a diferenciação resulte de, ou constitua, a base para alguma forma de opressão, a variação regional na cultura humana e na estrutura econômica não provocará, necessariamente, reivindicações regionais conflitivas com o Estado.” (MARKUSEN, 1981, p. 84).

A contribuição de Markusen ao fenômeno aqui estudado permite-nos, então, vislumbrar possibilidades de ter na moeda circulante local a expressão de um regionalismo emergente, ou melhor, de uma reivindicação territorial contra os mecanismos responsáveis pela opressão política (mesmo que com conteúdo claramente econômico) vivida pela comunidade local⁴⁷.

Entende-se que a precedência de um conflito regional é o que justificaria a instituição do banco comunitário, bem como a demarcação de sua área de abrangência, sobretudo em relação ao território em que circulará a moeda social. Ademais, tal regionalismo possibilita vislumbrar o potencial de adesão da população local, fator essencial no êxito da nova moeda.

Importante ainda frisar que, conforme já apontado, tal adesão ocorre efetivamente quando há o que Primavera (2002) entende por “etapa reflexiva” no uso das novas moedas, que seria o entendimento do seu uso “como instrumentos de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro” e, assim, “uma forma de empoderamento das pessoas.” (PRIMAVERA, 2002, s.p.). Segundo a autora, a maior parte dos usuários das moedas sociais não chega a adentrar nessa fase, ou seja, ignoram seu significado de transformação social e política, no sentido de promoção de inclusão social (não somente financeira).

Na prática, para que se efetive um circuito consolidado de circulação da moeda social, é preciso que os comerciantes, prestadores de serviços e produtores, ao

⁴⁷ O termo opressão refere-se à quando um grupo controla um conjunto de instituições que determinam o conteúdo da experiência humana, à custa de outro grupo (MARKUSEN, 1981, p. 68).

recebê-la de um consumidor, passem a usar da moeda para troco e também para compras e pagamentos em outros estabelecimentos (ou ainda pagar parte do salário de seus funcionários) – e não simplesmente busquem resgatar o valor em reais no banco comunitário, como ocorre em muitos casos –, fazendo-a circular e a diferenciando assim de outras moedas complementares monofuncionais, como vales-transportes ou vale-compras.

Aliada às demais ações de desenvolvimento local dos bancos comunitários, a moeda social é possível de conformar-se, dentre muitos outros aspectos, como um elemento demarcador da economia solidária no território. A sua circulação permite um mapeamento entre comerciantes, prestadores de serviço, consumidores e produtores locais que utilizem da moeda, revelando até onde se estende a adesão à prática solidária proposta pelo banco comunitário. Possibilita, então, uma compreensão preliminar de um processo de diferenciação do espaço em relação às demais áreas urbanas em que a economia se exerce unicamente na lógica padrão.

Tal análise nos permitiria, assim, vislumbrar que a partir das práticas de finanças originadas nos bancos comunitários, a economia de toda uma área urbana ganharia força em sua pluralidade, no sentido substantivo da economia – conforme categorizado por Polanyi (2012) –, expresso nesse caso por laços de reciprocidade e solidariedade.

Se para Polanyi (2012) as práticas econômicas de mercado naturalizam-se na sociedade à medida que se abstraem e desenraizam-se do território – visão da economia como global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar –, então o conjunto de ações do banco comunitário possibilitaria evidenciar uma nova economia em sua dimensão espacial, ao propor um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída.

E mais ainda, as ações do banco possibilitariam em um espaço urbano específico vislumbrar um horizonte de realização do reenvolvimento da dimensão de mercado com as instituições sociais locais. Para tanto, deve-se levar em conta que o processo histórico de separação entre tais dimensões foi o que permitiu a dominação da lógica de mercado sobre as demais esferas da sociabilidade. (POLANYI, 2012).

O espaço da pobreza urbana, tido aqui como as periferias, é comumente configurado por um processo histórico de exclusão e carência, onde o subdesenvolvimento assinala a negação do direito à cidade – um urbano sem festa, poder e excedente econômico. (SILVA, 2015).

Assim, a perspectiva de desenvolvimento local⁴⁸, ou desenvolvimento endógeno, ou ainda *endodesenvolvimento*⁴⁹, defendida pelos bancos comunitários pode, enfim, ser lida também como uma proposta de alterar a lógica de produção do espaço urbano local. Tendo, pois, em vista que a promoção de uma reestruturação urbana em nível local é aqui defendida não no sentido de viabilização de infraestrutura ou de serviços públicos, mas no conceito de urbano cunhado por Henri Lefebvre, que conduz à utopia de emancipação social, conforme trabalhado no capítulo 2.

Segundo Rigo e França Filho (2017),

Na prática dos BCDs, o território exerce papel central e a moeda social serve exclusivamente ao território. O processo de criação da moeda e sua gestão representam a “soberania do território” em contraponto tanto à soberania estatal, que exerce o direito exclusivo de criar moeda, quanto à soberania mercantil, que reduz a moeda à função de meio de troca. (p. 191).

Os autores ressaltam o forte aspecto simbólico que cada moeda social detém, evidenciado em seu nome e em suas ilustrações: “o símbolo do território impresso nas cédulas.” (p. 191). Percebem, assim, a moeda como agregadora dos sentidos simbólico, econômico e político. Por essa visão, a “soberania do local” pode ser aqui entendida como a realização dos objetivos dos BCDs em suas diversas interfaces.

França Filho (2008) resalta algumas características singulares dos bancos comunitários que possibilitem situá-los enquanto instância prática de construção, exercício e desenvolvimento do que identifica como uma outra forma de fazer economia. Por esse viés, as moedas sociais são apresentadas pelo autor com vistas a resgatar o sentido antropológico da moeda, como elemento que permite vincular-se a uma totalidade social: “Para além de um simples papel de mediador das trocas, a moeda social deve ser compreendida ‘como mediação social e como relação ao grupo como um todo’” (SERVET, 1999 *apud* FRANÇA FILHO, 2008).

Assim sendo, os BCDs acabam por ter na moeda social circulante local um instrumento de reconhecimento (e delimitação) de território e de reafirmação da identidade coletiva. Para tanto, é preciso que sejam levados em conta os processos precedentes à criação da moeda e as demais ações comunitárias – que precedem ou

⁴⁸Utilizo do conceito trabalhado por Furtado (1978) de desenvolvimento sendo a expressão da capacidade para criar soluções para problemas específicos, diferente da ideia de crescimento econômico.

⁴⁹Conceito utilizado por Singer (2009) ao tratar do processo de desenvolvimento de um bairro impulsionado por ações da própria sociedade civil, sem interferência direta de qualquer agente exógeno, público ou privado.

que sejam simultâneas – que se relacionam à sua circulação entre os produtores, comerciantes e consumidores locais.

No caso da criação da Moeda Palmas, pelo Banco Palmas, em Fortaleza, essa foi precedida de diversas ações da comunidade local com origem 18 anos antes – a partir da criação da associação de moradores locais e lutas coletivas em prol de melhorias urbanas para a área (MELO NETO SEGUNDO, 2003).

Também é preciso avaliar em que medida há uma adesão da população local que permita que tal instrumento induza a novas formas de relações de compra, venda, produção e, mais ainda, de reprodução social. Inclui-se então, nessa análise, o conceito de consumo político.

No estudo de Canclini intitulado “*El consumo sirve para pensar*” (1995, p. 41), o consumo é definido como o conjunto dos processos socioculturais em que se manifestam a apropriação e os usos. Tal definição permite perceber os atos de consumo além de exercícios de gostos ou atitudes individuais, mas compreendidos por sua racionalidade econômica. Segundo o autor, não são as necessidades individuais que induzem ao consumo, mas sim as grandes estruturas de administração do capital no modo como planeja a distribuição dos bens produzidos: “*Podemos no estar de acuerdo con la estrategia, con la selección de quiénes consumirán más o menos, pero es innegable que las ofertas de bienes y la inducción publicitaria de su compra no son actos arbitrarios*” (p. 43).

Por esse viés, consumo político pode ser entendido como uma forma de participação na esfera pública a partir do uso das práticas e escolhas de consumo. Segundo Portilho, Castañeda e Castro (2010, p. 100):

Trata-se de uma tentativa de dar concretude à adesão a valores em prol de melhorias sociais e ambientais, materializando-os e tornando-os públicos. Neste contexto, as ações e escolhas mais triviais e cotidianas são percebidas como podendo influenciar rumos globais, ao mesmo tempo que se tornam globalmente determinadas. Desta forma, a vida privada torna-se o *locus* de um novo tipo de ação política em que o aspecto politizador se constitui no fato de que o microcosmo das condutas pessoais se inter-relaciona com o macrocosmo dos problemas globais.

Além dos aspectos de coesão urbana, identidade coletiva, níveis de aceitação e adesão da moeda social, incentivo à produção local (“substituição de importações”) e à conformação de empreendimentos solidários (ou de redes de solidariedade), podemos também adicionar ainda outro condicionante para que o BCD se torne relevante instrumento na produção do espaço urbano, que são os níveis de

desconectividade com áreas urbanas centrais. Esse aspecto prevê analisar a relação que a área atendida pelo BCD tem com as centralidades urbanas que a polarizam. De fato, entende-se que quanto menor for tal conexão (podendo ser manifesta tanto em relação à distância física, quanto à distância social), maior será a demanda pelas ações dos BCDs. Tal aspecto permite assim, uma análise de caráter também regional das experiências dos bancos.

Como resultado do esforço analítico e reflexivo até aqui empenhado, tem-se então, os seguintes aspectos: fomento à produção local; fortalecimento de empreendimentos de economia solidária ou redes de solidariedade; coesão social/urbana predecessora, bem como seu fortalecimento; desconectividade com centros urbanos; identidade coletiva; e aceitação e adesão à moeda.

A classificação de tais fatores visa a construção de uma visão das experiências dos BCDs em seu caráter comunitário, desalienador e diferencial. Contudo, não é necessário que se atenda todos os aspectos listados para as ações tenham reflexos urbanos como os aqui evidenciados. Isso dependerá da análise e do contexto de cada realidade.

O capítulo a seguir trata, pois, das experiências práticas dos BCDs, contando com a elaboração de um panorama dos bancos comunitários no país e da apresentação de suas principais referências, como também dos casos selecionados para a realização de visitas em campo.

O acompanhamento das experiências dos bancos comunitários de Esmeraldas e Igarapé, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), colaborou para a elaboração dos aspectos aqui apresentados. Já as visitas de campo aos bancos de Teófilo Otoni/MG e Vitória/ES, foram realizadas depois e tiveram seu roteiro de análise e de entrevistas estruturado a partir de cada um dos referidos aspectos.

5 ILUSTRAÇÕES/CASOS

Neste capítulo são apresentadas algumas experiências de bancos comunitários.

A princípio, a partir de fontes secundárias, complementadas com entrevistas, é constituída uma visão geral da situação dos bancos comunitários no Brasil. É apresentado o processo de implantação do Banco Palmas na periferia de Fortaleza/CE no final da década de 1990, sendo o primeiro banco comunitário do país, abordando a consolidação de sua metodologia para a disseminação nas demais comunidades interessadas em montar seu próprio banco.

É elaborado um panorama dos números referentes aos bancos comunitários já criados no país, desenvolvido a partir de listagem disponibilizada pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários que foi atualizada e ajustada por informações coletadas com agentes que atuam no acompanhamento de alguns bancos e, mais propriamente, por pesquisa *web* em *sites* e *fanpages* dos bancos comunitários, sendo levantadas também notícias de jornais e revistas, e trabalhos acadêmicos que produziram dados primários sobre bancos específicos.

Também é apresentado o caso do Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, por meio de pesquisas em fontes secundárias e entrevista com Joaquim Melo, que atua no assessoramento do banco. O Mumbuca é atualmente tido como referência aos demais bancos nas perspectivas de implementação de tecnologia digital, mais precisamente no uso do sistema e-dinheiro, que permite retornos financeiros ao banco, bem como mecanismos para firmar novas parcerias com entidades públicas e privadas.

Foram realizadas visitas em quatro bancos comunitários. Três em Minas Gerais, sendo dois na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nas cidades de Esmeraldas e Igarapé, e um na Região do Vale do Mucuri, no município de Teófilo Otoni. Também foi visitado o Banco Bem, em Vitória/ES, que, além de manter um conjunto de ações consolidadas em sua comunidade, desempenha importante papel no acompanhamento e articulação dos bancos comunitários da região sudeste do país.

As visitas são aqui apresentadas em duas diferentes etapas. A primeira etapa compõe o processo de acompanhamento das experiências na RMBH, realizado de 2016 a 2018. E a segunda constitui-se nas visitas aos bancos comunitários de Teófilo Otoni e de Vitória, realizadas em 2018.

Tal divisão justifica-se pelos diferentes objetivos e métodos empregados em cada fase da pesquisa. A primeira etapa configurou uma aproximação do pesquisador às experiências a partir da participação de reuniões de conselho, visitas em campo com conversas abertas com agentes dos bancos, moradores e comerciantes, e entrevistas com os coordenadores de cada banco, conforme descrito no item 5.2.

Tendo em vista as discussões já apresentadas em torno dos conceitos e metodologias associadas aos bancos comunitários, o acompanhamento das experiências da RMBH proporcionou a consolidação no levantamento dos aspectos, apresentados no item 4.3, que possibilitam relacionar as práticas econômicas dos BCDs aos processos locais de produção do espaço urbano.

Assim, a segunda etapa das visitas de campo constituiu-se em um desdobramento da primeira, uma vez que a enumeração e classificação dos aspectos condicionantes estruturou os roteiros da segunda fase de visitas. Os procedimentos adotados nessa segunda etapa, bem como as especificidades na aplicação dos roteiros em cada uma das experiências visitadas, são descritos no item 5.3,

Nas visitas a campo foram utilizadas diversificadas técnicas de coleta de dados, tais como: entrevistas abertas, conversas, levantamento fotográfico, entrevistas semiestruturadas⁵⁰, observação não participante e participante e análises de documentos institucionais.

As entrevistas semiestruturadas acompanham um roteiro pré-definido. Contudo, conforme os rumos do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, as questões foram adaptadas, possibilitando improvisos sob a forma de uma conversa informal (ver item 5.3).

No contato por meio de observação não participante, destacam-se os momentos em que o pesquisador se ocupou da observação da rotina dos estabelecimentos e das dinâmicas urbanas locais, e também sua presença em feiras e encontros de economia solidária.

Na observação participante, inclui-se as possíveis interferências/contribuições do pesquisador à medida que participou de reuniões de conselho/coordenação⁵¹, de

⁵⁰ Apêndice B.

⁵¹ Inclui-se aqui a participação do pesquisador como responsável pela ata da reunião entre membros do BCD de Teófilo Otoni, o prefeito de Teófilo Otoni, e Joaquim Melo, representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que teve por pauta a definição de possíveis estratégias e ações para firmar convênios da prefeitura de Teófilo Otoni com o banco comunitário, conforme apresentado no item 5.3.1.

avaliação de obra residencial provinda de crédito do BCD, de mutirão de readequação de um espaço público local destinado a atividades culturais e recreativas, e da organização do local do encontro entre bancos comunitários e fundos solidários de Minas Gerais.

Assim, este capítulo é dividido em quatro partes: 1) A montagem do panorama dos BCDs no Brasil, que se divide entre apresentação do Banco Palmas, o cenário da Rede Brasileira de BCDs no país e a apresentação da experiência do Banco Mumbuca. 2) O acompanhamento dos BCDs na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 3) As visitas ao Banclisa de Teófilo Otoni/MG e ao Banco Bem de Vitória/ES. 4) Discussões acerca das experiências apresentadas à luz dos aspectos condicionantes apresentados no item 4.3 e das perspectivas de transformações na atuação dos BCDs com a inserção do sistema e-dinheiro.

Importante destacar que tais experiências não compõem um estudo de casos comprobatórios da pesquisa. Essas são aqui entendidas enquanto ilustrações e subsídios para os debates teóricos-metodológicos construídos até aqui.

5.1 Panorama dos BCDs no país

Como apontado, este item subdivide-se em 3 partes: na apresentação do Banco Palmas, da montagem do cenário da Rede Brasileira de BCDs no país e da experiência do Banco Mumbuca. Essas seções são elaboradas a partir do levantamento de dados em trabalhos acadêmicos, reportagens, sites e *fanpages* dos BCDs⁵² (e de suas entidades vinculadas), e de bases e informações disponibilizadas diretamente pelos BCDs. Tais levantamentos foram, pois, complementados com entrevistas realizadas com Joaquim Melo e Leonora Mol, integrantes da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

5.1.1 Banco Palmas, Fortaleza/CE

O primeiro banco comunitário nos moldes aqui apresentados, o Banco Palmas, foi formado em 1998 por iniciativa da associação comunitária do Conjunto Palmeiras, um bairro da periferia de Fortaleza/CE.

⁵² Fanpage é uma página *web* da rede social Facebook direcionada para empresas, instituições ou marcas em geral.

O Conjunto Palmeiras teve seu início na década de 1970, como resultado de uma política de remoção e realocação da população que habitava em áreas de risco ou em áreas litorâneas da capital. Cerca de 1.500 famílias foram levadas para uma área sem qualquer infraestrutura urbana e localizada a uma distância de 22 quilômetros do centro comercial de Fortaleza, um “terreno alagadiço coberto por mato e lama.” (TAFURI, 2014, p. 54).

Por mais que o bairro leve o nome de “conjunto”, tal processo de realocação não contou com a construção de unidades habitacionais pelo poder público. A ocupação dos lotes deu-se por autoconstrução das moradias em padrões precários (Informação verbal⁵³).

De fato, políticas públicas de “desfavelamento” como essa eram comumente implantadas nas grandes cidades na década de 1970 (e início de 1980) e, além de promoverem uma liberação de áreas de interesse do capital imobiliário, configuravam-se em uma forma de “sanear” a paisagem urbana de áreas tidas como insalubres e violentas.

A retirada da população pobre, que habitava irregularmente áreas litorâneas da capital, e a sua realocação em uma região distante, revela a dinâmica pela qual são excluídos da cidade aqueles incapazes de “pagar” por ela. Esse processo acompanha o movimento imposto pela dinâmica imobiliária que faz com que aqueles com renda inferior, não conseguindo ter acesso formal a terrenos em áreas mais centrais, sejam direcionados às áreas periféricas, onde encontram preços acessíveis à sua renda. Já no caso dos moradores de áreas de vilas e favelas, que têm na ocupação irregular a forma de habitarem próximos a regiões mais valorizadas, o seu deslocamento às áreas periféricas é imposto pela atuação direta do Estado.

Conforme a visão de Bourdieu (1997), apresentada no item 2.2, a posse de capital determina a capacidade de dominar o espaço urbano, permitindo manter à distância “as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis” (BOURDIEU, 1997, p. 163). Dessa forma, o processo das disputas pela localização territorial a partir da posse de capital une-se à visão da

⁵³ Informação obtida a partir de fala de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, no I Encontro de Intercâmbio de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários de Minas Gerais, em Teófilo Otoni/MG, em dezembro de 2018, no qual o autor estava presente.

produção do espaço abstrato lefebvriano (trabalhado no item 2.3) que busca dominar a dinâmica urbana (LEFEBVRE, 1993).

Nos anos subsequentes ao início do Conjunto Palmeiras, a área teve um crescimento populacional expressivo, principalmente em virtude da abertura de novos loteamentos populares em 1979 (NASCIMENTO, 2011). Ademais, junto ao processo de crescimento populacional, as décadas de oitenta e noventa caracterizaram-se por mobilizações coletivas dos moradores – tanto na pressão ao poder público municipal quanto em esquemas de mutirão – em prol de melhorias na infraestrutura urbana do bairro, concentradas nas ações da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp).

Nesse sentido, ganha destaque Joaquim Melo⁵⁴ como importante liderança comunitária, que chegou ao Conjunto Palmeiras em 1984, enquanto seminarista integrante do projeto “Padres na favela”, dirigido pelo então cardeal de Fortaleza/CE Dom Aluísio Lorscheider. Ao final da década, tendo terminada a graduação em ciências religiosas e, assim, estando ao fim de seu processo de formação para o sacerdócio, Joaquim decide abandonar a vida religiosa, e permanece morando no Conjunto, dando continuidade a seu trabalho de militância política e engajamento comunitário, sendo inclusive atribuída a ele, anos mais tarde, a idealização do Banco Palmas. (MELO NETO SEGUNDO, 2014).

Tendo em vista as benfeitorias urbanas implantadas no bairro, a partir do final dos anos 1990 a associação dos moradores passou a buscar, então, ações voltadas às melhorias nas condições de renda da comunidade. Isso se deu com base na constatação de que diversos moradores estavam vendendo seus imóveis e mudando-se para bairros periféricos mais distantes ou em áreas de risco por não terem condições financeiras para arcar com os custos dos serviços públicos advindos do processo de urbanização do bairro (taxas de água, luz, esgoto, telefone, etc).

Joaquim Melo afirma ter na obra de Paul Singer a base para as ações locais que culminaram na criação do banco.

Eu lia muito à época, por curiosidade, a leitura do professor Paul Singer, um dos maiores economistas do mundo, brasileiro, que falava das cooperativas europeias. Eu era muito influenciado pela história de que o povo conseguia juntar dinheiro com o outro, criar cooperativas de crédito na Europa. Eu lia muito sobre essas coisas e daí veio a ideia. Se a gente construiu um bairro, se a gente construiu tudo isso, porque a gente não pode

⁵⁴ João Joaquim de Melo Neto Segundo.

criar um projeto nosso de geração de renda? O nome "banco" veio depois. (MELO NETO SEGUNDO, 2014, p. 122).

As iniciativas de melhoria de renda concretizaram-se na criação do Banco Palmas em 1998 objetivando, dentre outras ações, o fornecimento de microcrédito para a produção e consumo da população, e a criação, em 2000, da moeda local Palmas, prevendo um incentivo para que o consumo dos moradores pudesse se concentrar no comércio e nos serviços do próprio bairro. De fato, em uma pesquisa que antecedeu a criação do banco na qual foi mapeada a produção e o consumo da comunidade, foi constatado que

[...] os 30 mil habitantes do Conjunto Palmeira gastavam mensalmente o montante total aproximado de R\$ 1.500.000,00, ou seja, que o bairro não era pobre porque não tinha dinheiro, mas sim devido à perda da base monetária local provocada pelo consumo realizado quase que exclusivamente fora do bairro, nos grandes centros comerciais (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003 *apud* TAFURI, 2014, p. 54).

Segundo Joaquim Melo, o início da estruturação do banco não contou com a participação do movimento de economia solidária, sendo tal contato realizado dois anos após o início das atividades do Palmas.

A gente criou o banco como um fundo de crédito para emprestar para a produção e para o consumo, essa é a lógica que a gente tinha. [...]. Nós éramos capazes de produzir e consumir, isso era toda a teoria que se tinha localmente, por causa dos estudos que a gente tinha feito [referindo-se à pesquisa com os moradores que antecedeu a criação do Banco]. [...] E dois anos depois que eu vim entrar em contato com os economistas da economia solidária. Eu digo que a gente amanheceu rebatizando os nomes *tudim* que tinha dado. Virou banco, virou prossumidores (*consumidor que produz conteúdo*), redes, cadeias produtivas. Tudo isso veio depois. Porque depois eu entro em contato com os economistas da economia solidária, os fóruns, as redes de economia solidária. Eu fui conhecendo tudo aquilo muito depois de criar o Banco Palmas. A gente só rebatizou. "Moeda social local circulante". Fomos colocando nossas criatividade, inteligências, batizando tudo e foi se redefinindo. Mas quando foi criado, a gente não tinha nenhum dos conceitos. (MELO NETO SEGUNDO, 2014, p. 122, grifos do autor).

O banco teve início contando com o valor de 2 mil reais, pegados em empréstimos de uma entidade local chamada Cearah Perifeira. (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, s.d.).

Já a criação da moeda local, no ano 2000, ocorreu após a realização de clubes de trocas na comunidade – inspirados nas experiências argentinas. Para tais eventos, foi criada a moeda social Palmares.

De fato, seja na Argentina, ou em outros países da América Latina ou ainda no Canadá⁵⁵, nesse caso com a nomenclatura de LETS (*Local Exchange and Trade System*), os clubes de troca são criados comumente em situações de crise financeira, nas quais as pessoas que apresentam dificuldades em vender seus produtos ou serviços, se reúnem para realizar permutas entre si. O processo de realização das trocas, que podem ocorrer uma vez por mês, passou a exigir a organização de um mercado e um sistema de preços, surgindo daí a moeda específica para essa atividade (SINGER, 2008).

Segundo Sandra Magalhães⁵⁶, em entrevista concedida em 2012 (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017), foram realizadas diversas assembleias com a comunidade para a definição do nome, das ilustrações e da diagramação da Moeda Palmares. Para ela, “[...] o processo é muito rico, porque se cria um dinheiro, um valor. O dinheiro nos domina, então o fato de uma comunidade criar seu próprio dinheiro é um processo de empoderamento.” (p. 176).

Em relação à experiência com os clubes de troca no Conjunto Palmeiras, Rigo (2014) aponta que os clubes passaram a se esvaziar, sendo avaliado que “este sistema de trocas não mais atendia às necessidades dos participantes” (p. 209).

Tendo em vista que o clube não supria as demandas econômicas locais, foi então proposta a ideia de expandi-lo a todo território do bairro. Uma lógica que visaria multiplicar as riquezas geradas na localidade a medida que as retém em seu território. Os participantes do clube seriam, assim, todos os habitantes locais – integrando em um mesmo território a produção, a comercialização e o consumo (aliado às dinâmicas sociocomunitárias e à atuação política), tendo, pois, a conformação da rede local de “prossumatores”.

Tal termo busca unir as palavras: produtores, consumidores e atores. De fato, nos referências teóricos e manuais a respeito da metodologia dos bancos comunitários (bem como de clubes de trocas), é comum o termo “prossumidores” (unindo produtor e consumidor). Contudo, nas entrevistas e contatos realizados nessa

⁵⁵ Os *Local Employment and Trade Systems (LETS)*, são tidos como pioneiros na formulação de clubes de trocas e moedas sociais. Tiveram seu início no Canadá, nos anos 1980 e foram disseminados na Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda, França, Austrália e Nova Zelândia. (FULLER; JONAS, 2003 *apud* MENEZES, 2007)

⁵⁶ Sandra Magalhães atuou como coordenadora de projetos do Banco Palmas, exercendo relevante papel na gestão do Banco Palmas, atuando também nas ações de difusão dos BCDs pelo país. Foi casada com Joaquim Melo e faleceu no ano de 2013.

pesquisa com agentes de crédito e coordenadores de bancos comunitários, percebeu-se a adoção recente do termo “prossumatores”. Assim, escolhe-se aqui emprega-lo tendo em vista a relevância da inserção do conceito de “ator” para a presente análise, uma vez que é evidenciada por tal junção a relação da economia local com a atuação política e social/comunitária no território – objeto dessa pesquisa.

Foi então criada em 2002 uma nova moeda social, a moeda Palmas, que leva o nome do Banco, tendo em vista este já ser consolidado e reconhecido pela comunidade. O nome Palmas faz alusão à vegetação nativa local: às folhas das palmeiras.

Diferentemente da moeda social Palmares, que circulava apenas nos clubes de troca, a moeda Palmas, caracterizada como “moeda social circulante local”⁵⁷, foi confeccionada com mecanismos de segurança, para evitar falsificações e, sobretudo, garantir sua aceitação pelos comerciantes do bairro.

Para a confecção das moedas, o Banco Palmas buscou parceria na Argentina, pois no Brasil não se encontravam gráficas que fizessem este trabalho. Existem quatro mecanismos de segurança na moeda social Palmas e nas demais moedas sociais vinculadas aos BCDs no Brasil: a) o número de série, pelo qual elas são cadastradas; b) a marca d’água, que dificulta a impressão; c) o código de barras; e d) e a marca paraleitura ultravioleta. Todos estes mecanismos eram fundamentais não apenas para evitar falsificações, mas para que os comerciantes aceitassem a moeda.

Outro mecanismo que oferece segurança aos comerciantes e aos usuários de maneira geral é o sistema de lastro. Para cada moeda Palmas que circula na comunidade, existe seu correspondente em Real nos cofres do Banco Palmas ou em conta bancária específica. (RIGO, 2014, p. 209).

Com a nova moeda, o Banco Palmas visou uma lógica ideal pela qual empresta-se em Real para quem quisesse produzir e empresta-se em Palmas para quem quisesse comprar desse produtor, que, por sua vez, usaria também da Palmas para realizar suas compras em outros estabelecimentos locais.

A adaptação de um clube de trocas – no qual o participante pode trocar os produtos pela moeda social na banca e, assim, realizar suas compras dos outros produtos expostos –, para a escala de bairro, exigiu alterações significativas, sobretudo em relação à dinâmica de mercado. De fato, a busca por inserir a lógica solidária em um território comandado pela lógica hegemônica de mercado, deu-se a partir do lastro da nova moeda ser em reais (e não em produtos, como no clube de

⁵⁷ MELO NETO SEGUNDO, 2012; FRANÇA FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009; FREIRE, 2011.

trocas) e também da concessão de descontos para quando a venda ocorresse em moeda local, como forma de incentivo financeiro (de mercado) ao uso da nova moeda.

Contando com um intensivo trabalho de mobilização e sensibilização comunitária, a Moeda Palmas consolidou sua circulação no território, bem como contribuiu determinantemente para o fortalecimento das demais ações do Banco Palmas, como as concessões de créditos, educação financeira, fomento e capacitação à produção, dentre diversas outras ações em prol de um maior engajamento político na comunidade.

Nota-se que os mecanismos de comunicação e sensibilização não foram criados exclusivamente para o uso da moeda, mas para as ações do Banco Palmas de modo geral (envolvendo as linhas de microcrédito, o uso do Palma *Card* e outras). No que tange ao uso da moeda social, a ideia era sensibilizar os comerciantes a aceitarem a moeda e as pessoas a comprarem no bairro. Nota-se, nesse processo, uma clara preocupação com a dimensão de pedagogia política em tais ações, apontando para processos de **mudança de cultura política no local** enquanto uma dinâmica de aprendizagem lenta e gradual. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 177, grifo nosso).

De fato, são expressivos os números de novos empreendimentos criados no Conjunto nos anos de atuação do Banco, sendo grande parte deles aliados à lógica da economia solidária⁵⁸.

Outro importante serviço implantado no Banco Palmas, assim como em outros bancos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, é o convênio com a Caixa Econômica Federal para a instalação de um correspondente bancário da Caixa – o Caixa Aqui⁵⁹, que possibilita o acesso da comunidade a serviços financeiros tradicionais, pagamentos de boleto e recebimento de recursos advindos de programas ou políticas federais, como Bolsa Família, abonos salariais ou saque de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

As cédulas da Moeda Palma foram lançadas no mercado local por três diferentes mecanismos: pelos empréstimos concedidos para consumo, realizados em Palmas (até 600 Palmas); por meio do pagamento de parte da remuneração em Palmas (10% dos salários) dos funcionários do Banco (como também de algumas

⁵⁸ Em 2013, a Rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeira contava com 10 empreendimentos (NEIVA et al., 2013). Rigo (2014) ressalta ainda que: “Além de receber com frequência novos moradores, o número de e a velocidade com que novos empreendimentos são criados ou deixam de existir no bairro são consideráveis. Dos 240 empreendimentos cadastrados no Banco Palmas como recebedores das Palmas, muitos não existiam mais em novembro de 2013.” (RIGO, 2014, p. 227).

⁵⁹ O Caixa Aqui é uma parceria firmada entre a Caixa Econômica Federal e entidades sem fins lucrativos ou pontos comerciais (como mercados, mercearias, quitandas ou panificadoras) pela qual tais estabelecimentos passam a atuar como correspondentes bancários. (CAIXA, s.d.).

entidades parceiras); além da troca espontânea do Real por Palmas realizada pelos clientes nos caixas do banco comunitário, estimulados pelo desconto de cerca de 5% oferecido por alguns comerciantes nas compras com a moeda social. (RIGO, 2014, p. 2014).

A experiência do Palmas, de aliar a experiência do microcrédito à criação de uma nova moeda, atraiu a atenção de estudiosos nacionais e internacionais, sendo também divulgada na grande mídia do país. Tal repercussão teve como efeito um processo criminal do Banco Central do Brasil (BCB) contra o Banco Palmas⁶⁰, sob a alegação que a Moeda Palmas se constituía como uma moeda paralela ao Real, violando assim a soberania nacional. (MELO NETO SEGUNDO, 2012).

Após um período de cerca de dois anos de tramitação, tal processo terminou arquivado, sob o entendimento do Banco Central de que as moedas sociais circulantes locais (incluindo as moedas locais em outras localidades que foram inspiradas na Palmas⁶¹) trazem benefícios sociais à população, e que sua circulação, restrita a um bairro, não ameaça a moeda nacional (FREIRE, 2011; PAULA, 2015; Informação verbal⁶²).

Na busca por assegurar legalmente as atividades dos bancos comunitários, foram elaborados dois projetos de leis federais⁶³ com autoria da Deputada Federal Luiza Erundina. O primeiro, Projeto de Lei Complementar (PLC) 88/2003, estabelece a criação do Sistema Nacional de Crédito e Desenvolvimento Solidário a ser constituído pelo Conselho Nacional de Crédito e Desenvolvimento Solidário, com articulação direta com a Senaes, e pelos Bancos Populares de Desenvolvimento

⁶⁰ A notícia pivô de tal processo foi a reportagem veiculada na revista semanal Isto É em 15 de janeiro de 2003, sob o título “Aceita Palmas?” (Caderno Economia e Negócios. Edição 1737), tendo em vista que a matéria “denotava uma certa omissão do caso pelo Banco Central” (PAULA, 2015 - citando entrevista realizada com promotor responsável pelo caso, Emmanuel Roberto Girão Pinto). De fato, além da mídia impressa, foram vários os programas e noticiários de TV (seja de abrangência nacional ou local) que abordaram o Banco Palmas em seu início, como também, no decorrer dos anos. Ademais, chamaram a atenção da mídia todas as demais experiências de emissão de moedas locais vinculadas aos bancos comunitários.

⁶¹ Em meados de 2005 já haviam outras 4 experiências de moedas locais inspiradas na Palmas: a moeda Par de Paracuru/CE, a moeda Vale de Acarape/CE, a Trilha de Simões Filho/BA e a moeda Palmeira de Palmácia/CE (APÊNDICE A).

⁶² Informação obtida a partir de fala de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas no I Encontro de Intercâmbios de Finanças Solidárias de Minas Gerais, em Teófilo Otoni/MG, em dezembro de 2018, no qual o autor estava presente

⁶³ Ambos são projetos de lei complementar ao artigo 192 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que trata do sistema financeiro nacional.

Solidário, que abrangeriam os bancos comunitários que aderissem às diretrizes da nova lei. Esse PL foi arquivado em 2005 sob a alegação de apresentar incompatibilidades com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2001) (FREIRE, 2011).

O segundo projeto de lei desenvolvido, o PLP 93/2007, estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, constituído pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, também com articulação direta com a Senaes, e pelos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário. Além de prever ajustes para atender as leis de diretrizes orçamentárias e de responsabilidade fiscal, esse projeto de lei acaba por revelar uma sistematização mais apurada que o anterior, sobretudo, referente à delimitação das ações dos bancos, incluindo a regulamentação do uso da moeda social na área de atuação dos bancos.

Esse PL foi arquivado por duas vezes, a primeira em janeiro de 2011, tendo sido desarquivado dois meses depois, e arquivado novamente em janeiro de 2019, sendo desarquivado em fevereiro desse mesmo ano, estando em tramitação desde então⁶⁴.

No início do ano de 2010 foi firmada parceria entre o Banco Central e a Senaes a fim de discutirem a constituição de um marco regulatório que assegure as atividades dos bancos comunitários, em especial a emissão das moedas locais⁶⁵. Porém, não chegaram a ser desenvolvidas pelo Banco Central determinações legais ou normativas que delimitassem tais questões⁶⁶, senão nas considerações dos anais do 1º e do 2º Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira (em 2009 e 2010, respectivamente) (PAULA, 2015).

Nas considerações finais do 2º Fórum, defende-se que os bancos comunitários devam ser entendidos enquanto organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, não devendo ser considerados como instituições financeiras. Por isso, houve o

⁶⁴ Conforme consulta a site da Câmara dos Deputados, disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065>> Acesso em: 04 ago. 2019.

⁶⁵ Acordo de Cooperação Técnica BACEN/MTE-SENAES, de 4 de janeiro de 2010.

⁶⁶ A partir de 2013, alguns dos bancos comunitários do país têm buscado em conjunto se enquadrarem na Lei Federal n. 12.865, de 09 de setembro de 2013 (que trata de pagamentos digitais), ao adotarem a plataforma virtual e-dinheiro em substituição da moeda local. Assim, os bancos se assegurariam legalmente como *fintechs* de microcrédito.

entendimento de que suas ações não se submetem à autorização do Banco Central. E, desde que mantidos os objetivos, diretrizes e regras até então presentes na gestão das moedas vinculadas aos bancos comunitários, “a emissão de moedas sociais circulantes locais não pode ser considerada, por si só, como uma prática ilegal” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, p. 150). Nestes termos, é então concluído que, no formato em que se apresentam, as moedas locais “não têm o condão de afetar a normalidade da circulação fiduciária do real ou de gerar impacto de magnitude que ofereça risco ou afete o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional” (p. 150). Importante, pois, destacar que tais considerações não chegam a representar uma seguridade legal para as moedas, estando tal questão ainda em aberto.

Já em relação ao processo de adesão da comunidade às ações do Banco Palmas e seus efeitos, foram publicados em 2013 os resultados de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NEIVA *et al.*, 2013) com a aplicação de questionários em moradores da área de atendimento do Banco Palmas, que abrangia não somente a comunidade do Conjunto Palmeiras, como também as do Conjunto Palmeira II, Planalto Palmeira, Sítio São João, São Cristovão, Maria Tomásia, Santa Filomena, Ancuri, Castelão, Barroso, Caucaia, Ismael Silva, José Walter, Ocupação da Mana, Patativa do Assaré, Jagatá, Santa Maria e Tamandaré.

De acordo com o estudo, após mais de 10 anos de funcionamento do banco e de circulação da moeda, foram apontadas consideráveis melhorias na qualidade de vida (em escala comunitária, englobando tanto o espaço urbano, quanto a escala familiar), no que tange ao acesso a serviços financeiros e bancários, oportunidades de trabalho e educação. Nesse sentido, ganham destaque as ações de concessão de crédito, o correspondente bancário Caixa Aqui e as ações sociais integradas para o desenvolvimento comunitário. Ainda assim, a realidade da área urbana de atendimento do banco (com enfoque no Conjunto Palmeiras) revela um evidente passivo social, conforme a pesquisa (NEIVA *et al.*, 2013).

Em relação à moeda local, o estudo apontou um baixo uso da moeda ao mesmo tempo que um evidente aumento nos níveis de consumo realizados no bairro.

No Conjunto Palmeira, menos de 20% dos entrevistados indicou usar a moeda social, embora 98% dos entrevistados do crédito indiquem realizar suas compras no bairro, sendo que, desses, 99% compram alimentos, 93% compram material de higiene pessoal e beleza, 61% compram roupas, 95% compram material de limpeza e 82% compram medicamentos. No caso dos

correspondentes bancários, 95% indicam comprar no bairro especialmente alimentos (95% do total da amostra) e material de limpeza (90,2%), seguido de material de higiene pessoal e beleza (89%), roupas (55%) e medicamentos (57%). Se compararmos esses números com os dados dos mapeamentos de consumo e produção realizados pelo Banco Palmas em 1997, 2002, 2008 e 2009 (FRANÇA FILHO *et al.*, 2012), perceberemos que, em relação a 1997, houve um aumento significativo do consumo local, já que, na época, apenas 20% da população indicava consumir no bairro. Já quando analisamos os dados de 2008 e 2009, que indicam 90% de consumo local, percebemos que houve uma estabilização desse consumo nos últimos anos que é confirmada pelos dados atuais, pelos quais 98% indicam realizar compras no bairro. Ainda com relação ao consumo local, 33% dos empreendimentos clientes de crédito indicaram comprar matéria-prima no próprio bairro e 22,22%, dos clientes de correspondente bancário que possuem um negócio. As compras locais nas diversas etapas da cadeia produtiva fortalecem as relações econômicas entre os moradores da comunidade e contribuem para o estabelecimento de redes econômicas locais. Disso resulta um desenvolvimento econômico local fortalecido, o que amplia a sua sustentabilidade a longo prazo. (NEIVA *et al.*, 2013, p. 167).

Segundo o estudo, uma das explicações possíveis para tais constatações é a de que, a moeda, além de ter a função de dinamizar a economia ao se manter em circulação, também atua enquanto importante instrumento de mobilização e sensibilização,

de modo que não só seu uso literal pode promover o aumento de consumo no bairro, mas o simbolismo embutido nela que articulado a campanhas educativas pode mudar os hábitos da comunidade e aumentar o potencial de consumo que se realiza localmente. (NEIVA *et al.*, 2013, p. 167)

O estudo de Rigo (2014), analisado também no artigo de Rigo e França Filho (2017), cujas pesquisas foram desenvolvidas em 2013, período semelhante a Neiva *et al* (2013), aponta equivalentes resultados em relação ao desuso da moeda. Além de evidenciar também o que trata como “paradoxal relação” entre o arrefecimento no uso da moeda e o aquecimento da economia local, Rigo (2014) propõe um olhar mais detalhado a este processo a partir de outras variáveis.

Assim como Neiva *et al.* (2013), a evidência de que o consumo no bairro se mantém elevado ao passo que o desuso da moeda local mostra-se evidente, é tida por Rigo (2014) e Rigo e França Filho (2017) como efeito da possível função temporária da moeda, enquanto mecanismo de estímulo ao consumo interno e à “valorização das coisas do lugar” (RIGO, 2014, p. 217).

Outra constatação das pesquisas é a diminuição dos esforços da equipe do Banco Palmas na divulgação da moeda no bairro, tendo em vista uma evidente dinâmica de chegada e saída de residentes e abertura e fechamento de comércios e serviços intensa nos anos subsequentes, fatos esses que acabam por exigir do banco

um trabalho constante de sensibilização da comunidade sobre a importância do consumo no bairro tendo como instrumento pedagógico a moeda local.

Além disso, identificou-se a formação de uma rede de aceitação da moeda significativamente extensa e que oferece legitimidade à Palmas e ao seu emissor, sendo então evidenciado que a sua pouca circulação estaria relacionada menos com a não aceitação dos comerciantes e mais com o seu não uso pelo morador no comércio local, “apesar de reconhecer a importância de consumir no bairro” (RIGO, FRANÇA FILHO, 2017, p. 187) . Tal fato é relacionado, dentre outros fatores, à diminuição do acesso ao crédito de consumo (dado em Palmas), frente à melhoria nas condições de acesso à moeda nacional (melhoria nas condições gerais de renda da população).

Enfim, de acordo com o estudo, o enfraquecimento do fluxo de moeda social é devido à associação entre as variáveis de relativo aumento na renda dos moradores, acesso ao sistema financeiro tradicional (notadamente abertura de conta e cartão de crédito), e também, em menor medida, à interrupção pelo Banco Palmas do pagamento de parte dos salários dos seus funcionários em moeda local.

[...] parte dessa liquidez provém de mecanismos de inclusão financeira que o próprio Banco Palmas disponibilizou para a população local. O acesso à abertura de contas e ao cartão de crédito no correspondente bancário da Caixa Econômica que o Banco Palmas opera é aqui entendido como o principal mecanismo de acesso a recurso imediato. Agora muitos moradores, em vez de solicitarem o crédito para consumo de itens de urgência, fazem-no com o cartão de crédito, que também possibilita pagamento posterior da dívida. Pode-se inferir também, como mais um importante fator influenciador, que o acesso ao recurso do programa Bolsa Família por grande parte dos moradores diminui a demanda pelo crédito para consumo e contribui para o aumento da liquidez no bairro. (RIGO, FRANÇA FILHO, 2017, p. 189).

De fato, nessas análises de Neiva *et al.* (2013), Rigo (2014) e Rigo e França Filho (2017), ganham vulto também as questões referentes à carga simbólica, política ou mesmo institucional, impressas na Moeda Palmas: “Ela representa o banco e o dinheiro exclusivos dos moradores, exclusivos do ‘bairro da economia solidária⁶⁷” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 190).

A Moeda Palmas constituiu-se, assim, para além de uma ferramenta de trocas comerciais, um símbolo de legitimidade da vida cotidiana local, da mobilização de

⁶⁷ O termo faz menção à inscrição presente em um grande muro do bairro onde se lê “Conjunto Palmeiras, o bairro da economia solidária”, apresentando o título recebido pelo Conjunto por estudiosos e por alguns veículos da mídia.

pessoas e instituições em prol do desenvolvimento de sua área urbana, com forte vínculo com as demais ações do Banco Palmas.

Desde meados dos anos 2010, o Banco Palmas tem buscado implantar tecnologias digitais ou eletrônicas em seus serviços. Após algumas tentativas de insucesso⁶⁸, em meados de 2015, deu-se início ao processo de implantação da plataforma e-dinheiro no banco, a partir de parceria com uma empresa privada, responsável pelo desenvolvimento do sistema.

Tal plataforma é composta de *internet banking* (com serviços bancários convencionais), e aplicativo de celular para compra e venda em comércios cadastrados, sendo viabilizado também um cartão bancário. A partir de então, iniciou-se um processo de substituição da moeda em papel pela digital, a “Palmas e-dinheiro”. A moeda em papel foi então gradualmente retirada de circulação.

As possíveis implicações de tal substituição são tratadas brevemente no item seguinte, como também são presentes nas análises dos casos visitados em campo. De fato, a equipe de coordenação da Rede de Bancos Comunitários, objeto do próximo item, tem concentrado seus esforços nas ações de fomento à implementação do sistema e-dinheiro nos demais bancos da rede.

Por fim, em relação a esta análise sobre o Banco Palmas, é importante, pois, resgatar seu processo inicial de configuração espacial urbana, enquanto área periférica fruto de um processo forçado de remoção e realocação de famílias em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura urbana, para, enfim, vislumbrar o estágio conquistado de uma área urbana reconhecidamente portadora de um diferencial em suas dinâmicas sociais, culturais e políticas, tendo na economia seu fator propulsor de tal desenvolvimento.

5.1.2 Rede Brasileira de Bancos Comunitários

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários foi instituída em 2006 tendo em vista a demanda por maior integração entre os bancos comunitários que haviam sido montados no país seguindo a experiência e metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, e de acordo com o Termo de Referência e o marco teórico conceitual dos

⁶⁸ Diniz, Cernev e Albuquerque (2013) fazem uma análise de tentativas, anteriores ao e-dinheiro, de implementação de pagamentos digitais pelo Banco Palmas que não obtiveram êxito.

BCDs. Todos esses bancos recebem uma espécie de “marca de certificação” da Rede. (INSTITUTO BANCO PALMAS, s.d., s.p.).

De fato, há bancos que, inspirados na metodologia do Banco Palmas, dispõem de formatos semelhantes aos bancos comunitários, mas não compõem a Rede Brasileira de Bancos. Isso se deve por esses bancos não seguirem os requisitos determinados no Termo de Referência dos BCDs, principalmente em relação ao modelo de autogestão preconizado, pelo qual o banco comunitário de desenvolvimento deva ter a comunidade como proprietária e protagonista de suas ações. Segue, abaixo, trecho do Termo de Referência, presente no anexo A, que aborda tal questão:

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 1).

Dentre esses bancos que não compõem a Rede, podemos citar o Neuro Banco, que dispõe de duas agências (denominadas ‘Nanobancos’), uma em Curitiba/PR e outra em Rio Negrinho/SC; e também o Banco Maré, com três agências, duas no Rio de Janeiro/RJ e uma em São Paulo/SP.

Para a operacionalização das políticas de incentivos às finanças solidárias, foram desenvolvidas pela Senaes ações de apoio aos novos bancos e firmados convênios com entidades do terceiro setor.

Os bancos são geralmente criados em cidades pequenas e pobres, mas há também alguns abertos em bairros carentes de capitais. O fundamental é que pertença à população. (SINGER, 2014, s.p.).

Os convênios firmados nos anos de 2010 e 2013⁶⁹ entre a Senaes e as entidades executoras representaram um montante de cerca de R\$ 22,5 milhões repassados para o setor (VELASCO, 2014). Tais convênios possibilitaram a definição de uma territorialização dos bancos no país. No período 2010-2012, as entidades

⁶⁹ Editais SENAES/MTE nº 03/2010 - Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários; e nº 001/2013 - Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário.

executoras regionais eram: Instituto Capital Social da Amazônia de Belém/PA, responsável pelos bancos da região norte do país; Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), responsável pelos bancos comunitários da região Nordeste; Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da Universidade de São Paulo (USP), entidade responsável pela região sudeste; o Banco Bem de Vitória/ES, responsável pelo Centro-Oeste brasileiro; além do Instituto Palmas, definido como entidade executora de dimensão nacional.

Já os convênios firmados a partir do Edital de 2013 tiveram como entidades executoras de 2013 a 2015: o Nesol enquanto entidade executora nacional; o Instituto Capital Social da Amazônia como responsável pela região norte; o Instituto Palmas pela região Nordeste; e a Associação Ateliê de Ideias, vinculada ao Banco Bem de Vitória/ES, responsável pelos bancos comunitários das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. (PAULA, 2015).

[...] a divisão do trabalho entre as entidades executoras se daria da seguinte forma: enquanto estas entidades regionais possuem o ofício de elaborar um projeto com o custo de implementação de um banco comunitário, selecionar os lugares onde serão implementados novos bancos, dar suporte aos que já estão instalados (assim como de apresentar as finanças e o que está sendo feito), a entidade executora nacional tem a atribuição de promover encontros entre todas entidades executoras regionais, fazer a capacitação e sistematizar a metodologia que está sendo utilizada. A Senaes participa desses encontros, assim como tem o dever de unir todas as informações, e também fazer uma análise financeira das entidades executoras regionais. (PAULA, 2015, p. 58).

De fato, a região sul do país não foi contemplada por tais recursos⁷⁰. Segundo Velasco (2014), os editais estimularam a criação de bancos nas regiões mais pobres, concedendo “pontos a mais” a projetos no Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país.

Os aportes técnicos e financeiros provindos da Senaes foram destinados principalmente à impressão de cédulas de moedas sociais, à realização de atividades de monitoramento e capacitação dos gestores dos bancos e à contratação de agentes de crédito locais. A entidade executora nacional tem a atribuição de promover reuniões mensais entre todas entidades executoras regionais, e também capacitações em conjunto de todos os agentes de crédito do país, encontros esses que

⁷⁰ Tem-se registro de quatro bancos comunitários de desenvolvimento vinculados à Rede Brasileira criados no estado do Rio Grande do Sul. O primeiro, o Banco Pontes Solidárias do município de São Leopoldo, foi fundado em 2009 – portanto, antes dos convênios com a Senaes –, e deixou de compor a listagem da Rede em 2013 por estar inativo (RIGO, 2014). E outros três bancos em Porto Alegre, o Banco Cascata e o Banco Justa Troca, criados em 2016, e o Banco Grão, em 2018, após os convênios.

proporcionaram a consolidação da Rede de Bancos. (Informação verbal⁷¹; PAULA, 2015).

Em 2014 é criado o Instituto Banco da Periferia, entidade vinculada ao Banco Palmas e ao Instituto Palmas, tendo por objetivo “desafogar” as ações do Instituto Banco Palmas, que passou a dedicar-se, especificamente, às operações de microcrédito produtivo. (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, s. p.). O Instituto Banco da Periferia passou a atuar enquanto entidade representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, aglutinando as ações de apoio e assistência técnica aos projetos de desenvolvimento local e economia solidária tanto do Banco Palmas como de toda a Rede.

No fim de 2015, em ocasião do IV Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foi criada a Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, tendo por nome fantasia Banco Nacional das Comunidades. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) representativa do conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A previsão na época, era a de montar uma sede da nova instituição em Brasília/DF, visando a integração com a Senaes em suas ações – pois, tinha-se a perspectiva de configurar-se como entidade executora nacional dos próximos editais da Secretaria. Contudo, com falta de recursos, a entidade não chegou a consolidar-se.

Durante a vigência dos convênios, cujas ações perduraram até meados de 2016, as entidades executoras mantiveram frequente contato entre si e com a Senaes, e intermediaram a articulação entre os bancos do país. Por meio da ação de tais entidades, houve um monitoramento do número de bancos em atividade e das realidades vividas em cada localidade. Contudo, com o fim dos convênios, teve-se uma perda substancial na relação entre os bancos existentes e também no acompanhamento de suas realidades pela coordenação da Rede de Bancos Comunitários.

De fato, o Fórum de Economia Solidária, em suas diferentes instâncias, atribui ao governo do presidente Michel Temer, que tomou posse após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o desmonte institucional da Senaes e de suas ações, expresso mais propriamente na saída de seu secretário, o economista Paul

⁷¹ Informações obtidas por meio de entrevista, em outubro de 2018, com Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Singer, à frente desde de sua criação, e na transformação da Secretaria em uma subsecretaria de governo.

Segundo Leonora Mol (informação verbal⁷²), integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, não há dados atualizados que possibilitem um panorama da situação dos bancos comunitários em atividade no país. O monitoramento existente em nível nacional é restrito às movimentações financeiras realizadas pelos bancos que utilizam da plataforma e-dinheiro⁷³, que será melhor descrita mais adiante nesta seção.

Em janeiro de 2018, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários divulgou um total de 113 bancos comunitários no país, sendo disponibilizada para o autor uma planilha com os nomes e localidades dos bancos. Contudo, também tais dados se revelam frágeis para compor o panorama dos BCDs e demandam atualização, ao passo que constam na listagem diversos bancos que suspenderam suas atividades, ao mesmo tempo que faltam na lista bancos que estão ativos⁷⁴.

Importante destacar ainda que, por mais que as experiências de grande parte dos bancos comunitários do país tenham nascido a partir da implementação de uma metodologia pré-estabelecida e com monitoramento e aportes de recursos de políticas públicas de nível federal, a gestão de cada banco é autônoma, conduzida por agentes locais frente às dinâmicas de cada comunidade. Nesse sentido, as estratégias adotadas, as parcerias firmadas e as tomadas de decisões (inclusive em relação ao fechamento da agência), não necessariamente chegam a ser reportadas às instâncias superiores, como à Rede de Bancos, às entidades executoras ou mesmo à Senaes.

⁷² Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol em outubro de 2018.

⁷³ Por questões de confidencialidade de informações bancárias, não houve acesso aos valores referentes às movimentações financeiras dos bancos comunitários que permitissem um diagnóstico dos bancos em atividade que utilizam o e-dinheiro. Sendo, pois, disponibilizado para a presente pesquisa o número de usuários e comerciantes cadastrados na plataforma e-dinheiro em cada banco comunitário, e também o montante total de movimentação financeira via plataforma e-dinheiro, conforme Quadro 1, apresentado mais adiante.

⁷⁴ De fato, pela natureza local e autônoma de um BCD, sempre houve a dificuldade no levantamento informações sobre os BCDs existentes. Nesse sentido, foram encontradas lacunas nas publicações que buscaram levantar o número total de BCDs do país (RIGO, 2014; VELASCO, 2014; MORAES *et al.* 2015; PAULA, 2015; e, sobretudo, MATURANA; KOHLER, 2018), como erros em nomenclaturas e localizações, ausência de bancos em atividade no período, inclusão de bancos que não chegaram a ser inaugurados e, no artigo de 2018, também a inclusão de bancos que não integram a Rede Brasileira de BCDs, como os da rede Neurobanco, que seguem em parte a metodologia dos bancos comunitários, mas não têm à comunidade local como proprietária e definidora de suas ações.

Além dos registros formais da Rede contarem com bancos determinantemente inativos, há também nessa lista aqueles considerados temporariamente fechados ao atendimento. De fato, mesmo durante a vigência dos convênios com a Senaes, em que havia um acompanhamento e monitoramento dos BCDs, eram mantidos nas atualizações dos registros da Rede os bancos que cessaram o atendimento ao público, mas cujos gestores mantiveram contato com a Rede ou com o movimento de economia solidária (participando de encontros, formações, entre outros eventos ou atividades) na busca por estratégias para o restabelecimento do banco. (RIGO, 2014; PAULA, 2015).

Em entrevista realizada no ano de 2014 por Paula (2015) com o então chefe de gabinete da Senaes, Diogo Jamra Tsukumo, foi indagado se haveria até o momento registro de algum processo de falência de bancos comunitários no Brasil. Segue resposta de Tsukumo:

Pode até ser que o banco comunitário feche. Até hoje a gente não tem registro, nunca recebemos... é uma coisa que o Joaquim⁷⁵ fala, banco comunitário, ele pode não estar funcionando que nem um Banco Palmas, que nem está todo dia com a portinha aberta. Mas em todas as comunidades existe um embrião de uma iniciativa. Se você for lá procurar a comunidade, você vai encontrar alguém que sabe o que é o banco comunitário. Isso está lá. A semente, a ideia do banco foi plantada. Se aquilo está funcionando cotidianamente ou não é uma questão que depende de recurso, de implementação. Então, agora a gente imagina que com este novo programa, a gente imagina que essas iniciativas que estão mais murchas vão voltar a existir. (PAULA, 2015, p. 113).

Foi, pois, evidente, também nos contatos desta pesquisa com gestores de bancos comunitários e com agentes ligados à Rede ou a entidades de fomento, a permanência dessa visão acima apresentada, pela qual o banco comunitário se constitui para além da existência de uma sede ou da prestação de um serviço financeiro, mas como um movimento social. Fato esse que acabou por dificultar a elaboração nesta pesquisa de um panorama dos BCDs em atuação no Brasil, na proposta de considerar ativos os bancos que, no momento atual, efetivamente prestam serviços financeiros à comunidade.

Tendo, pois, em vista os impedimentos de mensurar efetivamente o número existente e a condição atual de funcionamento de tais experiências, optou-se por

⁷⁵ Refere-se a Joaquim Melo, idealizador do Banco Palmas e integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

levantar e elaborar planilha e mapeamento abrangendo todos os bancos comunitários de desenvolvimento criados no país entre 1998 e 2019.

Tais informações devem ser interpretadas considerando que grande parte dos bancos levantados estão inativos. De fato, o fim de muitas das ações da Senaes de apoio às finanças solidárias significou um imediato enfraquecimento dos bancos comunitários – uma vez que, além de outros incentivos, os salários dos agentes de créditos eram pagos via convênio com a Secretaria – além de representar também o fim do trabalho de monitoramento em nível nacional da realidade dos bancos comunitários no país.

Assim, partindo da listagem recebida da Rede, investiu-se em uma pesquisa *web* em *sites* e *fanpages* de cada um dos bancos comunitários listados e/ou das associações a eles vinculadas, sendo levantadas também notícias de jornais e revistas, e trabalhos acadêmicos que produziram dados primários sobre bancos específicos (visitas de campo, entrevistas, dentre outros). De tal modo, buscou-se ajustar na listagem recebida as nomenclaturas (de localidade, do banco comunitário e da moeda social), as datas de criação⁷⁶, e inserir informações sobre a situação do banco (se ativo ou não). Para esse caso, não foram distinguidos os bancos comunitários permanentemente fechados daqueles que não mais prestam serviços à comunidade, mas cujos gestores ainda se reconhecem como tais na busca por angariar recursos para a reativação do banco.

Foram também adicionados todos os bancos comunitários não contemplados na listagem recebida⁷⁷. O que inclui tanto os bancos mais antigos que, fechados, deixaram de figurar os registros divulgados da Rede, quanto os bancos que não chegaram a ser inseridos nos cadastros oficiais.

Para a maior parte dos bancos pesquisados, não se conseguiu chegar a dados sobre a sua situação atual, sendo então registrada para cada um deles (como também

⁷⁶ Os ajustes em relação à data de criação, deram-se em casos em que os eventos de inauguração ocorreram considerável tempo após o início das atividades do banco, ou também nos casos em que a data indicada no registro oficial da Rede é referente ao ano que foi firmado o convênio com a Senaes, marcando o início do processo de mobilização para a criação do banco, e não necessariamente o início da prestação dos serviços à comunidade.

⁷⁷ A inclusão de novos BCDs à listagem deu-se por três frentes: a partir de pesquisa *web*, a partir do registro de BCDs cadastrados na plataforma e-dinheiro, e a partir das informações disponibilizadas por Leonora Mol, em relação aos BCDs do Espírito Santo e por Magno Macêdo (Ites/UFBA) para os bancos da Bahia.

para os confirmados inativos) a data da última informação que se teve em relação à atividade do referido banco.

De fato, muitas das páginas *web* dos bancos, quando existentes em *sites* de busca, estão com endereços desativados ou não apresentam publicações atuais e não respondem mensagens. Além disso, grande parte dos números de telefones cadastrados não se encontram ativos.

Importante destacar que hajam realidades em que não seja funcional a divulgação via *web* dos trabalhos do banco comunitário, como pode ocorrer em alguns dos bancos de comunidades rurais, quilombolas e/ou indígenas. Haja vista que a comunicação por meios orais, impressos ou rádios comunitárias, possa ser ainda mais efetiva dada a dinâmica social e econômica local.

Ademais, muitas das tentativas de realizar contatos diretos telefônicos ou virtuais com gestores foram improfícuas, uma vez que houve em alguns casos a resistência de tais agentes em comunicar a real situação dos bancos em questão, em relação à circulação da moeda local, à realização de concessões de crédito ou até mesmo ao efetivo funcionamento de sua agência (se permanece aberta ao público).

Para os bancos do estado de Minas Gerais, o contato direto do pesquisador com seus gestores permitiu a atualização de suas informações. No caso dos bancos do estado do Espírito Santo, as informações levantadas foram disponibilizadas por Leonora Mol, presidente da rede capixaba de BCDs.

Já para os bancos da Bahia, as informações levantadas foram validadas por Magno Macêdo, integrante da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (Ites/UFBA) que mantém o trabalho de acompanhamento dos bancos do estado.

Há bancos que compõem a listagem, mas sobre os quais não foi encontrado dado algum que remeta à sua inauguração ou funcionamento. Em alguns casos, encontrou-se apenas relatos e postagens que veiculavam a proposta e as intenções da comunidade para a criação do banco. Assim, uma vez que tais bancos já constam na listagem oficial, optou-se em mantê-los, mantendo também suas datas de criação ali indicadas.

Há também bancos cujas informações encontradas remetem apenas ao momento de criação/ inauguração, não havendo dados disponíveis sobre seu efetivo funcionamento. Houve uma concentração desses casos no levantamento dos BCDs do estado do Ceará, sobretudo em relação ao conjunto de bancos inaugurados nos

anos de 2008 e 2011, quando ocorreram caravanas de inauguração de BCDs no estado⁷⁸.

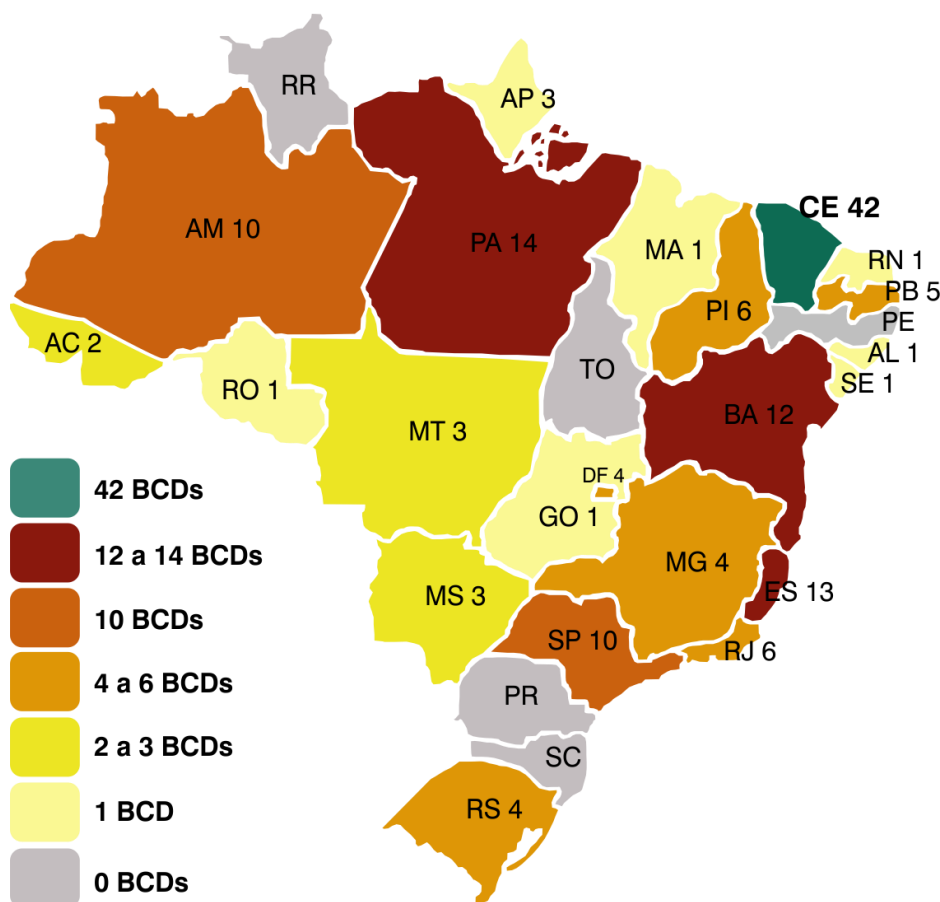
Foram encontrados muitos relatos, notícias e postagens de processos de mobilização de comunidades locais com o intuito de constituírem seus bancos comunitários. Experiências essas que não foram incluídas na listagem por não terem seus bancos efetivados⁷⁹.

A listagem com os dados validados e levantados por esta pesquisa encontra-se no apêndice A e subsidia as análises a seguir – a começar pelo mapeamento do número de BCDs criados no Brasil em cada estado, conforme figura 1.

⁷⁸ Em 2008, a caravana foi realizada entre os dias 28 e 31 de maio, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e percorreu dez cidades cearenses – Palhano, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Madalena, Ibaretama, Ocara, Choró, Caridade, Irauçuba e Itarema – para inaugurar 10 novos bancos (MTE, 2011). Já a caravana que ocorreu em 2011, entre os dias 31 de maio e 23 de junho, foi coordenada pelo Instituto Palmas e pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará, e promoveu a inauguração também de 10 bancos em 10 cidades cearenses – Chorozinho, Cascavel, Pacatuba, Caucaia, Acaraú, Quixadá, Mauriti, Itaitinga, Itatira e Acarape. (FÉLIX, 2011).

⁷⁹ Dos casos mais recentes, cita-se o Banco Paraisópolis, de São Paulo/SP, cuja proposta de criação foi noticiada em 2018 pela BBC News Brasil (MACHADO, 2018). Em contato telefônico realizado em maio de 2019 com responsável pela criação do banco, foi informado que, por falta de recursos, o banco não chegou a ser efetivado até a data. Também há o caso do Banco 5 Lagoas, em Remígio/PB, que se encontra em processo de implementação, tendo sido divulgada a realização de uma reunião no dia 03 de maio de 2019 preparatória para a inauguração do banco (ainda sem data definida), e contando com lançamento da nova moeda. (INSTITUTO VOZ POPULAR, 2019). Ademais, na cidade de Água Branca foi realizada no dia 16 de maio de 2019 uma plenária do Território Entre Rios, região do estado do Piauí que abrange 30 municípios, em que foi apresentado plano para implantação de 08 bancos comunitários na região. (BANCO DOS COCAIS, 2019).

Figura 1 – BCDs criados no Brasil, por estado



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Do total de 146 bancos comunitários criados no país, cerca de 30% (42 BCDs) concentram-se no estado do Ceará – o que ressalta um evidente papel catalisador do Banco/Instituto Palmas no estado. Após o Ceará, os estados com maior número de BCDs criados são: Pará (14), Espírito Santo (13) e Bahia (12). Esses dois últimos contam com redes estaduais de BCDs, com 12 BCDs em funcionamento no Espírito Santo e 9 na Bahia⁸⁰.

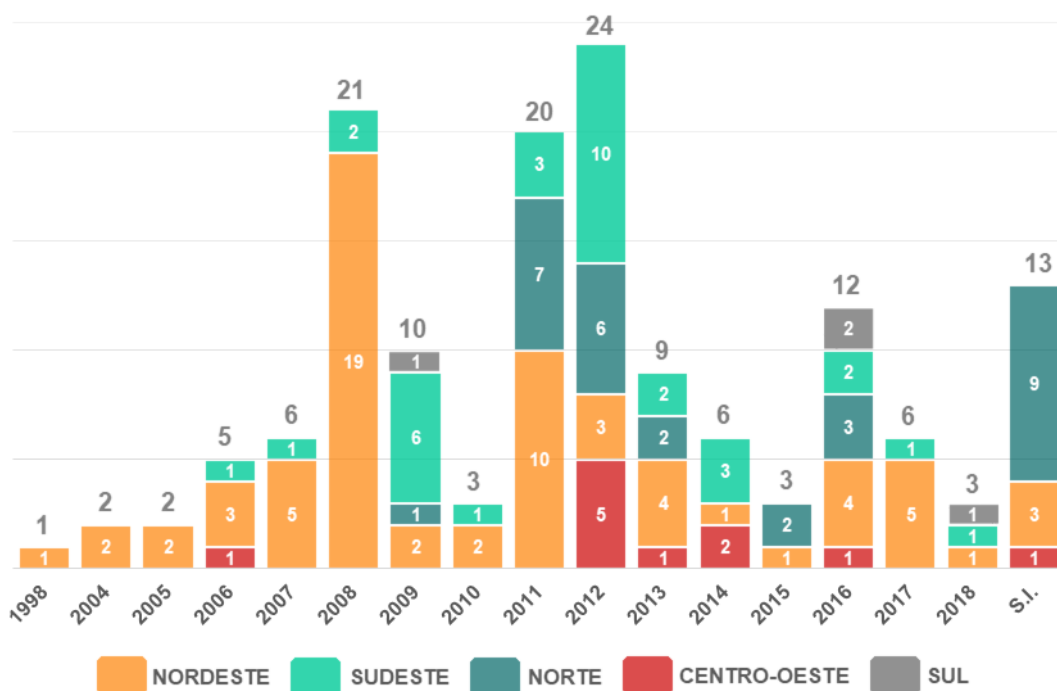
Com apenas 5 estados do país sem BCDs criados, a figura revela ainda a ampla abrangência territorial que alcançou a política da Senaes de difusão de BCDs. De fato, não foram todos os BCDs do país que contaram com o aporte de recursos providos da Senaes para sua criação, tendo havido também políticas estaduais, municipais e mesmo ações não governamentais de apoio a tais iniciativas. Mas ainda

⁸⁰ As informações referentes aos estados do Espírito Santo e Bahia foram disponibilizadas, respectivamente, por Leonora Mol, presidente da rede capixaba de BCDs e Magno Macêdo, integrante da Ites/UFBA, que atua no acompanhamento dos BCDs do estado. A rede baiana é composta por 10 BCDs, ou seja, além dos 9 BCDs em funcionamento, também participam da rede os gestores do Banco Comunitário Ouro Negro, de São Francisco do Conde, que está com as atividades paralisadas por falta de recursos.

assim, atribui-se à Senaes a ação em dimensão nacional de divulgação e fomento à criação de novos bancos seguindo as diretrizes do Instituto Palmas.

O gráfico 1, a seguir, evidencia o número de bancos criados em cada ano, de 1998 à 2018, nas cinco regiões político-administrativas do Brasil.

Gráfico 1 - BCDs criados no Brasil, de 1998 a 2018, por região



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Percebe-se um destaque do ano de 2012, quando foram criados 24 novos bancos comunitários, chegando a um total de 94 bancos criados até aquele ano. O pico alcançado em 2011-2012 coincide com o período de vigência do convênio de 2010 da Senaes para a criação de novos bancos no país.

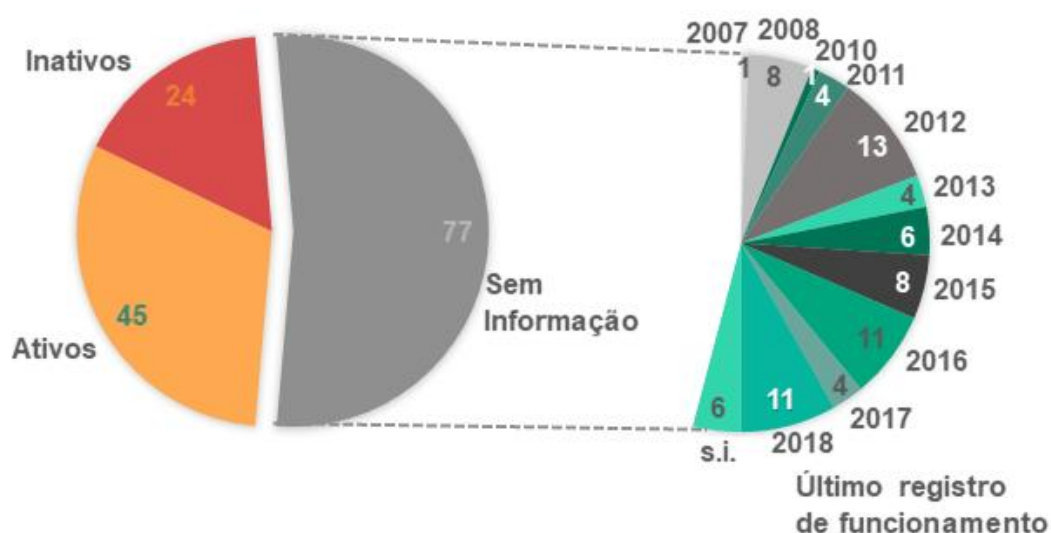
Também o ano de 2008 representou um acréscimo considerável no número de bancos criados, que se concentravam até então na região nordeste. De fato, metade dos BCDs criados em 2008 e 2011 refere-se aos bancos inaugurados pelas caravanas que percorreram o interior do estado do Ceará nesses anos, conforme já citado. Além dos 10 BCDs inaugurados na caravana de 2008, outros 5 bancos foram criados também no Ceará nesse mesmo ano.

Os anos de 2011 e 2012 representam um avanço da política de criação de novos bancos comunitários fora da região nordeste. Os estados do Espírito Santo e São Paulo duplicaram seu número de bancos comunitários nesses anos.

A região sul não foi contemplada pelos convênios da Senaes, e conta com 4 BCDs criados, localizados no estado do Rio Grande do Sul, estando 3 em funcionamento.

O gráfico 2, a seguir, apresenta o resultado do levantamento da situação atual dos bancos comunitários no Brasil. A figura evidencia, pois, as dificuldades encontradas para levantar tais informações, uma vez que para pouco mais de 50% dos BCDs pesquisados (77 BCDs) não há dados que comprovem sua atual atividade. Para esses, é apresentado um sub-gráfico com o ano do último registro *web* referente ao seu funcionamento.

Gráfico 2 - BCDs em funcionamento em 2019



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os casos marcados como “s.i.” (sem informação) no segundo gráfico, referem-se àqueles bancos, presentes nos registros oficiais da Rede, sobre os quais não se encontrou qualquer informação que evidenciasse seu funcionamento, nem mesmo sua criação/inauguração.

Conforme gráfico, boa parte dos registros de último funcionamento concentram-se no ano de 2012. De fato, tendo em vista o alto número de bancos criados nos anos 2011-2012, tais registros acabam por representar informações sobre a inauguração ou ao período de início da operação de tais bancos.

Ganha destaque também o ano de 2016, que coincide com o período de fim das ações da Senaes e, assim, com o início de um processo de enfraquecimento dos BCDs que recebiam aporte da Secretaria.

Ressalta-se ainda o número de 11 BCDs que datam de 2018 a última informação encontrada que confirme seu funcionamento. Frente a se constituírem registros mais recentes, tais casos podem ser tidos como de supostos bancos em atual atividade, o que aumentaria de 45 para 56 BCDs em operação atualmente no país.

Após o IV Encontro da Rede de Bancos Comunitários realizado em 2015, o evento que reuniu novamente os bancos comunitários do país foi o 1º Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, promovido pelo Banco Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que ocorreu em setembro de 2018 na cidade de Fortaleza/CE. O evento contou com uma pauta ampla em relação aos bancos comunitários, englobando outros modelos de finanças solidárias e populares do país e do exterior, não sendo, portanto, focado em discutir questões específicas em relação aos bancos integrantes da Rede.

Tendo em vista o enfraquecimento das políticas públicas de economia solidária a nível nacional, o cenário atual dos bancos comunitários tem evidenciado o esforço para a consolidação de redes estaduais, contando com a rede baiana, paraibana, piauiense, rede cearense e rede capixaba⁸¹. Esta última inclusive é composta de 12 bancos – sendo 9 na Grande Vitória – e dispõe de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio, que a permite firmar convênios de repasses de recursos diretos com entidades e órgãos financiadores (informação verbal⁸²).

Há também o trabalho realizado em Minas Gerais para a conformação da rede mineira de bancos, tendo por entidade fomentadora a Associação Aprender Produzir Juntos (APJ), mantenedora do Banco Comunitário Banclisa, em Teófilo Otoni/MG. É previsto que a rede seja composta a partir de um trabalho de reestruturação dos bancos comunitários de Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e de Chapada Gaúcha, no norte do estado, atualmente desativados; e também pela transição do Banco Popular do Pequeno Empreendedor (Banpope⁸³) de João Monlevade para um modelo de banco comunitário.

⁸¹ Informações obtidas por contato com Leonora Mol, integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e com Magno Macêdo, integrante da Ites/UFBA, que, inclusive, evidenciou que possam haver ainda outras redes estaduais de BCDs. Porém, não foi possível contato que confirmasse a sua existência.

⁸² Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol em outubro de 2018.

⁸³ O Banpope é uma associação comunitária de crédito que concede empréstimos a pequenos empreendedores, tendo condições de pagamento flexíveis e juros menores em comparação aos

Desde o ano de 2015, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, por meio do Instituto Banco da Periferia⁸⁴, tem atuado mais propriamente no aperfeiçoamento e na disseminação pelos bancos comunitários do país do sistema eletrônico e-dinheiro, que funciona como: *internet banking*, cartão bancário e aplicativo de celular para compra e venda em comércios e serviços cadastrados.

Tal sistema foi desenvolvido tendo em vista o marco regulatório estipulado na Lei Federal n. 12.865, de 09 de setembro de 2013 e, posteriormente na Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, do Banco Central do Brasil, que permitiram novos arranjos no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) que incluem, dentre outras flexibilizações, pagamentos digitais via celular.

A plataforma e-dinheiro foi lançada pela empresa de capital privado Moneyclip, que firmou parceria com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários frente à percepção de que a nova ferramenta seria capaz de dialogar com a metodologia e as demandas dos bancos comunitários. No final de 2016, o Instituto Banco da Periferia, em nome da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, efetuou a compra do sistema e-dinheiro da Moneyclip⁸⁵, mantendo a parceria com a empresa para as ações de manutenção. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

O sistema e-dinheiro é apresentado pela Rede como a moeda social eletrônica dos bancos comunitários, prevendo, assim, a substituição da moeda social em papel. Todavia, mais que se efetivar enquanto uma nova ferramenta de compra e venda, o e-dinheiro acaba por indicar alterações significativas nas dinâmicas financeiras, de gestão e territoriais dos bancos comunitários.

De fato, a cada compra efetivada pelo aplicativo, é descontada da operação uma taxa de 2%, sendo 1% direcionado ao Instituto Banco da Periferia, que atua na manutenção e gerenciamento do uso da plataforma a nível nacional, e o outro 1% é

bancos convencionais. A adaptação do Banpopo para um Banco Comunitário ampliará sua atuação, ao adotar o e-dinheiro como moeda de circulação local, incluir as diferentes linhas de crédito (produtivo, consumo e talvez habitacional), além de visar proporcionar à comunidade uma formação financeira e fomento à produção local.

⁸⁴ Segundo Leonora Mol, o Instituto Banco da Periferia foi criado objetivamente para ser entidade custodiante do sistema e-dinheiro junto ao Banco Central, sendo, pois responsável pela gestão da plataforma.

⁸⁵ Os recursos foram captados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2016).

revertido ao banco comunitário responsável pelo cadastro do comércio onde foi efetuada a compra.

O uso do aplicativo e-dinheiro constitui-se, assim, em uma ação do banco que possibilita um retorno financeiro destinado à sua manutenção e, especialmente, à alimentação da carteira de crédito. Todavia, até então, de acordo com o Termo de Referência dos bancos comunitários (ANEXO A), a manutenção financeira do banco deveria dar-se

[...] através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007, p. 2).

O e-dinheiro, apresentado oficialmente como “moeda social eletrônica”, possibilita a sustentabilidade financeira aos bancos comunitários, que sempre se viram dependentes da captação de recursos externos, normalmente de órgãos públicos ou de entidades filantrópicas.

Nas visitas a quatro localidades atendidas por bancos comunitários, notou-se ser incomum o uso do título de “moeda social” para o e-dinheiro, sendo este denominado comumente como “aplicativo” ou mesmo e-dinheiro.

Todavia, muitas das divulgações nas mídias e comunicações oficiais dos bancos comunitários, além de usarem o termo de “moeda social eletrônica”, dão ao aplicativo o nome da moeda física local (quando essa chegou a ser implantada) ou, nos bancos mais recentes que não chegaram a contar com moeda física, é criado um nome para a moeda social eletrônica, evidenciando para esta um caráter local. Entende-se esse como um processo pedagógico de transição entre o uso da moeda física e o uso do aplicativo, buscando ressaltar, no uso do e-dinheiro, a desejada permanência dos aspectos de pertencimento comunitário e territorialidade que a moeda em papel representa tão fortemente.

Contudo, diferentemente da moeda física, que tem sua circulação limitada a um território específico (de até 50 mil habitantes⁸⁶), o e-dinheiro possibilita uma ampla expansão da atuação do banco comunitário.

⁸⁶ De acordo com o Termo de Referência dos Bancos Comunitários.

De fato, por mais que seja indicada pelo Instituto Banco da Periferia a integral substituição da moeda em papel pelo e-dinheiro, muitos dos bancos permanecem utilizando ambos. Questão essa observada nas páginas *web* dos bancos que divulgam suas moedas locais em papel (mesmo em bancos recentemente criados), e também nas entrevistas realizadas nos quatro bancos visitados no processo de pesquisa. Nas entrevistas foi, pois, defendido o papel simbólico territorial que detém a moeda física, em relação ao pertencimento comunitário que prevê fortalecer – as moedas levam nomes e ilustrações que remetem à identidade local –, e também por conta dos baixos níveis de inclusão tecnológica de parte da população a ser atendida pelo banco.

O Instituto Banco da Periferia disponibilizou à pesquisa uma listagem com os BCDs cadastrados no sistema e-dinheiro. Em alguns casos, o cadastro foi realizado no nome do município, da associação ou instituto vinculado ao banco, assim, para esses, foram ajustadas as nomenclaturas dos bancos de forma a compatibilizar com a listagem dos bancos comunitários apresentada no apêndice A. Foram ainda excluídas da lista recebida duas empresas privadas que haviam efetuado seu cadastro antes da compra do sistema pela RBBC⁸⁷.

Chegou-se assim a um total de 78 bancos cadastrados no e-dinheiro. O quadro abaixo apresenta tais informações em ordem de movimentação financeira, ou seja, quão maiores os valores que o banco já inseriu no sistema, mais à frente ele está na lista⁸⁸. Há ainda a informação para cada banco do número de comércios e usuários cadastrados no e-dinheiro.

Quadro 1 - Bancos comunitários cadastrados no e-dinheiro e número de usuários e comércios vinculados a cada cadastro, em dezembro de 2018

Nº	Nome do banco	Município	UF	Usuários	Comércios
1	<u>Mumbuca</u>	Maricá	RJ	22895	1226
2	<u>Inst. Banco da Periferia</u> ¹	Fortaleza	CE	9136	542
3	Ocards	Ocara	CE	0	0
4	<u>Tupinambá</u>	Belém	PA	133	48

⁸⁷ Para a montagem do quadro apresentado, foram também excluídos itens duplicados na listagem recebida e somados seus números de usuários e comércios. Tal duplicação ocorreu por questões de mudanças de CNPJ nos referidos cadastros.

⁸⁸ Até dezembro de 2018, o sistema e-dinheiro contou com uma movimentação financeira total de R\$ 53.029.458,94. Por questões de sigilo bancário, não foram cedidas à pesquisa, informações de movimentação financeira discriminadas por banco.

Nº	Nome do banco	Município	UF	Usuários	Comércios
5	Cocais	São João do Arraial	PI	8	0
6	<u>Sertanejo</u>	Choró	CE	60	10
7	Sítio São João	Fortaleza	CE	0	0
8	<u>Banclisa</u>	Teófilo Otoni	MG	261	57
9	Ecofor Ambiental ²	Fortaleza	CE	422	0
10	<u>Paju</u>	Maracanaú	CE	15	9
11	<u>Diserv³</u>	Tianguá	CE	100	3
12	<u>União</u>	Pedro Canário	ES	92	8
13	<u>Bem</u>	Vitória	ES	196	52
14	<u>Mar</u>	Serra	ES	107	6
15	<u>Igarapés</u>	Igarapé	MG	38	44
16	<u>Conquista</u>	Manaus	AM	76	12
17	<u>Liberdade</u>	Manaus	AM	103	5
18	<u>Padre Leo Commissari</u>	São Bernardo do Campo	SP	108	15
19	<u>ABraço</u>	Serra	ES	87	13
20	<u>Passarela</u>	Serra	ES	127	14
21	<u>Pirê</u>	Dourados	MS	45	4
22	<u>Autogestão</u>	São Paulo	SP	128	12
23	<u>Cultura</u>	Rio de Janeiro	RJ	63	12
24	<u>Ceilândia</u>	Ceilândia	DF	89	9
25	<u>Itapoã</u>	Itapoã	DF	103	11
26	<u>Preventório</u>	Niterói	RJ	63	1
27	<u>Paraíso</u>	Jacundá	PA	34	2
28	<u>Chapadense</u>	Chapada Gaúcha	MG	57	11
29	<u>Paulo Freire</u>	São Paulo	SP	69	3
30	Cerrado	Rondonópolis	MT	22	0
31	<u>Lagoa</u>	Lagoa de Dentro	PB	21	2
32	<u>União Sampaio</u>	São Paulo	SP	89	31
33	<u>Esperança</u>	Cariacica	ES	54	8
34	<u>Verde Vida</u>	Vila Velha	ES	75	1
35	<u>Viver</u>	Serra	ES	84	7
36	<u>Jardim Botânico</u>	João Pessoa	PB	27	4
37	BCA	Amontada	CE	5	0
38	<u>Esmeralda</u>	Esmeraldas	MG	33	3
39	<u>Estrutural</u>	Cidade Estrutural	DF	134	5
40	<u>Cascata</u>	Porto Alegre	RS	11	2
41	<u>Cidade de Deus</u>	Rio de Janeiro	RJ	51	1

Nº	Nome do banco	Município	UF	Usuários	Comércios
42	<u>Nascente</u>	São Carlos	SP	110	4
43	<u>Pequi</u>	Iporá	GO	11	2
44	<u>Aruak</u>	Manaus	AM	5	1
45	<u>Puã</u>	Vitória	ES	98	4
46	<u>Terra</u>	Vila Velha	ES	26	2
47	Juazeiro	Irauçuba	CE	4	0
48	Sol	Cariacica	ES	44	0
49	Mauá	Manaus	AM	3	0
50	Orquídea	Várzea Paulista	SP	5	0
51	Tonato	Carapicuíba	SP	6	0
52	Kiri Kerê	Nova Venécia	ES	3	1
53	Bamex	Canavieiras	BA	3	1
54	Porto Marruais	Porto	PI	1	0
55	Triângulo	Rio Branco	AC	0	0
56	Banpopé ⁴	João Monlevade	MG	0	0
57	Serra Azul	Ibaretama	CE	3	0
58	Abrantes Solidário	Camaçari	BA	5	0
59	Aimorés	S.I.	PA	1	0
60	Apuanã	São Paulo	SP	1	0
61	Ariramba	Barreirinha	AM	0	0
62	Castanheiras	Bélem	PA	0	0
63	Potira	Caucaia	CE	7	0
64	Colonial	Manaus	AM	1	0
65	Santa Luzia	Salvador	BA	1	1
66	Farol	Laranjal do Jarí	AP	2	0
67	Itá	Ponta Porã	MS	120	0
68	<u>Justa Troca</u>	Porto Alegre	RS	15	1
69	Par	Paracurú	CE	1	0
70	Parintins	Parintins	AM	1	0
71	Planaltina	Planaltina	DF	0	0
72	Poraquê	Manaus	AM	0	0
73	Pérola do Mamoré	Guajará-Mirim	RO	0	1
74	Rio Caraparú	Santa Isabel	PA	0	0
75	Gostoso	São Miguel do Gostoso	RN	5	0
76	Vitoria	Rio Branco	AC	1	0
77	<u>Maringá</u>	Pombal	PB	5	1
78	<u>Grão</u>	Porto Alegre	RS	422	6

Nº	Nome do banco	Município	UF	Usuários	Comércios
TOTAL:				36131	2218

S.I. = Sem informação.

¹O Instituto Banco da Periferia abrange os usuários e comerciantes vinculados ao Banco Palmas e também aqueles cujo cadastro não está vinculado a um banco comunitário específico.

²Empresa responsável pela coleta domiciliar em Fortaleza que estabeleceu convênio com Banco Palmas para realizar pagamentos de carroceiros por e-dinheiro.

³Empresa privada de serviços financeiros que estabeleceu parceria com o Instituto Banco da Periferia para fazer folhas de pagamentos de empresas locais a partir do e-dinheiro.

⁴O Banpopo (Banco Popular do Pequeno Empreendedor) é uma associação de crédito de popança, desenvolvimento comunitário, social e econômico. Encontra-se em processo de transição para atender a metodologia de um banco comunitário e integrar-se à Rede.

Fonte: Intituto Banco da Periferia – dados trabalhados.

De fato, muitos dos bancos da listagem não têm usuários e/ou comércios cadastrados, ou apresentam números muito reduzidos. Em alguns desses casos, é possível que o uso do e-dinheiro concentra-se nos pagamentos de boletos ou outras funções de correspondência bancária. Mas nos outros, entende-se que o cadastro foi realizado, mas não houve uma utilização efetiva da plataforma. Esses estão mais ao fim na listagem recebida.

Assim, no quadro acima são sublinhados o nome dos bancos que apresentam um ou mais comércios cadastrados no e-dinheiro e mais de quatro usuários cadastrados, entendendo ser esses os BCDs que possivelmente fomentam e gerem o uso do e-dinheiro como moeda de troca. Na listagem, não há qualquer menção ao status de cada banco em relação ao seu período de atividade⁸⁹.

Ganha evidente destaque o Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, que conta com o maior volume de movimentação financeira (estando em primeiro lugar na lista) e dispõe de 63% dos comércios cadastrados na plataforma e 55% dos usuários, seguido do Instituto Banco da Periferia, que abrange os usuários e comerciantes vinculados ao Banco Palmas e também aqueles cujo cadastro não está vinculado a um banco comunitário, com 25% dos comércios e 24% dos usuários.

De fato, a experiência do Banco Mumbuca tem se constituído como a grande referência dentre os bancos comunitários no uso do e-dinheiro, conforme relatado a seguir.

⁸⁹ Foi divulgado em janeiro de 2019 em sites e fanpages oficiais do e-dinheiro, Banco Palmas e Rede Brasileira de Bancos Comunitários que há "57 bancos digitais solidários em funcionamento" (BANCO PALMAS, 2019, s. p.). Contudo, não foi disponibilizada para a pesquisa a informação de quais são os bancos em atividade que utilizam do e-dinheiro.

5.1.3 Banco Mumbuca, Maricá/RJ

O que o Palmas foi ao longo dos anos de referência dos bancos comunitários e para as finanças solidárias na época que a moeda era de papel, hoje Maricá é a grande referência do digital. (Informação verbal⁹⁰).

Tido como o banco comunitário “case de sucesso” no uso das tecnologias, o Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, apresenta duas importantes peculiaridades quando comparado aos demais bancos comunitários: sua integração com o poder público municipal e o atendimento em ampla escala (territorial e populacional). De fato, o Banco foi constituído por iniciativa da Prefeitura local a fim de operacionalizar um programa de benefícios sociais – o “Bolsa Mumbuca” (atualmente “Renda Mínima Mumbuca”), atendendo famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa abrange todo território municipal.

Maricá é um município pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dista a cerca de 60 km a leste da capital e contou, em 2010, com uma população de 127.461 habitantes. Maricá tem na cadeia produtiva do petróleo o seu principal eixo econômico, setor esse que confere relevantes repasses de recursos ao poder público municipal. Esses recursos subsidiam os programas sociais da Prefeitura.

A Prefeitura estabeleceu no final de 2013 um convênio com o Banco Palmas (Instituto Banco Palmas/Instituto Banco da Periferia) estabelecendo-o como responsável pela gestão do Banco Mumbuca.

Até janeiro de 2018, os benefícios sociais eram pagos em um cartão magnético, a “moeda social eletrônica” Cartão Mumbuca, administrado pela empresa Vale Shop⁹¹. E, a partir de fevereiro desse ano, foi implantada a plataforma e-dinheiro. Dessa forma, a “moeda social eletrônica” passa a ser apresentada como “moeda social digital”, uma vez que são entregues aos beneficiários um novo cartão (codificado ao e-dinheiro) junto à criação de uma conta benefício no sistema e-dinheiro, que permite a realização

⁹⁰ Fala de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas e integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em reunião em dezembro de 2018 com prefeito de Teófilo Otoni e integrantes do Banclisa, na qual o autor estava presente.

⁹¹ Até janeiro de 2018, a empresa Vale Shop era responsável pelo contato e o cadastro direto dos comerciantes, dados esses que eram repassados à Prefeitura e ao Banco Mumbuca. Nascimento (2015) observou que quase todo o contato com os comerciantes era feito por intermédio dessa empresa, com exceção de um funcionário do Banco Mumbuca, que também realizava visitas para checar se o pagamento foi feito corretamente.

de compras via aplicativo de celular e demais funcionalidades, como ver extrato, saldo, educação financeira⁹².

Assim, são pagos via e-dinheiro os benefícios sociais dos projetos sociais municipais: Renda Mínima Mumbuca, Renda Mínima Gestante, Renda Mínima Jovem Solidário e também Renda Básica de Cidadania (RBC) (QUAQUÁ, BRAGA, 2017). Tal medida prevê que os valores concedidos sejam gastos nos comércios e serviços da cidade, que são habilitados a receberem a “moeda social digital”.

Os novos cartões bancários distribuídos aos beneficiários dispõem de códigos que são lidos por *smartphones* instalados com o aplicativo e-dinheiro. Ou seja, os cartões não exigem, dos comerciantes ou prestadores de serviços, as “maquininhas” – conotação popular para os terminais de processamento de dados de cartões de crédito e débito bancários. O cartão possibilita a realização de compras sem a necessidade do uso do celular por parte do beneficiário.

O anexo B traz o informativo do Banco Mumbuca que divulga os números (absolutos e financeiros) alcançados até dezembro de 2018. Há um total de mais 23 mil contas abertas no banco. Dessas, mais de 13 mil são contas benefício (pelas quais entram um montante de R\$ 1,6 milhão mensal dos programas sociais⁹³) e 52 são contas salário. Além dessas, tem-se cerca de 10 mil contas correntes (pré-pagas), que incluem os 1,2 mil comerciantes credenciados e mais de 8 mil contas abertas espontaneamente pelos clientes, ou seja, sem vínculos com os programas sociais ou empregatícios.

Esse dado se torna relevante por evidenciar no uso do sistema e-dinheiro em Maricá, uma vez alavancado pela política pública local, sinais de dinamização e crescimento de forma autônoma, sendo disseminado o uso do aplicativo para além das contas benefício do programa social da Prefeitura.

Nas vendas realizadas pelo aplicativo, é descontada da operação uma taxa de 2%. Nos demais bancos comunitários que usam da plataforma, 1% dessa taxa é revertida para o banco comunitário vinculado ao comércio em questão, e 1%

⁹² Ver Plano de Trabalho da Prefeitura de Maricá, processo 7496/17 e Termo de Colaboração nº 02/2017 entre Município de Maricá e Instituto Banco da Periferia, bem como seus respectivos aditivo e prorrogação. Disponível em: <<http://www.institutoperiferiamarica.org/plano-trabalho>> e <<http://www.institutoperiferiamarica.org/termo>>. Acessados em: 08 jun. 2018.

⁹³ Informação apresentada em fala de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas de Fortaleza e responsável pela assessoria ao Banco Mumbuca, em reunião em dezembro de 2018 com prefeito de Teófilo Otoni e integrantes do Banclisa, na qual o autor estava presente.

direcionado à manutenção do sistema e-dinheiro, gerido pelo Instituto Banco da Periferia, com sede em Fortaleza/CE. Contudo, no caso do Banco Mumbuca, o Instituto Periferia repassa essa taxa ao Mumbuca, que obtém então os 2% de todas as vendas⁹⁴. Assim, além de permitir o fortalecimento do comércio da cidade, as compras via aplicativo beneficiam também as demais ações do banco comunitário.

De acordo com o informativo (ANEXO B), o Banco Mumbuca teve um rendimento de R\$ 303.872,00 no ano de 2018, oriundo da taxa cobrada nas vendas pelo aplicativo e-dinheiro (e em demais taxas incidentes em outras operações). Esse recurso é destinado para o fundo de crédito (60%), para as ações sociais e demais despesas do Banco.

Tal arranjo proporcionou ao Banco Mumbuca a abertura de linhas de créditos a juros zero – o MumbuCred. Essa medida, que poderia ser entendida como prejudicial ao banco, já que não leva em conta a inflação e outras taxas de rendimento, visa, pelo contrário, beneficiá-lo financeiramente, uma vez que intensifica o uso do aplicativo para compras (com o valor dado em empréstimo), uso esse que gera recursos ao banco na taxa que é cobrada nas vendas. Ou seja, a compra via aplicativo financia a concessão de créditos a juros zero, que induzem a intensificação do uso do aplicativo, formando um ciclo virtuoso que alimenta a carteira de crédito do banco e provê recursos para a manutenção do banco e outras ações.

De fato, por atender a todo território municipal, o banco revela uma dinâmica de funcionamento diferente da metodologia tradicional dos bancos comunitários. De acordo com a metodologia dos bancos comunitários, o aval solidário é um mecanismo pelo qual a concessão de crédito é realizada após a consulta dos agentes de crédito a vizinhos do solicitante e também ao comitê de análise de crédito do banco, formado por pessoas da própria comunidade, estabelecendo, assim, uma forma de garantia para o empréstimo por meio dos laços solidários existentes na dinâmica comunitária do local. Contudo, no Mumbuca, que dispõe de quatro agências em diferentes bairros da cidade⁹⁵, a concessão de créditos do MumbuCred (criado no fim de 2018), é realizada a partir de um encontro com os interessados em que são formados

⁹⁴ De fato, o Instituto Banco da Periferia devolve tal taxa ao Mumbuca tendo em vista os valores que tem recebido da Prefeitura de Maricá pelos serviços prestados de assessoria.

⁹⁵ Além das quatro agências, há também os “Correspondentes Mumbuca”, que são comércios credenciados para realizar saques e depósitos na Conta Digital Mumbuca.

pequenos grupos, para que todos os componentes do grupo sejam avalistas uns dos outros.

MumbuCred é a linha de crédito do Banco Mumbuca a juro zero, para quem tem um pequeno negócio ou deseja iniciar. Funciona assim: 1) Forma-se um grupo de 3 a 10 pessoas. 2) O grupo exercita o Aval Solidário, um se torna fiador do outro. 3) O primeiro crédito tem limite até R\$ 2.000 por pessoa do grupo. Vai evoluindo até 15.000. 4) Quem se interessar deve participar das Cirandas, são reuniões onde os grupos se conhecem, fazem amizade e podem a vir fazer negócios juntos futuramente. (BANCO MUMBUCA, 2018).

Cada grupo elege um líder que fica na responsabilidade jurídica de realizar o pagamento por todos do grupo. Desta forma não existe pagamentos individualizados, a parcela é efetivada coletivamente em nome do grupo. (INSTITUTO PERIFERIA MARICÁ, 2018)

Nascimento (2015) realiza um estudo comparativo entre o Banco Mumbuca e a proposta de implantação de um banco comunitário em Timon/MA. Ambos bancos têm por objetivo inicial o de operacionalizar um programa social da prefeitura de seu município. Porém, uma das diferenças entre tais experiências é decorrente da abrangência em seu atendimento. O Mumbuca acaba por atender todo o município de Maricá, enquanto no Timon seria previsto o atendimento (assim como o programa público municipal que operacionaliza) direcionado a um bairro específico – o Bairro Parque Alvorada, caracterizado por situações de vulnerabilidade social.

A análise em questão é desenvolvida tendo em vista os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* do filósofo Tönnies (citados no presente trabalho no item 2.3), referindo-se a dois tipos ideais de organizações sociais. Grosso modo, tais termos podem ser atribuídos, respectivamente, aos conceitos de sociedade e comunidade, em relação aos diferentes níveis de escala social que representam. Ou seja, *Gemeinschaft* acaba por tratar de uma vida social de conjunto (comunidade), em uma população relativamente reduzida, sendo evidenciada a existência de uma consciência coletiva e de um sentimento de pertencimento. Já *Gesellschaft*, trata de uma dinâmica social em maior escala (sociedade), na qual sobressai uma consciência individualista, e as relações ocorrem por meio de “contratos”, ou seja, regras estabelecidas por uma instância superior (Estado).

Nesse sentido, Nascimento (2015) avalia que, enquanto a proposta do Banco Timon se insere nas dinâmicas comunitárias do pequeno Bairro Parque Alvorada, onde preexistem fortes aspectos de coesão social-urbana, aproximando-se assim do conceito de *Gemeinschaft*, o Banco Mumbuca atende a população de todo o município, que é inserido no contexto de uma grande metrópole (*Gesellschaft*).

Também nos programas sociais ligados a cada banco sobressaem-se tais conceitos, uma vez que no banco de Timon o programa previsto visaria o fortalecimento comunitário ao seguir a metodologia dos bancos, qual seja: a concessão de crédito via aval solidário, a moeda social com circulação limitada ao bairro e ações de capacitação e fomento à produção local. Já o programa social da prefeitura de Maricá é um programa de redistribuição de renda, atendendo individualmente às famílias cadastradas.

Todavia, é possível compreender por esse viés, que o recente formato adotado pelo programa de concessão de crédito do Mumbuca – MumbuCred – na formação de “cirandas” entre os beneficiários dos empréstimos, venha constituir-se em uma tentativa (ainda piloto) de incutir o viés solidário (em seus aspectos de coletividade, cooperação e redistribuição) nas ações do banco.

Há, de fato, evidentes diferenças no caso de Maricá/RJ se comparado com as demais comunidades onde são implantados os bancos comunitários. Seu sucesso na constituição do “primeiro banco comunitário 100% digital do país” é utilizado como referência para as demais experiências de finanças solidárias do país – na perspectiva de desenvolverem, como ocorre no Mumbuca, estratégias para alavancar a plataforma e-dinheiro em sua localidade, e assim, angariar os recursos necessários para a manutenção (e ampliação) das ações de cada banco.

Após a montagem desse breve panorama sobre a implantação dos bancos comunitários no país, os itens seguintes apresentam as quatro experiências acompanhadas e visitadas em campo durante o desenvolvimento da pesquisa.

5.2 Acompanhamento de duas experiências na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Esta seção trata do processo de acompanhamento das duas experiências de bancos comunitários da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os bancos Esmeralda e Igarapés. Tendo início em 24/02/2016, foram realizadas 4 visitas à Esmeraldas e 3 visitas à Igarapé até meados de 2018, sendo a maior parte em reuniões dos conselhos gestores dos bancos. Além disso, o pesquisador participou da capacitação para a operacionalização do aplicativo “e-dinheiro” em 2016, que foi direcionada aos integrantes de ambos os bancos.

Durante as visitas em campo, foi possível realizar conversas abertas com membros do conselho de cada banco, bem como com moradores e comerciantes locais. Nos primeiros contatos, sem que se contasse com instrumentos padronizados, essas conversas configuraram, por vezes, em um formato de entrevista. Esse acompanhamento permitiu o levantamento do histórico de cada banco e do bairro, além de evidenciar as especificidades de cada empreendimento e comunidade.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos bancos, a fim de completar as lacunas no entendimento de cada experiência. Tais entrevistas tiveram como foco a compreensão das possíveis causas para o fechamento das agências dos referidos bancos.

Frente a isso, são ressaltados, a seguir, os impasses e desafios que limitaram a consolidação das ações dos bancos comunitários nesses territórios, sendo apresentados em um formato descritivo e histórico-contextual.

5.2.1 Banco Comunitário Esmeralda

O Banco Comunitário Esmeralda localiza-se no distrito de Melo Viana, no município de Esmeraldas (MG). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o distrito contava no ano de 2010 com uma densidade demográfica de 53 hab./km², tendo uma população de 12.655 pessoas em uma área de 54 km².

A área revela pouca integração com a sede municipal, estando a cerca de 35 quilômetros do centro de Esmeraldas e 45 quilômetros do centro de Belo Horizonte. Possui 23 bairros em seu território, e é caracterizado por uma ocupação urbana esparsa, sendo fragmentada em pequenos núcleos com predominância de população de baixa renda. Junto a esses núcleos, há também sítios e chácaras para usos de finais de semana, com destaque para um grande condomínio residencial de luxo (FIGURA 2).

Figura 2 - Área urbana, distrito de Melo Viana, Esmeraldas, MG



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem satélite, Google Earth, 2019.

João Lopes do Nascimento é morador do distrito e conheceu o movimento de economia solidária em 2005 ao buscar assessoria para implementação de uma cooperativa local. Em poucos anos, chegou a ocupar cargos de liderança estadual e nacional dentro do movimento.

No ano de 2010, sendo então coordenador do Fórum Mineiro e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, João Lopes recebeu a proposta do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (Nesol-USP) de fundar um banco comunitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). De fato, o Núcleo estava à frente do projeto da Senaes de apoio financeiro e institucional à implantação de novos bancos comunitários na região sudeste do país.

[...] o Fórum Metropolitano de Economia Popular Solidária (FREPS/RMBH) decidiu indicar a cidade de Esmeraldas para implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento como uma das ações do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário a ser implementado no território de Melo Viana com o objetivo de ser um plano piloto, para ser replicado em outros territórios de baixa renda (Banco Comunitário Esmeralda, 2014, s.p.).

Após um processo liderado por João Lopes de mobilização da comunidade local, o Banco Comunitário Esmeralda foi inaugurado no ano de 2012 no Bairro Tijuco, tendo em vista um apoio recebido de um político do bairro que arcaria com o aluguel do imóvel.

De fato, o Banco visava atender todo o território do Distrito de Melo Viana. A região conta com dois pequenos núcleos comerciais, sendo o principal no Bairro Centro e o outro núcleo no Bairro Tijuco.

O Bairro Tijuco fica a uma distância de 5 quilômetros do centro do Distrito. Tal distância evidencia, assim, uma das fragilidades no processo de consolidação do banco na região. Pois, tendo em vista o objetivo do banco de prever um atendimento em escala comunitária, entende-se que aspectos como facilidade de acesso e proximidade física são primordiais para uma adesão maior da população local.

O banco obteve apoio financeiro (não contínuo) por diferentes programas da Senaes até o ano de 2016⁹⁶. Operou a maior parte do tempo com dois funcionários, tendo também um período considerável com apenas uma contratada. Além de viabilizar os salários dos funcionários e outras despesas, por tal apoio governamental foram impressos 12 mil em Moeda Esmeralda. O fundo inicial do banco foi apenas de R\$ 1.500,00, sendo 50% direcionado para operações de crédito e 50% para o lastro da moeda local. O banco permaneceu integrado à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, atuando com mesma metodologia cunhada e difundida pelo Instituto Palmas.

⁹⁶Convênios MTE/SENAES nº 748854/2010 e MTE/SENAES nº 00042/2013.

Figura 3 - João Lopes exibindo cédulas de Esmeralda



Fonte: LOBATO, 2014.

Figura 4 - Sede do Banco Esmeralda no Bairro Tijuco



Fonte: Banco Esmeralda Tijuco. Facebook, 2014 (página desativada).

A Moeda Esmeralda foi criada para ter sua circulação limitada ao território de Melo Viana. O Banco atuou com duas linhas de crédito: crédito de consumo, que não tem juros e é concedido em moeda local, e crédito produtivo, que possui juros de até

1% mensais e é concedido em reais. O Banco Esmeralda manteve a avaliação de crédito pelo sistema “aval solidário”, como descrito no item 4.1.

A Moeda Esmeralda chegou a ser aceita em mais de 20 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços da região, sendo concedidos descontos de até 10%.

Na primeira metade de 2015, o banco perdeu sua sede, pois não estava recebendo o apoio financeiro para o aluguel. Esse período coincidiu com o término de um dos contratos firmados com o governo federal para o pagamento dos funcionários.

A aproximação do pesquisador com a experiência ocorre, pois, a partir de fevereiro de 2016. Desde então, foram realizadas quatro visitas ao Distrito de Melo Viana, além de conversas telefônicas e diversos encontros com João Lopes e outros componentes do conselho do Banco em eventos e feiras de economia solidária em Belo Horizonte⁹⁷.

Nesse período, as reuniões do Conselho Gestor do banco ocorreram em uma sala no centro de Melo Viana, onde começava a funcionar uma escola de formação profissional e de economia solidária, coordenada por João Lopes. De fato, ao somar as atividades do banco e da escola com a proposta de criação de um fundo solidário rotativo e a já realização de feiras semanais, previa-se, assim, a atuação do movimento de economia solidária em diferentes frentes na localidade.

O banco comunitário permaneceu sem uma sede, aguardando uma promessa de apoio municipal para ocuparem uma sala na sede administrativa regional da prefeitura em Melo Viana.

No início de 2016 foi retomado o apoio do programa da Senaes para readmissão de uma funcionária. Sua atuação, conforme previa edital para contratação, se concentraria na implementação do e-dinheiro na comunidade.

Segundo diretrizes do Instituto Palmas, todos os bancos pertencentes à Rede deveriam aderir ao novo instrumento, e, em consequência, seria previsto o enfraquecimento e até a exclusão da moeda em papel. Entretanto, os membros do Banco Esmeralda haviam optado em manter a moeda física junto à eletrônica.

⁹⁷Também houve contato com João Lopes na ocasião do I Encontro de Intercâmbio de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários de Minas Gerais, em Teófilo Otoni/MG, em dezembro de 2018.

De fato, desde a perda da sede do Banco Esmeralda em 2015, os serviços prestados tiveram um arrefecimento significativo, assim como a circulação da Moeda Esmeralda. Fato que contribuiu significativamente para tal situação foi a concentração dos esforços do banco no cadastramento da população residente e de comerciantes para a implantação do e-dinheiro na região. Ao final de 2016, com o término do contrato da funcionária e fim do apoio vindo da Senaes, o cadastramento não havia obtido sucesso e o e-dinheiro não se implementou.

Segundo entrevista com João Lopes, isso se deve em grande parte pela exclusão tecnológica vivida por muitos da comunidade: “A ideia da moeda social eletrônica não motivou nem a mim e nem a outras pessoas que eu conheço comprar um celular mais moderno para só colocar o aplicativo e funcionar o e-dinheiro. Não foi suficiente.” (Informação verbal)⁹⁸.

João Lopes aponta como as causas para a paralisação das atividades do banco e a não circulação da moeda local: o fim do apoio financeiro da Senaes, a perda da sede e a falta de apoio do poder público municipal, além de também citar as dificuldades da única agente do banco em consolidar a adesão da população já cadastrada e constituir novos adeptos⁹⁹.

De fato, o apoio financeiro da Senaes garantia o salário de pelo menos um funcionário do banco. Já o apoio do poder público local é tido, para João Lopes, como essencial na retomada das ações, pois, segundo ele: “Desenvolvimento local não se faz sem política pública.” (Informação verbal)¹⁰⁰.

O banco deu uma paralisação pra gente se organizar para ter sede. Oferecer serviços sem sede não tem jeito. Não precisamos tanto do apoio da Senaes, não precisa de projeto de financiamento. Precisa da sede e uma pessoa para trabalhar. (Informação verbal)¹⁰¹.

⁹⁸Fala de João Lopes do Nascimento, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2017.

⁹⁹ A pesquisa realizada por Vaz (2018) endossa tais pontos e ainda adiciona relatos de comerciantes locais de que houve pouca ou nenhuma transação realizada com moeda local em seus estabelecimentos. Nesse sentido, é evidenciada, dentre as possíveis causas, a grande e esparsa área de abrangência do Banco, cuja sede ficava distante de alguns dos comércios em questão, o que dificultou o trabalho de divulgação das ações do banco (alguns comerciantes alegaram que seus clientes não conheciam o banco e a moeda social), impossibilitando, em muitos casos, o deslocamento dos moradores das áreas mais distantes até o banco para realizar empréstimos ou mesmo a troca em Moeda Esmeralda.

¹⁰⁰Idem 98.

¹⁰¹Idem 98.

Já os desafios em convencer novos comerciantes a receberem a Moeda Esmeralda e a população a utilizá-la estão no esforço necessário por parte dos agentes de um banco comunitário em inculcar na comunidade os aspectos da moeda local para além de ser um meio alternativo de compra e venda. Ou seja, para que a adesão à moeda de fato ocorra, os benefícios da circulação da moeda social têm de ser compreendidos pelos comerciantes e prestadores de serviço para além da fidelização de uma clientela local; e pela população, entendidos para além dos descontos recebidos nos produtos. Os benefícios teriam, pois, de serem vislumbrados pela proposta de uma nova (e plural) economia a ser desenvolvida localmente, que evidencia laços de reciprocidade, cooperação, e se contrapõe à lógica hegemônica de mercado que fomenta a competição e a individualidade.

Outro ponto destacado em relação à adesão à Moeda Esmeralda é o fato dos comerciantes terem frequentemente trocado no banco por reais todo o valor que era recebido em Esmeralda em seu comércio, não promovendo assim a circulação da moeda. Nesse caso, as opções sugeridas seriam o troco dado no comércio ser em Esmeralda ou ainda a utilização da moeda pelo comerciante nas compras em outros comércios e serviços locais. Mas, para tanto, seria necessário que houvesse nos comerciantes e prestadores de serviço uma adesão não apenas ao aceitar a moeda – prevendo o ganho financeiro para seu estabelecimento –, mas no significado que essa poderia agregar quando utilizada como instrumento de fortalecimento de um desenvolvimento local, endógeno e enraizado nos demais aspectos da vida cotidiana da comunidade.

Enfim, as atividades do Banco Esmeralda estão atualmente paralisadas¹⁰². O banco conta com um fundo aplicado em poupança de R\$ 4.500,00. Praticamente todas as cédulas da moeda foram devolvidas ao banco. O Conselho Gestor afirma aguardar um apoio municipal para a retomada dos empréstimos e da circulação da moeda. A demanda principal para o apoio solicitado refere-se a uma nova sede e ao pagamento de salário para pelo menos um funcionário.

¹⁰² João Lopes participou em 2018 dos encontros promovidos pela Associação Aprender Produzir Juntos (APJ), vinculada ao Banclisa, de Teófilo Otoni/MG, visando reestruturar os bancos comunitários de Minas Gerais e assim, constituir uma rede mineira de BCDs. Porém, não foram realizadas ainda ações mais efetivas decorrentes desses encontros.

5.2.2 Banco Comunitário Igarapés

O Banco Comunitário Igarapés foi implantado no Bairro Novo Igarapés, no município de Igarapés (MG), componente do vetor sudoeste da RMBH. O município localiza-se a cerca de 50 quilômetros do centro de Belo Horizonte, e contava com uma população de 34.851 habitantes, segundo Censo Demográfico de 2010.

O Bairro Novo Igarapés é fruto de um loteamento privado em padrão popular implementado no início dos anos 2000, compondo uma expansão norte da mancha urbana municipal. Conforme relatos de moradores, os anos subsequentes ao início de sua ocupação contaram com precárias condições de infraestrutura e de serviços urbanos, com ausência de energia elétrica, saneamento básico, transporte e pavimentação viária.

Segundo estudo do extinto órgão de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), tais padrões de loteamento urbano são comuns na periferia metropolitana.

São expressão de verdadeira superexploração dos trabalhadores, pois é cobrada deles a solução individual e trabalho adicional para resolver questões cuja solução um melhor salário ou o setor público deveria viabilizar. A amplitude desse processo aumenta em muito a escala desses problemas que passam a ser incorporados aos problemas da cidade. Além disso, a condição essencial de viabilização desse processo – o baixo preço do terreno – faz com que o avanço das periferias se dê sempre em direções contrárias ao avanço das infraestruturas e serviços públicos, pois esses elevam os preços dos terrenos acima da capacidade aquisitiva dessa faixa da população. Desse modo, a adequação entre oferta e necessidade dos serviços públicos se torna praticamente impossível. (PLAMBEL, 1987, p. 55).

De fato, a expansão territorial por loteamentos nesses moldes na RMBH teve um *boom* na década de 1970, mais propriamente, nos municípios fronteiriços a norte e a sudoeste de Belo Horizonte. Nas décadas seguintes, tal padrão de crescimento se expandiu para os municípios mais distantes, buscando por terras mais baratas onde a aplicação da legislação urbana fosse menos restritiva.

Tendo em vista as demandas por melhorias no Bairro Novo Igarapés, foi criada em 2003 a associação de moradores Associação de Defesa e Desenvolvimento Solidário da Região (Adsor), que foi responsável por diversas das benfeitorias públicas implantadas na área desde então.

Atualmente, o Bairro Novo Igarapé tem a maior parte de seus lotes ainda desocupados, mesmo que todos já estejam comercializados¹⁰³. Fato esse que revela um processo em andamento de crescimento e consolidação da área.

O bairro dista cerca de 5 quilômetros do centro de Igarapé e 50 quilômetros da área central da capital. Sua população em 2010 era de 1.096 habitantes. Porém, tendo em vista o expressivo número de novas habitações ali construídas nos últimos anos, a população atual tende a ser bem maior que esse número.

Figura 5 – Bairro Novo Igarapé e Centro de Igarapé/MG



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem satélite, Google Earth, 2018.

Nilton Alves, morador do bairro desde 2007, assumiu a presidência da Adsor no ano de 2014. Anos antes, em 2009, assistiu a um programa em rede nacional aberta de TV que apresentou a experiência da Moeda Palmas, em Fortaleza. Em 2015, com o ideal de implantar uma moeda local no Novo Igarapé, Nilton Alves visitou o Banco Esmeralda.

¹⁰³Informação coletada por entrevista com moradora local concedida ao autor em março de 2017.

O contato de Nilton Alves com João Lopes marcou o início do processo de formação e aproximação dos membros da Adsor aos conceitos e propostas do movimento de economia solidária e, mais propriamente, ao projeto da Senaes de implantação de novos bancos comunitários na região sudeste do país. Contudo, tal projeto não dispunha mais de verbas federais para dar suporte à implantação do banco em Igarapé.

Buscando apoio financeiro por doações, o Banco Igarapés iniciou suas atividades em julho de 2016, com um fundo de 5 mil reais. O banco foi implantado na avenida principal do Bairro Novo Igarapés, prevendo um atendimento também dos bairros do entorno: Canarinho, Atenas, Jequitibá e São Mateus. Houve o apoio da prefeitura local na disponibilização de uma estagiária para trabalhar junto à funcionária contratada pelo banco.

Figura 6 - Sede do Banco Igarapé



Fonte: Própria, 2016.

Estando integrado à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Banco Igarapés adotou como moeda o aplicativo e-dinheiro que, dentre outras vantagens, possibilita que o banco tenha ganhos percentuais em todas as compras feitas com o aplicativo nos comércios cadastrados vinculados ao banco. Pelo sistema e-dinheiro, é também oferecido à comunidade o pagamento de boletos bancários na agência.

De acordo com Nilton Alves, em entrevista em 2017, a opção exclusiva pelo e-dinheiro foi devido ao alto custo de impressão da moeda física, em papel. Segundo ele, a perspectiva do Banco Igarapés é futuramente operar tanto o e-dinheiro como a moeda física Igarapés, alegando que a moeda física detém um aspecto simbólico em seu vínculo com a localidade, além de ser acessível a quem não dispõe de aparelho celular que permita a instalação do aplicativo.

Tendo em vista que o banco operaria inicialmente em dois modelos de crédito (de consumo e de produção), os empréstimos para consumo seriam concedidos em e-dinheiro. Para tanto, seria firmado um termo com o beneficiado para que este utilize seus créditos nos comércios da localidade, configurando assim, um esforço do Conselho Gestor do banco em fazer dessa moeda eletrônica, de fato, uma moeda local.

O e-dinheiro permite transações com quaisquer comércios cadastrados em seu sistema, independentemente da localização, podendo inclusive permitir compras *web* e o pagamento de boletos bancários pelo celular. Assim, mesmo se o termo de uso de empréstimo restringir as compras ao comércio local, não fica, pois, assegurado que a circulação dos créditos ocorra no bairro, uma vez que aqueles que tiverem seus créditos por outros meios – seja pela compra dos créditos ou recebimento por transações financeiras, como é o caso dos comerciantes – poderão usá-los como e onde quiserem.

A aproximação do pesquisador com os membros do conselho ocorreu um mês antes do início das atividades do banco, durante capacitação sobre o e-dinheiro, em junho de 2016. Desde então, o pesquisador participou de duas reuniões do Conselho Gestor do banco e fez uma visita em março de 2017 ao comércio local, seguida de entrevista com Nilton Alves.

Tendo em vista a lista de comércios tidos como parceiros no site oficial do Banco¹⁰⁴, essa visita previu analisar o uso do aplicativo na localidade e verificar se este estaria sendo, de fato, entendido pelos seus usuários enquanto uma moeda local. Contudo, nos comércios visitados, o aplicativo não estava sendo utilizado, e apenas um dos comerciantes alegou já ter efetuado vendas com aplicativo no final de 2016.

Segundo Nilton Alves, o motivo da baixa adesão dos comerciantes e consumidores deve-se à falta de apoio financeiro para alimentar o fundo de crédito do

¹⁰⁴ <http://bancoigarapes.com.br/> - página virtual desativada em 2017.

banco. Pois, conforme seu entendimento, o uso do e-dinheiro só seria fomentado a partir de empréstimos de consumo: “Se temos fundo, fazemos os empréstimos, e pelo empréstimo, o e-dinheiro circula” (informação verbal)¹⁰⁵.

Os empréstimos efetuados pelo banco foram interrompidos para a utilização do fundo no pagamento das despesas mensais da agência. Sem o serviço de empréstimos e sem a circulação da “moeda e-dinheiro”, o Banco passou a atuar somente no pagamento de boletos bancários.

Ao evidenciar a necessidade de que haja apoio do poder público para o banco, Nilton Alves apontou que o Conselho Gestor estaria aguardando por suporte financeiro para restituir um fundo de crédito para o banco que permita: oferecer empréstimos de produção e consumo, operar com a circulação do e-dinheiro e, quiçá, criar a moeda física Igarapés.

Tendo em vista que a taxa cobrada pelos serviços de pagamento de boletos não foi suficiente para o pagamento de aluguel, do salário da funcionária do banco e demais despesas, a agência foi fechada ainda em 2017.

5.3 Visita às experiências de Teófilo Otoni/MG e Vitória/ES

Tendo em vista as questões levantadas a partir da análise do processo de acompanhamento das experiências na RMBH, optou-se em buscar experiências consolidadas de bancos comunitários de desenvolvimento. No Estado de Minas Gerais havia a informação da existência de mais dois bancos comunitários: o Banco Veredas em Chapada Gaúcha, no norte do estado e o Banclisa, em Teófilo Otoni, na região do Vale do Mucuri. Contudo, assim como os bancos da RMBH, também o Banco Veredas está inativo. Dessa forma, foi então programada visita à Teófilo Otoni/MG e também ao Banco Bem, em Vitória/ES.

De fato, o Banco Bem foi o primeiro banco do país a replicar a metodologia do Banco Palmas fora do Ceará. O Bem tem como mantenedora a Associação Ateliê de Ideias, que foi a entidade gestora de convênios com a Senaes responsáveis pelo fomento, implementação e manutenção dos bancos comunitários das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Nesse sentido, o Banco Bem, tem sido uma forte referência para as experiências de finanças solidárias dessas regiões do país.

¹⁰⁵ Fala de Nilton Alves, coordenador do banco, em entrevista concedida ao autor em março de 2017.

As visitas de campo objetivaram levantar aspectos da dinâmica urbana local - aspectos territoriais, sociais, econômicos e culturais -, como também das questões específicas a cada banco comunitário.

As análises de campo tiveram como norteadores os aspectos condicionantes para que as ações do BCD sejam entendidas como fortalecedoras de um espaço diferencial, como os fatores de coesão urbana, o incentivo à produção local, os níveis de conectividades com áreas urbanas centrais e de aceitação e adesão à moeda como mecanismo monetário aliado à afirmação de identidade coletiva.

Os roteiros para as visitas foram, pois, elaborados a partir da enumeração e classificação desses aspectos condicionantes, conforme apresentados no item 4.3 - A visão dos Bancos Comunitários como prática emancipatória. A inserção em campo contou com diferentes técnicas de coleta de dados, como entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B), conversas abertas, observação não participante e participante e análises de documentos institucionais.

De fato, como apontado na introdução deste capítulo, as entrevistas semiestruturadas acompanham um roteiro pré-definido tendo, contudo, suas questões adaptáveis de acordo com os rumos do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. Nas entrevistas realizadas, procurou-se seguir o roteiro-base sob a forma de uma conversa informal. Por esse modelo, o pesquisador teve, assim, a possibilidade de improvisar e reconduzir a entrevista aos pontos de interesse. Procurou-se ainda respeitar o tempo do entrevistado, permitindo que a conversa seguisse da forma mais natural (espontânea) possível.

As entrevistas semiestruturadas realizadas em Teófilo Otoni foram agendadas previamente pela equipe do banco comunitário Banclisa, estando os entrevistados à disposição do pesquisador durante o período de cada conversa.

Já as entrevistas realizadas em Vitória ocorreram sem agendamento prévio. A agente de crédito local conduziu e acompanhou o pesquisador até os entrevistados, fazendo a apresentação imediata e seguindo assim, a entrevista. Nestes casos, o imprevisto e a espontaneidade foram ainda mais necessários para a condução das conversas, tendo essas que se pautarem mais precisamente nos pontos principais da pesquisa.

De fato, todas as conversas (estruturadas ou não) procuraram evidenciar um suposto processo de enraizamento das atividades econômicas propostas e efetivadas a partir das ações do banco na vida cotidiana local.

As visitas a Teófilo Otoni e Vitória ocorreram no mês de outubro de 2018. Houve também, em dezembro de 2018, uma visita à Teófilo Otoni, em ocasião do encontro de intercâmbio de bancos comunitários.

Além de percorrer os territórios atendidos pelos bancos e conversar abertamente com moradores e atores importantes da comunidade e colaboradores das associações mantenedoras dos BCDs, o pesquisador participou de reunião de coordenação de associação, de mutirão de readequação de um espaço público local destinado a atividades culturais e recreativas, de encontro entre bancos comunitários e fundos solidários de Minas Gerais, e de visita de avaliação a obra que recebeu crédito habitacional do banco comunitário. Houve também momentos em que o pesquisador se ocupou da observação da rotina dos estabelecimentos.

Em dezembro de 2018, o pesquisador participou de reunião estratégica entre integrantes da coordenação do Banclisa e o prefeito de Teófilo Otoni, com a presença de Joaquim Melo, idealizador dos bancos comunitários e representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Tal encontro teve por objetivo a definição de possíveis ações para firmar um convênio da prefeitura de Teófilo Otoni com o banco comunitário para a expansão do uso do e-dinheiro no município, tendo em vista a experiência de sucesso assessorada por Joaquim Melo em Maricá/RJ.

Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas¹⁰⁶, sendo 7 com gestores e colaboradores dos bancos, 6 comerciantes e 3 moradores locais. As entrevistas tiveram tempo variado, desde poucos minutos até duas horas de duração.

Foram elaborados três diferentes roteiros para as entrevistas semiestruturadas: para gestores e colaboradores do banco comunitário; para comerciantes; e para moradores locais (APÊNDICE B). Como dito, as entrevistas utilizaram dos roteiros como base, porém, os diálogos fluíram conforme a disponibilidade e as informações que o entrevistado levantava, sendo possibilitado ao pesquisador direcionar a conversa aos pontos de interesse, mais propriamente aos aspectos relacionados ao enraizamento das ações econômicas às demais instâncias da vida cotidiana local. As informações coletadas são apresentadas a seguir.

¹⁰⁶ Não são aqui incluídas as entrevistas, as conversas e as informações verbais colhidas em reuniões que não seguiram o roteiro no anexo B, sejam por focarem em outros assuntos relacionados à associação (histórico e/ou demais ações além do banco comunitário) ou por tratarem de contatos informais com pessoas da comunidade.

5.3.1 Banclisa – Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada

O Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada (Banclisa) localiza-se no município de Teófilo Otoni, Minas Gerais, no bairro Teófilo Rocha, na regional Zona Sul da área urbana, região caracterizada por uma ocupação residencial majoritariamente de baixa renda.

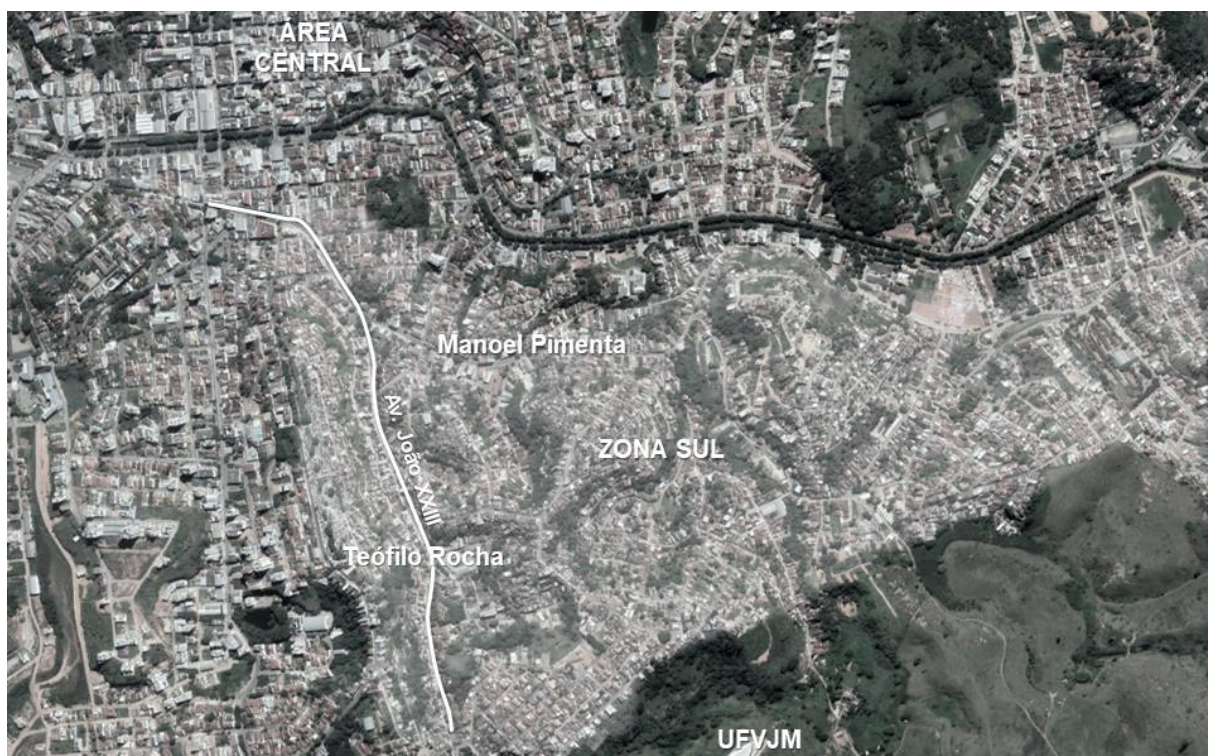
Teófilo Otoni é um município que possuía, segundo os dados do Censo do IBGE, 134.745 habitantes em 2010, sendo 110.076 em área urbana. É a cidade polo da região do Vale Mucuri (a nordeste do estado), cerca de 450 Km de Belo Horizonte.

Comumente apontada como uma região marcada pela pobreza da população, o Território de Desenvolvimento do Mucuri compõe-se de 27 municípios e detém a menor participação no PIB estadual se comparado às demais regiões de Minas Gerais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

O Banclisa atende ao conjunto de bairros ao sul da área urbana de Teófilo Otoni. A região urbana denominada de Zona Sul teve o início de sua ocupação no final da década de 1940, por meio de um processo de parcelamento de glebas em padrões populares, com ausência de serviços de abastecimento e infraestrutura urbana. Tal área se caracterizava por vales alagadiços e encostas de alta declividade. Os bairros mais antigos são os bairros Teófilo Rocha e Manoel Pimenta, porém, além desses, outra referência territorial que se tem para essa área urbana é a Avenida João XXIII, que comumente tem seu nome aplicado a todos bairros por onde passa (informação verbal¹⁰⁷) (FIGURA 7).

¹⁰⁷ Informações obtidas por meio de entrevista com Dulce Araújo e Valdemar Araújo, moradores da Avenida João XXIII, em outubro de 2018.

Figura 7 - Zona Sul de Teófilo Otoni/MG



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem satélite, Google Earth, 2018.

As áreas de vales tiveram sua ocupação consolidada junto ao processo de aterro das lagoas e mobilização dos moradores locais para solução dos problemas de drenagem. Atualmente, grande parte das áreas de encostas são acessadas apenas por escadarias e becos.

A Zona Sul conta com 17 bairros e com uma população de cerca de 35 mil habitantes, e faz divisa com a área central da cidade. O Banclisa funciona na sede da associação Aprender Produzir Juntos (APJ), localizada na Avenida João XXIII e dista cerca de 1,5 Km do núcleo central.

Figura 8 - Zona Sul de Teófilo Otoni, a partir do Bairro Teófilo Rocha



Fonte: Própria, 2018.

Figura 9 – Av. João XXIII e edificação da APJ, onde funciona o Banclisa



Fonte: Própria, 2018.

No sentido centro-bairro, todo percurso é permeado por estabelecimentos comerciais e de serviços – diminuindo sua concentração de forma gradiente conforme adentra o bairro. A topografia acentuada marca os limites da região e conforma o acesso principal pelos eixos das vias Avenida João XXIII e Rua Floriano Peixoto. Mesmo que a articulação viária entre os bairros da Zona Sul e as demais regiões da cidade se mostre precária, o tecido urbano revela-se relativamente contínuo, não havendo vazios urbanos expressivos ou grandes barreiras físicas à dinâmica urbana.

O Banclisa foi fundado em 2012, configurando-se em um dos diversos projetos da associação Aprender Produzir Juntos (APJ) que atua na região desde 1984.

A fundação da APJ

[...] se deu num contexto de abertura política e social do pós-ditadura que, aqui em Teófilo Otoni, culminou num grande movimento das comunidades eclesiais de base e a consequente organização dos trabalhadores em sindicatos e associações de diversas áreas (APRENDER PRODUIR JUNTOS, 2014, p. 1)

A associação tem como fundador o Padre Giovanni Lisa, um sacerdote italiano que chegou em Teófilo Otoni em 1977, e que exerce importante liderança em toda a história da entidade¹⁰⁸. A maior parte dos recursos mantenedores da associação foram provindos de instituições e pessoas da Itália¹⁰⁹.

O objetivo inicial da entidade foi sediar uma escola profissionalizante autogestionária para jovens, que, posteriormente resultaria na conformação de unidades produtivas. O nome “Aprender Produzir Juntos” é fruto de uma reunião do Padre Giovanni com jovens da comunidade, momento em que o aprendizado profissionalizante coletivo foi tido como a principal demanda da juventude local.

A escola deu início às unidades produtivas da associação. Muitos dos alunos, ao formarem, assumiam as unidades e passavam a ser associados ou funcionários da entidade. Em um levantamento atual feito pela coordenação da associação, foram mapeados 74 empreendedores inseridos no mercado de Teófilo Otoni que tiveram sua formação profissionalizante a partir dos projetos da APJ.

Em 34 anos, a APJ teve projetos voltados a crianças e jovens de formação pedagógica, artística e profissionalizante, e projetos voltados a comunidade em geral, como ações de assistência social direta, formação profissionalizante seguida de configuração e acompanhamentos de cooperativas, além de contar com unidades de prestação de serviços e unidades de produção. Para tanto, a associação dispõe de oito núcleos concentrados no bairro Teófilo Rocha.

Em termos de inserção urbana local, destaca-se a atuação direta da APJ, na figura do Padre Giovanni, no processo de construção de quatro bairros da Zona Sul da cidade. O projeto denominado “50 alqueires” tratava da busca por doações de recursos para a compra de glebas e da organização de mutirões com as famílias

¹⁰⁸ Padre Giovanni deixou de compor a coordenação da APJ em 2003. Manteve-se atuante na entidade até meados de 2010, quando precisou se afastar para tratamento da Doença de Alzheimer.

¹⁰⁹ “Desde o início a APJ contou com parcerias fundamentais como igreja local, dioceses de Alba e Torino (Itália), CEI - Conferência Episcopal Italiana, Misereor e tantos outros organismos internacionais, com o poder público municipal, estadual, mas, sobretudo com a solidariedade italiana.” (APJ, 2009).

necessitadas de moradia. A ação culminou na implantação dos bairros Vila Esperança, Taquara, São Benedito, construídos em mutirão, e também do bairro Paulo Freire que acabou sendo implantado pelo poder público, mas em terreno comprado pela APJ e doado às famílias. (Informação verbal¹¹⁰).

Tendo sido a associação originalmente voltada a abranger a comunidade local, muitos dos seus cursos e demais ações oferecidas chegaram a atender os demais bairros da cidade como também pessoas de diversos municípios do Vale do Mucuri. “Nós já tivemos aqui, na Casa do Adolescente¹¹¹, o atendimento de 900 jovens por dia. Vinham fazer os cursos de formação como: costura, pintura, bordado, lapidação, arte com pedras...” (informação verbal¹¹²).

Além dos cursos profissionalizantes, a abrangência regional da APJ revela-se também por sediar desde agosto de 2017 a Central de Comercialização Solidária do Vale do Mucuri, espaço no qual são divulgados e vendidos os produtos da economia solidária da região. Atualmente, a Central divide espaço com o Banclisa (implantado em 2012), que opera juntamente com o Caixa Aqui – correspondente bancário da Caixa Econômica Federal, serviço implementado em 2008 que permite à comunidade o pagamento de boleto, transações bancárias e recebimento de recursos advindos de programas ou políticas federais, como Bolsa Família, abonos salariais ou saque de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Tendo em vista os princípios de autonomia e autogestão da APJ, no ano de 2001 foi promovida uma assembleia com os colaboradores da entidade com intuito de formar uma cooperativa que abrangesse todo o eixo produtivo da entidade. Teve início então a Cooperativa Aprender Produzir Juntos (Cooapj) que passou a ser responsável pelos setores produtivos que até então eram geridos pela APJ. Os 89 funcionários da APJ que atuavam nesses setores passaram a cooperados (ou funcionários) da cooperativa.

¹¹⁰ Informação obtida por entrevista com Janice Tameirão Baur, ex-integrante da diretoria da APJ e diretora regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) de Teófilo Otoni, em dezembro de 2018.

¹¹¹ Criada em 1986, a Casa do Adolescente foi um projeto de parceria da APJ com o governo estadual de aprendizado profissional em oficinas pedagógicas, como também de socialização, acompanhamento escolar e familiar dos adolescentes de 11 a 17 anos. O projeto teve fim em 2009, quando o governo estadual rompeu com a parceria.

¹¹² Fala de Lindayane dos Santos, coordenadora e agente de crédito do Banclisa, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

Assim, a APJ assume o papel de fomentadora dessa cooperativa ao passo que se consolida também como referência no fomento e formação de empreendimentos solidários em Teófilo Otoni e no Vale do Mucuri. De fato, a associação sedia o Fórum Regional de Economia Solidária, bem como atua junto aos fóruns mineiro e nacional, tendo, inclusive, participado na constituição da Senaes, em 2003 (informação verbal¹¹³).

A Cooperativa Aprender Produzir Juntos (Cooapj) chegou a contar com 28 setores produtivos integrados. Em meados de 2005, após três anos de funcionamento, a produção foi interrompida, tendo em vista problemas de gestão da cooperativa que ocasionaram o afastamento dos cooperados. Em entrevista com a diretoria da APJ, foram relatadas dificuldades por parte dos cooperados se desvincilharem da APJ enquanto entidade mantenedora. “Depois de 15 anos de história [da APJ responsável pelos setores produtivos], em 3 anos conseguir incutir a lógica do cooperativismo foi muito difícil” (informação verbal¹¹⁴).

Questão corroborada pelo fato de que muitos dos cooperados, ao se afastarem da Cooapj, conseguiram na justiça que a APJ arcasse com as causas trabalhistas, no entendimento de que esses atuavam ainda enquanto funcionários da associação.

A partir de 2006, houve tentativas de reestruturação de alguns dos setores. Tal retomada se consolidou apenas em 2010, com a criação da Cooperativa de Produtos e Serviços Solidários dos Vales (Coopsvale), que contou com 7 setores produtivos: agricultura familiar (em propriedade cedida pela União à cerca de 15 km do núcleo urbano), serralheria, padaria, confecção, assessoria (serviços de contabilidade, administração e advocacia), marcenaria e manutenção automotiva. (Informação verbal¹¹⁵; MATOS, CANÔAS, MACEDO, 2011).

A Coopsvale finalizou suas atividades em 2012 por conta de desfalques internos. Assim, a APJ requereu de volta os espaços onde funcionavam os setores produtivos, finalizando o contrato de concessão de uso e passando a alugar tais locais

¹¹³ Informação obtida por entrevista com Joana Alves Louback, integrante da diretoria da APJ e assessora técnica da entidade, em outubro de 2018.

¹¹⁴ Fala de Maria Soares Figueiredo, integrante da diretoria da APJ e responsável pelas ações de fomento da economia solidária da entidade, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹¹⁵ Informação obtida por entrevista Lindayane dos Santos, coordenadora e agente de crédito do Banclisa, em outubro de 2018.

para atividades que ocorreriam ali de forma independente, não mais como cooperativa.

Em 2008, a APJ constituiu um fundo rotativo para crédito solidário financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. com verba de 100 mil reais. Desse valor, 20 mil foram destinados ao pagamento de estagiários da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e 80 mil para microcrédito a empreendimentos solidários. Nesse caso, os empréstimos eram previstos a empreendimentos solidários em todo o município. Do concedido em empréstimo, retornaram apenas 40 mil, valor esse que compõe desde então a carteira de crédito da associação e, posteriormente, do Banclisa.

Também em 2008 a APJ firmou convênio com a Caixa Econômica Federal e constituiu-se “correspondente Caixa Aqui”, oferecendo serviços bancários à comunidade local. De fato, a constante procura por tais serviços tornou o Caixa Aqui um relevante serviço da associação à comunidade. Os dez anos de seu funcionamento coincidiram com o período em que houve relativo crescimento do comércio local. Tal constatação permite afirmarmos certo estímulo ao desenvolvimento do comércio local, uma vez que muitos dos moradores não mais precisaram deslocar-se até o centro da cidade para realizar pagamentos e saques bancários, inclusive para acessar valores de programas federais, como bolsa família, abonos salariais, entre outros.

Em 2010, a diretoria da APJ decidiu assumir como prioridade as ações de desenvolvimento econômico e político, transferindo a outras entidades os projetos ligados à assistência social direta.

Tal medida ensejou a participação da APJ no projeto da Senaes de 2010 de criação de novos bancos comunitários no Brasil, operacionalizado na região sudeste do país pelo Banco Bem/Associação Ateliê de Ideias de Vitória/ES. Por este projeto, foi realizada a capacitação dos gestores e agentes de créditos do novo banco, a impressão de 12 mil em moedas locais, além de prover o salário de dois agentes de crédito.

A moeda social local teve seu design definido em concurso com os jovens atendidos pela associação, sendo nesse determinado que todas as cédulas teriam a foto do Padre Giovanni Lisa. Também o nome Moeda Lisa, é em homenagem ao fundador da APJ. No verso das cédulas foram impressas fotos de bairros e áreas da

Zona Sul, território de circulação da moeda social, quais sejam: Eucalipto, Funcionários, Frei Júlio e João XXIII.

Figura 10 - Cédula de 1 lisa



Fonte: APJ, 2016.

Figura 11 – Espaço no qual funciona o Banclisa, o Caixa Aqui e a Central de Comercialização Solidária



Fonte: Própria, 2018.

Integrando a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada (Banclisa) foi inaugurado em novembro de 2012. Sua criação visou consolidar as ações de microcrédito e serviços bancários já executados pela APJ desde 2008.

O Banclisa, originalmente, opera com quatro linhas de crédito, quais sejam: crédito produtivo (direcionado especialmente a empreendimentos solidários), crédito de consumo dado em Lisa ou em e-dinheiro, crédito habitacional¹¹⁶ e crédito cultural, este direcionado a financiar eventos culturais coletivos.

¹¹⁶ Por exigir assistência técnica especializada, o crédito habitacional ainda não se viabilizou.

Segundo Lindaura Fernandes (informação verbal¹¹⁷), presidente da APJ, o estatuto da associação, registrado em 1987, já revelava uma visão alinhada com o movimento de economia solidária, e, desde então, era prevista a elaboração de um mecanismo de finanças que desse o suporte necessário para a montagem dos empreendimentos solidários.

Para a inauguração do banco e inserção local da Moeda Lisa, foi promovida uma feira aberta, na qual os produtos eram vendidos em moeda local, havendo, pois, um balcão de câmbio do Real para a Lisa. Nesse, era orientado que as moedas que por ventura não fossem utilizadas para a compra na feira, servissem para posteriores compras no comércio local, impulsionando assim, a circulação da Lisa no território.

Contudo, nas semanas seguintes constatou-se junto aos comerciantes cadastrados que a maior parte das 300 cédulas de Lisa que não haviam sido usadas na feira, também não estavam sendo utilizadas no comércio. Fato é que, por conta da foto que as cédulas traziam do Pe. Giovanni, reconhecido líder comunitário, muitos dos usuários a guardavam como amuleto.

“Vou guardar na minha carteira, para me dar sorte, para me dar dinheiro”. Ela [a Moeda Lisa] se transformou em um amuleto. As pessoas a utilizaram não só como moeda de mercado, mas como amuleto para cuidar da vida delas. Pe. Giovanni significa isso para elas. (Informação verbal¹¹⁸).

Se, por um lado, tal fato remete a um símbolo religioso na transformação do padre em um “mito” ou “santo protetor”, por outro, pode ressaltar também o caráter simbólico proposto para as moedas sociais, que além de terem a circulação restrita a um território específico, seus nomes e imagens impressas remetem a elementos identitários da comunidade.

Com a propagação e divulgação da moeda, deu-se início ao seu processo de circulação, contando, inclusive, com mais de 250 pessoas físicas e jurídicas cadastradas em 2017. Em 2018, a plataforma do aplicativo e-dinheiro conta com cerca de 50 comércios e serviços cadastrados.

Em relação aos níveis de confiabilidade que a inserção de um novo modo de pagamento exige, no caso do Banclisa, tem-se como facilitador o reconhecimento e

¹¹⁷ Informações obtidas por meio de entrevista com Lindaura Gomes Fernandes, integrante da diretoria da APJ e responsável pelo eixo pedagógico – formação profissional da entidade, em outubro de 2018.

¹¹⁸ Fala de Joana Alves Louback, integrante da diretoria da APJ e assessora técnica da entidade, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

consolidação das ações da APJ na comunidade (e na cidade). Foi, pois, relatado considerável êxito no processo de cadastramento dos comerciantes e moradores, o que não chegou a representar, de fato, movimentação proporcional ao número de transações feitas com a nova moeda.

Em 2016, o Banclisa aderiu ao e-dinheiro, aplicativo de celular que funcionaria como uma “moeda social eletrônica”. Ainda que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, responsável pela gestão do aplicativo, tenha sugerido aos bancos comunitários a substituição da moeda em papel pelo uso do e-dinheiro, a diretoria da APJ optou em manter a Moeda Lisa, dado seu aspecto simbólico, e também por conta do baixo nível de inclusão tecnológica de boa parte da população atendida pelo banco.

De fato, os comerciantes concediam descontos em compras feitas em Lisa. Porém, no uso do e-dinheiro isso não ocorre, dado que o aplicativo recolhe 2% do valor da compra, sendo que desses, 1% vai para o Instituto Banco da Periferia, responsável pela manutenção e operação do aplicativo, e 1% para o banco local.

Em campo, foi constatado o arrefecimento do uso da moeda e das concessões de créditos. Tal situação deve-se à redução do fundo de crédito¹¹⁹ (por conta de inadimplências) e também ao fim do convênio com a Senaes, que arcava com o salário de agente de crédito. De fato, é de responsabilidade do agente de crédito desde o processo de concessão de crédito à divulgação das ações gerais do banco, atuando no cadastramento de usuários e comerciantes para o uso da moeda e também como negociante de dívidas. Assim, tais demandas se encontram atualmente descobertas, não havendo quem atue nessas funções.

Em relação à concessão de empréstimos, o Banclisa restringiu (temporariamente) tal ação à linha de crédito de consumo. Essa tem funcionado de forma a não utilizar do fundo, ou seja, sem que esse tenha a função de lastro em reais para quando o comerciante desejar trocar as “lisas”. Foi, pois, firmado um acordo com os comerciantes locais estabelecendo um prazo para o resgate do valor pago em Lisa de forma que ocorra após à devolução do empréstimo concedido. Para os comerciantes que concordaram em fazer o resgate em 45 dias após a compra, o Banclisa determina ao consumidor recebedor do empréstimo um prazo de 30 dias para pagá-lo. E quando o acordo com o comerciante é de 30 dias para o resgate, o

¹¹⁹ Em 5 dezembro de 2018, data da última visita, o fundo de crédito contava com um montante de cerca de 5 mil reais.

banco concede um prazo de 15 dias ao beneficiário do crédito. Nesse caso, o beneficiário deve indicar de antemão o estabelecimento onde pretende efetuar sua compra¹²⁰. (Informação verbal¹²¹).

Atualmente, o uso da moeda local e do e-dinheiro para compras dá-se mais efetivamente pelos 10 funcionários da APJ¹²², que recebem 30% dos seus salários em moeda local ou e-dinheiro (especialmente este). As compras mais recorrentes são realizadas em estabelecimentos próximos à sede da APJ: supermercado, farmácia, padaria, papelaria e distribuidora de gás.

Os comerciantes entrevistados afirmaram que utilizam dos valores recebidos no aplicativo para pagamentos de boletos, recarga de celular ou até para compras em outros estabelecimentos locais. Isso se deve em grande parte à cobrança que há no resgate do valor em saldo no aplicativo. Dessa maneira, se por um lado o e-dinheiro, comparativamente à moeda em papel, tem certo desestímulo à sua adesão por não incentivar a concessão de descontos, por outro lado, ele acaba por facilitar o processo de circulação.

A APJ, enquanto associação, detém certo limite para transações financeiras. Dessa forma, a fim de permitir com o Banclisa uma circulação financeira de relativo vulto, foi criada a Oscip Instituto para Desenvolvimento Sustentável (Ides) como mantenedora do banco. Porém, tendo em vista a não consolidação das metas previstas para o Banclisa, a APJ mantém-se como responsável por pagar os encargos tanto do banco quanto do Instituto Ides.

Dentre os projetos em desenvolvimento na instituição, a expansão do uso do aplicativo tem se configurado como a principal aposta para o ano de 2019 da coordenação da APJ. Das demais ações em andamento do eixo de desenvolvimento econômico solidário da associação, ressalta-se o apoio à reestruturação dos bancos

¹²⁰ Entende-se, pois, que tal ação, por um lado, reduz o papel da Lisa enquanto moeda de troca, uma vez que impede ao comerciante que a receba de a fazer circular, ou seja, de a repassar em outras compras ou por troco, tendo que retê-la até o momento de realizar seu resgate no banco. Por outro lado, evidencia o grau de confiabilidade adquirido pelo Banco/Associação ao propor o uso da moeda sem lastro como que configurando uma “nota promissória”.

¹²¹ Informação obtida por meio de entrevista com Maria Soares Figueiredo, integrante da diretoria da APJ e responsável pelas ações de fomento da economia solidária da entidade, em dezembro de 2018.

¹²² Tal número de funcionários é comumente alterado, frente às diferentes parcerias que são firmadas ou finalizadas, no desenvolvimento de ações sociais, cursos, etc.

comunitários existentes em Minas Gerais e criação de novos bancos¹²³, e subsequente conformação de uma rede mineira de bancos comunitários tendo a APJ como entidade referência. Nesse eixo, considera-se também o projeto de formulação das leis de economia popular solidária para os 27 municípios do Vale do Mucuri¹²⁴ – tendo em vista a aprovação em 2017 da lei para Teófilo Otoni¹²⁵.

O Banclisa está em processo de ampliação em grande escala do uso do e-dinheiro. Isso se deve tanto ao aplicativo possibilitar a expansão da área de atuação do banco no território, quanto se constituir também em uma ferramenta para angariar fundos.

Nesse sentido, foi cadastrada no fim de 2018 na plataforma e-dinheiro uma rede de supermercados local (Supermercados Tia Teca), e encontra-se em fase de negociação a rede de farmácias Indiana. É, pois, previsto que a rede de farmácias atue também como ponto de recarga do aplicativo, funcionando como um correspondente do Banclisa nas áreas centrais de Teófilo Otoni.

No contrato de adesão ao e-dinheiro, a rede de supermercados Tia Teca exigiu exclusividade no uso do aplicativo em relação aos demais supermercados da cidade (com exceção daqueles já cadastrados no e-dinheiro), além da diminuição da taxa de serviços do aplicativo de 2% para 1%.

Tendo em vista tratar-se, especificamente, de duas redes de comércios tradicionais da cidade, além de oferecer um diferencial na forma de pagamento que poderia atrair a clientela, os proprietários das redes em questão veem como vantagem na adesão ao e-dinheiro também a constituição de uma nova frente de *marketing*, ao relacionarem suas marcas ao subsídio de projetos sociais locais, reafirmando assim sua regionalização e pertença a Teófilo Otoni.

Em processo de negociação e de estudos de viabilidades, a parceria do Banclisa (por meio do Ides) com a Prefeitura Municipal tem revelado diferentes propostas para expansão do uso do e-dinheiro na cidade, como: incluir em novo edital de concessão do serviço de transporte coletivo a premissa do uso do e-dinheiro como meio de pagamento de tarifas de transporte; viabilizar o uso do e-dinheiro no pagamento de parte do salário dos funcionários de empresas que prestem serviços à

¹²³ Projeto financiado em R\$ 30 mil pelo Fundo Nacional de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

¹²⁴ Projeto financiado em R\$ 14 mil pela Fundação Luterana de Diaconia.

¹²⁵ Lei Municipal nº 7.216/2017.

prefeitura, ou instituir o sistema e-dinheiro como conta-salário para o pagamento dos servidores públicos; ter a prefeitura como facilitadora entre o Banclisa e os grandes comerciantes da cidade para a adesão ao e-dinheiro; implementar a venda de ingressos para jogos do clube de futebol América de Teófilo Otoni através do e-dinheiro; possibilitar a concorrência do Banclisa no edital da compra da folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura ou elaborar uma possível parceria com o banco tradicional que assume atualmente tal função que viabilize o pagamento da folha dos funcionários utilizando o e-dinheiro; e, por último, produzir cartões bancários do sistema e-dinheiro com verba pública (informação verbal¹²⁶).

Dentre tantos projetos que a APJ possui, o Banclisa pode ser definido como “a menina dos olhos” (informação verbal¹²⁷), haja vista que tal expansão do e-dinheiro acaba por significar um potencial de grande aporte financeiro para a entidade, o que possibilita alimentar a carteira de crédito do banco e permite, assim, a ampliação da concessão de crédito à comunidade local – objetivo principal do Banclisa.

Tal perspectiva possibilita o entendimento de que, se a moeda local prevê uma circulação territorializada a fim de fortalecer os laços comunitários e econômicos locais, o e-dinheiro, ao avançar os limites da comunidade e projetar-se como um símbolo municipal, acaba por revelar seu caráter social/solidário não mais nas relações de compra e venda, mas na injeção de recursos que favorecem a ampliação da concessão do microcrédito na comunidade sede do Banclisa.

Importante destacar ainda o forte engajamento político da APJ, que compõe diversos conselhos municipais voltados à causa social e do meio ambiente, grupos regionais, estaduais e nacionais¹²⁸. A economia solidária foi frequentemente citada nas entrevistas como parte da militância política da associação.

¹²⁶ Esses são encaminhamentos e definições de propostas da reunião realizada no dia 05 de dezembro de 2018 entre a coordenação da APJ, prefeito de Teófilo Otoni Daniel Sucupira e Joaquim Melo, idealizador dos bancos comunitários e representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. A reunião contou com a participação do pesquisador.

¹²⁷ Fala de Maria Soares Figueiredo, integrante da diretoria da APJ e responsável pelas ações de fomento da economia solidária da entidade, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹²⁸ A APJ, a nível local, compõe os Conselhos Municipais dos Direitos Da Criança e do Adolescente; de Assistência Social; de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente; dos Direitos da Mulher. A nível regional, participa do Grupo das Mulheres Organizadas do Mucuri, fomenta o Fórum Ecosol Mucuri, e apoia o Levante Popular da Juventude. A nível estadual, integra o Fórum Mineiro de Economia Solidária, Fórum Regional de Governo do Território Mucuri, e apoia ações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. A nível nacional, integra a Rede Brasileira de Comercialização Solidária-Rede ComSol e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Por fim, nas entrevistas foi levantado que grande parte da comunidade desconhece as ações específicas do Banclisa, restringindo-as ao correspondente Caixa Aqui. As diversas falas coletadas em campo concordam com a necessidade de que seja realizado um trabalho de divulgação, sensibilização e mobilização da população local para que o banco se efetive, de fato e enfim, como comunitário.

5.3.2 Banco Comunitário Bem

O Banco Bem localiza-se em Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Foi criado em outubro de 2005, tendo como entidade mantenedora a Associação Ateliê de Ideias, chamada inicialmente de Artideias. A Moeda Bem foi implantada em fevereiro de 2006.

Figura 12 - Sede do Banco Bem / Associação Ateliê de Ideias



Fonte: Própria, 2018.

Figura 13 - Cédulas da moeda Bem



Fonte: Própria, 2018.

O Banco Bem é localizado no Bairro São Benedito, no Morro da Gurigica (ou Morro de São Benedito), a cerca de 6 km do centro histórico da cidade e a 2 km da Avenida Nossa Senhora da Penha, a “Reta da Penha”, um dos principais eixos viários da capital, cujo entorno conta com expressiva concentração de comércios e serviços.

O Bairro São Benedito teve início na década de 1960 a partir de processos de ocupação e apropriação de terras, tendo por liderança Acendido Fagundes Aguiar, militar conhecido como “Sargento Carioca” (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2009).

O Sargento Carioca não teria sido responsável apenas pela ocupação da região do morro onde se situa o São Benedito. Antes de comandar essa última ocupação, ele já havia comandado a invasão do Itararé, na parte mais baixa do morro, e em seguida a ocupação do Bairro da Penha e do Bonfim. De todos os bairros situados naquela região, o São Benedito é o mais jovem, talvez devido às dificuldades que o lugar apresentava à ocupação. (SECRI, 2012, p. 20).

Era o próprio Sargento Carioca que demarcava os lotes para as famílias, que participavam do processo de ocupação. O interessante é que ele não fazia isto para o comércio, e sim para organização da ocupação. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, s.p.).

Marcado por um histórico de severas precariedades nas condições de vida dos seus habitantes, o Bairro São Benedito ainda apresenta problemas no atendimento de serviços urbanos, nos baixos níveis de renda e também nas condições habitacionais de diversos moradores.

Reconhecidamente houve evolução nos serviços essenciais existentes no morro, mas ainda se pode notar bastante deficiência em todos os níveis na parte mais alta: falta de urbanização, desabastecimento, inacessibilidade. Não é incomum que se encontrem nessa região mais afastada barracos de madeira em condições precárias ou construções improvisadas que insistem em fazer lembrar os primeiros tempos: os velhos barracos de papelão. (SECRI, 2012, p. 23).

O São Benedito está inserido em uma região de bairros residenciais de baixa renda que ocupam a porção central da ilha de Vitória. A área foi demarcada pela Prefeitura Municipal como Poligonal 1 a partir de um projeto que previa ações de urbanização, regularização fundiária, preservação ambiental e desenvolvimento comunitário a regiões caracterizadas pela ineficácia ou ausência dos serviços e equipamentos públicos de infraestrutura urbana.

A Poligonal 1 é atualmente denominada de “Território do Bem”, e abrange os bairros de São Benedito, Consolação, Itararé, Bairro da Penha, Bonfim e as comunidades de Engenharia, Floresta e Jaburu em um território de 1.773.640 m² e conta com aproximadamente 31 mil habitantes (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS; FÓRUM BEM MAIOR, 2009).

Figura 14 - Inserção do Território do Bem na malha urbana de Vitória/ES



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem satélite, Google Earth, 2018.

A Associação Ateliê de Ideias teve início a partir de um grupo de mulheres, pertencentes às comunidades de São Benedito, Itararé e Bairro da Penha, que, numa atitude espontânea e empreendedora, atuavam em um pequeno negócio na área de artesanato cooperativo. A experiência da concessão de empréstimos entre elas e o posterior conhecimento da experiência bem-sucedida do Bancos Palmas em Fortaleza/CE, foram os primeiros passos para formação do Banco Bem. (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 20--a).

O êxito alcançado das ações do banco comunitário fez do Ateliê de Ideias uma forte referência para toda a região. Não somente pela oferta de crédito e circulação da nova moeda, mas também por configurar-se como importante articuladora junto às comunidades nos processos de desenvolvimento local, em suas instâncias política, culturais, sociais e econômicas.

Os primeiros passos para a formação da Associação Ateliê de Ideias deram-se em meados dos anos 2000 por meio de um dos projetos sociais da entidade Serviço de Engajamento Comunitário (Secri), entidade civil, filantrópica, de direito privado. Sediada no Bairro São Benedito desde 1988, o Secri atua com ações de promoção social com especial atenção a crianças e jovens.

O projeto em questão refere-se à parceria do Secri com o Instituto C&A¹²⁹, pela qual o Instituto doava roupas defeituosas ao Secri para que fossem vendidas em um bazar. Tendo em vista as modificações necessárias nas peças que fossem adquiridas no bazar, as adolescentes da comunidade levantaram a demanda por cursos de bordado, costura e customização.

Em 2002, o Instituto C&A financiou a realização de tais cursos no Secri com um montante de 40 mil reais. Para gerenciar o projeto, foi então contratada a psicóloga social Leonora Mol.

Ao dar início ao projeto, não houve mais o interesse das adolescentes em participar, mas sim, de suas mães e de outras mulheres da comunidade. O grupo de sessenta mulheres formou uma cooperativa de moda. Ao fim do projeto, receberam o convite para expor os produtos em uma feira no Bairro Itararé. Leonora, que permaneceu coordenando o grupo voluntariamente após a finalização dos cursos, acompanhou cinco mulheres até os bancos da Avenida Nossa Senhora da Penha para pedirem um empréstimo que custeasse a produção das peças que deveriam ser vendidas na feira.

Contudo, tendo em vista a ausência de comprovantes de residência ou mesmo outros tipos de documentação, todos os pedidos de empréstimo nos bancos foram negados. Conseguiram, pois, 300 reais emprestados informalmente de uma senhora que as encontrou em um Igreja Católica logo após terem saído do último banco.

De posse do valor de lucro com a venda dos produtos na feira, o grupo retornou aos mesmos bancos com a proposta de abrirem uma poupança. Assim, após as suscetíveis respostas negativas que obtiveram dos bancos para a concessão de crédito e posteriores positivas para a abertura de poupança, iniciou-se no grupo importantes questionamentos em relação a finanças. O que culminou na decisão por emprestarem 300 dos 500 reais do lucro para uma das mulheres que desejava montar outro grupo para a produção de panetones e, posteriormente, para um grupo de adolescentes que montariam uma oficina de marcenaria.

De fato, tais discussões abriram um leque de possibilidades de investimentos à comunidade, à medida que se instituiu com esse primeiro montante um fundo

¹²⁹ Entidade vinculada à cadeia internacional de lojas de vestuário C&A.

informal de empréstimos que passou a atender para além do inicial grupo mulheres. (Informação verbal¹³⁰).

Tendo em vista a consolidação integrada dos setores de moda, culinária, marcenaria, e também de produtos de limpeza, foi constituída a Associação Ateliê de Ideias no ano de 2004. Durante o processo de criação da Associação, os integrantes conheceram os princípios da economia solidária, integrando-se, pois, ao Fórum Estadual de Economia Solidária.

Em maio de 2005, algumas das associadas participaram de um evento sobre economia solidária promovido pelo Fórum Estadual de Economia Solidária e pela Prefeitura de Vitória, que contou com a participação de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, que apresentaria a experiência de finanças solidárias do banco de Fortaleza/CE.

O nome Banco Bem surgiu a partir desse encontro, da reação de uma das mulheres do grupo à proposta de Joaquim Melo de que o banco comunitário do Ateliê de Ideias, por estar sediado no morro de São Benedito deveria chamar-se “Banco Bené”.

Aí vira a Zilda, que foi a primeira que pegou o empréstimo para o panetone, e falou: “Mas que cabra mais safado, sem vergonha. Sai lá de Fortaleza, vem falar pra gente do Banco Palmas, do Palmas Fashion, chamar o nosso banco de desgraça de pobre é essa “Banco Bené”. Mas não vai chamar Banco Bené coisa nenhuma. Vai chamar Banco Bem. É o “bem” do São Benedito e é o que vai trazer um “bem” enorme para a nossa comunidade”. (Informação verbal¹³¹).

Com a assessoria de Joaquim Melo, em outubro de 2005, é inaugurado o Banco Bem, a primeira experiência de banco comunitário fora do Ceará. A Moeda Bem foi criada quatro meses depois, em fevereiro de 2006.

Para a implementação do Banco, foi feito um trabalho de articulação com as lideranças dos três bairros nos quais o Secri já atuava e que seriam inicialmente atendidos pelo Banco, quais sejam: São Benedito, Bairro da Penha e Itararé.

O nome Bem dado ao banco e à moeda local acabou se conformando em uma forte marca para as demais ações da associação, tanto para os setores produtivos: Bem Arte e Modas, Bem Limpar, Bem Decorar, Bem Nutrir, Bem Arte e Madeira, Bem

¹³⁰ Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação das redes brasileira e capixaba de bancos comunitários, em outubro de 2018.

¹³¹ Fala de Leonora Mol, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

Construir e muitos outros, quanto para a constituição do Fórum Bem Maior, que reúne as comunidades dos bairros da Poligonal 1.

A doação recebida de R\$ 19 mil do Secri e de uma construtora local permitiu a compra do terreno para a construção da sede do Banco Bem. No início, a estrutura física do Banco foi montada por mutirão e doação dos moradores de móveis usados.

No ato da inauguração, a prefeitura de Vitória anunciou, por meio da Secretaria de Assistência Social no departamento de Economia Solidária, o repasse ao Banco do valor de R\$ 100 mil que iriam compor a carteira de crédito. Com esse fundo, consolidou-se assim, a concessão de empréstimos produtivos para as comunidades atendidas.

Todavia, mesmo estando descrito no projeto aprovado a finalidade de concessão de crédito para o valor angariado, a associação foi intimada tendo em vista que tal verba pública não poderia ter sido utilizada para empréstimo. Para que o valor não precisasse ser devolvido, já que os empréstimos já haviam sido concedidos, a prestação de contas deu-se por comprovação em notas fiscais não do crédito, mas das compras de equipamentos para produção ou matéria-prima efetuadas pelos beneficiários dos empréstimos.

O Banco propôs expandir sua atuação e atender as oito comunidades dos bairros que formam a Poligonal 1, porém, tanto as dificuldades de acesso entre uma comunidade e outra por conta das barreiras naturais, quanto a dinâmica do tráfico de drogas de restringir o fluxo de pessoas entre territórios concorrentes, impediram o amplo atendimento do banco, a circulação da Moeda Bem, e acabou por também favorecer a inadimplência, uma vez que limitava a área de atuação do agente de crédito.

Leonora Mol, enquanto diretora presidente da associação, fez um trabalho de articulação entre as comunidades e negociou nos pontos de tráfico a garantia da atuação do banco em toda a região. Tal esforço acabou por proporcionar a união de comunidades isoladas em prol do combate à pobreza e a falta de acesso ao crédito. (Informação verbal¹³²).

¹³² Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação das redes brasileira e capixaba de bancos comunitários, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

Assim, tem-se a atuação do banco como primordial para a constituição das comunidades da Poligonal 1 enquanto região.

O caráter comunitário do Banco fez com que lideranças formais e informais se reunissem para elaborar e aprovar a sua política de crédito. Fator motivador para o nascimento do Fórum de Desenvolvimento Comunitário – Fórum Bem Maior. (MOL, 2009).

Em 2006, foi, pois, instituído o Fórum Bem Maior, que visa harmonizar interesses das comunidades frente às demandas por melhorias na qualidade de vida dos moradores da região, bem como a ampliação de sua participação política.

Assim, os bairros de São Benedito, Consolação, Itararé, Da Penha, Bonfim e as comunidades de Jaburu, Alto da Floresta (ou Floresta) e Engenharia, receberam de seus representantes no Fórum a denominação de Território do Bem.

Tal denominação se consolidou entre as comunidades, inclusive a ponto de gerar um Projeto de Lei de reconhecimento oficial do Território do Bem que está em tramitação na câmara municipal de Vitória.

No fim de 2007 a 2008, a Associação e o Fórum organizaram a pesquisa intitulada: Saberes, fazeres e potencialidades da Poligonal 1 de Vitória/ES (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS; FÓRUM BEM MAIOR, 2008), que recrutou moradores da região para sua execução. Trabalho esse que subsidiou a elaboração do plano de desenvolvimento comunitário Plano Bem Maior do Território do Bem, de 2009, documento que orientou a ação política do Fórum até 2018, traçando metas para melhoria na qualidade de vida dos moradores e fortalecimento comunitário, no que tange às dimensões social, política, econômica, ambiental e cultural.

De fato, o caráter endógeno, ou seja, com atuação efetiva dos moradores, na realização da pesquisa, e posteriormente no plano, representou a superação das possíveis dificuldades em torno da linguagem (níveis de entendimento e interpretação das perguntas e repostas), dos acessos (estruturação geográfica de ruelas e becos), e da constituição familiar (contando com núcleos familiares distintos morando numa mesma casa), constituindo-se, em si, um processo de fortalecimento comunitário e estruturação territorial.

[Atualmente] Os moradores se identificam e não têm vergonha de falar que são de São Benedito numa entrevista de emprego, por exemplo.

Temos inclusive um projeto na Câmara de tornar toda essa região com o nome de Território do Bem. (Informação verbal¹³³).

Somos em oito bairros e esses são os bairros que mais tem gente e é para onde deveriam ser direcionados mais recursos. Nós colhemos assinaturas e fizemos valer. A mídia não vai colocar mais na gente o nome de “Complexo da Penha” ou outro nome que quiser. Vai virar lei. (Informação verbal¹³⁴).

No decorrer dos anos, a atuação do Ateliê de Ideias/Banco Bem consolidou-se no território, expandindo suas parcerias com organizações públicas e privadas¹³⁵ e ampliando sua carteira de crédito, o que beneficiou, dentre outros aspectos, o surgimento de novos e a estruturação dos já existentes pontos de produção, comércio e serviços da região.

¹³³ Fala de Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação das redes brasileira e capixaba de bancos comunitários, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹³⁴ Fala de Geisiele Cassilha dos Santos, agente de crédito do Banco Bem e moradora do Bairro Itararé, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

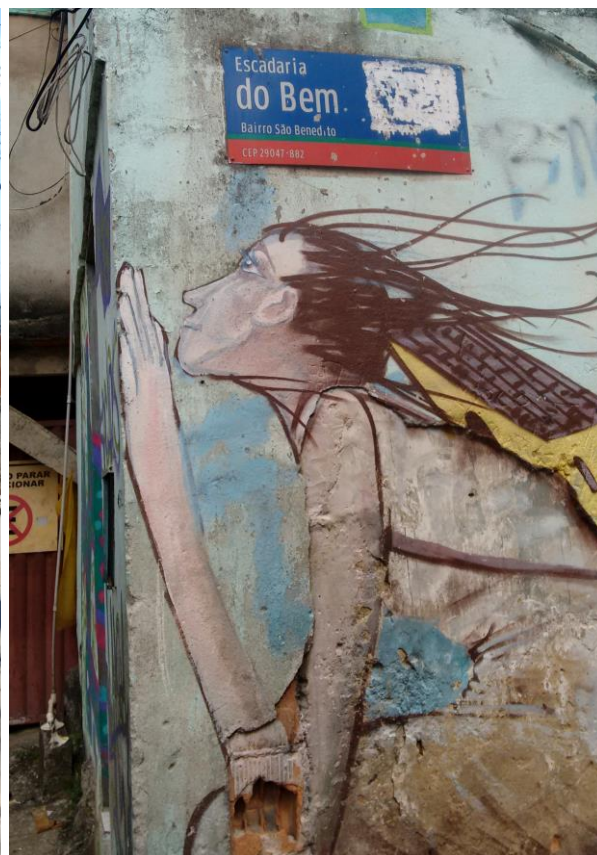
¹³⁵ Destaque à continuidade da parceria com o Secri de complementariedade entre as ações das instituições, uma vez que o Secri atende crianças e adolescentes e o Ateliê de Ideias trabalha com serviços, projetos e cursos voltados ao público adulto e jovem.

Figura 15 - Rua Tenente Setúbal, principal acesso e eixo de comércios e serviços locais do Bairro São Benedito



Fonte: Própria, 2018.

Figura 16 - Placa no São Benedito, resultado das reivindicações por “endereço”: nome de vias, CEPs e placas indicativas



Fonte: Própria, 2018.

Ademais, ao assumir em 2010 um convênio com a Senaes de fomento, capacitação e acompanhamento na formação de novos bancos comunitários em toda região sudeste do Brasil, o Ateliê de Ideias estendeu sua rede de atuação ao se constituir, junto ao Palmas, como referência para as experiências de finanças populares e solidárias em todo o país.

De fato, além das importantes parcerias e dos financiadores que angariou durante os anos de atuação, o êxito do Banco Bem deve-se, sobretudo, à relação integrada que propõe entre as ações de finanças e os demais eixos de desenvolvimento comunitário.

Todas as vezes que a gente vai constituir um banco, a gente diz hoje claramente que o primeiro momento para a gente constituir um banco, não é o banco, mas é o fórum de desenvolvimento comunitário. Até porque a gente está falando de circulação de riqueza. E quando a gente fala de circulação de riqueza, e da questão do desenvolvimento econômico – pensando desenvolvimento econômico no meio daquelas dimensões de desenvolvimento social, político, cultural, ambiental, que todas elas vão traduzir em um desenvolvimento local, territorial –, não tem jeito da gente

fazer isso sem a gente ter essa mobilização comunitária. E a moeda é algo que surge de dentro da comunidade. [...] (Informação verbal¹³⁶).

Tal prerrogativa enseja, pois, a visão que condiciona as ações econômicas de cunho solidário (ou substantivo, ou diferencial) a uma coesão sociourbana predecessora. Questão essa que alimenta as discussões tratadas na presente tese.

O Banco Bem atua com três linhas de crédito: crédito produtivo, de consumo e habitacional¹³⁷. O crédito de produção visa o desenvolvimento da região enquanto *locus* de produção, comercialização e serviços. Nesse sentido, por mais que a experiência de concessão de créditos tenha se iniciado direcionada aos empreendimentos cooperativos de economia solidária, acabou por atender a toda gama de atividades econômicas.

Para a concessão do empréstimo, o agente de crédito inicia um processo de cadastramento e educação financeira com o beneficiário, de forma a garantir a sustentabilidade econômica da atividade que o crédito financiará. De fato, tal trabalho de instrução e acompanhamento revela também o propósito cooperativo do banco, ao prever relações banco-comunidade além de financeiras (condições de pagar a dívida), mas que abranjam questões familiares/vizinhança, culturais/religiosas e políticas, como também educacionais – indo, pois, ao encontro da proposta de enraizamento da economia às demais instâncias da vida, no sentido econômico substantivo abordado por Polanyi (2012), conforme tratado no item 3.1.

Aliado ao crédito de produção (e também às ações de desenvolvimento comunitário), há o projeto Central de Compras, que promove a organização de comerciantes locais de mesmo ramo (como mercadinhos e mercearias) para que efetuem de forma coletiva a compra dos produtos diretamente nos grandes distribuidores, alcançando assim menores valores na compra, e conseqüentemente, também na venda. Tal projeto visa fortalecer o comércio local, sobretudo, frente à competitividade com as redes de supermercados próximas à região¹³⁸.

Para o apoio financeiro ao projeto, há a linha de crédito de capital de giro específica para a Central de Compras, que não advém da carteira de crédito do Banco, mas de um convênio com a empresa privada Da Casa, firmado no início de 2018. Por

¹³⁶ Fala de Leonora Mol, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹³⁷ O módulo de crédito habitacional foi criado pelo Banco Bem e, posteriormente, incorporado à metodologia utilizada no processo de fomento e capacitação dos novos bancos comunitários.

¹³⁸ Em outubro de 2018, havia três centrais de compras efetivadas, reunindo comerciantes dos bairros São Benedito, Jaburu e Floresta.

essa parceria, a financeira seria responsável por financiar os próximos créditos habitacionais e produtivos do Banco (com destaque para o projeto Central de Compras) com uma taxa mensal de 2,9%. A proposta é que seja feito um experimento no Bem para que tal parceria seja replicada posteriormente também nos demais bancos da Rede Desenvolver – Rede Capixaba de Bancos Comunitários. (Informação verbal¹³⁹; NARRING, 2018).

A linha de crédito de consumo, a ser fornecido em Moeda Bem – e, a partir de 2016 também pelo aplicativo e-dinheiro –, prevê o desenvolvimento dos setores existentes localmente, tendo seus efeitos multiplicadores para a comunidade geral – um símbolo (e uma ferramenta) do regionalismo e do processo de fortalecimento e combate à pobreza do Território do Bem. O empréstimo para consumo é de até 200 bens (ou 200 reais em crédito no aplicativo e-dinheiro), com juros mensais de 3%, tendo de 30 a 90 dias de prazo para pagar.

Não havia, inicialmente, a incidência de juros no empréstimo de consumo. A opção pela cobrança deu-se após alguns anos, frente à inviabilidade financeira para a concessão sem juros, que, acabava por comprometer a recomposição da carteira de crédito tendo em vista o aumento nos níveis de inflação. (Informação verbal¹⁴⁰).

Segundo a agente de crédito Irani Côrrea (informação verbal¹⁴¹), houve uma diminuição significativa no número de empréstimos de consumo se compararmos os últimos anos com os primeiros anos do banco. Segundo ela, essa constatação é relacionada às melhorias nas condições de renda da população local na última década.

De fato, os anos de atuação do Banco Bem coincidiram com um período de políticas públicas federais com grandes aportes de recursos voltadas às populações de baixa renda, como o programa Bolsa Família, de transferência de renda, e também programas de acesso à graduação, como o sistema de cotas em universidades públicas, o Prouni - programa de bolsa em faculdades particulares – ou o Fies, programa de financiamento estudantil.

[...] esse momento quando a gente entrou – que foi exatamente o momento que entrou o governo do PT, que a Bolsa Família surge, que as pessoas começaram a ter um poder maior de compra, e elas começaram a

¹³⁹ Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol, em outubro de 2018.

¹⁴⁰ Informações obtidas por meio de entrevista com Irani Novaes Côrrea, agente de crédito do Banco Bem e moradora local, em outubro de 2018.

¹⁴¹ Informações obtidas por meio de entrevista em outubro de 2018.

ter possibilidades de outros trabalhos, outras dimensões começaram a acontecer também na vida dessas pessoas [...]. Esse nosso trabalho com o Fórum... tudo foi acontecendo muito junto. [...]. As pessoas começaram a ter muitas saídas daqui efetivamente para ver o mundo fora daqui. E as pessoas de baixo para trazer o mundo de baixo para cá. Antes não subia. Universidade, essas coisas das pessoas verem “o que há de bom no morro”, não tinha. A gente era uma página sangrenta dos jornais. A gente pingava sangue em todos os jornais. Era isso que nós éramos. Então o morro era feito de bandido. As pessoas iam trabalhar e escondiam que elas eram do São Benedito. Inventavam outro bairro. Não falavam que moravam nesse território. Esse território nunca teve um nome. (Informação verbal¹⁴²)

Atualmente, a maior parte dos empréstimos de consumo é feita em moeda física. Tendo em vista que as pessoas que normalmente utilizam de tal crédito têm níveis de renda baixíssimos, dentre esses beneficiários são poucos os que dispõem e que sabem manusear celulares com internet e que permitam a instalação de aplicativos. (Informação verbal¹⁴³).

Para Leonora Mol (informação verbal¹⁴⁴), o objetivo do Banco Bem é fortalecer o processo de desenvolvimento local, entendendo desenvolvimento além das questões de rentabilidade econômica, mas envolvendo a melhoria na qualidade de vida em todos os seus aspectos. Nesse sentido, para ela, a Moeda Bem teve um papel essencial do ponto de vista educativo, ao revelar as possibilidades de “empreender no morro”.

Segundo Leonora, nos processos de capacitação e mobilização para implantação de um banco comunitário é apresentada a premissa de que para uma comunidade vencer de forma coletiva a pobreza, seria preciso que o dinheiro circulasse e permanecesse naquele território. Nesse sentido, durante muitos anos, foi tida como central a proposta de criação de uma moeda local, à medida que esta, aliada às ações de crédito, demarcaria o território para garantir a circulação interna das riquezas.

Entendia-se, pois, que o objetivo da moeda local seria alcançado à medida que sua circulação se consolidasse e seu uso se expandisse ao máximo de comerciantes, produtores, prestadores de serviço e consumidores daquela comunidade. Contudo,

¹⁴² Fala de Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação das redes brasileira e capixaba de bancos comunitários, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹⁴³ Informações obtidas por meio de entrevista com Irani Novaes Côrrea, agente de crédito do Banco Bem e moradora local, em outubro de 2018.

¹⁴⁴ Informações obtidas por meio de entrevista em outubro de 2018.

mesmo em diversos casos em que a expansão do uso da moeda não se consolidou, foram identificados ganhos para a comunidade com a criação da nova moeda.

Leonora cita a função educativa da moeda frente aos benefícios que o trabalho inicial de sua divulgação pode trazer. Além de configurar-se como um importante *marketing* para o banco comunitário e para a proposta de territorialização de suas demais ações, a moeda social dos BCDs, ao ser simbolicamente identificada como pertencente unicamente àquela comunidade, contribui essencialmente para uma abertura daquela população a novos paradigmas em torno de economia, desenvolvimento e pertencimento local.

Ou seja, juntamente com a função de constituir-se uma alternativa para estimular o consumo local ao se firmar como um meio de compra e venda alternativo ao hegemônico, tornando específicas (ou diferenciais) as relações econômicas do bairro, a moeda social acabou ganhando destaque também em seu papel educativo, qual seja, sua carga simbólica, de “poder local”, de percepção coletiva – função esta que não é estritamente condicionada à adesão efetiva ou a de um montante expressivo de moeda social em circulação, mas sim, de um trabalho eficaz de divulgação de sua essência e existência na localidade.

Em relação às linhas de crédito do Banco Bem, há também a linha habitacional, pela qual, segundo Leonora Mol, é possível traçar evidente relação com a permanência dos moradores na região e com o fortalecimento do pertencimento comunitário.

O que a gente mais queria é fazer com que as pessoas entendessem o processo de desenvolvimento local, correto? Se a moeda me ajuda a fazer isso, se todos os trabalhos de finanças me ajudam a fazer isso, quanto mais as pessoas produzem na comunidade, gostam da sua comunidade, mais elas ficam aqui.

O crédito habitacional, pra mim, é um dos créditos [mais importantes]. Essa história de empoderamento comunitário, que tem um monte de estudos a respeito disso, é algo extremamente complexo. Você quer empoderar as pessoas na comunidade, né?! Quando você chega na casa da pessoa, a casa da pessoa está caindo aos pedaços, está cheia de cupim, ela vive em situação de risco... se você vivesse assim, qual seria seu sonho...? Ir embora daqui. (Informação verbal¹⁴⁵).

Leonora Mol defende que o investimento na melhoria das condições de habitação faz com que os moradores se sintam cada vez mais donos do lugar, o que

¹⁴⁵ Fala de Leonora Mol, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

acaba por diminuir a evasão. Tendo em vista as melhorias nas condições de renda da população do São Benedito e do Território do Bem nos últimos anos, as ações do Banco Bem de concessão de crédito produtivo para “empreender no morro” e de crédito de consumo em moeda local para “comprar no morro” acabam por ter uma forte aliada na linha de crédito habitacional, que prevê, junto às buscas políticas por melhorias urbanas, a valorização do “morar no morro”.

O Bem Morar é um programa do Ateliê de Ideias que prevê agregar valor à linha de crédito habitacional ao integrar serviços de assessoria técnica qualificada para projeto e acompanhamento das obras de reforma e de construção, e também o desenvolvimento de métodos e materiais de construção sustentável. Com parceria com diversos órgãos, tais ações integradas abrangem também a oferta de cursos de técnicas e manejo na construção de habitações para a comunidade.

O programa Bem Morar é integrado às ações de crédito habitacional dos bancos da Rede de Bancos Comunitários do Espírito Santo, com especial atuação junto ao Banco Comunitário Sol, que atende ao conjunto de bairros populares da “região 10” de Cariacica, na Grande Vitória, onde se localiza este banco e também a fábrica de tijolos ecológicos do Ateliê de Ideias.

A fábrica de tijolos de solo cimento tem capacidade para a produção de 1000 tijolos\dia, não envolvendo fornos e nem queima, tendo seu controle de qualidade executado pelo Laboratório de Ensaios em Materiais de Construção – LEMAC, da Universidade Federal do Espírito Santo. Além dos tijolos ecológicos, o Bem Morar abrange também a pesquisa e difusão de modelos e produtos para construções sustentáveis.

O limite para a concessão do crédito habitacional varia entre os bancos entre 1 mil a 5 mil reais. O número de parcelas é de no máximo 24 meses, sendo determinado de acordo com análise de crédito da família. O material de construção utilizado nas obras deve ser adquirido prioritariamente no comércio local, assim como a mão-de-obra que irá trabalhar. (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 20--b).

Complementar à carteira de crédito de cada banco, foi criado um fundo específico do Bem Morar, colaborativo, que é divulgado amplamente em redes sociais, pelas quais é possível que o doador acompanhe a história da família beneficiária e cada fase da construção até a entrega da residência.

A escolha da família atendida ocorre por meio de comitê formado pela equipe do Bem Morar e equipe do banco comunitário em questão. As famílias beneficiárias

encontram-se em situação de vulnerabilidade social, com sua moradia em risco ou em condições precárias. É necessário que haja a posse em terreno com condições viáveis para construção.

Para alimentar o fundo colaborativo específico do projeto, e contribuir na construção de outras moradias, a família que teve sua casa construída pagará parte do valor da casa por meio de um plano de colaboração adequado ao seu perfil socioeconômico ou prestará serviços nas obras de outras famílias.

Outra atuação do Banco Bem é a de constituir-se como correspondente Caixa Aqui, mantendo convênio com a Caixa Econômica Federal desde 2006, que possibilita que sejam oferecidos à comunidade local serviços bancários que permitem o pagamento de boletos, transações bancárias diversas e recebimento de recursos advindos de programas ou políticas federais, como Bolsa Família, abonos salariais ou saque de FGTS.

De fato, a relevância de tais serviços tornou o Caixa Aqui o eixo de atuação do Banco Bem com maior procura, tendo cerca de mil atendimentos ao mês. Contudo, tendo em vista o Banco Bem localizar-se na porção central da encosta do morro de São Benedito, aliada à conformação topográfica e viária de todo Território do Bem (e os diferentes níveis de inserção e acessibilidade às centralidades mais próximas de cada uma das comunidades que o integram), o Caixa Aqui acaba por servir mais estritamente à comunidade do São Benedito.

Tal serviço de inclusão financeira proporcionado pelo Caixa Aqui revela, pois, evidente relação com o desenvolvimento econômico local, uma vez que muitos dos moradores não mais se deslocam até às centralidades para realizar pagamentos de boletos e transações bancárias, inclusive para acessarem valores de programas federais: “As pessoas estão querendo comprar aqui na loja e vão ali no banco pegar dinheiro e já trazem para você” (informação verbal¹⁴⁶).

Os pagamentos de até 1.500 reais são realizados via Caixa Econômica Federal, e acima desse valor o serviço é realizado pela plataforma e-dinheiro. Nesse caso, o cliente não precisa estar cadastrado pelo e-dinheiro, pois este é acessado via *login* do próprio banco (informação verbal¹⁴⁷).

¹⁴⁶ Fala de Elisângela, moradora e comerciante do Bairro São Benedito, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹⁴⁷ Informações obtidas por meio de entrevista com Irani Novaes Côrrea, agente de crédito do Banco Bem e moradora local, em outubro de 2018.

Atualmente, o Banco é mantido pelo que recolhe do Caixa Aqui¹⁴⁸ e da participação em editais, recursos públicos, privados, parcerias e também com a ajuda de indivíduos. De fato, desde o desmonte da Senaes em 2016, com a qual o Ateliê de Ideias havia firmado diversos convênios, a associação tem buscado outras fontes de financiamento para sua manutenção financeira.

Conforme tabela abaixo, em 13 anos, o Banco Bem concedeu R\$ 1,7 milhão em créditos.

Tabela 1 - Créditos concedidos de outubro/2005 a setembro/2018 pelo Banco Comunitário Bem, Vitória/ES

Linha de Crédito	Número	Valor Emprestado
Produtivo	403	R\$ 814.423,25
Habitacional	296	R\$ 922.297,80
Consumo	659	R\$ 46.253,00
Total	1358	R\$ 1.782.974,05

Fonte: Banco Bem – dados disponibilizados em visita técnica em outubro de 2018.

Desse 1,7 milhão, 52% foram concedidos como crédito habitacional, 46% como crédito de produção para empreendedores locais, e 3% em crédito de consumo. Em termos do número de operações de créditos, o cenário inverte, tendo o crédito de consumo com maior percentual (49%), seguido do crédito produtivo (30%) e, em menor número, o habitacional (22%).

Visto que o crédito de consumo era até o ano de 2016 concedido exclusivamente em Moeda Bem, (e a partir dessa data, também via e-dinheiro¹⁴⁹), tem-se nessa categoria de empréstimos a ação propulsora da circulação da moeda social no território. Contudo, de todos os recursos em dinheiro injetados pelo Banco Bem na economia local, uma parcela ínfima (3%) corresponde à Moeda Bem posta em circulação.

De fato, foi relatado em entrevistas um processo de arrefecimento do uso da moeda local ao longo dos anos. E por mais que sua circulação tenha se mantido, a Moeda Bem não chegou a consolidar-se como uma das ações motrizes do Banco, como era previsto em seu início.

¹⁴⁸ O Banco Bem recolhe R\$ 0,40 para cada conta paga pelo Caixa Aqui.

¹⁴⁹ No empréstimo para consumo, a definição entre receber em moeda física, no caso, a Moeda Bem, ou pelo e-dinheiro, fica a critério do beneficiário.

Em entrevista realizada em outubro de 2018, a agente de crédito Irani Côrrea (informação verbal) afirmou que apenas 5 comerciantes locais efetivamente estariam vendendo seus produtos em Moeda Bem. Para ela, esse fator está relacionado com a menor procura em crédito de consumo no decorrer dos anos, devido à melhora das condições de renda da comunidade.

Leonora Mol (informação verbal¹⁵⁰) concorda que a pouca circulação da moeda se relaciona às melhoras nas condições de renda, e complementa que tal constatação está aliada à proximidade da região com as áreas de comércio, ou seja, com a boa conexão da localidade com as centralidades da cidade: “As pessoas aqui da comunidade estão muito próximas [de áreas comerciais]. Descer isso aqui a pé, e subir isso aqui a pé é muito perto. Estão muito próximas de onde as pessoas [compram]”¹⁵¹.

Se, por um lado, na adesão à moeda há poucas parcerias dos comerciantes locais com o banco, por outro, muitos são os comerciantes que já procuraram ou têm buscado o banco para empréstimos prevendo pagamento de dívidas, melhorias no estabelecimento ou para reabastecimento de seus produtos. Isso sem contar o êxito nas ações da Central de Compras ou mesmo no uso pelos comerciantes do Caixa Aqui para pagamentos de contas, sem precisar abandonar seu posto de trabalho para ir até alguma agência bancária ou lotérica mais distante.

Nas entrevistas com comerciantes locais¹⁵², ganha destaque a descrição das benfeitorias realizadas pelos empreendedores a partir do crédito produtivo, como a instalação de um elevador automotivo em oficina mecânica, a ampliação do espaço em mercearia, a troca de piso e pintura em loja de vestuário, como também de outros benefícios obtidos com o crédito, como recursos para viagens para a aquisição de mercadorias. Muitos destacaram também positivamente o uso do banco para o pagamento de boletos, ressaltando, inclusive que tal serviço tem reflexo no aumento de suas vendas, como já citado anteriormente.

Em relação ao uso da moeda, o proprietário de uma lanchonete local alegou ter suspenso o recebimento em Moeda Bem por não ser vantajoso ter que se deslocar até o banco para efetuar o resgate em reais. Já Eraldo, dono de uma

¹⁵⁰ Entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹⁵¹ Tal fala surge, pois, de um comparativo com a realidade do Banco Palmas em Fortaleza, que é localizado em uma periferia distante cerca de 20 km do centro da cidade.

¹⁵² Entrevistas realizadas em outubro de 2018.

mercearia há 11 anos, afirmou que 46% de suas vendas mensais é feita por meio da moeda. A proprietária de uma loja de vestuário alegou não ser cadastrada para receber Bem (e nem e-dinheiro) e, após conversa com pesquisador sobre os possíveis benefícios da adesão, afirma que realizará o cadastro. (Informação verbal¹⁵³).

Em relação ao uso do e-dinheiro, foram evidenciados pela equipe do Banco certos entraves iniciais para sua consolidação, como a baixa qualidade de sinal de internet no morro e também fatores sobre a inclusão tecnológica de pessoas da comunidade. Essas questões, em contrapartida, tiveram avanços desde a implementação do sistema e-dinheiro até os dias atuais, sendo evidenciada, assim, uma tendência de melhorias nos sinais de internet e também um processo na democratização do acesso e do uso de smartphones.

Além dessas questões, foi também ressaltado o pouco investimento da equipe em termos de tempo de dedicação no processo de cadastro, disseminação e divulgação do e-dinheiro nos dois anos de seu funcionamento.

A gente precisa fazer com o e-dinheiro como a gente fez em 2006 com o Bem: uma grande divulgação. Agora, como temos uma equipe institucionalizada e estruturada, fica mais complicado porque não consigo mais realocar uma funcionária do banco para fazer outros serviços. Antes eu tinha um grupo de 60 mulheres mais os rapazes da marcenaria. Hoje, [a equipe] está toda segmentada, cada um com suas funções no banco ou em algum projeto. (Informação verbal¹⁵⁴).

Tendo em vista os benefícios que o largo uso do e-dinheiro pode trazer para o banco, já que há uma taxa de 1% em cada compra que é revertida para a entidade, estão em andamento projetos que preveem a expansão do seu uso. Foram, pois, relatadas algumas possíveis parcerias que possibilitariam alavancar o e-dinheiro, como o projeto para angariar a verba do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES), destinada a ações sociais, pelo qual seria viabilizado o pagamento de catadores de resíduos recicláveis pelo e-dinheiro, o que exigiria uma ação de ampla divulgação e cadastramento de diversos pontos de comércio e serviços na cidade. (Informação verbal¹⁵⁵).

¹⁵³ Informações obtidas por meio de entrevistas com Elidelmo, Eraldo e Elisângela, comerciantes e moradores do Bairro São Benedito, em outubro de 2018.

¹⁵⁴ Fala de Leonora Mol, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

¹⁵⁵ Informações obtidas por meio de entrevista com Leonora Mol, em outubro de 2018.

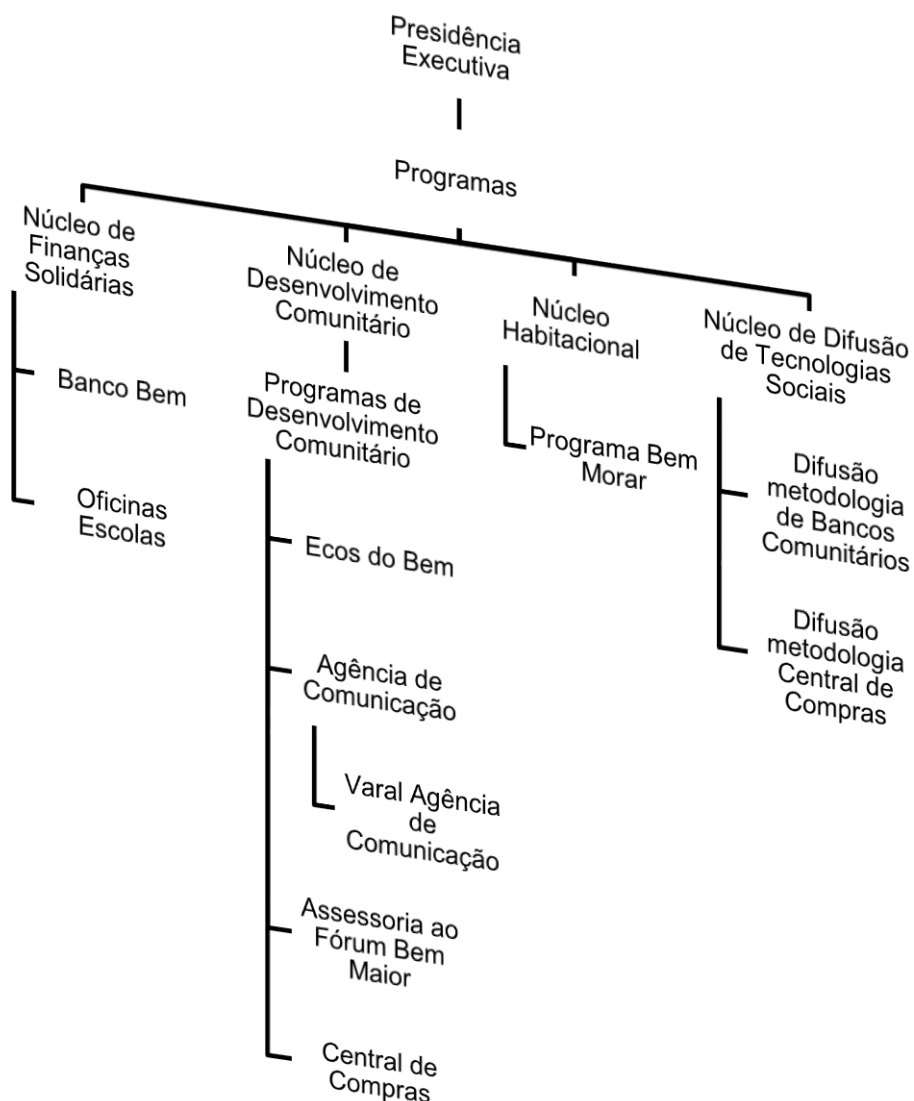
Leonora Mol, que além de diretora-presidente do Ateliê de Ideias, é também integrante da coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e da Rede Desenvolver – Rede Capixaba de Bancos Comunitários, defende as vantagens do uso do e-dinheiro em comparação com a moeda física. Segundo ela, o aplicativo é uma ferramenta monetária muito mais ampla, ao permitir o pagamento de impostos, o intercâmbio com outros bancos, além de possibilitar a compra de produtos “impossíveis” de serem comercializados no “alto do morro”, citando a importância da adesão ao e-dinheiro dos postos de combustíveis das baixadas.

Para ela, é de suma importância que o processo de disseminação do uso do sistema seja acompanhado de uma sensibilização junto à comunidade da lógica solidária que defende haver em sua utilização. “Aqui trabalhamos com ‘prossumatores’, que são consumidores, produtores e atores desse processo de mudança na comunidade”.

Com a gradativa dissolução dos setores produtivos que constituíram a Cooperativa do Bem – CoopBem, como Bem Arte Modas, Bem Arte Madeira, Bem Nutrir, Bem Limpar, Bem Construir, Bem Decorar, entre outros, o Ateliê de Ideias passou a não mais atuar enquanto incubadora direta de empreendimentos solidários, mantendo, pois, assessoria a ações de capacitação e profissionalização.

Os eixos de atuação da associação incluem: finanças solidárias, desenvolvimento comunitário, núcleo habitacional e a difusão de tecnologias sociais, conforme organograma a seguir.

Gráfico 3 - Estrutura organizacional da Associação Ateliê de Ideias



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações e dados disponibilizados pela Associação Ateliê de Ideias.

Com o fim dos empreendimentos solidários vinculados à associação, os espaços de trabalho dos núcleos produtivos tornaram-se espaços formativos, que recebem cursos e projetos, normalmente de curta duração.

A gente tem o Núcleo de Finanças Solidárias, que dentro dele a gente tem o Banco Bem, e a gente tem a assessoria a oficinas escolas. Então os empreendimentos que eu te disse antes, viraram as oficinas escolas, onde as pessoas vão, elas podem aprender tanto na marcenaria, quanto na culinária, quanto na moda, mas elas também podem ser empreendedoras daquele empreendimento, né, e podem produzir no local de trabalho. Enfim, elas aprendem, podem produzir. O Ateliê de Ideias faz junto esse contato com os

clientes, junto com elas e vai tentando colocar, então, os produtos no mercado de trabalho. (Informação verbal¹⁵⁶).

O programa Ecos do Bem abrange o desenvolvimento de uma série de ações comunitárias para os problemas relacionados à produção e destino do lixo no Território do Bem. Já a Varal Agência de Comunicação é um espaço localizado no Bairro Itararé que conta com atividades de formação nas áreas de comunicação e *marketing*, como fotografia, produção audiovisual, redação jornalística, produção de textos, rádio, edição de imagens, *web design*, criação gráfica e estratégias de *marketing*. A proposta da criação da agência surgiu da demanda dos empreendedores e comerciantes locais por assessoria em comunicação e *marketing* para atrair clientes.

A relação da atuação do Banco Bem com os princípios da economia popular solidária foi tratada nas entrevistas com integrantes da equipe gestora do banco. Tendo em vista as diferentes frentes de ação do banco, a economia solidária foi retratada como que indo além da configuração de cooperativas, ou ainda, ultrapassando (ou independendo) dos eixos da produção. Conforme entrevistas, o enfoque dado ao termo solidário relaciona-o, pois, aos conceitos de autonomia, participação e colaboração¹⁵⁷.

Economia solidária é de baixo pra cima, de baixo pra fora. Se é a comunidade que determina como o banco dela vai funcionar, é economia solidária. Na Central de Compras, um empresta o CPF para todos fazerem compras. Isso é economia solidária. [...]. Todo processo começa daqui para fora. Se for de fora para dentro, não dá certo. (Informação verbal¹⁵⁸).

Foram evidenciadas questões em torno da viabilidade financeira dos empreendimentos solidários e suas limitações de mercado. Como exemplo, foi citado o empreendimento Bem Decorar, em que jovens da comunidade produziam pisos artesanais. O Bem Decorar não conseguiu alcançar níveis de produtividade e preço para sua devida inserção no mercado, que é repleto de uma gama infinita de opções de pisos decorativos em preços bem mais acessíveis que os de produção artesanal.

Foi evidenciada também a necessidade de que haja uma mudança nos setores de produção da economia solidária, para que seus integrantes se atentem às transformações atuais nas dinâmicas de mercado. Há, pois, o entendimento que muito

¹⁵⁶ Fala de Leonora Mol, em entrevista concedida a Senna (2017).

¹⁵⁷ Informações obtidas por entrevistas com Leonora Mol, Geisiele Cassilha e Irani Côrrea concedidas ao autor em outubro de 2018.

¹⁵⁸ Fala de Geisiele Cassilha dos Santos, agente de crédito do Banco Bem e moradora do Bairro Itararé, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

da produção artesanal, característica do movimento de economia solidária – como o “artesanato de conchinha”, vestuário de crochê, dentre outros – não têm mais espaço como antes. E que é preciso que se foquem em produtos utilitários ou em outras maneiras solidárias de “fazer economia”.

A própria questão da produção na economia solidária, com a globalização a gente tem que questionar. Eu posso ter um núcleo de ecosol que consegue comprar tênis super barato da China e vender dentro da comunidade num preço excelente. (Informação verbal¹⁵⁹).

Entende-se que os princípios da economia solidária estariam atrelados, nesse caso, não ao processo de produção da mercadoria, mas ao processo de comercialização e consumo, realizado de forma coletiva e autogestionária.

Conforme as entrevistas, o diferencial entre as economias capitalista e solidária estaria, pois, no formato de gestão colaborativo que os empreendimentos solidários adotariam e em sua inserção comunitária. Nesse caso, a aderência à lógica capitalista na compra de produtos importados, por exemplo, se constituiria como uma forma de sobrevivência econômica para tais empreendimentos – o que permite um paralelo com a descrição do circuito inferior da economia conceituado por Milton Santos (1977), e descrito no item 3.2.

Importante destacar, por fim, que o estudo da experiência do Banco Bem gerou importantes informações e reflexões para a presente tese, uma vez que as ações vinculadas ao banco acabam por apresentar uma forte e evidente inserção tanto local, na vida cotidiana da comunidade, visto que sua experiência econômica chegou a constituir e nomear o espaço – o Território do Bem; quanto regional e nacional, visto o Bem ter se configurado, após o Palmas, referência na difusão de tecnologias sociais e na constituição de uma rede de apoio entre diversas periferias urbanas no país.

5.4 BCDs: um horizonte de (em) transformação na periferia urbana?

Este item trata da avaliação das experiências dos bancos comunitários visitados à luz dos aspectos apresentados na seção 4.3. Tal análise é, pois, complementada tendo em vista o processo de inclusão do sistema e-dinheiro em sua

¹⁵⁹ Fala de Leonora Mol, diretora-presidente do Ateliê de Ideias e integrante da coordenação das redes brasileira e capixaba de bancos comunitários, em entrevista concedida ao autor em outubro de 2018.

tendência de transformação do modelo de atuação dos bancos. Mais especificamente, no que diz respeito à inserção local dos bancos e a seus mecanismos de manutenção financeira.

Como apontado, o acompanhamento dos bancos de Esmeraldas e Igarapé, na RMBH, prefigurou e, por isso, colaborou em certa medida, com a elaboração dos aspectos condicionantes enumerados neste trabalho, quais sejam: fomento à produção local; fortalecimento de empreendimentos de economia solidária ou redes de solidariedade; coesão social/urbana predecessora, bem como seu fortalecimento; desconectividade com centros urbanos; identidade coletiva; aceitação e adesão à moeda.

A análise dessas duas experiências evidenciou que estas não se consolidaram, e tampouco chegaram a evidenciar novos significados urbanos em suas comunidades. Ganham, pois, destaque os diferentes processos de criação dos bancos de Esmeralda e de Igarapés tendo em vista a relação desses com o movimento social de economia solidária no país.

O Banco Esmeralda surgiu por iniciativa do movimento social de economia solidária vinculada às ações do governo federal (pela Senaes). De fato, a opção pela região de Melo Viana, em Esmeraldas, teve em conta um dos integrantes do movimento (João Lopes) ser morador da região, tendo este, que assumir as mobilizações locais. A experiência em Esmeraldas seria, pois, um projeto piloto para a criação de novos bancos no estado.

Já no caso de Igarapés, a proposta de criação do Banco surgiu do presidente da associação de moradores (Nilton Alves) que teve conhecimento da “moeda social” antes mesmo de ter contato com as premissas do movimento de economia solidária. O movimento de economia solidária inseriu-se, pois, nesse processo por demanda da comunidade local para atividades de capacitação para instalação do novo banco.

Os processos de implantação dos referidos bancos encontraram, pois, diferentes dinâmicas no papel assumido pelos agentes endógenos (comunidade) e exógenos (fóruns de economia solidária, Senaes e Ateliê de Ideias) em cada localidade.

É também relevante o fato de os entrevistados terem apontado o apoio de políticas públicas como essencial na manutenção das atividades, seja no apoio estritamente financeiro ou na viabilização de funcionários e/ou sede para operação de cada banco. Evidências essas coerentes com o cenário expresso no item 3.2, que

destaca que as práticas de economia popular e solidária no Brasil quase sempre se viram atreladas às políticas públicas implantadas pela Senaes.

Importante destacar que o período de aproximação e acompanhamento das duas experiências coincidiu com o processo político no Brasil de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que foi afastada do cargo no mês de maio de 2016. Em junho desse mesmo ano, foi também substituído o secretário da Senaes, Paul Singer, responsável pela Secretaria desde sua criação.

O movimento de economia solidária atribui ao governo de Michel Temer o desmonte institucional da Secretaria e de suas ações, expresso mais propriamente na alteração de seu secretário e na transformação da Secretaria em uma subsecretaria de governo.

De fato, muitas são as experiências com finanças solidárias no mundo que emergem de momentos de graves crises nacionais, e sem o apoio de políticas públicas. Já no Brasil, a expansão dos bancos comunitários ocorreu a partir de um programa federal, e o apoio estatal (mesmo que restrito ao poder municipal) ainda se mantém como um pilar para o seu funcionamento.

Tal constatação evidencia novos caminhos de estudos e acompanhamentos dessas experiências no Brasil, que levem a avaliar as estratégias adotadas para que os bancos comunitários possam sobreviver ao momento de crise financeira e política do país. Momento esse em que tende a aumentar ainda mais a demanda por ações de desenvolvimento (em suas diversas acepções) voltadas para os territórios com relevantes índices de vulnerabilidade social.

Inserem-se nessa proposta as possibilidades e “apostas” em torno do uso do sistema e-dinheiro pelos BCDs, questão essa evidente nas visitas à Teófilo Otoni/MG e Vitória/ES, bem como em entrevista realizada com Joaquim Melo, a ser apresentada nesta seção.

O Banclisa, banco comunitário criado para atender o conjunto de bairros da Zona Sul de Teófilo Otoni, foi implantado em 2012 a partir do programa da Senaes, e tendo por entidade executora do programa o Ateliê de Ideias, associação vinculada ao Banco Bem, de Vitória¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Também o Banco Esmeralda foi implantado por tal processo. Já o banco Igarapés não chegou a participar do programa da Senaes, mas contou com a visita de Leonora Mol, do Ateliê de Ideias, para um processo de capacitação.

O Banclisa compõe uma das muitas ações executadas pela APJ, entidade fundada há mais de 30 anos e que tem um histórico de atuação no desenvolvimento social, político e econômico evidente, não apenas local, mas com abrangência em toda cidade e também nas demais cidades do Vale do Mucuri.

O incentivo e apoio à produção, bem como à implantação de empreendimentos solidários, caracteriza essa ampla abrangência, uma vez que a APJ é referência no fomento à economia solidária em todo Vale do Mucuri.

Em relação aos níveis de desconectividade com as áreas centrais, tem-se que tanto a área urbana formada pelo conjunto de bairros da Zona Sul de Teófilo Otoni, como também a atuação política econômica e social da APJ, revelaram graus consideráveis de conectividade com as “instâncias centrais”. Os bairros da área apresentam relativa articulação urbana com as áreas centrais da cidade e a APJ revela interface evidente com órgãos públicos, entidades e movimentos sociais em diferentes níveis (seja municipal à nacional, como também parcerias com organizações internacionais).

Foi evidenciado que a APJ tem uma relação relevante com a comunidade local, sendo historicamente responsável pela criação de quatro bairros, além de atuar expressivamente na educação, capacitação e profissionalização de muitos dos jovens da comunidade. Contudo, sua atuação política e econômica não chega a restringir-se àquela área, tendo enfoque não nas lutas e mobilizações locais, mas nas pautas gerais que compõe os princípios da associação, como: a proteção da criança e do adolescente, promoção da mulher, sustentabilidade ambiental e economia solidária. Assim sendo, em termos de identidade coletiva e coesão urbana, as ações da APJ/Banclisa podem ser entendidas como que “diluídas” na comunidade local.

Importante, pois, salientar que tal ampla abrangência nas ações da APJ não pode ser reduzida a uma fragilidade da entidade, uma vez que concorda com seus objetivos originais.

Uma das ações com clara incidência local foi a implantação da Moeda Lisa, em 2012, uma vez que objetivou o fortalecimento do comércio e de uma rede local de “prossumatores”. Todavia, com o fim do convênio com as Senaes, a circulação da moeda, junto à concessão de crédito, teve uma queda significativa. Atualmente, a adesão à moeda (incluindo e-dinheiro) manifesta-se localmente mais propriamente em seu uso pelos funcionários da associação, não havendo assim uma inserção efetiva na comunidade.

Já a análise da experiência do Banco Bem evidenciou processos expressivos de enraizamento das ações econômicas propostas pelo banco com as dinâmicas urbanas locais. A começar pelo considerável montante concedido em crédito para a população atendida que, junto com ações de capacitação, acompanhamento e educação financeira, constituíram um considerável impulso para a intensificação de atividades econômicas locais.

É intensa também a interface das ações do Banco Bem com a atuação geral do Ateliê de Ideias, entidade da qual faz parte o banco. De fato, a associação teve já em seu início a conformação de práticas de finanças solidárias entre seus primeiros membros.

Também são evidentes as características da atuação do banco no que diz respeito aos níveis de coesão urbana, identidade coletiva e fomento à produção e implantação de empreendimentos solidários e redes de solidariedade.

Na experiência do Banco Bem, tais aspectos revelam forte articulação entre si. Isso fica evidente na formação do Fórum Bem Maior e na subsequente constituição da região urbana local com o nome do banco: o Território do Bem. De fato, o fórum nasceu enquanto espaço de reunião das lideranças formais e informais das comunidades locais para elaborar e aprovar a política de crédito do banco. Tendo em vista a expansão nas pautas e na participação dessas reuniões, esse acabou se conformando em um fórum de desenvolvimento comunitário – o Fórum Bem Maior, com objetivo de reunir os interesses das comunidades frente às demandas por melhorias na qualidade de vida dos moradores da região, bem como a ampliação de sua participação política.

O fórum passa então a abranger demandas locais aos bairros componentes, configurando um espaço de engajamento político, social e afirmação de identidade cultural e coletiva, tendo, pois, forte interface com as ações do Ateliê de Ideias e, assim, do Banco Bem.

A região formada pelo conjunto de bairros de baixa renda representados no Fórum, passou a ser o Território do Bem. Tal denominação se consolidou entre as comunidades, gerando um Projeto de Lei de reconhecimento oficial do Território do Bem que está em tramitação na câmara municipal de Vitória.

Tem-se, portanto, uma clara expressão de iniciativas econômicas solidárias intrinsecamente atreladas às dinâmicas urbanas locais. O Banco Bem acaba por revelar-se um importante instrumento de fortalecimento de identidade coletiva, de

catalisador das demandas comunitárias e territorializadas dessa população. Ou seja, grosso modo, tem-se um entendimento pelo qual as práticas de finanças solidárias e suas interfaces com demais aspectos da vida cotidiana, chegaram a conformar um território urbano.

Já em relação à circulação da Moeda Bem, foi observado seu uso restrito aos poucos (em número e em valor) créditos de consumo que são realizados pelo banco. Todavia, as entrevistas ressaltaram a importância da função educativa da moeda frente aos benefícios que o trabalho inicial de sua divulgação pôde trazer. De fato, além de configurar-se como um importante *marketing* para o banco comunitário e a proposta de territorialização de suas demais ações, a moeda social, ao ser simbolicamente identificada como pertencente unicamente àquela comunidade, contribui essencialmente para uma abertura daquela população a novos paradigmas em torno de economia, desenvolvimento e pertencimento local.

Ou seja, mesmo com a função de constituir-se uma alternativa de estimular o consumo local ao firmar-se como um novo meio de compra e venda, tornando específicas (ou diferenciais) as relações econômicas do bairro, a moeda social acabou atuando mais efetivamente em seu papel pedagógico/educativo, qual seja, sua carga simbólica, de “poder econômico local”, de percepção coletiva – função esta que não é estritamente condicionada à adesão efetiva ou a de um montante expressivo de moeda em circulação, mas sim, de um trabalho eficaz de divulgação de sua essência e existência na localidade.

Ganha destaque também a linha de crédito habitacional do Banco Bem, em sua relação com a permanência dos moradores na região e com o fortalecimento do pertencimento comunitário. As ações do Banco Bem de concessão de crédito produtivo para “empreender no morro” e de crédito de consumo para “comprar no morro” acabam por ter uma forte aliada na linha de crédito habitacional, que prevê, junto às buscas políticas por melhorias urbanas, a valorização do “morar no morro”.

Enfim, no que diz respeito ao sistema e-dinheiro, percebeu-se que sua adoção tem sido encarada pelos componentes dos BCDs como a promessa de curto a médio prazo de sobrevivência e fortalecimento dos bancos, tendo em vista o cenário de esgotamento dos recursos públicos direcionados à sua manutenção.

Enquanto a moeda local, em papel, pode ser compreendida como um instrumento de diferenciação econômica de um dado território, o e-dinheiro, por sua vez, atua mais propriamente como ferramenta de inclusão bancária/financeira. Em sua

função de *internet banking*, a plataforma permite, dentre outras ações, o pagamento de impostos assim como o intercâmbio com os bancos tradicionais.

Já a utilização do aplicativo para a realização de compras tem revelado tal caráter de inclusão (e não diferenciação) frente à expansão de seu uso para toda cidade. São, pois, firmadas parcerias com empresas ou entidades para que realizem pagamentos de parte dos salários ou benefícios pela plataforma – promovendo assim a injeção de dinheiro no sistema – e o cadastramento de um número cada vez maior de estabelecimentos de serviços e comércio para aceitarem o aplicativo como meio de pagamento – promovendo a movimentação financeira do sistema e, conseqüentemente, a arrecadação das taxas que são revertidas para o banco comunitário, compondo a carteira de crédito.

A previsão de atuação expandida dos BCDs abrange todo um território municipal ou até nacional, já que os usuários do sistema podem efetuar compras em qualquer estabelecimento cadastrado, independentemente de sua localização ou vinculação com algum BCD específico, abrangendo também compras on-line, por exemplo.

O e-dinheiro ganha vultoso destaque ao possibilitar um cenário de sustentabilidade financeira aos bancos comunitários, que sempre se viram dependentes da captação de recursos externos, normalmente de órgãos públicos ou de entidades filantrópicas.

Todavia, é importante que sejam analisados os efeitos da adoção e expansão previstas para os próximos anos do sistema e-dinheiro, em relação à comunidade originalmente atendida pelo banco. Para que, assim, seja avaliada em que medida é alterada, ou perde-se, a noção original dos bancos sobre seu território, ou seja, enquanto espaço de vida de uma comunidade periférica específica.

A esse respeito, apresenta-se a visão de Joaquim Melo¹⁶¹ a partir de entrevista concedida ao autor em dezembro de 2018¹⁶², que teve com pauta a avaliação do

¹⁶¹ João Joaquim de Melo Neto Segundo – ou Joaquim Melo, como é conhecido –, é graduado em Ciências Religiosas, ex-seminarista, é idealizador do Banco Palmas, mantém-se ativo na gestão desse banco e atua, sobretudo, na assessoria aos bancos comunitários do país, especialmente na implantação e expansão do uso do sistema e-dinheiro. Junto a Leonora Mol e demais representantes dos bancos do Sudeste, Norte e Centro Oeste, é integrante da equipe de coordenação da Rede Brasileira de Banco Comunitários.

¹⁶² O presente item utiliza de informações verbais de Joaquim Melo em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2018. E também são apresentadas informações complementares de Joaquim Melo em reunião com prefeito de Teófilo Otoni e integrantes do Banclisa, na qual o autor estava presente.

sistema e-dinheiro enquanto possibilidade de sobrevivência dos bancos comunitários frente ao cenário de drástica diminuição no apoio público às entidades de economia solidária. Sendo abordadas também as implicações do uso do sistema para os objetivos originais dos bancos.

Para Joaquim, de forma geral, a moeda social em papel, a moeda física, é fadada a acabar, e ser integralmente substituída pelo e-dinheiro, que ele denomina como “moeda social eletrônica”. De fato, no Conjunto Palmeiras, área de atuação do Banco Palmas, já não mais circula a moeda em papel, e ele, enquanto representante da Rede Brasileira, sugere que todos os demais bancos façam o mesmo.

A alegação é de que a moeda em papel não conta com um marco regulatório que a assegure assim como o e-dinheiro, que se enquadra na Lei Federal 12.865/2013 – que, dentre outros assuntos, disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (BRASIL, 2013) – como também na resolução 4.282/2013 do Banco Central, que estabelece diretrizes para regulamentação, vigilância e supervisão das instituições e arranjos de pagamento de que trata a referida lei (BCB, 2013). Segundo Joaquim, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários pelo Instituto Banco da Periferia, é cadastrada no Banco Central como uma *fintech* responsável pela operação do e-dinheiro, o que legalmente garante ainda mais sua atuação.

Outro argumento a favor do e-dinheiro, é que por ser um sistema informatizado, apresenta amplas facilidades de gestão se comparado com o uso da moeda em papel. Além disso, o uso do e-dinheiro constitui uma fonte de rentabilidade para os bancos, uma vez que 1% do valor de cada transação de compra pelo e-dinheiro é revertido para o banco comunitário no qual o comércio em questão é cadastrado.

Tem-se em vista as transformações nos últimos 20 anos relacionadas às melhorias nas condições de vida e de renda das populações mais pobres e à evolução das tecnologias de comunicação. Nesse sentido, para Joaquim, há uma “curva de mudança gigante” se analisarmos a “razão de ser” do Banco Palmas desde seu início até os propósitos atuais. Todavia, segundo ele, tais transformações não chegam a representar a perda da “essência” do banco. (Informação verbal).

As críticas que, segundo Joaquim, a implantação do e-dinheiro tem gerado são em relação à possível perda da noção de solidariedade no processo de substituição

do tipo de moeda, havendo assim uma suposta mudança do “padrão social para o econômico”.

Joaquim entende tais colocações como uma resistência à inclusão da tecnologia nas dinâmicas econômicas solidárias, como se tal processo as aproximasse dos padrões econômicos tradicionais. Ele rejeita tal crítica, alegando que esta estaria reduzindo a tecnologia a uma ação desumanizante, como se o uso da tecnologia extraísse as relações sociais do processo de compra e venda.

A maior contribuição do banco é criar a cultura no local, uma cultura da solidariedade local, uma cultura do território [...]. O formato como ele atua, se é moeda de papel ou moeda digital, vai se adaptando tecnologicamente. [...].

A moeda digital ou de papel ajuda a criar a relação de foco no território. Se é de papel ou digital, é a evolução do próprio banco...O foco do banco não está nas ferramentas: o foco é criar as relações da cultura de solidariedade, as relações de compra e venda entre as pessoas, com o recorte do território. (Informação verbal).

Frente a isso, foi indagado a Joaquim qual seria a sua visão sobre o e-dinheiro possibilitar uma expansão irrestrita da atuação do banco no território, indo além da comunidade originalmente atendida.

Aí eu tenho uma noção do que Milton Santos¹⁶³ tem sobre solidariedade: ele dizia que o território da solidariedade não é um território físico. Se eu estou aqui, e tem em outro lugar uma pessoa que pensa igual a mim, que usa o meu banco, que queira as coisas nessa mesma concepção, essa é a minha solidariedade. É uma solidariedade expandida.

A visão de território não se perde, se expande. Ao invés de eu vir aqui e comprar com Visa, eu compro com o e-dinheiro. [...]. Se fosse no modelo antigo, jamais eu poderia comprar aqui [com o e-dinheiro]. Eu posso comprar aqui amanhã, fazendo com que o dinheiro venha para o banco comunitário daqui. Por essa característica, a moeda digital cria esse corredor da solidariedade. Onde estiver os meus solidários, como diria Milton Santos, aqui é um território de solidariedade. (Informação verbal).

Mesmo antes da inserção do e-dinheiro, a Moeda Palmas havia arrefecido sua circulação na área atendida. Para Joaquim, a moeda parou de circular, mas cumpriu sua função, uma vez que, segundo ele “a cultura de solidariedade impôs-se no

¹⁶³ Joaquim faz referência à obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, na qual Milton Santos (2000) propõe uma nova visão de globalização a partir da prática da solidariedade em escala internacional: “Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização” (p. 80).

Conjunto Palmeiras. [...]. Menos importante se a moeda está forte ou não, é se o dinheiro está circulando lá”.

Joaquim questiona as práticas de economia solidária que acabam por privilegiar as relações sociais em detrimentos dos “negócios”, ou seja, deixando para um segundo plano os aspectos econômicos. Ele defende que na economia solidária, a economia deve ser a protagonista.

É outro tipo de economia (que gera distribuição, gera solidariedade, gera prazer), mas é economia! Se não, se a economia não estiver como protagonista, e a protagonista for a solidariedade, vira um clube de amigos. É um clube de amigos que faz negócios, que faz consórcio, que faz feirinha, enfim. (Informação verbal).

Para Joaquim Melo, os bancos comunitários devem, pois, usar da lógica da solidariedade a seu favor, ou seja, devem ter na mobilização e organização da comunidade, na promoção da cooperação e na autogestão, instrumentos para fortalecer seu próprio negócio, prevendo crescer enquanto empreendimento.

Se não for essa a lógica, você está fazendo o papel de uma associação de moradores de bairro, que tem o papel de organizar, por organizar, o bairro. [Quem visa] fortalecer a luta do bairro é a associação de moradores, não é o banco.

O banco atua desse jeito porque ele entende que esse território fortalecido, mobilizado, organizado, interagindo com outro, é muito mais viável economicamente para ele dar certo assim, que na lógica da competição, da concorrência, da disputa, que é a lógica do capital. (Informação verbal).

Segundo ele, há também a visão daqueles que entendem que um banco comunitário não pode gerar lucro ou não deve ser sustentável financeiramente, tendo de manter-se por subsídios. Seriam esses, de acordo com Joaquim, que alegam que o e-dinheiro “afasta o banco das pessoas, desumaniza o banco”. Joaquim discorda dessa visão, alertando que, frente à conjuntura política do país, de diminuição drástica na previsão de apoio aos movimentos sociais e entidades não-governamentais, os bancos comunitários não sobreviverão se não assumirem a centralidade de seu papel econômico, na formulação de estratégias para se manterem financeiramente.

Agora nesse momento que o Brasil está enfrentando, eu estou muito focado em levar esse discurso para nossos companheiros. Ou a gente realmente se entende como um **negócio** solidário – enfim, na ética da lógica solidária –, ou é melhor fechar, e dizer que fechou, do que minguar até a morte. Tem que funcionar enquanto negócio. (Informação verbal, grifo nosso seguindo entonação na fala do entrevistado).

Joaquim tem no sistema e-dinheiro a perspectiva de sobrevivência, manutenção e expansão dos bancos comunitários no país.

Nesse sentido, aborda a experiência do Banco Mumbuca em Maricá/RJ, apresentada no item 5.1.3, que tem sido apresentada como “case de sucesso” no uso do e-dinheiro.

O que o Palmas foi ao longo dos anos de referência dos bancos comunitários e para as finanças solidárias na época que a moeda era de papel, hoje, Maricá é a grande referência do digital. (Informação verbal).

Outro exemplo de iniciativa para um “impulso financeiro” do banco comunitário por meio do e-dinheiro é de Teófilo Otoni/MG, pela parceria firmada entre uma rede de supermercados e o banco comunitário Banclisa para uso do e-dinheiro (ver Item 5.3.1). No contrato de adesão, o proprietário da rede exigiu exclusividade no uso do aplicativo em relação aos demais supermercados da cidade (com exceção daqueles já cadastrados no e-dinheiro), além de requerer a diminuição da taxa de serviços do aplicativo de 2% para 1%¹⁶⁴. Prevendo-se, assim, ganhos de competitividade e de lucro a partir dessa nova ferramenta – aspectos próprios da lógica capitalista de mercado.

Para Joaquim Melo, tal tipo de acordo não estaria afetando a lógica original das finanças solidárias, uma vez que o valor angariado para o banco com essa parceria irá alimentar a carteira de crédito, direcionando o excedente à própria comunidade – diferentemente do banco tradicional, que visa o lucro para seus acionistas e para sua expansão enquanto empresa: “Vamos gerar recursos para colocar na solidariedade”.

É um sonho antigo que a gente tinha de poder conscientizar todo mundo, de que todos iriam virar solidários, e todos os solidários juntos iriam mudar o mundo. Isso não é verdade. Então, temos que ter as portas abertas e daí tirar uma relação que a gente possa ter dinheiro, recurso, e mobilização para fazer a solidariedade. (Informação verbal).

Tal defesa em prol da autonomia financeira dos BCDs é evidente também na entrevista com Leonora Mol (ver item 5.3.2) que, junto à visão de Joaquim Melo, aponta as possibilidades e os benefícios da articulação da economia solidária não apenas com a economia do setor público, mas também com a economia do capital. Novas interfaces entre os setores são assim apresentadas como estratégias

¹⁶⁴ Nesse caso, 0,5% retornam ao Banclisa e 0,5% vão para a Rede.

fundamentais para a manutenção das práticas alternativas de economia social e solidária¹⁶⁵, sobretudo em um cenário de recessão da economia do setor público.

Importante destacar ainda que por essa ótica, acaba-se por evidenciar maior enfoque das práticas dos BCDs em ações de inclusão (a princípio financeira) do que na manifestação de formas diferenciais de reprodução social (e produção espacial).

Sendo aqui destacados os riscos de que a adoção e expansão do sistema e-dinheiro possam significar certo esvaziamento da dimensão comunitária dos bancos, é preciso ainda que, por outro lado, sejam investigadas também as possibilidades de que esse modelo de atuação dos BCDs revele novas formas de organização comunitária, mesmo que isso ainda não seja claramente percebido.

De fato, a presente tese originou-se na análise da espacialidade construída a partir da criação e uso da moeda local. Sendo, pois, avaliado, no decorrer da pesquisa, que não só a moeda local, mas todo o conjunto de ações do banco/associação seriam capazes de revelar evidentes inflexões e, assim, alterações, em escala comunitária, nas dinâmicas do espaço urbano.

Nesse sentido, é possível construir uma leitura desse novo modelo de atuação dos bancos a partir do e-dinheiro tendo o entendimento de que esse se aproprie da territorialidade e do fortalecimento comunitário já efetivado nas experiências dos BCDs. Tendo tal inserção local consolidada, o sistema e-dinheiro pode assim limitar-se a uma ferramenta de manutenção financeira do BCD, sem chegar a representar, propriamente, um arrefecimento do caráter comunitário do banco.

Por outro lado, em bancos constituídos desde seu início com o e-dinheiro ou mesmo aqueles cujas ações ainda não são consolidadas localmente – em relação tanto à oferta efetiva de serviços financeiros quanto aos níveis de adesão da comunidade local às suas propostas –, a abrangência na atuação além-comunidade que o e-dinheiro proporciona, bem como a dinâmica de “parceiras rentáveis” pelo recolhimento de taxas nas transações realizadas pelo sistema¹⁶⁶, acabam por representar uma possível desconexão progressiva do banco à localidade.

Importante destacar ainda que, mesmo que a implementação do e-dinheiro seja amplamente difundida pela coordenação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, muitos são os BCDs em atividade no país (ver APÊNDICE A) cujos gestores optaram

¹⁶⁵ Conceito trabalhado no item 3.2.

¹⁶⁶ Tal colocação refere-se à aproximação de tal mecanismo à lógica competitiva de mercado, na busca por ampliação de vendas e maiores lucros em transações.

por não cadastrarem o banco no sistema, ou mesmo efetivaram o cadastro, mas não chegaram a operar com o e-dinheiro¹⁶⁷.

Ademais, o e-dinheiro, assim como a moeda local em papel, tem seu uso condicionado aos níveis de confiabilidade da população. Os exemplos apresentados de bancos que chegaram a operar com o e-dinheiro, revelaram não haver até então uma adesão considerável ao uso da plataforma, seja pelo reduzido trabalho de divulgação e de cadastro de comerciantes e prestadores de serviços, como também pelo benefício pouco atrativo que a população local percebeu em sua utilização, o que se relaciona também com a limitada oferta (ou reduzida demanda) de crédito de consumo.

Conforme apresentado, no caso do Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, o “gatilho” para o amplo uso do e-dinheiro foi a injeção de recurso público no sistema pela Prefeitura. Frente a esse caso, os demais bancos que visam à consolidação e expansão do uso do e-dinheiro, têm buscado parcerias e mecanismos que promovam uma aplicação de recursos no sistema, no intuito de promover efeitos multiplicadores como ocorreu no caso do Mumbuca, onde tem sido crescente a abertura de contas desvinculadas ao programa de benefícios da Prefeitura. Pois, uma vez que a utilização do e-dinheiro se consolida, consolidam-se também os níveis de confiabilidade no sistema, que se traduzem na expansão da adesão ao seu uso de forma espontânea por mais pessoas.

De fato, a pesquisa apontou para um momento atual de reestruturação das ações de muitos dos BCDs prevendo uma expansão no uso do e-dinheiro. Por isso, tendo em vista tratar-se de um processo em implementação, a abordagem sobre o e-dinheiro é aqui feita no campo das possibilidades.

Dessa forma, o panorama apresentado acaba por evidenciar questionamentos em torno da eficácia do e-dinheiro tanto como ferramenta financeira alinhada às demandas da população quanto como mecanismo de sustentabilidade financeira dos BCDs. O que também chega a indicar perceptivas futuras para análises do modelo de atuação dos BCDs, em que pesem as estratégias que estes têm adotado frente ao arrefecimento de apoio do poder público federal, na busca por recursos públicos em

¹⁶⁷ De fato, a ausência de comércio e/ou usuários cadastrados ou o número reduzido de cadastros inviabilizam o uso do sistema para a realização de compras, o que, combinados à localização do banco mais ao fim da Tabela 1, evidenciam pouca ou nenhuma movimentação financeira realizada pelo e-dinheiro.

outras instâncias, na expansão do uso do e-dinheiro alargando sua escala de atuação ou ainda, quiçá, na adoção de outras alternativas de manutenção financeira.

6 CONCLUSÃO

Como definição, temos no conceito de alienação social um estado coletivo ou individual em que é eliminado o senso de participação política, de questionamento da lógica hegemônica, de pensamento crítico – no qual se passa a aceitar tudo o que é dado como algo natural, racional ou divino. O termo é aqui abordado sob a ótica de Marx investigada por Ollman (1976), que trata o conceito como sendo elemento central do trabalho e da produção do capitalismo – relacionando a produção de bens e o processo de mercantilização expandido às relações sociais e à vida.

Bourdieu (1997, p. 160) descreve como *efeito de naturalização* o estado que (de)forma e dissimula o espaço quando, por haverem ali características e diferenças sociais determinadas pela lógica histórica, estas acabam, assim, por parecerem surgidas da natureza das coisas. Dessa forma, segundo o filósofo, a inscrição durável das realidades sociais regidas pela posse de capital no “mundo natural” origina esse processo que faz das estruturas sociais fenômenos naturais, ou melhor, das estruturas objetivadas, experiências internalizadas (subjetivas).

Adiciono às análises de Ollman e Bourdieu a visão de Polanyi (2012), que revela a problemática da naturalização e autonomia dos processos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana, convertendo-as em “meros acessórios” dos mercados. Polanyi destaca que antes da emergência moderna do “sistema oferta-demanda-preço”, as relações econômicas eram enraizadas e subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc. (POLANYI, 2012; BONALDI, 2014).

Dessa forma, o processo de alienação capitalista e de arranjos e disputas pela localização territorial a partir da posse de capital econômico-financeiro une-se à visão da teoria lefebvriana de um espaço abstrato que busca dominar e homogeneizar a dinâmica urbana. As periferias urbanas podem ser vistas, assim, como fruto de um processo de produção do espaço abstrato de expropriação que, comandado pela lógica de produção e acumulação capitalista, tende a apagar as diferenças culturais, étnicas e históricas à medida que direciona a localização de uma população urbana de acordo com sua renda, onde o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso da terra urbana.

Tendo em vista o caminho de reflexão até aqui traçado, entende-se que, quando há uma experiência coletiva/comunitária de questionar as contradições e a

autonomia dos aspectos econômicos, sociais e políticos oriundos da lógica capitalista, e, a partir daí, são promovidas alterações locais significativas nas relações socioespaciais daquele povo, teríamos, assim, a demarcação de um território onde ganha força a diferença e a criatividade.

Ou seja, na medida em que se identifica um processo de formação coletiva de uma identidade de resistência (CASTELLS, 1999) à tendência homogeneizadora do espaço abstrato, ou um contexto de questionamento da lógica hegemônica produtora do espaço, é possibilitado o fortalecimento na produção de um espaço diferencial. (LEFEBVRE, 1993).

Una-se ao conceito de diferença a definição de desenvolvimento cunhada por Furtado (1978), segundo o qual, diferentemente da ideia de crescimento econômico em padrões globais, o “verdadeiro” desenvolvimento traduz-se como “expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (FURTADO, 1978, p. 80), traduzindo, assim, um caráter endógeno para o termo. (MONTE-MÓR, 2015).

Portanto, se a lógica do capital industrial tende à atenuação de diferenças e diversidades nas relações sociais de produção e consumo, e o desenvolvimento tem a criatividade e a diversificação como vetores, entendo que focalizar a emergência do urbano utópico nas periferias como recuperação da diversidade se torna fundamento da criação endógena de respostas técnicas, econômicas e institucionais¹⁶⁸.

Nesse sentido, a introdução em uma localidade de ações e instrumentos que, territorializados, impõem práticas econômicas solidárias, ou seja, diferenciadas das práticas competitivas de mercado, não pode ser encarada como capaz de evidenciar por si só um desenvolvimento local e tampouco a emergência do urbano lefebvriano (utópico-emancipatório) na cidade a partir das periferias. Identifica-se, pois, aqui, o potencial de unir a visão de produção do espaço a uma experiência socioeconômica com significados eminentemente portadores de novos e alternativos horizontes para a *práxis* urbana.

Dentre as singularidades dos bancos comunitários que possibilitam situá-los como uma outra forma de fazer economia, destaca-se o objetivo (tido como principal) de construção de redes locais de solidariedade mediante a articulação entre a

¹⁶⁸Tenho como referência para tal constatação o estudo de Silva (2015) que traça as relações entre o uso de recursos e a conservação do bioma no debate sobre o desenvolvimento na Amazônia.

produção, comércio, prestação de serviços e consumo, junto à atuação política e social – a rede de “prossumatores”. Tal proposta é capaz de evidenciar uma “outra economia” na medida que busca promover um desenvolvimento endógeno na área urbana, e implica uma “ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico.” (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31).

Nesse sentido, é notória a importância das ações de concessão de créditos solidários a juros baixos (em alguns, igual a zero) e com premissas intrinsecamente vinculadas aos laços de vizinhança e à formação de uma lógica de reciprocidade comunitária.

Diferente das práticas de microcrédito convencionais, que são orientadas à pessoa ou organização individual, as ações dos BCDs são voltadas ao território ao qual pertencem os bancos, seja ele uma comunidade, um bairro, seja um pequeno município. Os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Já as moedas locais são apresentadas em sua proposta metodológica com vistas a resgatar o sentido antropológico da moeda, como elemento que permite vincular-se a uma totalidade social: “Para além de um simples papel de mediador das trocas, a moeda social deve ser compreendida ‘como mediação social e como relação ao grupo como um todo’” (SERVET, 1999 *apud* FRANÇA FILHO, 2008).

De fato, o caráter verdadeiramente endógeno da proposta de adoção de moedas sociais compreende a capacidade de produzir/comercializar/consumir produtos e prestar/contratar serviços de forma a reproduzir as diversidades locais como potencial de apropriação do espaço da cidade, ultrapassando, assim, a ideia do desejado crescimento econômico local para alcançar possibilidades também de desenvolvimento político e cultural de sua população, rumo à realização progressiva da sociedade urbana prevista por Lefebvre.

Se, para Polanyi (2012), as práticas econômicas de mercado naturalizam-se na sociedade à medida que se abstraem e se desenraizam do território – visão da economia como global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar –, então o conjunto de ações dos bancos comunitários possibilitaria evidenciar uma nova

economia em sua dimensão espacial, ao propor um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída.

A visão de uma “falácia economicista” denunciada por Polanyi (2000) – lógica que reduz o conceito e a prática do econômico ao mercado – encontra, pois, respaldo na proposta dos bancos comunitários de fomentar relações econômicas que, resistindo à abstração inerente à economia de mercado, preveem um retorno ao local, relações essas que surgem de um processo de “reenraizamento” da economia no território.

Nesses termos, a ideia de desenvolvimento local¹⁶⁹, ou desenvolvimento endógeno, ou ainda *endodesenvolvimento*¹⁷⁰, presente nos discursos em torno da criação dos bancos comunitários, pode ser entendida aqui também como a proposta de uma reestruturação urbana na área em questão. Reestruturação urbana não no sentido restrito de promoção de infraestrutura ou de serviços públicos, mas sim em relação ao conceito de urbano lefebvriano que trata do processo que conduz à emancipação da sociedade e que modifica as tendências da lógica industrial – sobretudo referente à força de redução das diversidades, ou seja, da homogeneização do espaço abstrato. Na desejada efetivação desse horizonte, que pode ser denominado de urbano utópico, a tríade festa, poder e excedente enfim se realizaria.

Todavia, para além de vislumbrar na proposta metodológica dos BCDs, as possibilidades e potenciais de evidenciar dinâmicas econômicas diferenciadas, com inflexões urbanas, nas periferias, esta tese consolida um caminho para a análise crítica das experiências dos BCDs ao elaborar e identificar um conjunto de pressupostos que permitem validar seus possíveis significados urbanos, em que pesem a diversidade de experiências existentes e as dificuldades observadas na implementação e manutenção de várias de suas propostas.

Compõem tal conjunto os seguintes fatores: fomento à produção local; fortalecimento de empreendimentos de economia solidária ou redes de solidariedade;

¹⁶⁹ Utilizo o conceito trabalhado por Furtado (1978) de desenvolvimento como sendo a expressão da capacidade para criar soluções para problemas específicos, diferente da ideia de crescimento econômico.

¹⁷⁰ Conceito utilizado por Singer (2009) ao tratar do processo de desenvolvimento de um bairro impulsionado por ações da própria sociedade civil, sem interferência direta de qualquer agente exógeno, público ou privado.

coesão social/urbana predecessora, bem como seu fortalecimento; desconectividade com centros urbanos; identidade coletiva; aceitação e adesão à moeda.

A partir de um contexto de questionamento coletivo da lógica hegemônica (da identidade legitimadora em prol de uma identidade de resistência), e, assim, de promoção de alterações locais significativas nas relações econômicas, sociais e políticas daquele povo, teríamos a demarcação de um território onde ganham força novos e alternativos horizontes para a *práxis* urbana. A população da periferia urbana reivindica, dessa forma, uma ressignificação de seu papel na cidade.

Para esse caso, temos processos econômicos estritamente vinculados às esferas socioespaciais e culturais de uma comunidade, o que nos permite, então, estabelecer uma visão pela qual práticas de finanças solidárias possam se configurar em práticas espaciais de resiliência e resistência.

Como trabalhado no item 3.2, Coraggio (2000) define como *reprodução ampliada da vida* a busca da melhoria progressiva na qualidade de vida em seus diversos aspectos. Esse termo é amplamente utilizado para designar as perspectivas de prosperidade dos membros de empreendimentos solidários, consistindo assim, em um caminho diferencial, em contraponto tanto à busca pela acumulação do capital, pelo lucro, quanto ao mantimento da vida com o mínimo, a busca pela sobrevivência – designada por Coraggio como *reprodução simples da vida*.

Para melhor compreender a relação das ações dos BCDs com um processo de emancipação urbana nas periferias, uso da categorização feita por Fuller e Jonas (2003 *apud* MENEZES, 2007) frente às finalidades e práticas adotadas por instituições¹⁷¹ como os bancos comunitários ao se constituírem em alternativas à lógica vigente. Eles propõem três categorias:

- i) alternativas-opositoras, que seriam as instituições cujo propósito é a construção de valores e normas diferentes e negadoras da tendência dominante; ii) alternativas-suplementares, que seriam antes uma opção adicional do que uma escolha de se contrapor à hegemonia; e iii) alternativas-substitutas, que ocupam espaços vazios ou antes ocupados por instituições convencionais. (MENEZES, 2007, p. 13).

À medida que se compreende que o espaço diferencial produzido não necessariamente deva evidenciar um enfrentamento ao capitalismo hegemônico, mas possa significar um movimento social que busca uma forma alternativa de vida política

¹⁷¹ Idem 55.

e econômica, podemos compreender, assim como a pesquisa de Menezes (2007), que as experiências no Brasil dos bancos comunitários se configuram ao mesmo tempo em alternativas suplementares e substitutas.

Ademais, sob a ótica da produção do espaço, pode-se ainda perceber ser a lógica oficial do mercado e das demais formas de produção e reprodução capitalistas a responsável por uma legitimação da situação precária da área urbana em questão.

Assim, os pressupostos elaborados nessa tese, configuram-se como um caminho para a análise dos BCDs em seu potencial de emancipação urbana. As análises em campo colaboraram em sua formulação e acabaram ainda por revelar outras interfaces que tais experiências são capazes de evidenciar.

A montagem do panorama dos BCDs no país constitui uma contribuição evidente da pesquisa para os estudos dos BCDs, uma vez que buscou atualizar e preencher algumas das lacunas presentes nas informações até então publicadas ou disponibilizadas.

Ao apresentar as experiências de Esmeraldas e Igarapé na RMBH, foram ressaltadas as dificuldades de consolidação das ações propostas pelos bancos em suas comunidades, evidenciando um cenário de dependência das iniciativas de desenvolvimento local de obterem apoio do poder público para sua consolidação e manutenção. Tais análises resultaram na enumeração dos aspectos condicionantes para emancipação urbana que constituíram os pressupostos desta tese e que, por sua vez, direcionaram as pesquisas sobre as demais experiências avaliadas.

A análise do Banclisa, em Teófilo Otoni, na região do Vale do Mucuri de Minas Gerais, evidenciou a atuação da APJ, associação a qual é vinculado, não restrita ao atendimento local, mas com interfaces municipais e regionais – seguindo os princípios originais da entidade. Mesmo que historicamente a inserção da associação na vida cotidiana da comunidade local seja evidente, as ações específicas do banco comunitário, em termos de fortalecimento da identidade coletiva e coesão urbana da comunidade, são aqui entendidas como que “diluídas” no território.

Sobressaem-se também na análise do Banclisa as perspectivas de ampliação das ações do banco comunitário em escopo e em escala, seguindo os passos do Banco Mumbuca, de Maricá/RJ, prevendo abranger todo o território municipal.

Na análise das ações do Banco Bem, de Vitória/ES, os pressupostos avaliados na tese revelam forte articulação entre si¹⁷². Constatando essa evidente na formação do Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior e na subsequente constituição da região urbana local com o nome do banco: o Território do Bem.

O Banco Bem constitui-se como importante instrumento de fortalecimento de identidade coletiva, de catalisador das demandas comunitárias e territorializadas da população atendida. Tem-se, portanto, uma clara expressão de iniciativas econômicas solidárias intrinsecamente atreladas às dinâmicas urbanas locais, iniciativas essas responsáveis, inclusive, pela conformação de um território urbano específico: o Território do Bem.

Em relação às moedas sociais circulantes locais, as análises evidenciaram níveis discretos de adesão pelas comunidades. Contudo, foi ressaltada sua importância enquanto instrumento simbólico/político de afirmação da identidade coletiva e legitimidade da vida cotidiana local, bem como instrumento educativo/pedagógico, “pois seu uso permite repensar o papel do dinheiro e da moeda e, por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido de acumulação e retoma o seu sentido de facilitadora de trocas de produtos e serviços.” (NEIVA *et al.*, 2013, p. 110).

De fato, além de configurar-se como um importante *marketing* para o banco comunitário e a proposta de territorialização de suas demais ações, a moeda local, ao ser simbolicamente identificada como pertencente unicamente àquela comunidade, contribui essencialmente para uma abertura daquela população a novos paradigmas em torno de economia, desenvolvimento e pertencimento local.

Enfim, constata-se que as práticas solidárias dos bancos comunitários de desenvolvimento constituem um fenômeno complexo, com interfaces que atuam (de forma dialética) na inclusão financeira e urbana das populações atendidas, ao mesmo tempo que visam propor uma diferenciação dessas comunidades em sua lógica de fazer economia e, assim, de ser cidade. As ilustrações que as visitas de campo proporcionaram para a composição de tal quadro indicam, ainda, que o objetivo de inclusão financeira tem sido mais evidente se comparado aos esforços de diferenciação (e emancipação) urbana das periferias em questão.

¹⁷² Conforme análise apresentada no item 5.4.

Prevendo que este trabalho prefigure e subsidie a realização de futuras análises, apontam-se aqui horizontes para demais pesquisas que possam ser desenvolvidas em torno do tema.

Em relação ao recente processo de adoção do sistema e-dinheiro, sobressaem os possíveis efeitos (e controvérsias) da expansão da atuação dos BCDs (em escopo e em escala) induzida pela lógica de ampliação irrestrita de mercado da plataforma, uma vez que transações realizadas geram um retorno financeiro ao banco.

Nesse sentido, há que se pensar em que medida aspectos relacionados tanto aos níveis de inclusão tecnológica das comunidades atendidas, quanto à inserção de um mecanismo formulado originalmente por uma lógica financeiro-capitalista – e à diferente forma de abrangência territorial (virtual) da “nova moeda” – podem ameaçar os objetivos do banco comunitário, até então visados, de desenvolvimento endógeno de uma localidade urbana.

De fato, a pesquisa acabou por acompanhar a transição (ainda em andamento) do modelo baseado na moeda social “territorializada”, que visa, dentre outras implicações já descritas, fortalecer o sentido de comunidade, para um novo formato que, ao apropriar-se de mecanismos de mercado, revela-se mais viável economicamente. Processo esse que evidencia questionamentos em torno da possível ameaça que tal modelo venha exercer para a noção de territorialidade até então vinculada às experiências com os bancos comunitários.

Em relação à moeda local, em papel, sua influência no aquecimento da produção/comercialização/consumo local e na afirmação da identidade coletiva da comunidade deu-se mesmo em casos em que sua circulação nem mesmo chegou a se consolidar na comunidade. Assim, tem-se que o inicial uso/divulgação da moeda é capaz de constituir-se, em si, uma ação de fomento e fortalecimento das atividades econômicas na área atendida pelo banco.

As entrevistas com Joaquim Melo e Leonora Mol defendem os benefícios da adoção em larga escala do e-dinheiro, prevendo por ele, inclusive, o fortalecimento da noção de solidariedade na ação dos BCDs. Indicam, pois, na formação de novos formatos de parcerias, com órgãos públicos ou privados, que visem a injeção de recursos no sistema, uma estratégia fundamental para a sobrevivência dos bancos em um cenário de arrefecimento drástico de recebimento de recursos públicos federais – que em grande medida foram responsáveis pela constituição e manutenção da maior parte dos BCDs do país.

Outros questionamentos possíveis em torno de tal visão são referentes ao maior enfoque dado pelas ações de expansão do sistema e-dinheiro em aspectos de inclusão das comunidades originalmente atendidas pelos BCDs do que na promoção de dinâmicas econômicas locais alternativas e diferenciadas da lógica hegemônica.

Em relação ao processo de formação de identidade coletiva, os exemplos apresentados sugerem que a adoção do sistema e-dinheiro nas experiências que apresentam inserção local/comunitária consolidadas, acaba por indicar a não ameaça, pelo menos em grande vulto, dos laços urbanos já constituídos. Já nas experiências mais recentes ou em processo de consolidação, as análises sugerem que a adoção do e-dinheiro é capaz de, em alguma medida, revelar entraves no processo de inserção e afirmação comunitária do banco, uma vez que prevê a extensão da abrangência de sua atuação para além do espaço constituído pela comunidade local.

Ademais, as entrevistas apontaram um processo de recentes mudanças também para os demais setores da economia solidária, traduzido por uma interface “mais aprimorada” às dinâmicas de mercado como forma de sobrevivência econômica de suas práticas.

A previsão de maior articulação entre as esferas da economia (economia popular, economia empresarial capitalista e economia do setor público) é apontada por Coraggio (2012) como constituindo um embrião da “economia do trabalho”. O conceito é sintetizado em Diniz (2017) como sendo o “ideal utópico de um sistema econômico em que predomine a lógica da ‘reprodução ampliada da vida’ em detrimento da lógica de acumulação de capital” (p. 15).

De fato, o conceito de economia solidária é adotado nesta tese seguindo as definições de Paul Singer, o que permite o enquadrar aqui como parte do setor de economia popular definido por Coraggio (ver item 3.2). Porém, Coraggio (2012) evidencia as práticas solidárias econômicas existentes também nos setores público e empresarial capitalista. Para ele, a interface entre as três esferas econômicas que conduziriam ao modelo sistêmico de economia do trabalho, ocorreria à medida que tal articulação fosse efetivamente realizada pelo conjunto de práticas solidárias existentes nos setores.

Visão que vai ao encontro da leitura de Joaquim Melo dos processos atuais de reestruturação tanto dos BCDs quanto da economia solidária no país, ao apontar perspectivas de expansão da noção de solidariedade intensamente integrada às demais esferas da economia e da vida. Percepção essa que, dados os

questionamentos aqui levantados, abre espaço para investigações mais amplas, que possam abranger todo o campo da economia social e solidária frente a esse novo arranjo que suas práticas têm constituído no Brasil.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. T. O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial? *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, p. 101-118, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792016000100007>

APJ – ASSOCIAÇÃO APRENDER PRODUZIR JUNTOS. *Regimento Interno de Trabalho APJ*. Teófilo Otoni/MG: APJ, 2009.

APJ – ASSOCIAÇÃO APRENDER PRODUZIR JUNTOS. Moeda social conquista espaço e fortalece economia de municípios mineiros. Notícias. APJ: Teófilo Otoni, 3 maio 2016. Disponível em: <http://apjuntos.org.br/2016/05/03/moeda-social-conquista-espaco-e-fortalece-economia-de-municipios-mineiros/>. Acessado em: 3 abr. 2017.

ARAÚJO, Y. M. Bancos Comunitários e a Economia Solidária: Estratégias de Desenvolvimento de Baixo para Cima em Montes Claros - MG. 2009. 295 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp114104.pdf>>. Acessado em: 07 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. História. Ateliê de Ideias. [20--a]. Disponível em: <<https://www.ateliedeideias.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. Bem Morar. Ateliê de Ideias. [20--b]. Disponível em: < <http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar//>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. *Nossa história nosso bem*. Cartilha. Vitória: Ateliê de Ideias, 2009.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS; FÓRUM BEM MAIOR. Plano Bem Maior do Território do Bem. Vitória: Ateliê de Ideias, 2009.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS; FÓRUM BEM MAIOR. Saberes, fazeres e Potencialidades da Poligonal 1 de Vitória/ES. Vitória: Ateliê de Ideias, 2009.

BANCOS DOS COCAIS. Participamos ontem 16/05, da primeira plenária territorial ordinária do entre Rios em Água Branca-PI. São João do Arraial/PI, 17 maio 2019. Facebook: Banco dos Cocais. Disponível em: <https://www.facebook.com/bancodoscocais?_tn_=%2CdC-R-R&eid=ARBzxUxv7ADNuYdj4_qM1BBmYQ1_jEtIzAS0s5QofPxLS283bP9zkymTKc4P2ciei8m8SmigBnjtqGRS&hc_ref=ARQ3TDsA5Eq_b7b1wwJ0sc4FP2189s0RgoK1StuNrxezQC8ivALqrnM6WJJC-vA43dQ&fref=nf> Acesso em: 18 maio 2019.

BANCO MUMBUCA. “MumbuCred é a linha de crédito do Banco Mumbuca a juro zero”. 19 jul. 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/189013791455000/posts/mumbucard-%C3%A9-a-linha-de-cr%C3%A9dito-do-banco-mumbuca-a-juro-zero-para-quem-tem-um-peq/612562305766811/>> Acesso em: 12 jan. 2019.

BANCO PALMAS. Ei, segura essa: "Como faço para criar um banco comunitário aqui na minha cidade?". 15 jan. 2019. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BancoPalmas/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anais do II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2010. 151p. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_II_forum_inclusao_financeira.pdf> Acesso em: 14 jan. 2019.

_____. Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013 (do Banco Central). Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Brasília: Banco Central do Brasil, 4 nov. 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4282_v1_O.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 *apud* MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c. 61-85.

BENJAMIN, C. [Orelha do livro]. In: POLANYI, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BLANC, J. (1998): Les monnaies parallèles: évaluation et enjeux théoriques du phénomène. *Revue d'Economie Financière*, n. 49, p. 81-102, set. 1998 *apud* SOARES, C. L. B. A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento?. *Revista Orbis Latina*, vol.1, n. 1, jan./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/488/437>>. Acessado em: 20 out. 2017.

BONALDI, E. V. Karl Polanyi, A subsistência do homem e ensaios correlatos. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 287-291, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/18.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BOULDING, K. La economía del amor y del temor. Madrid: Alianza, 1973 *apud* LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? *Revue Internationale de L'Économie Sociale*, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In: _____ (Coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.

BRASIL. Projeto de Lei N. 4685/2012 (da Câmara dos Deputados). Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 8 nov. 2012. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>
. Acesso em: 11 maio 2018.

_____. Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. [...] disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional [...] e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 9 out. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12865.htm>. Acesso em 31 jan. 2017.

CAIXA. Correspondente Caixa Aqui. Caixa Econômica Federal [Site Institucional]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/atendimento/correspondente-caixa-aqui/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CANCLINI, N. G. Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización. México: Editorial Grijalbo; 1995.

CANETTI, T. A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI. 2014. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CANETTI, T. Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 2, p. 25-39, ago. 2015.

CANGIANI, M. Introdução. In: POLANYI, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTELLS, M. The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley: University of California Press, 1983 *apud* _____. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. La economía informacional, la nueva división internacional del trabajo y el projeto socialista. *El socialismo del futuro*, n. 4, 1991 *apud* TORRES, H. G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, p. 49-70, maio 2001.

COELHO, F. D. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 153-164.

COHEN, B. J. The Future of Money. Princeton: Princeton University Press, 2004 *apud* DOOD, N. Reinventing monies in Europe. *Economy and Society*. v. 34 n. 4, p. 558-583, nov. 2005.

CORAGGIO, J. L. Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación. Textos, n. 2. Quito: CIUDAD, 1987. Disponível em: <<https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/los%20complejos%20territoriales%201987.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. Economia Urbana: La Perspectiva Popular. Quito: Fronesis, 1994 *apud* FERREIRA, C. G.; BERTUCCI, J. O. A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório. *Texto para discussão*, n. 255, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20255.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

_____. Hacia um proyecto de economía social centrada en el trabajo: contribuciones de La Antropología Económica. Trabalho apresentado na Conferencia do Programa PEKEA, Santiago, 2002.

_____. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, n. 98, p. 12-20, set./nov. 2003.

_____. Territorio y economías alternativas. I Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, 2009. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Territorio_y_economias_alternativas.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011 *apud* DINIZ, S. C. *Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural*. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017. p. 1-20.

_____. La construcción de Otra Economía como acción política. Mimeo, 2012 *apud* DINIZ, S. C. *Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural*. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017. p. 1-20.

_____. La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica. Seminario Internacional Rol de la Economía Popular y Solidaria y su Aporte en el Sistema Económico Social y Solidario, Quito, 2013a.

_____. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n.2, p.11-24, nov. 2013b. *apud* DINIZ, S. C. *Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural*. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017. p. 1-20.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, G. M. A Contribuição da Teoria de Espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: Ed. GECEL-UFF, 2003. p. 9-14.

_____. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? *Etc... espaço, tempo e crítica*, v. 1, n. 2, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

COSTA, H. S. M; COSTA, G. M. Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 365-382.

COSTA, H. S. M. Natureza e cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 41-52.

DE SOTO, H. El otro sendero: la revolución informal. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1987 *apud* DINIZ, S. C.. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DE SOTO, H. O mistério do capital. Rio de Janeiro: Record, 2001 *apud* DINIZ, S. C.. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DINIZ, E. H.; CERNEV, A. K.; DE ALBUQUERQUE, J. P. Mobile platform for financial inclusion: the case of an unsuccessful pilot project in Brazil. In: *Proceedings of SIG Glob Dev Sixth Annual Workshop*. Anais. Milan, 2013. Disponível em: <<https://aisel.aisnet.org/globdev2013/8/>>. Acesso em 15 jan. 2019.

DINIZ, S. C. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017. p. 1-20.

DODD, N. A Sociologia do Dinheiro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Reinventing monies in Europe. *Economy and Society*. v. 34 n. 4, p. 558-583, nov. 2005.

_____. On Simmel's Pure Concept of Money: A Response to Ingham. *European Journal of Sociology*. v. 48, p. 273-294, dez. 2007.

_____. *The social life of Money*. Princeton: Princeton University Press, 2014

FAINSTEIN, S. Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. (Ed.). *The urbanization of injustice*. New York: New York University Press, 1997. p. 18-44.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária [Site Institucional]. Disponível em: <<https://fbes.org.br/o-fbes/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2017. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/764-pib-municipios-2015-1/file>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

FÉLIX, T. Caravana vai inaugurar 10 bancos comunitários no Ceará. Notícias. *Rede Mobilizadores*, 22 maio 2011. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/caravana-vai-inaugurar-10-bancos-comunitarios-no-ceara/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FERREIRA, C. G.; BERTUCCI, J. O. A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório. Texto para discussão, n. 255, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20255.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA, J. T. J. *et.al.* (Org.). *Gestão Social, Práticas em Debate, Teorias em Construção*. Juazeiro do Norte, 2008. p. 117-128.

FRANÇA FILHO, G. C. *et. al.* Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *In R. Adm*, São Paulo, v. 47, n. 3, jul.-set 2012, p. 500-515 *apud* NEIVA, A. C. *et al.* Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (org.). *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 105-175.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D. *et al.* *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 31-36.

FREIRE, M. V. *Moedas Sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil*. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FULLER, D.; JONAS, A. Alternative financial spaces. In: LEYSHON, A.; LEE, R.; WILLIAMS, C. C. (Ed.). *Alternative economic spaces*. London: Sage, 2003. p. 55-73 *apud* MENEZES, M. S. *Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Desenvolvimento como processo endógeno. In: _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 105-124.

GAIGER, L. I. G.. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003 *apud* DINIZ, S. C. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GLOVER, D. Defending communities: local exchange trading schemes from an environmental perspective. *IDS Bulletin*, v. 30, n. 3, 1999, p. 75-82. *apud* DOOD, N. *Reinventing monies in Europe*. *Economy and Society*. v. 34 n. 4, p. 558-583, nov. 2005.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment. In: Ghana. *Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61–89, mar. 1973 *apud* DINIZ, S. C.. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

HARVEY, D.. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HIROTA, M. Y. La cohesión social, clave para las monedas sociales. *El País*, Madrid, abr. 2016. Disponível em:
<http://elpais.com/elpais/2016/04/11/alterconsumismo/1460355840_146035.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

INSTITUTO BANCO PALMAS. *Instituto Banco Palmas: um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana*. Fortaleza/CE: Instituto

Banco Palmas, s.d.. Disponível em:<<http://www.institutobancopalmas.org/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Caucaia/CE: Instituto Banco Palmas, 2007. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/termo_de_referencia_dos_bancos_comunitarios.pdf> Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. Rede Brasileira de Bancos Comunitários compra plataforma E-dinheiro. Fortaleza/CE: Instituto Banco Palmas, 10 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios-compra-plataforma-e-dinheiro/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. 20 anos Banco Palmas: conectado. Manifesto. Fortaleza/CE: Instituto Banco Palmas, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369586788/Manifesto-20-Anos-Banco-Palmas#fullscreen&from_embed> Acesso em: 05 jan. 2019.

INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA. [Site Institucional]. 201-. Disponível em: <http://bancodaperiferia.org.br/> Acesso em: 13 dez. 2018.

INSTITUTO PERIFERIA MARICÁ. MumbuCred. 2018. Disponível em: <<http://www.institutoperiferiamarica.org/mumbu-cred-pagina>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO VOZ POPULAR. Cidade de Remígio se prepara para criar moeda própria. *Instituto Voz Popular*, 04 maio 2019. Disponível em: <https://institutovozpopular.blogspot.com/2019/05/cidade-de-remigio-se-prepara-para-criar.html?sref=fb&fbclid=IwAR1ownK2KgFGzXkwE1DJMIqARI4_DXXIJvJGpAkvk6Nd-iCR0vimBxDtK9k>. Acesso em: 05 maio 2019.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRAYCHETE, Gabriel Economia Solidária: Conceitos e Contextos. Comentários realizados durante o Seminário Internacional sobre Economia Solidária: Desafios para um novo tempo realizado na fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador, 07/08/2002 *apud* ARAÚJO, Y. M. Bancos Comunitários e a Economia Solidária: Estratégias de Desenvolvimento de Baixo para Cima em Montes Claros - MG. 2009. 295 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp114104.pdf>>. Acessado em: 07 nov. 2017.

LAGO, L. C. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: estrutura sócio-ocupacional e mobilidade cotidiana no Rio de Janeiro. In: LASA INTERNATIONAL CONGRESS, 2009, Rio de Janeiro. *Annals...* Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009.

_____. As metrópoles e a igualdade: o desafio das segregações. Mesa Redonda. Congresso Observatório das Metrópoles 20 anos. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xIC-E_aMi1I&t=3166s> Acesso em: 16 jan. 2019.

LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? *Revue Internationale de L'Économie Sociale*, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

_____. Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural. In: NUNES, B. F.; MARTINS, P. H. (Eds.). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*, Paralelo 15, Brasília, pp. 42-57, 2004.

_____. Economia Plural. In: CATTANI, A. D. *et al.* *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 145-149.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. *et al.* *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162-168.

LEE, R. Moral money? LETS and the social construction of local economic geographies in southeast England. *Environment and Planning*, v. 28, n. 8, p. 1377-1394, ago. 1996 *apud* DOOD, N. Reinventing monies in Europe. *Economy and Society*. v. 34 n. 4, p. 558-583, nov. 2005.

_____. Local money: geographies of autonomy and resistance? In: MARTIN, R.. *Money and space economy*. New York: Wiley& Sons, 1999. p. 207-224 *apud* MENEZES, M. S. *Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (Ed.). *Critical Sociology: European perspective*. New Yor: IrvingtonPublishers, 1979 *apud* COSTA, G. M. A Contribuição da Teoria de Espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: Ed. GECEL-UFF, 2003. p. 9-14.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008a.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b *apud* SILVA, H. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 317-342.

LIETAER, B; PRIMAVERA, H. Moedas complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir. In: NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; INSTITUTO PALMAS. *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 61-74.

LIPIETZ, A.. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, v.10, n.2, p. 303-335, 1989.

LOBATO, P. H.. Muito além do real: Brasil conta com outras 104 moedas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jun. 2014. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/06/15/internas_economia,539423/muito-alem-do-real-brasil-conta-com-outras-104-moedas.shtml> Acesso em: 10 out. 2015.

MACHADO, L. Maior favela de SP terá banco e moedas próprios. *BBC News Brasil*, São Paulo, 07 maio 2018. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43954042>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MAIA, J. S. A sociologia da moeda: Uma comparação metodológica entre as abordagens da Nova Sociologia Econômica e do Pensamento Pós-Keynesiano. Monografia (Graduação) Curso de Relações Econômicas Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. *Revista Veracidade*, ano IV, n. 4, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo7.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MARKUSEN, A. R. Região e Regionalismo: Um enfoque marxista. *Espaços & Debates*, n. 2, p. 61-99. 1981.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E; TORRES, H. (Org.). *São Paulo - segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 19-56.

MARQUES, E; TORRES, H. (Org.). *São Paulo - segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MATOS, M. A.; CANÔAS, S. S.; MACEDO, R. F.. O Cooperativismo em Teófilo Otoni: a experiência da Associação Aprender a Produzir – APJ e da Cooperativa de Produtos e Serviços Solidários dos Vales – Coopsvale. VIII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. Ouro Preto, 2011. Disponível: <<http://www.eneds.net/anais/index.php/edicoes/eneds2011/paper/viewFile/121/135>> Acesso em: 1 mar. 2018.

MATURANA, A. V. K.; KOHLER, R. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, dez. 2018.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris: Année sociologique, 1923 *apud* LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? Revue Internationale de L'Économie Sociale, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. O Banco de Palmas. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*. Salvador: FLEM, 2003. p. 97-106.

_____. Uma segunda moeda agora pode? Empreendedor Social. Folha de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://empreendedorsocial.blogfolha.uol.com.br/2012/07/11/uma-segunda-moeda-agora-pode/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. Joaquim de Melo Neto: Criador do Banco Palmas. Revista Entrevista, Fortaleza: UFC, n. 31, p. 105-129, ago. 2014. Entrevista concedida a Analu Morais *et al.*

_____. O que tirar da experiência dos bancos comunitários: instituições financeiras promovem o desenvolvimento de comunidades em todo o País sob a ótica da colaboração. Geração Empreendedora (Jornal do Comércio), ano 1, fev. 2016. Entrevista concedida a Roberta Fofonka. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/02/ge/noticias/480498-o-desenvolvimento-no-lugar-do-lucro.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. (Org.). Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003 *apud* TAFURI, D. M. Bancos Comunitários no contexto contemporâneo das periferias brasileiras. Revista do IMEA-UNILA, v. 2, n. 1, p. 49-60, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/index.php/IMEA-UNILA/article/view/259>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. Introdução: Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: _____; _____; _____ (Org.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 15-32.

MENEZES, M. S. *Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MOL, L.. Experiência da Associação Ateliê de Ideias e do Banco Bem. I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Salvador: Banco Central do Brasil: Sebrae, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2009_11_61/12LeonoraM.L.Mol-AExperienciadoBancoBEMedaAssociacaoAteliedeIdeias.pdf> Acesso em: 13 dez 2018.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva: Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. A. S.; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Huciter/Anpur, 1994.

_____. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Economia e Território. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 429-446.

_____. Gênese e estrutura da cidade mineradora. *Texto para discussão*, n. 164, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar 2001. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. *O cotidiano e a produção do espaço*. In: COLÓQUIO DE PESQUISAS EM HABITAÇÃO, 3., 2006, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: EA-UFMG, 2006a. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006b. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/60>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c. 61-85.

_____. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.

MONTE-MÓR, R. L.; RAY, S. *Post-*.ism & the Third World: a theoretical reassessment and fragments from Brazil and India*. Nova Economia, 1995, v. 5, n. 1, p. 177-208 *apud* MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.

MORAES, J. *et al.* Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 161-181, 2014. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9892/11618> > Acesso em: 04 jan. 2019.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE apoia projeto e inaugura 10 Bancos Comunitários no Ceará. Notícias. *Jusbrasil*, 04 jun. 2008. Disponível em: <<https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/19428/mte-apoia-projeto-e-inaugura-10-bancos-comunitarios-no-ceara>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUÑOZ, R. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D. *et al. Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 31-36.

NARRING, T. Uma etnografia das práticas financeiras nas margens urbanas de Vitoria (ES). 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA - Associação Brasileira de Antropologia, 2018. Disponível em:

<<https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtYyl7czozNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPljtzOjQ6IjI0NTAiO30iO3M6MT0iaCl7czozMjoiMmY4YjY2MGE4YmMzMzNlMzM4Y2RiZjA2YWlZTzc3MTciO30%3D>>.

Acesso em: 16 dez. 2018.

NASCIMENTO, A. M. Moeda Palma e o Desenvolvimento Sustentável do Conjunto Palmeiras através da Economia Solidária. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6213/1/2011_dissert_amnascimento.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

NASCIMENTO, E. P. C. C. Moedas Sociais Digitais: Estudo de Caso de duas Experiências em Bancos Comunitários. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13607>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

NEIVA, A. C. *et al.* Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária. In: NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (org.). *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 105-175.

OLLMAN, B. *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. Disponível em:

<https://www.nyu.edu/projects/ollman/docs/a_ch18.php>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Employment, income and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra: OIT, 1972 *apud* DINIZ, S. C.. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PAULA, C. G. *Do Território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo- SP*. 2015. 279 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERROUX, F. Economie et société, contrainte-échangédon. Paris: Presses universitaires de France, 1960 *apud* LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? Revue Internationale de L'Économie Sociale, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Considerações sobre a questão habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1987.

POLANYI, K.. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 16, núm. 1, enero, 2011, pp. 99-106. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, Brasil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Projeto Terra. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2006. Disponível em:
<<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao4/saobenedito.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRIMAVERA, H. Economia Solidária: a especialista Heloísa Primavera fala sobre estratégias para moedas alternativas, seu poder de transformação social e o pioneirismo da Argentina. Página 22 [revista]. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos em Sustentabilidade, São Paulo: FGVCES, dez. 2009. Entrevista concedida à Página 22. Disponível em: <https://vimeo.com/8317551> Acesso em: 13 jan. 2017.

PRIMAVERA, H. Finanças solidárias e moedas sociais: Uma entrevista especial com Heloisa Primavera. IHU On-Line (IHU Unisinos), n. 21, jun. 2002. Entrevista concedida a Yordana Colombo. Disponível em:
<https://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2006_unisinos_entrevistayc_hp.pdf> Acesso em: 15 set. 2015.

QUAQUÁ, W.; BRAGA, A. Finanças solidárias: Maricá a caminho da economia solidária e popular sustentável. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, v. 1.1, 2017, p. 176-187. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/73669062-Financas-solidarias-marica-a-caminho-da-economia-solidaria-e-popular-sustentavel.html>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (Org.). *The post-developmente reader*. London: Zed Books, 1997 *apud* MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.

RAZETO MIGLIARO, J. L. Economia de solidaridad y mercado democrático. Libro tercero, Fundamentos de una teoria economica compensiva. Programa de Economia del Trabajo, Santiago du Chili, 1988 *apud* LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? Revue Internationale de L'Économie Sociale, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

RESGALA, G. Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

_____. O papel do Estado na produção da periferia norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. M.. Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro, Belo Horizonte, C/Arte, 2012, p. 231-254.

RESGALA, G.; SORAGGI, A. C. M. A política habitacional e a produção do espaço metropolitano periférico. In: XV Encontro Nacional da ANPUR, 2013, Recife: Anais do XV ENANPUR, 2013. v. 1. p. 1-19.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), v. 15, n. 1, jan./mar. 2017, p. 171-193. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000100011&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 30 mar. 2018.

SANDRONI, P. (org.). Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, 53, fev. 1977, p. 35-60.

_____. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo: Hucitec, 1978 *apud* MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c. 61-85.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, L. L.; SILVA, B. C. Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social. Otra Economía, v. 8, n. 15, p. 210-219, jul./dez. 2014. <https://doi.org/10.4013/otra.2014.815.08>

SASSEN, S. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991 *apud* MONTE-MÓR, R. L. M. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c. 61-85.

SAWAYA, R. R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. Estudos Avançados, v. 22, n. 64, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n64/a19v2264.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário. *São Benedito*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2012.

SENNA, R. P.. O fenômeno do hibridismo organizacional nas organizações sem fins lucrativos: o caso da Associação Ateliê de Ideias. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SERVET, J. M. *et al.* (org.). *Une économie sans argent – Les systèmes d'échanges locaux*. Paris: Éditions du Seuil, 1999 *apud* FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA, J. T. J. *et al.* (Org.). *Gestão Social, Práticas em Debate, Teorias em Construção*. Juazeiro do Norte, 2008. p. 117-128.

SEYFANG, J. Time banks: rewarding community self-help in the inner city? *Community Development Journal*, v. 39, n. 1, p. 62-71, 2004 *apud* DOOD, N. Reinventing monies in Europe. *Economy and Society*. v. 34 n. 4, p. 558-583, nov. 2005.

SILVA, H. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 317-342.

SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 6, 2007, Salvador: ISTR e CIAGS/UFBA. *Cadernos Gestão Social*, Vol. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/6>>. Acessado em: 07 nov. 2017.

SINGER, P. I. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

_____. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 143-161.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-129.

_____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 22, n. 62, jan./apr. 2008, p. 289-314. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira.

_____. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DOLD, A. V. B. Projeto inclusão financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. p. 69-78.

_____. O Banco Comunitário de Desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: NESOL-USP – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 35-40.

_____. Número de moedas 'alternativas' dobra no país em 5 anos. G1. São Paulo, 03 de abr. 2014. Economia. Entrevista concedida a Clara Velasco. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

SOARES, C. L. B. Moeda social – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil Contemporâneo. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89433/226267.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Moeda Social. In: CATTANI, A. D. *et al.* Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 255-259.

_____. A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento?. Revista Orbis Latina, vol.1, n. 1, jan-dez 2011. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/488/437>>. Acessado em: 20 out. 2017.

SOJA, E. A dialética Sócio-espacial. In: _____. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97-116.

_____. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden, MA: Blackwell Published, 2000.

TAFURI, D. M. Bancos Comunitários no contexto contemporâneo das periferias brasileiras. Revista do IMEA-UNILA, v. 2, n. 1, p. 49-60, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/index.php/IMEA-UNILA/article/view/259>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. Proposta, n. 97, p. 38-49, jun./ago. 2003.

_____. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. Outra Economia, v. 11, n. 20, jul./dez. 2018, p. 74-87.

TONUCCI, J. B. M. Cidade fractal: transformações recentes na Região Metropolitana De Belo Horizonte. In: Encontro Nacional da Anpur, 13, 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3226>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. Espaços & Debates, v. 1, n. 23, p. 05-30, 1988.

TORRES, H. G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, p. 49-70, maio 2001.

TORRES, H. G. Medindo a Segregação. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (org.). São Paulo - segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2005, p. 81-100.

VAZ, P. E. Banco Comunitário de Desenvolvimento Esmeralda: uma experiência de economia popular e solidária. Monografia (Graduação) Curso de Relações Econômicas Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

VELASCO, C. Número de moedas 'alternativas' dobra no país em 5 anos. G1. São Paulo, 03 de abr. 2014. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

ZELIZER, Viviana A. The Social Meaning of Money. Nova Iorque: BasicBooks, 1994 *apud* MAIA, J. S. A sociologia da moeda: Uma comparação metodológica entre as abordagens da Nova Sociologia Econômica e do Pensamento Pós-Keynesiano. Monografia (Graduação) Curso de Relações Econômicas Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

ZELIZER, Viviana A. Pasts and Futures of Economic Sociology. American Behavioral Scientist. v. 50, n. 8, p. 1056-1069, abr. 2007.

APÊNDICE A – BCDs no Brasil

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?
CENTRO-OESTE	DF	Ceilândia	Ceilândia	Correria	2016	SIM	n.a.	SIM
		Cidade Estrutural	Estrutural	Conquista	2012	SIM	n.a.	SIM
		Itapoã	Itapoã	Atitude	2014	S.I.	2016	SIM
		Planaltina	Planaltina**	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	SIM*
	GO	Iporá	Pequi	Pequi	2012	S.I.	2016	SIM
	MS	Anastácio	Pantanal	Pantaneira	2013	S.I.	2014	NÃO
		Dourados	Pirê	Pirapirê	2006	SIM	n.a.	SIM
		Ponta Porã	Ita	Ita	2012	SIM	n.a.	SIM*
	MT	Alta Floresta	Raiz	Semente	2014	S.I.	2018	NÃO
		Cuiabá	Aroeira	Lasca	2012	S.I.	2012	NÃO
Rondonópolis		Cerrado	Bacuri	2012	S.I.	2014	SIM*	
NORDESTE	AL	Igaci	Olhos D'água	S.I.	2016	S.I.	2018	NÃO
		Cachoeira	Quilombola do Igapé	Sururu	2013	SIM	n.a.	NÃO
	BA	Caetité	2 de Julho	Caeté	2017	SIM	n.a.	NÃO
		Cairu	Casa do Sol	Tinharé	2009	SIM	n.a.	NÃO
		Camaçari	Abrantes Solidário	Abrantes	2014	SIM	n.a.	SIM*
		Canavieiras	Bamex	Moex	2013	SIM	n.a.	SIM*
		Guanambi	Amigos do Sertão	Licuri	2017	SIM	n.a.	NÃO
		Ouriçangas	Fonte de Água Fresca	Kiriri	2012	NÃO	2015	NÃO

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?
		Salvador	Guine	Samper	2009	NÃO	2011	NÃO
			Santa Luzia	Umoja	2017	SIM	n.a.	SIM*
		São Francisco do Conde	Ouro Negro	Manguezal	2016	NÃO	2017	NÃO
		Simões Filho	Eco-luzia	Trilha	2005	SIM	n.a.	NÃO
		Vera Cruz	Ilhamar	Concha	2008	SIM	n.a.	NÃO
		Acarape	Vale do Acarape	Vale / Palmares	2004	S.I.	2013	NÃO
		Acaraú	Dunas de Aranaú	Timbaúba	2011	S.I.	2012	NÃO
		Amontada	BCA	S.I.	2018	S.I.	2018	SIM*
		Beberibe	Bandesb	AB	2007	S.I.	2008	NÃO
		Caridade	Pe. Quiliano	Caribelos	2008	S.I.	2014	NÃO
		Cascavel	Bandesc	Bentos	2011	S.I.	2011	NÃO
		Caucaia	Potira	Potiguara	2011	NÃO	2012	SIM*
		Choró	Sertanejo	Sabiá	2008	S.I.	2014	SIM
	CE	Chorozinho	Rio Choró	Castanha	2011	S.I.	2011	NÃO
			Conjunto Ceará	S.I.	S.I.	NÃO	2008	NÃO
			Dendê Sol	Dendê	2010	S.I.	2016	NÃO
			Palmas	Palma	1998	SIM	n.a.	SIM
		Fortaleza	Pirambú	Pirambú	2008	S.I.	2012	NÃO
			Riosol	Rios	2008	NÃO	2010	NÃO
			São Cristovão	Palma	2010	NÃO	2010	NÃO
			Sítio São João	Palma	2011	S.I.	2011	SIM*
		Ibaretama	Serra Azul	Ibaré	2008	S.I.	2010	SIM*

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?
			Amizade	Cactos	2008	NÃO	2008	NÃO
		Irauçuba	Bancart	Ta	2006	S.I.	2015	NÃO
			Juazeiro	Cactos	2008	S.I.	2015	SIM*
		Itaitinga	Itasocial	Ita	2011	S.I.	2013	NÃO
		Itarema	Tremembé	Ita	2008	S.I.	2008	NÃO
		Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timba	2011	S.I.	2016	NÃO
		Madalena	Bansol	Sol	2008	NÃO	2012	NÃO
		Maracanaú	Jaçana	Maracanã	2008	S.I.	2008	NÃO
			Pajú	Maracanã	2006	SIM	n.a.	SIM
		Maranguape	Empreendedores	Prata	2006	S.I.	2007	NÃO
			Itapebussu	Itapebussu	2008	S.I.	2008	NÃO
		Mauriti	Buriti	Grão	2011	S.I.	2014	NÃO
		Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Serra	2008	S.I.	2008	NÃO
		Ocara	Ocards	Tupi	2008	S.I.	2012	SIM*
		Pacatuba	Pacatubanco	Paca	2011	NÃO	2014	NÃO
		Palhano	Artpalha	Castanha	2008	S.I.	2008	NÃO
		Palmácia	Serrano	Palmeira	2005	S.I.	2008	NÃO
		Paracurú	Par	Par	2004	S.I.	2015	SIM*
		Paramoti	Frei Diogo	Paz	2007	S.I.	2011	NÃO
		Quixadá	Quixadá	Monólitos	2011	S.I.	2018	NÃO
		Santana do Acaraú	Bassa	S.I.	S.I.	NÃO	2008	NÃO
		Tamboril	Felticeiro	Acaraú	2008	S.I.	2008	NÃO

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?	
		Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	2007	NÃO	2010	NÃO	
			Econômico	S.I.	S.I.	NÃO	2009	NÃO	
	MA	Alcântara	Quilombola	Guara	2007	S.I.	2012	NÃO	
	PB	João Pessoa	Beira Rio	Ribeirinho	2008	NÃO	2009	NÃO	
			Jardim Botânico	Orquídeas	2013	SIM	n.a.	SIM	
		Muçubank	Real Muçu	2015	NÃO	2016	NÃO		
		Lagoa de Dentro	Lagoa	Tintim	2016	SIM	n.a.	SIM	
		Pombal	Maringá	Margarida	2016	SIM	n.a.	SIM	
		Cajueiro da Praia	Caju da Praia	Cajueiro	2008	NÃO	2011	NÃO	
	PI	Esperantina	Retiro	Longá	2017	SIM	n.a.	NÃO	
		Parnaíba	Semear	Semear	2008	NÃO	S.I.	NÃO	
		Pedro II	Rede Opala	Opala	2012	SIM	n.a.	NÃO	
		Porto	Porto Marruais	Marruais	2017	SIM	n.a.	SIM*	
		São João do Arraial	Cocais	Cocais	2007	SIM	n.a.	SIM*	
	RN	São Miguel do Gostoso	Gostoso	Gostoso	2013	S.I.	2018	SIM*	
	SE	Barra dos Coqueiros	Dunas	Dunas	2012	S.I.	2012	NÃO	
	NORTE	AC	Rio Branco	Triângulo	Apuí	2012	S.I.	2013	SIM*
				Vitória	Arco-Íris	2011	S.I.	2012	SIM*
Barreirinha		Ariramba	S.I.	2016	S.I.	2016	SIM*		
AM		Boa Vista dos Ramos	Boa Vista dos Ramos**	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO	
Manaus		Aruak	Aruak	2012	S.I.	2017	SIM		
		Colonial	Panair	S.I.	S.I.	2016	SIM*		

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?
			Conquista	Liberdade	2011	S.I.	2018	SIM
			Liberdade	Tucumã	2011	S.I.	2017	SIM
			Mauá	S.I.	2015	SIM	n.a.	SIM*
			Nova Aliança	S.I.	S.I.	S.I.	2015	NÃO
			Poraquê**	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	SIM*
		Parintins	Parintins	Puxirum	2011	S.I.	2015	SIM*
		Laranjal do Jarí	Farol	Centelha	2011	S.I.	2018	SIM*
	AP		Fazendinha**	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
		Macapá	Forte**	S.I.	2012	S.I.	2012	NÃO
		Ananindeua	Paar	Ananin	2012	S.I.	2012	NÃO
		Belém	Cajueiro**	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO
		Belém	Caratateua	S.I.	2013	S.I.	2015	NÃO
		Bélem	Castanheira	Castanha	2015	S.I.	2015	SIM*
		Bélem	Tupinambá	Moqueio	2009	SIM	n.a.	SIM
		Curralinho	Rio Canaticú	Iaçá	2016	S.I.	2018	NÃO
	PA	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	2011	S.I.	2012	NÃO
		Igarapé-Miri	Miri	Açaí	2012	S.I.	2012	NÃO
		Jacundá	Paraíso	Sabiá	2011	S.I.	2016	SIM
		Marituba	Mari	Mari	2013	S.I.	2014	NÃO
		Muaná	Pracuubense	Pracuúba	2016	S.I.	2018	NÃO
		S.I.	Aimorés	S.I.	S.I.	S.I.	2016	SIM*
		Santa Isabel	Rio Caraparu	S.I.	S.I.	S.I.	2016	SIM*

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?	
SUDESTE		Santo Antônio do Tauá	Tauense**	Patauá	S.I.	S.I.	S.I.	NÃO	
	RO	Guajará-Mirim	Pérola do Mamoré	Pérola	2012	S.I.	2015	SIM*	
		Caparaó	Caparaó	Tico-tico	2016	SIM	n.a.	NÃO	
		Cariacica	Esperança	Rosa	2012	SIM	n.a.	SIM	
			Sol	Girassol	2008	SIM	n.a.	SIM*	
		Nova Venécia	Kiri Kerê	Kiri Kerê	2017	SIM	n.a.	SIM*	
		Pedro Canário	União	S.I.	2013	SIM	n.a.	SIM	
		ES	Serra	ABraço	ABraço	2012	SIM	n.a.	SIM
				Mar	S.I.	2013	SIM	n.a.	SIM
				Passarela	S.I.	2014	SIM	n.a.	SIM
				Viver	S.I.	2014	SIM	n.a.	SIM
				Terra	Terra	2007	SIM	n.a.	SIM
		Vila Velha	Verde Vida	Verde Vida	2008	SIM	n.a.	SIM	
			Bem	Bem	2006	SIM	n.a.	SIM	
		Vitória	Puã	Puã	2012	NÃO	2016	SIM	
			Chapada Gaucha	Chapadense	Veredas	2009	NÃO	S.I.	SIM
		MG	Esmeraldas	Esmeralda	Esmeralda	2012	NÃO	2017	SIM
			Igarapé	Igarapés	S.I.	2016	NÃO	2017	SIM
			Teófilo Otoni	Banclisa	Lisa	2012	SIM	n.a.	SIM
		Duque de Caxias	Saracuruna	Saracuruna	2011	S.I.	2013	NÃO	
	RJ	Maricá	Mumbuca	Mumbuca	2014	SIM	n.a.	SIM	
		Niterói	Preventório	Prêve	2011	SIM	n.a.	SIM	

Região	UF	Município	Nome do banco	Nome da moeda	Criação	Ativo?	Última informação	Cadastrado e-dinheiro?
SUL	RS	Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Cdd	2011	SIM	n.a.	SIM
			Cultura	S.I.	2018	SIM	n.a.	SIM
		Silva Jardim	Capivari	Capivari	2010	S.I.	2012	NÃO
		Carapicuíba	Tonato	Estela	2012	NÃO	2015	SIM*
		São Bernardo do Campo	Padre Leo Commissari	Commissari	2012	SIM	n.a.	SIM
		São Carlos	Nascente	Vida	2012	S.I.	2017	SIM
			Santa Eudóxia	Quilombo	2012	S.I.	2012	NÃO
		São Paulo	Apuanã	Apuanã	2009	S.I.	2016	SIM*
			Autogestão	Moradias em Ação	2009	S.I.	2017	SIM
			Paulo Freire	Freire	2009	S.I.	2016	SIM
			União Sampaio	Sampaio	2009	SIM	n.a.	SIM
			Vista Linda	S.I.	2009	NÃO	2014	NÃO
		Várzea Paulista	Orquídea	Progresso	2012	S.I.	2018	SIM*
		SUL	RS	Porto Alegre	Cascata	Antena	2016	SIM
Grão	Grão				2018	S.I.	2018	SIM
Justa Troca	Justo				2016	SIM	n.a.	SIM
São Leopoldo	Pontes Solidárias			Ponte	2009	NÃO	2009	NÃO

S.I. = Sem informação.

n.a. = não se aplica

* BCDs registrados na plataforma e-dinheiro, mas que contam com 0 (zero) comércios cadastrados e/ou menos de 5 usuários, o que indica a possível não utilização do sistema, ao menos para compras.

**BCDs presentes nos cadastros oficiais da Rede Brasileira de BCDs, mas sobre os quais a pesquisa não encontrou informações que confirmassem seu funcionamento. Em alguns desses casos, encontrou-se registros de mobilizações da comunidade local em prol da criação do banco, mas não foram identificados dados referentes à sua operação.

Fonte: Elaboração própria a partir de listagem de Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Olá! Agradeço imensamente sua disponibilidade em participar voluntariamente dessa pesquisa, conduzida por mim: Gustavo Resgala, pesquisador da UFMG, Belo Horizonte – MG.

A pesquisa é sobre os bairros e áreas que são atendidas pelo Banco Comunitário, e busca entender como as ações do Banco, mais especificamente a moeda social, pode interferir nas dinâmicas urbanas da região.

Iremos conversar com gestores do banco, comerciantes e moradores locais.

De fato, a cidade não é só construções e infraestrutura (ruas, tubulações, redes, etc), mas é composta de relações, sejam sociais, econômicas, culturais e políticas, concentradas em um mesmo território.

Nesse sentido, essa pesquisa busca evidências que revelem que a ação de implementação de uma moeda social (tendo em vista ser vinculada aos princípios da economia solidária) possa revelar áreas urbanas que apresentem novos e alternativos tipos de relações econômicas e sociais.

Se temos novas relações econômicas e sociais em um mesmo território urbano, podemos supor que temos ali um novo tipo de cidade? Podemos pensar que a moeda social vinculada a um BCD é capaz de nos revelar uma nova cidade?

Para trabalharmos essas questões, na entrevista, vou perguntar sobre a história da criação do banco – precisamos saber se a união da população local já existia antes da criação do banco para outros tipos de ações.

Iremos perguntar também sobre a área de atendimento do banco, para quem sabe conseguirmos fazer um mapa que mostre todos os comércios parceiros do banco e que aceitam a moeda social.

O mais importante é que serão feitas também perguntas sobre a sua opinião em relação ao bairro e área onde mora e sobre a moeda social. Você acredita que ações, como a moeda social, são capazes de fazer com que esse bairro/área urbana seja diferente de outras áreas ou bairros da cidade?

As repostas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa e seu nome poderá ser substituído, caso prefira. Queremos saber a sua opinião, assim, nas perguntas, não existe resposta certa ou errada.

Qualquer dúvida, estou à disposição. Muito obrigado por sua colaboração.

Gustavo Resgala
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais UFMG

- 1 ENTREVISTA COM GESTOR:**
- 1.1 Dados da pessoa entrevistada**
- 1.1.1 Nome
- 1.1.2 Função no Banco
- 1.1.3 Tempo de atuação junto ao Banco
- 1.2 Coesão social/urbana predecessora e identidade coletiva**
- 1.2.1 Como (e quando) se deu o início e a criação da Associação?
- 1.2.2 Como você descreveria, para aquela época, a situação urbana da região? (Situação social dos moradores, oferta de infraestrutura e serviços urbanos, relação com outras regiões da cidade, entre outros)
- 1.2.3 Houve alguma melhora?
- 1.2.4 Quais eram as ações da Associação antes de ser criado o Banco?
- 1.2.5 A Associação envolvia e envolve quantas e quais pessoas? É possível identificar algum padrão no grupo integrante da Associação (anterior e atual)? Religioso, de renda, gênero, raça, de localização?
- 1.2.6 Quais as principais organizações que a Associação manteve parceria?
- 1.2.7 Como se deu o início e criação do banco? (Quais demandas resultaram na criação do banco?)
- 1.2.8 Como é a dinâmica entre Associação e Banco? Onde termina um e começa outro?
- 1.2.9 Como ficaram sabendo da experiência de Palmas?
- 1.2.10 Como é feita a 'territorialização' das ações da Associação e do Banco? (Quais são os bairros ou regiões atendidas? Há atendimentos para moradores de outras áreas? Como isso ocorre?)
- 1.2.11 Você acredita que a criação do Banco aumentou o sentimento de pertença (ou seja, a união, a identidade coletiva) da população local? Em que medida esse 'sentimento' já existia antes?
- 1.3 Aceitação e adesão à moeda**
- 1.3.1 Como foi o processo de inserção da moeda no bairro/localidade?
- 1.3.2 Quais as dificuldades encontradas?
- 1.3.3 Como era feito o cadastramento?
- 1.3.4 Quantos eram os agentes? Eram pessoas já conhecidas na comunidade?
- 1.3.5 E a transferência para e-dinheiro? Como foi esse processo?
- 1.4 Fomento à produção local**
- 1.4.1 Quais são os critérios para concederem o empréstimo de produção? Como é feito o processo?
- 1.4.2 Além do empréstimo de produção, há alguma ação de fomento à produção local alinhada ao banco? Como funciona essa interface?
- 1.5 Fortalecimento de empreendimentos de economia solidária**
- 1.5.1 Há empreendimentos de economia solidária no bairro? Qual a relação entre esses empreendimentos e o banco?
- 1.6 Desconectividade com centros urbanos**
- 1.6.1 Qual a relação da localidade com as centralidades existentes? Quais são os centros que atendem aos moradores do bairro? Qual é o mais próximo? O que é possível comprar no bairro sem ser preciso ir aos outros centros?
- 1.6.2 Você acredita que a região por onde circula a moeda social se diferencia de outras regiões da cidade? Você percebe alguma diferença dessa região para outras regiões da cidade com

mesmo perfil de renda da população?

1.7 Dados a conseguir:

1.7.1 Endereço dos comércios e serviços cadastrados.

1.7.2 Sobre a circulação da moeda social, vocês teriam um montante dessa circulação para nos passar? O quanto de moeda social já foi gerada (convertida) e o quanto se mantém em circulação?

1.7.3 Há como sabermos como essa moeda social foi convertida? Por empréstimo ou troca direta?

1.8 Perguntas exclusivas para Leonora Mol:

1.8.1 Conte-me qual foi o papel do Ateliê de Ideias no fomento à criação e acompanhamento de novos bancos comunitários.

1.8.2 Como esse processo tem se dado após o fim das verbas do governo federal e mudanças estruturais na Senaes?

1.8.3 Como é feito o cadastro e acompanhamento dos bancos por parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e do Banco Nacional das Comunidades?

1.8.4 Há algum tipo de agrupamento dos bancos por subdivisões regionais?

2 ENTREVISTA COM COMERCIANTE

2.1 Dados da pessoa entrevistada

2.1.1 Nome

2.1.2 Nome do comércio e serviço

2.1.3 Endereço

2.1.4 Quanto tempo você oferece seus serviços ou comércio à comunidade?

2.2 Coesão social/urbana predecessora e identidade coletiva

2.2.1 Desde de quando você aceita a moeda social?

2.2.2 Você já conhecia o Banco Bem antes de aceitar a moeda?

2.2.3 Sua relação com o Ateliê de Ideias se iniciou com a moeda ou você já havia algum tipo de contato com a associação?

2.2.4 Você acredita que a criação do Banco aumentou o sentimento de pertença (ou seja, a união, a identidade coletiva) da população local? Em que medida esse 'sentimento' já existia antes?

2.3 Aceitação e adesão à moeda

2.3.1 Como você avalia o processo de inserção da moeda no bairro/localidade?

2.3.2 Como foi a sua adesão à moeda social? Como ficou sabendo da moeda social? Como foi a primeira abordagem? Você já conhecia o(a) agente?

2.3.3 Quais foram os motivos para usar a moeda na época?

2.3.4 Quando você decidiu aderir à Moeda Social, quais eram suas expectativas?

2.3.5 Quais eram seus medos?

2.3.6 E a transferência para e-dinheiro? Como foi esse processo?

2.3.7 E hoje? Suas expectativas foram alcançadas? E seus receios, foram comprovados?

2.3.8 Qual o principal motivo hoje para usar a moeda?

2.3.9 Você tem um balanço do quanto já recebeu ou recebe (mensalmente) de moeda social?

2.3.10 O que costuma fazer com o que recebe em moeda social? Resgata o valor em reais ou efetua outros pagamentos ou transações? Quais tipos?

2.3.11 Algo de novo ou de diferente por causa da moeda?

2.3.12 Melhorou a vida?

2.3.13 Estimulou o comércio?

2.3.14 Tem implicações políticas?

2.3.15 É uma 'bobagem' bem intencionada ou tem eficácia?

2.3.16 Contribui para uma economia mais justa e comunitária?

2.4 Desconectividade com centros urbanos

2.4.1 Qual a relação da localidade com as centralidades existentes? Quais são os centros que atendem aos moradores do bairro? Qual é o mais próximo? O que é possível comprar no bairro sem ser preciso ir aos outros centros?

2.4.2 Você acredita que a região por onde circula a moeda social se diferencia de outras regiões da cidade? Você percebe alguma diferença dessa região para outras regiões da cidade com mesmo perfil de renda da população?

2.5 Dados a conseguir:

2.5.1 Valor recebido em moeda social

2.5.2 Produtos mais vendidos em moeda social

3 ENTREVISTA COM USUÁRIO DA MOEDA SOCIAL

3.1 Dados da pessoa entrevistada

3.1.1 Nome

3.1.2 Idade

3.1.3 Endereço

3.2 Adesão (Coesão social/urbana predecessora e identidade coletiva)

3.2.1 Quanto tempo você usa a moeda social? Como ficou sabendo?

3.2.2 O que costuma comprar com a moeda social? Onde costuma comprar?

3.2.3 Com qual frequência costuma utilizá-la?

3.2.4 Você já participou de algumas das ações da Associação ou do Banco?

3.2.5 Quando e como você conheceu a Associação?

3.2.6 Como você descreveria, para aquela época, a situação urbana da região? (Situação social dos moradores, oferta de infraestrutura e serviços urbanos, relação com outras regiões da cidade, entre outros).

3.2.7 Algo de novo ou de diferente por causa da moeda?

3.2.8 Melhorou a vida?

3.2.9 Estimulou o comércio?

3.2.10 Tem implicações políticas?

3.2.11 É uma 'bobagem' bem intencionada ou tem eficácia?

3.2.12 Contribui para uma economia mais justa e comunitária?

3.2.13 Promove o fortalecimento comunitário, maior coesão interna? Você acredita que a criação do Banco aumentou o sentimento de pertença (ou seja, a

união, a identidade coletiva) da população local? Em que medida esse 'sentimento' já existia antes?

3.3 Desconectividade com centros urbanos

3.3.1 Qual a relação da localidade com as centralidades existentes? Quais são os centros que atendem aos moradores do bairro? Qual é o mais próximo? O que é possível comprar no bairro sem ser preciso ir aos outros centros?

3.3.2 Você acredita que a região por onde circula a moeda social se diferencia de outras regiões da cidade? Você percebe alguma diferença dessa região para outras regiões da cidade com mesmo perfil de renda da população?

ANEXO A – Termo de referência dos BCDs

TERMO DE REFERÊNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO*

O QUE SÃO BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO?

São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CARATERISTICAS DOS BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO?

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

QUAL O OBJETIVO DE UM BANCO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO?

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de

economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

QUAL A ESTRUTURA DE GESTÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.

COMO SE MANTEM O BANCO COMUNITARIO DE DESENVOLVIMENTO?

Sua manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.

QUAIS AS MODALIDADES DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS OFERECIDOS PELO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

- I) Moeda social circulante local;
- II) Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como Banco Popular do Brasil CEF etc.)". Caixa Econômica, BNDES, etc.);
- III) Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- IV) Crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros;
- V) Cartão de crédito popular solidário;
- VI) Abertura e extrato de conta corrente;
- VII) Depósito em conta corrente;
- VIII) Saque avulso ou com cartão magnético;
- IX) Recebimento de títulos;

- X) Recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.);
- XI) Pagamento de benefícios.
- XII) Crédito habitacional

QUAL O PÚBLICO PRIORITÁRIO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc.

QUAL A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE UMA BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Prioritariamente atua em territórios com até 50.000 habitantes, possibilitando que a metodologia funcione adequadamente. É possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento no mesmo território.

**** Esse Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará***

Fonte: INSTITUTO BANCO PALMAS, 2007



MUMBUCA

Banco Popular de Maricá

Valeu 2018 !

Em 2018 o Banco Mumbuca migrou todas suas operações para a Plataforma Mumbuca E-dinheiro e se tornou um Banco Comunitário Digital. Alcançamos números impressionantes, confira:

CONTAS ABERTAS

- ✓ 13.429 Contas beneficios
- ✓ 9.825 Contas Correntes pré-pagas
- ✓ 52 Contas salário
- ✓ 23.254 total de contas abertas

REDE CREDENCIADA

- ✓ 1.271 estabelecimentos credenciados
- ✓ 317.045 operações realizadas em Mumbuca e-dinheiro
- ✓ R\$ 12.547,204,00 compras em Mumbuca e-dinheiro

BENEFÍCIOS SOCIAIS PAGOS

- ✓ 325.126 bolsas/beneficios pagas (Renda Mínima e RBC)
- ✓ R\$ 11.909.500,00 de beneficios pagos em Mumbuca e-dinheiro
- ✓ R\$ 9.543.570,00 de beneficios pagos no sistema vale Shop

MUMBUcred - (fase piloto)

PRODUTIVO

- ✓ R\$ 23.250,00 emprestado a juro zero
- ✓ 38 empreendimentos tomadores de credito

REFORMA DE MORADIA - CASA MELHOR

- ✓ R\$ 12.186,37 emprestado a juro zero
- ✓ 23 familias tomadoras de crédito

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

- ✓ 02 oficinas de educação financeira familiar
- ✓ 62 pessoas capacitadas
- ✓ 462 oficinas de educação financeira digital
- ✓ 6.430 pessoas capacitadas

AÇÃO SOCIAL

- ✓ 630 pessoas atendidas pelo Mumbuca Móvel nos bairros
- ✓ 786 pessoas beneficiadas com atividades sociais (dia das mulheres, homenagem a Marielle, natal e outros)

META PARA 2019

- ✓ 40.000 maricaenses impactados diretamente.



CANAL DE RELACIONAMENTO

AGÊNCIAS

- ✓ Centro
- ✓ Cordelrinho
- ✓ Inoã
- ✓ Itaipuaçu

 Banco Mumbuca
 (21) 3731-1021
 (21) 3731-1021

RENDIMENTOS

R\$ 303.872,00 (trezentos e três mil oitocentos e setenta e dois reais) foi o rendimento do Banco Mumbuca em 2018, oriundo da taxa de 2% cobrada nas vendas pela plataforma Mumbuca e-dinheiro. Esse recurso é totalmente reinvestido em Maricá, destinado para o fundo de crédito (MumbuCred) e para as ações sociais do Banco.



Secretaria de
Economia Solidária

